

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - PRODEMA

ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

RACISMO AMBIENTAL: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.

GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR

TERESINA – PI

2026

RACISMO AMBIENTAL: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.

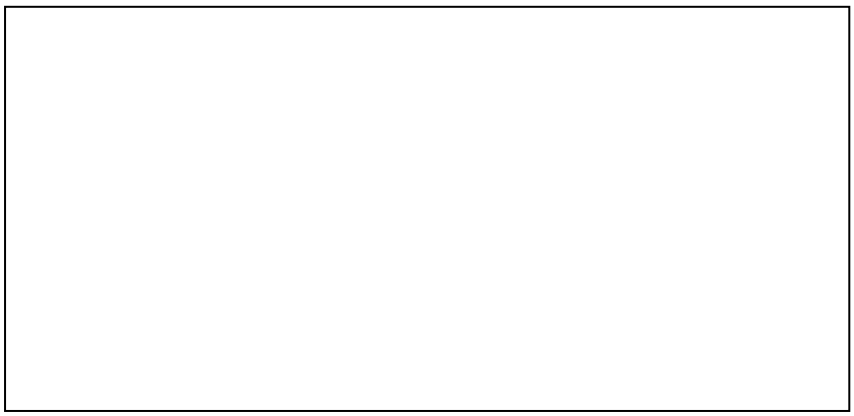
Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Associação Plena em Rede, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Orientador:
Prof. Dr. José Machado Moita Neto.
Coorientador:
Prof. Dr. Maírton Celestino da Silva

TERESINA – PI

2026

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal do Piauí. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para vas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência (SIR)



Bibliotecário-Documentalista
Nome do profissional. Bib. Me. (CRB -xx/xx/xx.ooo)

GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR

RACISMO AMBIENTAL: TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Associação Plena em Rede, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa: Relações Sociedade-Natureza e Sustentabilidade.

Defendida em _____/_____/202_

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Presidente – Orientador

_____
Prof, Dra Jaira Maria Alcabaça Gomes
Examinador – Representante PRODEMA UFPI

_____
Profª Drª Maria Cristina Basílio Crispim da Silva
Examinadora – Rede PRODEMA UFPB

_____
Prof Dra Gabriela Berthou de Almeida
Examinador – Universidade Estadual do Piauí- UESPI

Prof Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis
Examinadora – Representante de instituição externa à Rede PRODEMA

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, ***Geraldo Barboza de Oliveira****, homem de têmpera forte que carregava em si três mundos: a resiliência do* ***sertanejo****, a bravura do* ***combatente na II Guerra Mundial*** *e a retidão do* ***ferroviário****. Alguém que, mesmo diante das durezas da vida, sempre vislumbrou nos estudos o horizonte para seus filhos. Agradeço pelo estímulo precoce à leitura que foi pedra fundamental à minha vida. Seu exemplo de dedicação ao conhecimento permanece como minha bússola.*

À minha amada irmã, ***Jane Cristina de Oliveira****, bioquímica cuja alma vibrava pela microbiologia. Ela, que nos deixou recentemente, foi minha maior entusiasta. Guardo comigo a lembrança de sua alegria genuína por cada passo da minha trajetória, fosse no labor das coisas do campo ou nos desafios da academia. Sua vibração e seu amor pela ciência continuam a pulsar em cada página deste trabalho.*

Amplio essa dedicatória para ***Joaquim Sant'Ana de Oliveira Rodrigues****, meu neto, que enche*

minha vida de felicidades e vontade de pensar o futuro.

Estendo meu reconhecimento à minha família: Ivete, mãe; irmã, Ceiça; Flora, filha; e sobrinhos Gustavo, Brenna, Brenno, Brunno e Pedro, sobrinho-neto pelo apoio incondicional e pela compreensão. A força e a união de vocês foram pilares essenciais em cada etapa deste percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) pela acolhida e pela oportunidade de enriquecer minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. A contribuição de professores, funcionários e colegas foi fundamental para a conclusão deste ciclo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), meu reconhecimento pelo fundamental apoio financeiro, por meio da concessão de bolsa, que viabilizou a dedicação integral a esta pesquisa.

Minha mais profunda gratidão aos pescadores e pescadoras do Delta do Parnaíba. Suas vozes, vivências e saberes foram a essência desta tese, e sou grato pela confiança e pela partilha generosa de suas histórias e lutas. Estendo meu reconhecimento aos ativistas socioambientais que foram pontes essenciais para este trabalho. Agradeço especialmente a Itá, do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), por sua perspectiva crítica; a Nevinha, do Movimento dos Atingidos por Renováveis (MAR), por sua luta inspiradora; e a Joanes, da ONG Oceânica, cujo papel foi crucial ao facilitar o diálogo e o acesso às comunidades, construindo uma base de confiança mútua indispensável para a pesquisa.

Ao meu Orientador, Professor Dr. José Machado Moita Neto, agradeço pelo rigor intelectual e pela provocação constante que me impulsionaram a aprofundar a análise dos complexos conflitos socioambientais. Sua orientação foi decisiva para a estruturação metodológica e teórica desta tese.

Ao meu Coorientador, Professor Dr. Maírton Celestino da Silva, sou grato pela orientação na contextualização histórica do Piauí e por sua generosidade em compartilhar seu vasto conhecimento, que enriqueceu o arcabouço analítico do trabalho e refinou minha compreensão sobre o objeto de pesquisa.

No PRODEMA, sou grato aos diversos professores pelo incentivo e acúmulo do conhecimento. Mas, registro uma gratidão especial aos Professores Doutores Edson (Cacau) da UFCE pela oportunidade de dividir conhecimentos da geografia, Cristina da UFPB por me ele fazer pensar a ecologia em uma perspectiva pragmática e sociai e, ainda, Jáira da UFPI por me proporcionar

conhecimentos da economia ambiental. A especificidade, dessa gratidão, se dá pelo tema tratado em minha pesquisa e interesse em áreas de interesse acadêmico comum.

Agradeço à Banca Examinadora pela leitura atenta, pelas valiosas contribuições e pelo apoio nas revisões necessárias.

Aos amigos e colegas que acompanharam esta jornada, em especial Rose Guimarães de Roraima (ex-aluna que virou amiga, Daiana Sousa, da Comissão de Ética da UFPI, Dr. Zezinho do Prodema, e aos Professores Dr. Alejandro Labale (UFPI) *In memorian*, pela amizade (desde o mestrado em Santa Catarina, em 1995; até a colhida nas diversas idas à Teresina), Dr. Dimas Salustiano (UFMA) *In memorian*, perdas recentes, meu muito obrigado. Em nome dos colegas de turma, agradeço a Adriana e Liana pelo companheirismo e troca de experiências.

Finalmente agradeço ao sagrado que me levou ao Piauí e ter a oportunidade de conhecer e viver mais uma experiência a somar em minha trajetória pessoal de busca pelo conhecimento.

“O papel de valores e atitudes culturais como obstáculos ou incentivos ao progresso tem sido amplamente ignorado por governos e organismos de ajuda. Integrar a mudança de valores e atitudes a políticas, planejamento e programas de desenvolvimento é, acredito, uma forma promissora de assegurar que nos próximos cinquenta anos, o mundo não passará novamente pela pobreza e pela injustiça em que a maior parte dos países pobres, e grupos étnicos de fraco desempenho, tem se atolado no último meio século.

Lawrence E. Harrison, 2000

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEEÓLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica

ACD – Análise Crítica do Discurso

AHD – Abordagem Histórico-Discursiva

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

CPP – Conselho Pastoral da Pesca

CPLI – Consulta Prévia, Livre e Informada

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DPU – Defensoria Pública da União

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FMCJS – Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

IA – Inteligência Artificial

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAR – Movimento dos Atingidos pelas Renováveis

MIR – Ministério da Igualdade Racial

MPF – Ministério Público Federal

MTur – Ministério do Turismo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PDES/PI – Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PEMTP – Plano Estratégico de Marketing Turístico do Piauí

PNP – Plano Nordeste Potência

PRODEMA – Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

RAS – Relatório Ambiental Simplificado

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAR – Serviço de Assistência Rural e Urbano

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

TBC – Turismo de Base Comunitária

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFDPar – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Reserva Ponta do Tubarão, RN..... 63

Figura 2. Aerogeradores dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão..... 63

Figura 3. Turismo Sustentável da Reserva Ponta do Tubarão..... 64

Figura 4. Reserva do Desenvolvimento Sustentável Estadual da Ponta do Tubarão – RDSEPT – Visão Geral..... 64

Figura 5. Reunião de articulação do Movimento dos Atingidos por Renováveis – MAR..... 65

Figura 6. Estrutura - sede da RDSEPT..... 65

Figura 7. Base de apoio (alojamento) para pesquisadores..... 66

Figura 8. Fachada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos..... 104

Figura 9. Altar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos..... 104

Figura 10. Aerogeradores no Litoral do Estado do Piauí..... 109

Figura 11. Entrada de Pedra do Sal..... 133

Figura 12. Casa de pescador em área impactada pela torre eólica.... 133

Figura 13. Visão geral da Praia de Pedra do Sal..... 134

Figura 14. Quiosques para comércio turístico na orla de Pedra do Sal..... 134

Figura 15. Detalhe da orla urbanizada em Pedra do Sal..... 135

Figura 16. Pousada de turismo de base comunitária em Pedra do Sal..... 135

Figura 17. Paisagem do Delta do Parnaíba com embarcação turística..... 142

Figura 18. Parque eólico visto do leito do rio em Ilha Grande, Piauí..... 143

Figura 19. Vista do Porto dos Tatus, Ilha Grande (PI)..... 143

Figura 20. Píer de embarque para passeios turísticos no Porto dos Tatus..... 144

Figura 21. Entrada de Cajueiro da Praia..... 148

Figura 22. Ações ambientais de relevância em Cajueiro da Praia..... 149

Figura 23. Kitesurfistas e embarcação tradicional em Cajueiro da Praia..... 149

Figura 24. Estrutura de restaurante na praia de Barra Grande, Piauí..... 150

Figura 25. Pescado em declínio, registro em Ilha Grande, Piauí..... 150

RESUMO GERAL

RACISMO AMBIENTAL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.

Autor: Geraldo Barboza de Oliveira Junior
Orientador: Prof. Dr. José Machado Moita Neto
Coorientador: Prof. Dr. Maírton Celestino da Silva
Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Teresina – PI, fevereiro, 2026

Esta tese explora a relação entre racismo ambiental, conflito e justiça socioambiental em territórios tradicionais nos estados do Rio Grande do Norte e Piauí. O racismo estrutural é apresentado como o motor das desigualdades que marginalizam comunidades e as expõem à degradação ambiental, perpetuando uma necropolítica. A análise se aprofunda nos conflitos gerados pela transição energética e pelo modelo de desenvolvimento extrativista, que prioriza o lucro em detrimento dos direitos humanos e da sustentabilidade. Utiliza-se o conceito de "campo" para desvendar as disputas por recursos e poder, onde comunidades tradicionais e ativistas resistem a um desenvolvimento imposto. O ativismo socioambiental é destacado como crucial para dar visibilidade às injustiças, contestar o discurso desenvolvimentista e pressionar por políticas públicas mais protetivas. O estudo enfatiza a importância de uma abordagem justa e inclusiva para as energias renováveis e a necessidade de uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento, que valorize a diversidade cultural e socioambiental, rompendo com práticas neocoloniais. A pesquisa revela a invisibilidade das populações tradicionais nos planos governamentais, a falta de atenção aos seus direitos e a priorização de interesses econômicos em setores como o agronegócio e o turismo. A luta pela demarcação de territórios pesqueiros e o reconhecimento legal das comunidades tradicionais pesqueiras são apresentados como atos de autoafirmação e resistência. A análise das narrativas dos pescadores artesanais do Delta do Parnaíba expõe os impactos do turismo e dos grandes empreendimentos energéticos, revelando perdas, exclusão e desterritorialização. A urgência de considerar o conhecimento tradicional e a

participação dessas comunidades na formulação de políticas é defendida para construir um futuro mais justo, sustentável e equitativo, que respeite a diversidade cultural e ambiental do estado, garantindo que o desenvolvimento beneficie a todos os seus habitantes.

Palavras-chaves: Racismo ambiental; Justiça socioambiental; Territórios tradicionais; transição energética e Ativismo socioambiental.

ABSTRACT

This thesis explores the relationship between environmental racism, conflict, and socio-environmental justice in traditional territories in the states of Rio Grande do Norte and Piauí. Structural racism is presented as the driving force behind inequalities that marginalize communities and expose them to environmental degradation, perpetuating a "necropolitics." The analysis delves into the conflicts generated by the energy transition and the extractive development model, which prioritizes profit over human rights and sustainability. The concept of "field" is used to unravel the disputes over resources and power, where traditional communities and activists resist imposed development. Socio-environmental activism is highlighted as crucial for giving visibility to injustices, challenging the developmentalist discourse, and pressing for more protective public policies. The study emphasizes the importance of a just and inclusive approach to renewable energies and the need for a profound change in the development model that values cultural and socio-environmental diversity, breaking with neo-colonial practices. The research reveals the invisibility of traditional populations in government plans, the lack of attention to their rights, and the prioritization of economic interests in sectors such as agribusiness and tourism. The struggle for the demarcation of "fishing territories" and the legal recognition of traditional fishing communities are presented as acts of self-affirmation and resistance. The analysis of the narratives of artisanal fishermen from the Parnaíba Delta exposes the impacts of tourism and large energy projects, revealing losses, exclusion, and deterritorialization. The urgency of considering traditional knowledge and the participation of these communities in policy formulation is advocated to build a more just, sustainable, and equitable future that respects the cultural and environmental diversity of the state, ensuring that development benefits all its inhabitants.

Keywords: Environmental racism; Socio-environmental justice; Traditional territories; Energy transition; Socio-environmental activism."

SUMÁRIO

	Introdução.....	23
1	RACISMO AMBIENTAL, CONFLITO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.....	30
	Introdução.....	30
1.1.	1.1 Referencial Teórico.....	31
	Fundamentos Teóricos da Injustiça Ambiental.....	31
1.2.	Racismo Estrutural e Racismo Ambiental: Conceitos e Interconexões.....	32
1.3.	Necropolítica e a Governança da Morte.....	36
1.4.	A Justiça Ambiental como Resposta Antirracista.....	37
1.5.	Justiça Ambiental como Imperativo: Desenvolvimento, Racismo e a Luta por Direitos.....	40
1.6.	O Conflito Socioambiental em territórios tradicionais sob a ótica da antropologia (teoria do conflito).....	41
1.7.	A Crença na Sociedade Estruturada por Grupos Distintos: Conflito, Ator Social e Campo:.....	45
1.8.	O Conflito Socioambiental no Século XXI: a persistência da situação colonial.....	48
1.9.	Atores, Conflitos e Ativismo: uma Relação Intrincada.....	50
2	O ATIVISMO SOCIOAMBIENTAL E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA RESPONSÁVEL (do sertão ao litoral do nordeste).....	53

	Introdução.....	53
2.1	Fundamentos teóricos e metodologia da pesquisa.....	56
2.1.1.	A ecologia política como referencial.....	56
2.1.2.	Proposta metodológica e epistemológica para análise de conflitos socioambientais.....	60
2.2.	Entre o sertão e o litoral: etnogêneses do ativismo socioambiental em conflitos da transição energética no RN.....	62
2.2.1.	A audiência pública sobre impactos das energias renováveis na comunidade quilombola de queimadas em currais novos, RN.....	63
2.2.1.1.	Contextualização e demandas da comunidade quilombola.....	64
2.2.1.2	Resposta do instituto de desenvolvimento sustentável e meio ambiente IDEMA-RN	64
2.2.2.	A visita técnica à Ponta do Tubarão.....	66
2.2.3.	A entrevista do Conselho Pastoral da Pesca – CPP.....	70
2.2.4.	O Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – FMCJS.....	72
2.2.5.	A participação do Serviço de Assistência Rural – SAR no ativismo socioambiental.....	74
2.2.6	A articulação e criação do Movimento dos Atingidos por Renováveis - MAR.....	75
2.2.7.	O movimento Seridó Vivo.....	78

2.3	Resultados e discussão.....	80
2.3.1.	Crítica contundente ao modelo de transição energética vigente.....	80
2.3.2.	Denúncia de impactos socioambientais e falhas no licenciamento.....	81
2.3.3.	Demandas por justiça social, participação popular e controle social.....	82
2,3,4,	Estratégias do ativismo: mobilização, incidência e produção de conhecimento.....	82
2.3.5.	O ativismo como força propositiva e de resistência na interface com políticas públicas.....	83
3	O DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ETNOGÊNESE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	87
	Introdução	87
3.1.	O Planos de Desenvolvimento do Piauí e as populações tradicionais: racismo estrutural e ambiental em evidência.....	88
3.1.1.	O Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí - PDES/PI – 2050.....	89
3.1.2.	O Plano Piauí 2030: Um Avanço Tímido e Suas Lacunas.	90
3.1.3.	O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS): Foco no Mercado, Esquecimento das Comunidades.....	91

3.1.3.1.	A Presença do Estado no Delta do Parnaíba Através do Plano de Marketing Turístico do Piauí.....	92
3.1.3.2.	A Produção Científica sobre Turismo produzida na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.....	94
3.2.	As populações tradicionais do Piauí: invisibilidade, etnogênese e ativismo como resistência aos conflitos socioambientais.....	96
3.2.1.	Indígenas: Da Invisibilidade Colonial à Emergência Identitária.....	98
3.2.2.	Populações Negras: De Escravizados a Quilombolas e a Luta por Território.....	100
3.2.2.1.	A população negra em Parnaíba: uma história invisível....	103
3.2.2.2.	A Etnogênese dos Territórios Tradicionais dos Pescadores Artesanais no Delta do Parnaíba.....	110
3.2.2.3.	Pescadores Artesanais: O Histórico de Conflitos e Ativismo no Litoral.....	111
3.3.	Os impactos socioambientais nas comunidades de pescadores artesanais do delta do Parnaíba.....	113
3.3.1.	Os impactos das energias renováveis.....	117
3.3.2.	O Turismo como vetor de impactos socioambientais.....	119
3.4.	Do Silêncio nos Planos ao Direito na Lei: A Materialização da Luta por Territórios Pesqueiros.....	122
4	“SOMOS COMUNIDADE TRADICIONAL [...] TEM O LAUDO ANTROPOLÓGICO COMPROVANDO”: as narrativas dos	126

	pescadores artesanais do delta do Parnaíba frente às pressões socioambientais.....	
	Introdução.....	126
4.1.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	130
4.1.1.	O Trabalho de Campo e os Desafios da Pesquisa Etnográfica.....	130
4.1.2.	A Ética em Pesquisa e a Garantia do Anonimato.....	131
4.2.	AS VOZES DO TERRITÓRIO: NARRATIVAS DE PEDRA DO SAL, TATUS E BARRA GRANDE.....	132
4.2.1.	Pedra do Sal: as narrativas do conflito como etnografia da história de lutas.....	133
4.2.1.1	O relato do pescador artesanal: memória, usurpação e conflito.....	133
4.2.1.2	A narrativa feminina: turismo, assédio e a resiliência da base comunitária.....	135
4.2.2	Tatus: o porto, a superexploração e a resistência das marisqueiras.....	141
4.2.2.1	O olhar do barqueiro: a dinâmica econômica e ambiental do Delta.....	141
4.2.2.2	A voz das marisqueiras: identidade coletiva e a luta pelo espaço.....	142
4.2.2.3	A narrativa dos pescadores artesanais: história, ativismo e resiliência.....	144
4.2.3	Barra Grande em Cajueiro da Praia: o kitesurf como elemento de transformação socioambiental.....	150

4.2.3.1	O conflito intergeracional: as vozes do jovem ativista e do pescador idoso.....	151
4.3.	Do laudo antropológico à luta jurídica: a comunidade contra o "desenvolvimento" imposto.....	157
	Considerações Finais.....	159
	Referências.....	163
	ANEXOS.....	176
	Entrevistas.....	177
	Parecer de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.....	244
	Decreto/ Lei do RN.....	255
	Decreto /Lei do Piauí.....	261

INTRODUÇÃO

A busca por um modelo de desenvolvimento equitativo e sustentável constitui um dos maiores desafios da contemporaneidade. Longe de ser um processo harmonioso, o desenvolvimento revela-se um campo de disputas complexas, onde o progresso econômico frequentemente colide com a justiça social e a integridade ambiental. É nesse cenário de tensões que a presente tese se insere, investigando os conflitos socioambientais que emergem da imposição de um paradigma de desenvolvimento hegemônico sobre os territórios e modos de vida de populações tradicionais no Nordeste brasileiro.

O avanço de grandes projetos de infraestrutura, notadamente nos setores de turismo e energias renováveis, é frequentemente legitimado por um discurso de modernização e sustentabilidade. Contudo, este modelo, focado no crescimento e na concentração de capital, gera profundos impactos negativos, desconsiderando os saberes, os direitos e os territórios de comunidades que historicamente mantêm uma relação intrínseca com seus ecossistemas. Essa dinâmica, que perpetua a invisibilidade e a subalternização, suscita a questão central que orienta esta investigação: De que forma o discurso e a prática do desenvolvimento hegemônico, manifestados em planos governamentais e na implantação de projetos de turismo e energia eólica, reconfiguram os territórios de comunidades tradicionais no Piauí, especificamente no Delta do Parnaíba, e quais são as estratégias de resistência, as lutas por direitos e os contra-discursos que emergem desse campo de conflitos?

A hipótese central desta tese é que o modelo de desenvolvimento implementado no Piauí não é um fenômeno neutro, mas a expressão de uma lógica colonial persistente que se materializa como racismo ambiental e necropolítica. Argumenta-se que essa lógica transforma territórios tradicionais em zonas de sacrifício, invisibilizando suas populações nos planos governamentais e expondo-as a um ciclo de expropriação e violações de direitos. Em contrapartida, as comunidades tradicionais, em articulação com diversos atores da sociedade civil, não são receptoras passivas, mas protagonistas de um robusto processo de resistência. Suas lutas não se limitam à oposição a projetos específicos, mas constituem uma disputa epistêmica e política pela

autodeterminação, pela validação de seus conhecimentos e pela construção de um futuro alternativo, mais justo e sustentável.

Para responder à questão proposta e validar a hipótese, foram delineados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar criticamente a relação entre o discurso do desenvolvimento, os conflitos socioambientais e as formas de resistência das comunidades tradicionais no estado do Piauí, com foco no Delta do Parnaíba.

Objetivos Específicos:

1. Examinar o arcabouço teórico que articula os conceitos de desenvolvimento, poder, conflito socioambiental, racismo ambiental e necropolítica.
2. Analisar criticamente os Planos Governamentais de Desenvolvimento do Piauí, a fim de desvelar a invisibilidade programada das populações tradicionais.
3. Investigar, por meio de análise documental e entrevistas, os impactos socioambientais da expansão da energia eólica e do turismo em comunidades pesqueiras do Delta do Parnaíba.
4. Identificar e analisar, a partir das narrativas dos sujeitos impactados, as estratégias de resistência e a construção de contra-discursos frente ao modelo de desenvolvimento imposto.
5. Demonstrar como a luta por direitos, amparada em instrumentos como a Convenção Nº 169 da OIT, materializa-se como uma forma de justiça ambiental.

Metodologicamente, a pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, de caráter interdisciplinar. A construção dos dados se deu a partir de três pilares: **(i)** uma extensiva revisão bibliográfica e teórica; **(ii)** uma análise documental de planos governamentais, relatórios, notas técnicas e documentos produzidos por movimentos sociais; e **(iii)** a realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de comunidades tradicionais e atores-chave do ativismo socioambiental. A análise do material empírico, em especial

das narrativas, foi conduzida sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, que permite desvendar as relações de poder e as ideologias subjacentes às práticas discursivas.

A presente tese está estruturada em quatro capítulos.

O capítulo 1 examina o racismo ambiental como um aspecto inerente do racismo estrutural no Brasil contemporâneo, profundamente enraizado em seu passado colonial. Ele explorará a dinâmica colonial em curso no século XXI, o conceito de necropolítica como uma governança da morte em territórios tradicionais, e a justiça ambiental como uma resposta antirracista crucial, destacando a interconexão dessas ideias. Para isso, o capítulo aprofundará a teoria do conflito nas ciências sociais, baseando-se particularmente nas percepções antropológicas de Max Gluckman e Georges Balandier. Analisará os elementos-chave da análise de conflitos — o ator social e o campo — para contextualizar a situação colonial persistente, a interação entre conflito, atores sociais e seus campos, e o papel vital do ativismo nos conflitos socioambientais. Em última análise, as estruturas analíticas aqui desenvolvidas serão usadas para iluminar as lutas do mundo real detalhadas nos capítulos subsequentes, focando nos impactos combinados da transição energética e do turismo no Nordeste do Brasil, especialmente no Delta do Parnaíba.

A fundamentação teórica e analítica desenvolvida neste capítulo encontra-se solidificada e expandida no artigo científico intitulado **'Relação dos Racismos Estrutural e Ambiental com a Justiça Ambiental: uma Rede de Poder Sustentada na Desigualdade e Injustiça'** (Moita Neto, Silva e Oliveira Junior, 2024), publicado na revista internacional **'Trabalhos de Antropologia e Etnologia'**, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. A aceitação deste estudo em um periódico europeu de referência confere à presente tese uma validação acadêmica global, inserindo o debate sobre as injustiças socioambientais do Delta do Parnaíba em um circuito de discussões antropológicas internacionais. Para esta tese, o artigo é de suma importância, pois atua como o alicerce que interconecta os conceitos de necropolítica e racismo estrutural à realidade empírica brasileira. Ao demonstrar como a lógica colonial permanece operante na contemporaneidade sob a máscara do 'progresso', o artigo fornece o rigor metodológico necessário para sustentar a

denúncia das pressões exercidas pela transição energética e pelo turismo predatório sobre os territórios pesqueiros, legitimando a luta das comunidades tradicionais como um movimento de resistência epistêmica e sobrevivência física.

O segundo capítulo explora o ativismo socioambiental e a transição energética responsável no Nordeste, enfatizando a importância de uma abordagem justa e inclusiva para enfrentar os conflitos territoriais, ameaças à biodiversidade e injustiças sociais geradas por essa transição, que, apesar de ser crucial para os ODS, frequentemente prioriza o lucro sobre os direitos humanos. A pesquisa analisa o ativismo no Rio Grande do Norte, destacando movimentos como o MAR, FMCJS e Grupo Seridó Vivo, que empregam mobilização social, incidência política e produção de conhecimento para expor injustiças, contestar a narrativa da "energia limpa" e pressionar por políticas públicas mais justas, como evidenciado em audiências públicas, visitas técnicas e a formação desses grupos. O estudo conclui que o ativismo socioambiental é essencial para uma transição energética socialmente responsável, criticando o modelo extrativista e propondo alternativas baseadas na participação popular e proteção territorial, com a Lei Estadual nº 11.228/2022 servindo como um exemplo de conquista que sinaliza a necessidade de um modelo de desenvolvimento que valorize a diversidade cultural e socioambiental.

Seguindo a mesma lógica de fundamentação e validação científica, as discussões deste segundo capítulo estão intrinsecamente conectadas ao artigo **"Tecnologias Energeticamente Sustentáveis no Semiárido Brasileiro: Potencialidades Físicas e Desafios Socioambientais para uma Transição Energética Justa e Responsável"** (Moita Neto, Silva e Oliveira Junior, 2024), publicado na revista **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**.

A relevância desta publicação para a tese reside no fato de que o artigo detalha a "etnogênese" do Movimento dos Atingidos Pelas Renováveis (MAR), oferecendo um registro histórico e sociológico fundamental sobre como a resistência organizada surge em resposta ao modelo de transição energética imposto ao Nordeste. Ao ser publicado em uma revista especializada em desenvolvimento regional, o estudo ganha uma camada extra de legitimidade acadêmica, pois confronta a narrativa hegemônica do progresso econômico com

dados concretos sobre a invisibilização das populações tradicionais e o descumprimento da Convenção 169 da OIT. Para esta tese, o artigo funciona como uma prova documental da "arena de disputas" mencionada, validando a análise de que a transição energética, para ser de fato sustentável, não pode ocorrer à revelia dos direitos territoriais e da participação popular, consolidando o ativismo socioambiental como um elemento indispensável na fiscalização e proposição de políticas públicas mais justas e transparentes.

No Capítulo 3, o foco se volta para o Piauí, onde as dinâmicas de racismo ambiental se manifestam de forma aguda. Este capítulo analisa os planos governamentais, como o PDES/PI - 2050 e o Plano Piauí 2030, para desvendar como a invisibilidade histórica das populações tradicionais — indígenas, quilombolas e pescadores artesanais — é perpetuada nas políticas públicas, apesar de discursos de sustentabilidade. A pesquisa revela que esses planos priorizam interesses econômicos como o agronegócio e o turismo de massa, negligenciando os impactos socioambientais e culturais nas comunidades tradicionais e seus direitos, como a expansão do agronegócio no cerrado e parques eólicos no litoral. Defende-se uma mudança paradigmática urgente, superando a visão eurocêntrica e colonial para incluir ativamente os saberes e a participação dessas comunidades na formulação de políticas, garantindo justiça social e preservação da diversidade cultural e ambiental do estado, e servindo de base para a investigação dos conflitos e resistências no Delta do Parnaíba.

As reflexões apresentadas neste capítulo encontram sua consolidação e validação acadêmica no artigo científico intitulado **"O Desenvolvimento do Piauí: A Invisibilidade das Populações Tradicionais e seu Reflexo nas Políticas Públicas"** (Oliveira Junior, Moita Neto e Silva, 2025), publicado na revista internacional **"HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña"**. A aceitação deste estudo em um periódico de referência mundial na área de história ambiental confere à tese uma robustez científica internacional, demonstrando que a crítica à invisibilização das comunidades piauienses está inserida em um debate global sobre justiça ambiental e decolonialidade. Para esta tese, o artigo é de fundamental relevância, pois sistematiza a análise documental dos planos PDES/PI - 2050, Piauí 2030 e o PDITS do Delta, servindo como prova irrefutável de que a negligência estatal não é uma omissão acidental,

mas um reflexo da manutenção de uma estrutura de poder que prioriza o capital em detrimento da vida. Assim, a publicação funciona como o alicerce teórico-documental que sustenta a investigação das violências e resistências narradas nos capítulos seguintes, legitimando a voz das populações tradicionais frente aos modelos de desenvolvimento impostos.

No Capítulo 4, exploraremos os impactos socioambientais da expansão turística e das energias renováveis sobre as comunidades de pescadores artesanais do Delta do Parnaíba, Piauí, a partir de suas próprias perspectivas. A pesquisa de campo, incluindo entrevistas, revelou que o turismo intensificou conflitos preexistentes e gerou novos, como grilagem de terras e insegurança hídrico-alimentar, além de restringir o acesso a áreas de pesca e desagregar a identidade sociocultural. As narrativas dos pescadores, expressam um conhecimento ecológico tradicional sofisticado e diagnósticos precisos dos impactos. Essas narrativas em comunidades como Pedra do Sal, Tatus e Barra Grande representam uma resistência epistêmica contra o capitalismo predatório e o racismo ambiental, expondo a construção de estratégias de combate a um modelo de desenvolvimento que desconsidera o etnoconhecimento e a participação das comunidades. Fundamentados nas críticas de Ailton Krenak (2020, 2022) e Nêgo Bispo (2015), argumentamos que o conhecimento geracional incorporado na lógica contracolonial é crucial para a validação das vozes das comunidades e para a construção de futuros mais justos, desafiando a violência sistêmica e o racismo ambiental.

As conclusões e achados deste capítulo encontram-se plenamente sistematizados e validados no artigo científico intitulado **"“Somos Comunidade Tradicional […] tem o Laudo Antropológico Comprovando”: Análise Crítica do Discurso de Pescadores Artesanais do Delta do Parnaíba Frente às Pressões Socioambientais"** (Moita Neto, Silva e Oliveira Junior, 2025).

É de fundamental importância destacar que este estudo foi publicado no volume 65 da revista internacional **"Trabalhos de Antropologia e Etnologia"**, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Este fato estabelece um nexo causal e metodológico com o primeiro capítulo desta tese, cujas bases teóricas sobre racismo estrutural foram publicadas no volume anterior (64) da mesma revista.

Esse retorno estratégico à mesma publicação internacional de prestígio cria uma "ponte" de encerramento para a tese, conferindo-lhe uma unidade orgânica e solidez acadêmica global. Enquanto o primeiro artigo (Capítulo 1) preparou o terreno conceitual sobre a necropolítica e a herança colonial, este segundo artigo (Capítulo 4) dá materialidade a essa teoria por meio das narrativas vivas e da resistência epistêmica dos pescadores. Ao ancorar o início e o fim da jornada investigativa em um veículo europeu de referência antropológica, a presente tese não apenas valida internacionalmente a gravidade dos conflitos no Delta do Parnaíba, mas também consagra a voz das comunidades tradicionais como produtoras de um conhecimento capaz de desafiar o capitalismo predatório e propor novos horizontes de "envolvimento comunitário" e justiça socioambiental.

CAPÍTULO 1. RACISMO AMBIENTAL, CONFLITO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.

Introdução

O racismo, em sua operação contemporânea, revela-se de maneira crescentemente complexa (Campos, 2017:16), exigindo investigações empíricas e orientações teóricas robustas para desvendar suas dinâmicas ontológicas. É inegável a profunda interconexão entre racismo estrutural, racismo ambiental e a luta por justiça ambiental, configurando uma intrincada rede de poder que perpetua desigualdades e injustiças sociais. O racismo estrutural, ao criar as condições para a manifestação do racismo ambiental, relega comunidades minoritárias a ambientes degradados e inseguros. Por sua vez, o racismo ambiental, ao perpetuar a exclusão e a marginalização, dificulta o acesso à justiça ambiental, cujo objetivo central é desmantelar as raízes dessas iniquidades, vislumbrando um futuro de equidade social na convivência entre povos e sociedades.

Este capítulo propõe uma análise aprofundada do racismo ambiental como variante intrínseca do racismo estrutural na realidade brasileira contemporânea, ancorada em sua história colonial. Serão abordadas a persistência da situação colonial no século XXI, a necropolítica como governança da morte em territórios tradicionais, e a justiça ambiental como uma resposta antirracista essencial, explorando a interconexão entre esses conceitos.

Para aprofundar essa compreensão, o capítulo também se dedicará à teoria do conflito nas ciências sociais, com ênfase nas contribuições da Antropologia, especialmente de Max Gluckman e Georges Balandier. Serão analisados os elementos fundamentais da análise do conflito — o ator social e o campo — para, em seguida, contextualizar a persistência da situação colonial no século XXI, a interdependência entre conflito, ator social e campo, e o papel crucial dos atores e do ativismo nos conflitos socioambientais. Por fim, as ferramentas analíticas aqui desenvolvidas serão interligadas para iluminar as lutas concretas descritas nos próximos capítulos, que focam nos impactos da

transição energética no Nordeste e, especialmente, no Delta do Parnaíba (que se somam aos impactos do turismo).

1. Referencial Teórico

1.1 Fundamentos Teóricos da Injustiça Ambiental

O estudo do Racismo Ambiental e da Justiça Ambiental é crucial para um futuro sustentável e equitativo, evidenciando a desigualdade ambiental que afeta desproporcionalmente comunidades tradicionais e minorias étnicas, conforme analisado por Chavis (1994), Bullard (1994), Pellow (2006) e Nascimento, Azevedo e Almeida (2023). Chavis (1994) e Pellow (2006) destacam o racismo ambiental na localização de instalações tóxicas e na exposição desigual a poluentes, enquanto Bullard (1994) e Holifield (2001) ressaltam o empoderamento comunitário e a natureza política desses conceitos. No Brasil, Hupper e Correa (2023) e Pacheco e Faustino (2013) apontam a herança colonial como perpetuadora da desigualdade e do racismo estrutural no acesso a direitos e políticas ambientais, e Nascimento, Azevedo e Almeida (2023) conectam conflitos ambientais rurais e urbanos à expulsão territorial e concentração em áreas de risco. Pellow (2006) ainda critica a suavização do discurso sobre desigualdades raciais, que minimiza o racismo como uma força material de desigualdade.

Em síntese, Chavis (1994) define Racismo Ambiental como discriminação racial em políticas ambientais. Bullard (1994) defende a Justiça Ambiental como luta contra desigualdade. Holifield (2001) ressalta que são conceitos políticos. Hupper e Correa (2023) articulam racismo estrutural com políticas ambientais. Pellow (2006) aponta o problema global da exposição desigual a poluentes. Nascimento, Azevedo e Almeida (2023) conectam conflitos rurais-urbanos à expulsão de terras. Pacheco e Faustino (2013) evidenciam a herança colonial brasileira na perpetuação do racismo ambiental. Hupper e Correia (2023) argumentam que o legado colonial brasileiro, marcado pela escravidão, contribui para as desigualdades sociais, com a população negra ainda enfrentando vulnerabilidade e violações de direitos. A experiência colonial se reflete nas injustiças ambientais que impactam comunidades marginalizadas (Hupper e Correa, 2023:74).

Pellow (2006:03) observa que *os estudos de justiça ambiental sejam focados primariamente numa forma de desigualdade racial, essa literatura surpreendentemente faz pouco uso de teorias existentes e bem estabelecidas de racismo e desigualdade racial.* Além disso, Pellow (2006) aponta que estudos de justiça ambiental focam em desigualdade racial, mas, surpreendentemente, fazem pouco uso de teorias consolidadas de racismo, o que leva à suavização do discurso e à minimização do racismo como força material de desigualdade.

Pacheco e Faustino (2013:91-92) destacam que as desigualdades sociais se intensificam nos conflitos ambientais, onde o desenvolvimento econômico mascara a desvalorização de populações locais, perpetuando a dominação e exploração. (Pacheco e Faustino, 2013:92) reforçam que a precariedade de acesso a instituições e as desigualdades políticas e econômicas tornam essas populações desfavorecidas pela sua histórica exclusão. Mesmo com esse aspecto socioeconômico, é difícil não perceber que em relação ao fator raça/etnia ou modo de viver das populações tradicionais.

> É possível que, na maioria dos casos, não possamos afirmar que as empresas ou políticas agridam determinadas comunidades, seu território e sua cultura de forma necessariamente intencional ("Vamos para aquela região porque eles são negros ou índios"). Contudo, é impossível negar que a precariedade do acesso às instituições públicas e as desigualdades políticas e econômicas tornam essas populações, a priori, desfavorecidas e prejudicadas pela sua histórica exclusão (ou inclusão subordinada, real ou potencial) das instâncias oficiais mais amplamente reconhecidas e legitimadas de exercício do poder. (Pacheco e Faustino, 2013:92)

No sentido de que possamos ver essas nuances, aqui, nesse texto passamos ao conceito de racismo e suas variantes, para em seguida tratar da relação entre o racismo estrutural e o racismo ambiental

1.2 Racismo Estrutural e Racismo Ambiental: Conceitos e Interconexões

O racismo é definido como a discriminação social baseada na crença de que existem diferentes raças humanas, com uma sendo superior às outras, manifestada por atitudes depreciativas e discriminatórias fundamentadas em características físicas e outros traços, sem base científica em relação a grupos sociais ou étnicos (Pellow, 2006:06). Este autor aponta que, embora sutil em

certos contextos, o racismo é prontamente percebido por muitas pessoas de cor em diversos ambientes, e o racismo ambiental, por exemplo, pode ser uma forma totalizadora de racismo que afeta o entorno, a saúde e a vida. A ligação entre violência e controle sobre corpos e espaço físico é uma dimensão crucial a ser considerada (Pellow, 2006:06).

O racismo opera em diversas tipologias – estrutural, institucional, recreativo, religioso e ambiental. A complexidade conceitual exige a compreensão de que enfatizar atos discriminatórios na reprodução do racismo leva a estratégias legais focadas na tipificação e punição, mas tais atos são frequentemente intangíveis e sutis (Campos, 2017:08-09). Em relação ao racismo ambiental, é fundamental reconhecer a posição e a importância política de sujeitos étnico-racial e culturalmente diversos, compreendendo essa diversidade como condição humana e histórica (Pacheco e Faustino, 2013:93), o que se conecta a um modelo de desenvolvimento que se perpetua desde o período colonial. Essa visão se manifesta na invisibilização, desvalorização e exotização de culturas, na negação de identidades e na imposição de modelos de desenvolvimento que impactam negativamente modos de vida e territórios (Pacheco e Faustino, 2013:77-78).

Em particular, o racismo ambiental exige o reconhecimento da posição e importância política de sujeitos étnico-racial e culturalmente diversos, compreendendo essa diversidade como condição humana e histórica. Como apontam Pacheco e Faustino (2013:93), considerar o racismo na problemática das injustiças ambientais significa entender essa diversidade 'sem distorções alegóricas, mas como condição humana e, portanto, histórica'. Essa perspectiva se conecta a um modelo de desenvolvimento que insiste em se perpetuar desde o período colonial

Um outro pensador, Yang (2024) detalha as categorias justiça ambiental, equidade ambiental e racismo ambiental. A justiça ambiental abrange um amplo espectro de injustiças; a equidade ambiental foca em disparidades mensuráveis e discriminação; e o racismo ambiental em desigualdades estruturais que desfavorecem minorias em questões ambientais. Esta distinção crítica evidencia a persistência do racismo estrutural em questões ambientais. Contudo, Holifield (2001:78) defende que a busca por definições únicas é inadequada, sendo

valiosas as diversas interpretações baseadas em diferentes contextos, e crucial reconhecer as implicações políticas das definições.

A complexa interação entre racismo e desigualdade ambiental constitui um desafio persistente, marginalizando comunidades e expondo-as desproporcionalmente a riscos ambientais. O racismo estrutural se manifesta no acesso desigual ao meio ambiente, relegando comunidades minoritárias e de baixa renda a áreas com maior poluição e riscos. Enraizado em ideologias preconceituosas, o racismo perpetua desigualdades, com profundas implicações no acesso a um meio ambiente saudável.

O racismo, enraizado em ideologias preconceituosas, manifesta-se em práticas discriminatórias e perpetua desigualdades estruturais, com profundas implicações no acesso a um meio ambiente saudável. Compreender essa intrincada relação exige uma análise que transcende a perspectiva unidimensional, desvendando as diversas faces do racismo e suas interconexões na perpetuação do acesso desigual a bens ambientais. Combater esse mal demanda uma compreensão profunda de suas dimensões e inter-relações, pois a análise focada em apenas um aspecto limita a apreensão da complexa rede de poder que sustenta esse sistema opressor.

A abordagem tridimensional do racismo, proposta por Campos (2017), desdobra o fenômeno em ideológica (crenças que justificam a inferiorização), prática (ações e comportamentos discriminatórios) e estrutural (desigualdades arraigadas em leis e instituições). Essa perspectiva multidimensional revela como o racismo contemporâneo se manifesta em diferentes níveis, desde o discurso de ódio até as disparidades socioeconômicas, demonstrando que a raça é uma construção social. A interdependência dessas dimensões exige estratégias multifacetadas, atuando na educação, conscientização e promoção de políticas públicas justas. Em síntese, essa abordagem é essencial para compreender a teia de poder que sustenta o racismo e suas implicações ambientais, possibilitando a construção de estratégias eficazes para uma sociedade mais justa e igualitária.

O conceito de Racismo Ambiental (Chavis, 1994:12) evidencia a luta histórica das populações tradicionais cujos territórios são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais. Benjamin Chavis (1994:12) o define como:

a discriminação racial na criação e aplicação de políticas ambientais e leis. Envolve o direcionamento deliberado de instalações de lixo tóxico para comunidades negras e de cor, a sanção oficial da presença de venenos e poluentes que ameaçam a vida nessas comunidades, e o histórico de exclusão de pessoas negras e de cor da liderança do movimento ambiental.

No contexto internacional, manifesta-se na disparidade entre países do Norte e do Sul Global, com o colonialismo, neoliberalismo e globalização intensificando essa desigualdade. No Brasil, estende-se aos territórios de populações tradicionais, onde a não legalidade e infraestrutura precária revelam o racismo ambiental. Essa não legalidade de territórios, em áreas rurais ou nas periferias urbanas, aliada a uma infraestrutura precária (ausência de saneamento básico, serviços de educação, saúde e mobilidade entre os mais comuns) são reveladores do racismo ambiental.

Nessa intersecção, é necessário rever a lógica do sistema capitalista e construir um modelo de desenvolvimento que priorize a justiça social e ambiental, reconhecendo direitos territoriais e implementando políticas públicas que combatam a segregação espacial. Os conflitos socioambientais em territórios ocupados por populações tradicionais evidenciam essa lógica excludente, com a negação de acesso à terra, água e recursos, violência policial e criminalização. O racismo ambiental torna-se mais evidente quando se considera que essas populações são as que mais contribuem para a preservação ambiental, utilizando seus conhecimentos ancestrais para proteger a biodiversidade e os recursos naturais.

> Nesse sentido, o racismo ambiental aparece como uma espécie de *continuum* do racismo estrutural e até mesmo do institucional, o qual, sob a égide do capital e da racionalidade colonial, coisificou as pessoas, seus territórios e o meio ambiente, lançando-os, contraditoriamente, ora à exploração do mercado, ora ao abandono e a exclusão. Tudo isso com o consentimento histórico e silencioso do Estado brasileiro, quando na negação do racismo, não garantiu a essas pessoas e populações o acesso à moradia, à saúde, à educação, ou até mesmo ao reconhecimento de cidadania. (Nascimento, Azevedo e Almeida, 2023:5085)

Este consentimento do Estado, que nega cidadania (e é a essência da necropolítica, conceito do Pesquisador congolês Achile Mbembe (2018), torna-

se ainda mais evidente quando confrontado com a proposta brasileira do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial. A existência de um objetivo para eliminar a violência e garantir saúde e habitação para populações negras e indígenas, enquanto políticas desenvolvimentistas produzem o oposto, revela que a "governança da morte" não se dá apenas pela ação direta, mas pela omissão deliberada. A violação das metas do ODS 18 é a métrica da necropolítica em ação no território.

1.3 Necropolítica e a Governança da Morte

O conceito de necropolítica (Mbembe, 2018; Barbosa, 2022) aprofunda o entendimento dos conflitos, argumentando que o Estado, na era colonial/moderna, decide quais vidas serão valorizadas e quais serão relegadas à morte. Essa lógica manifesta-se desde políticas públicas que beneficiam grupos específicos até a brutalidade policial. A omissão do Estado na proteção da vida contribui para a perpetuação das desigualdades e da violência.

O texto "Geo-grafias racializadas: comunidades quilombolas e natureza em disputa" (Barbosa, 2022) foca na reorganização territorial racializada e na necropolítica que visa eliminar ontologias relacionais e territórios tradicionais. Critica o sistema capitalista racista e a necropolítica imposta, ressaltando a luta pela vida das comunidades tradicionais. O autor utiliza os conceitos de geo-grafia racializada (espaço moldado por relações de poder racistas), necropolítica (Estado que elimina vidas e territórios em nome do "desenvolvimento") e luta pela vida (resistência à necropolítica).

Barbosa (2022) examina a tensão entre a geografia ontológica dualista (exploração capitalista) e a relacional (vida e sustentabilidade), destacando a persistência do colonialismo na modernidade, moldando a concepção de raça, natureza e capitalismo. – e ao mesmo tempo, a resistência de comunidades racializadas diante da necropolítica que explora territórios para lucro, em forma de movimentos sociais em nome de uma vida digna, opondo-se à lógica mortal do capital. No Brasil, apesar dos avanços, o desmantelamento da necropolítica exige vigilância e contestação das ações do Estado para garantir a valorização e proteção de todas as vidas.

1.4. A Justiça Ambiental como Resposta Antirracista

A Justiça Ambiental, conforme a tese central de Robert D. Bullard (2008), denuncia a desigualdade ambiental e a luta por justiça, argumentando que comunidades minoritárias e de baixa renda são desproporcionalmente afetadas por poluição e riscos ambientais. Ele defende a prevenção de danos, a aplicação igualitária de leis e o empoderamento de comunidades para defender seus direitos. Bullard (2008:02) ressalta que a Primeira Cúpula Nacional de Liderança Ambiental para Povos de Cor (1991) ampliou o movimento, unindo grupos ambientalistas, de direitos civis e de justiça social, quando se referiu assim:

> A Primeira Cúpula Nacional de Liderança Ambiental para Povos de Cor de 1991 foi provavelmente o evento mais importante da história do movimento. A cúpula ampliou o movimento de justiça ambiental, indo além de seu foco inicial em substâncias tóxicas, para incluir questões de saúde pública, segurança do trabalhador, uso da terra, transporte, moradia, alocação de recursos e empoderamento da comunidade. O encontro também demonstrou a possibilidade de construir um movimento de base multirracial em torno da justiça ambiental e econômica. (Bullard, 2008:02)

Bullard (2008) enfatiza que a justiça ambiental não se limita à poluição, mas abrange questões como saúde pública e empoderamento comunitário, e que as comunidades afetadas estão se mobilizando para exigir mudanças. Sua tese é um chamado à ação para que governos e empresas sejam responsabilizados, políticas públicas protejam comunidades vulneráveis e ações de base alcancem mudanças duradouras. Sua obra inspira o ativismo e a pesquisa, contribuindo para a compreensão e a luta por um futuro justo e sustentável.

A luta por um ambiente saudável se entrelaça com Racismo Ambiental (Chavis, 1994) e Justiça Ambiental (Bullard, 2008), conceitos distintos, mas interconectados. Holifield (2001:86) sugere que racismo e justiça ambiental são conceitos políticos, e a pesquisa urbana deve ir além da análise da poluição, explorando diversas interpretações e implicações políticas. A pesquisa sobre justiça ambiental urbana deve considerar a diversidade de interpretações entre ativistas, órgãos federais e comunidades, bem como a variação espacial e temporal (Holifield, 2001; Pellow, 2006).

Holifield (2001) sugere que pesquisadores urbanos se engajem criticamente com o debate, reconhecendo a diversidade de interpretações e as implicações políticas, o que fortalece a necessidade de um olhar inter e transdisciplinar.

Enfim, concordamos ainda com a afirmação de Hupper e Correa, na qual se ressalta *que a problemática abordada será, portanto, examinar se o racismo estrutural reflete o cenário de desigualdades ambientais no contexto de sociedades com marcas tão excludentes, onde as populações excluídas ainda vivem à margem das políticas ambientais que possam conferir-lhes o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado.* (Hupper e Correa, 2023:50-51). É nesse contexto que o conceito de racismo ambiental é uma categoria, amplamente, utilizada agora por populações excluídas em suas demandas socioambientais.

Essa situação é indicada pela dicotomia racismo ambiental e (in)justiça ambiental que os torna, em alguns discursos como sinônimos. Essa fragilidade conceitual minimiza o racismo – que é estruturado na sociedade como categoria de interpretação sobre o *outro* e, também, de intervenção via políticas públicas direcionadas às populações tradicionais de forma geral.

É fundamental, entretanto, compreender que nesse processo de construção de um corpo teórico que incialmente os

> Estudos de justiça ambiental são o corpo de literatura interdisciplinar que se desenvolveu nos recentes 1970, por um crescente grupo de acadêmicos nos EUA. [...] Centenas - talvez milhares de estudos concluíram que minorias étnicas, pessoas indígenas, pessoas de cor e comunidades de baixa renda enfrentam uma maior carga ambiental de exposição de poluição do ar, água e terra associados com industrialização, militarização e práticas de consumidor. (Pellow, 2006:03)

Embora esses conflitos ambientais e as relações predatórias do capital com o meio ambiente afetem principalmente as áreas rurais, seus efeitos se propagam para os centros urbanos. As populações expulsas de suas terras tradicionais são frequentemente relegadas a locais de risco, como morros, favelas, encostas e áreas de alagamento, onde as condições precárias de vida agravam a situação. Nesses locais, as famílias geralmente não têm acesso à água potável, ao sistema de esgoto sanitário ou à coleta regular de lixo, o que

compromete a saúde ambiental e impacta desproporcionalmente a saúde das mulheres e crianças. (Nascimento, Azevedo e Almeida, 2023:5086)

De acordo com Pacheco e Faustino (2013) os conflitos e injustiças ambientais no Brasil são profundamente marcados pelo racismo e pela herança colonial, com o modelo de desenvolvimento hegemônico privilegiando interesses de grupos dominantes em detrimento de populações marginalizadas. O Estado, através de políticas públicas e financiamento, contribui para perpetuar essa dinâmica, legitimando e até mesmo financiando atividades que geram impactos ambientais negativos. Segundo os autores

> No que se refere às injustiças ambientais, no Brasil é nos bairros pobres das periferias urbanas (visivelmente de maioria negra) e nos territórios indígenas, quilombolas e das outras comunidades tradicionais que se instalam as indústrias químicas; o agronegócio dos agrotóxicos, do trabalho escravo e dos desertos verdes; as mineradoras e as siderurgias; as hidro e termelétricas; e outras atividades produtivas cujos impactos ambientais sobre a vida, o trabalho, a cultura e a saúde estão marcados no Mapa de Conflitos. E são majoritariamente esses contingentes os expropriados, contaminados, despejados, remanejados, enfrentando direta e imediatamente as perdas e danos colaterais do desenvolvimento econômico. (Pacheco e Faustino, 2013:90)

Pellow (2006:03) observa que os estudos de justiça ambiental, embora focados em desigualdade racial, pouco utilizam teorias de racismo e desigualdade racial, e (Nascimento, Azevedo e Almeida, 2023:5086) destacam que conflitos ambientais e relações predatórias do capital, que afetam áreas rurais, propagam-se para os centros urbanos, relegando populações expulsas a locais de risco com condições precárias. Pacheco e Faustino (2013) afirmam que os conflitos e injustiças ambientais no Brasil são profundamente marcados pelo racismo e herança colonial, com o Estado legitimando atividades que geram impactos negativos (Pacheco e Faustino, 2013:90).

Como exemplo de grande repercussão tivemos os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, onde a maioria das vítimas era negra e de baixa renda, e os impactos devastadores no povo Krenak, demonstram a interconexão entre desigualdade racial, socioeconômica e vulnerabilidade ambiental. Apesar da vulnerabilidade, esses grupos demonstram grande

resistência, organizando-se em movimentos e militâncias que lutam contra as injustiças ambientais e defendem seus territórios (Pacheco e Faustino, 2013:98). O conhecimento acumulado das populações tradicionais é crucial para combater o racismo ambiental e a injustiça ambiental (Nascimento, Azevedo e Almeida, 2023:5072), exigindo o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais (Brasil, 2014:28). Para isso, é fundamental o apoio à participação efetiva das populações tradicionais na tomada de decisões e a insistência em modelos de desenvolvimento sustentável.

A exploração da complexa rede de poder entre Racismo Estrutural, Racismo Ambiental e Justiça Ambiental revela desigualdade e exclusão. A luta por Justiça Ambiental transcende a proteção do meio ambiente, exigindo o reconhecimento da interconexão entre as lutas por igualdade racial, social e ambiental, combatendo diversas formas de opressão. Essa luta baseia-se em três pilares: igualdade, justiça social e sustentabilidade. No processo de reação, são necessários: uma abordagem interseccional, o empoderamento das comunidades tradicionais e políticas públicas que garantam um ambiente limpo e seguro para todos. Ao analisar os conflitos ambientais no Brasil, especialmente no Delta do Parnaíba, é imprescindível reconhecer que o modelo de desenvolvimento dominante opera em um contexto de profunda desigualdade histórica, marginalizando e prejudicando grupos discriminados, herança do processo de colonização europeia, que impacta populações tradicionais e áreas pobres (cuja maioria é negra).

1.5 Justiça Ambiental como Imperativo: Desenvolvimento, Racismo e a Luta por Direitos

O modelo de desenvolvimento hegemônico, focado no crescimento econômico a qualquer custo e imerso em uma herança colonial e racista, perpetua desigualdades, negligenciando conhecimentos ancestrais e necessidades de populações tradicionais. Essa lógica marginaliza comunidades, relegando-as a áreas de risco ambiental e privando-as de direitos básicos, criando um ciclo de exclusão e exploração que torna central a articulação entre racismo estrutural e racismo ambiental para a compreensão das injustiças socioambientais.

A ausência da implementação da Convenção 169 da OIT e dos protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) representa obstáculos significativos. A reversão desse quadro está diretamente relacionada aos movimentos de resistência socioambientais e ao ativismo, essencial na construção de políticas públicas e garantias constitucionais. Autores como Amartya Sen, Pierre Bourdieu, Boaventura de Sousa Santos e Claude Raynaut colocam o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação social com participação ativa de todos os atores.

A análise revela a urgência de desmantelar estruturas de poder que perpetuam a desigualdade socioambiental e o racismo. A construção de um futuro justo exige reconhecimento da diversidade de saberes, valorização das comunidades tradicionais e uma visão holística que integre dimensões sociais, ambientais e culturais do desenvolvimento, combatendo diversas formas de opressão para uma sociedade mais equitativa e harmoniosa. Contudo, o percurso exige o reconhecimento do conflito como parte estrutural e estruturante da sociedade.

1.6. O Conflito Socioambiental em territórios tradicionais sob a ótica antropologia (a Teoria do Conflito)

A análise proposta fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas da Antropologia, Sociologia e Geografia. O objetivo é desvendar as complexas dinâmicas dos conflitos socioambientais em territórios tradicionais. A metodologia combinará a revisão bibliográfica aprofundada com a análise de situações sociais específicas, seguindo as diretrizes de Gluckman e Balandier, a fim de contextualizar os atores sociais e os campos de disputa, conforme a teoria de Bourdieu.

O ponto de partida metodológico é a Teoria do Conflito como lente analítica. O conflito expõe tensões, desmascara desigualdades e desafia estruturas de poder, abrindo caminho para novas formas de organização social, redistribuição de recursos e mudanças profundas na estrutura social. Segundo Gluckman (1987:228), a partir das situações sociais e de suas inter-relações em uma sociedade particular, é possível abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc., daquela sociedade.

Analisaremos o conflito a partir das contribuições de Max Gluckman e Georges Balandier, cujos estudos na década de 1930 são de grande importância para o estudo das políticas públicas (de desenvolvimento). Suas visões ainda são influenciadas por estruturas coloniais. Enquanto Gluckman foca no fator estrutural do conflito entre grupos sociais, Balandier ressalta o aspecto étnico-racial na elaboração de políticas públicas. O desenvolvimento é, aqui, visto como uma política pública que, sob certo aspecto, facilita a manutenção de desigualdades entre os atores sociais na disputa pelo poder.

Max Gluckman (1987), no ensaio "Análise de uma situação social na Zululândia moderna", examina as relações entre africanos zulus e brancos na Zululândia do Norte para entender como a estrutura social, o meio ambiente e a vida cotidiana influenciam o comportamento individual e coletivo. Através da análise de eventos específicos, Gluckman demonstra como as relações entre grupos sociais se manifestam em diferentes contextos, revelando as complexas interações e tensões presentes na sociedade zulu.

Para Gluckman, os movimentos sociológicos são expressos em termos culturais. Seu texto sobre a Zululândia aborda a importância de estudar movimentos sociológicos ao analisar sistemas sociais em transformação. Seu foco está na dinâmica das relações entre grupos e indivíduos, incluindo poder, interesses, conflitos e cooperação em constante mudança. Ele destaca que a mera existência de diferenças culturais não é suficiente para gerar mudanças sociais, pois sistemas com grupos culturalmente diversos podem ser estáveis e repetitivos. Gluckman (1987:317) argumenta que:

> “Ao estudar um sistema social em mudança, ocupamo-nos amplamente com movimentos sociológicos, que são as relações em mudança de grupos e personalidades sociais com seu poder, interesses, conflitos e cooperação em alteração. Já observamos que diferenças de cultura entre grupos num sistema social não são, em si, suficientes para produzir mudanças, pois existem sistemas repetitivos de grupos de cultura heterogêneos. As mudanças ocorrem nos sistemas de grupos de cultura tanto homogêneos quanto heterogêneos somente quando há conflitos que não podem ser resolvidos e a cooperação indispensável não pode ser alcançada dentro do padrão original."

Max Gluckman, com sua teoria do "conflito funcional", argumenta que o conflito é fundamental para a coesão social. Ao mesmo tempo que tensiona as

relações sociais, o conflito serve para restabelecer o equilíbrio e fortalecer a estrutura social. Dessa forma, o conflito não é visto como algo negativo, mas como uma situação social que leva à transformação e adaptação social. Gluckman (1987:238) define uma situação social como:

> "o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade."

Para Gluckman (1987:317), o antropólogo deve utilizar as situações sociais como base fundamental para suas pesquisas, pois são os eventos que ele observa diretamente. Através da análise das situações sociais e de suas interconexões em uma sociedade específica, é possível extrair elementos abstratos como a estrutura social, as relações sociais, as instituições e outros aspectos cruciais daquela sociedade.

George Balandier (1951), por sua vez, aprofunda a análise do conflito no contexto de sociedades complexas em constante transformação. Ele destaca a "situação colonial", onde as relações de poder são marcadas por desigualdade e conflito, argumentando que essa situação se repete em outras dinâmicas sociais, como a urbanização acelerada ou a globalização. Balandier (1951) enfatiza a importância de entender o contexto social e histórico para compreender a dinâmica do conflito e suas implicações sociais.

No texto "A Situação Colonial: Abordagem Teórica", Georges Balandier argumenta que a expansão colonial europeia, no século XIX, impôs uma situação específica e complexa aos povos subjugados, impactando colonizados, administração colonial e estados recém-criados. Balandier (1951:56) afirma que, ao considerar a situação colonial em seu conjunto e enquanto sistema, "*evocamos os elementos em função dos quais toda situação concreta pode ser descrita e compreendida, mostramos como estão ligados entre si e que assim toda análise parcial é ao mesmo tempo*". Para o autor, a situação colonial não pode ser ignorada, pois influencia as reações dos povos "dependentes" e explica as reações de povos recém-emancipados. Balandier (1951:33) descreve a situação colonial da seguinte forma:

> "A situação colonial traz problemas ao povo subjugado — que lhes responde na medida em que certo “jogo” lhe é concedido —, à administração que representa a suposta nação tutora (e defende seus interesses locais), ao Estado recentemente criado sobre o qual pesa toda uma inércia colonial. Atual, ou em fase de liquidação, esta situação gera problemas específicos que devem provocar a atenção do sociólogo. Este pós-guerra mostrou a urgência e a importância do problema colonial em sua totalidade, caracterizado por empreendimentos difíceis de se reconquistar, por emancipações e concessões mais ou menos condicionais, e anuncia uma fase técnica da colonização dando continuidade à fase político-administrativa."

Balandier defende a análise da situação colonial como um "complexo único" que envolve diversos aspectos interligados: a história da colonização, a exploração econômica, o sistema administrativo e jurídico, as ideologias que a justificam e as reações dos povos colonizados. Ele critica a tendência de alguns antropólogos em ignorar a dinâmica do colonialismo, focando apenas em aspectos culturais ou em soluções práticas para problemas específicos. Balandier (1951:33) pontua a desigualdade na consideração do contexto colonial pelos antropólogos:

> "Foi, no entanto, de uma maneira bastante desigual que os antropólogos levaram em consideração este contexto preciso que implica a situação colonial, e tivemos a ocasião de mostrá-lo em um trabalho atualmente em andamento. De um lado, pesquisadores obcecados em perseguir o etnologicamente puro, o fato inalterado e conservado miraculosamente em seu primitivismo, ou pesquisadores exclusivamente ávidos pela especulação teórica meditando sobre o destino das civilizações ou sobre as origens da sociedade; de outro lado, pesquisadores engajados em múltiplas investigações práticas, e de alcance restrito, contentando-se com um empirismo cômodo quase sem ultrapassar o nível de uma técnica. Entre estes dois extremos, a distância é longa — ela conduz dos confins da antropologia dita 'cultural' aos da antropologia dita 'aplicada'."

Para Balandier (1951), a sociedade colonial é marcada pela heterogeneidade e pela dominação racial, com uma minoria branca, culturalmente superior, exercendo controle político e econômico sobre uma maioria colonizada. Ele alerta sobre o papel dos antropólogos nesse aspecto, escrevendo que:

> "Os antropólogos coloniais estavam pouco ligados a estes fatos e a problemas raciais e lembramos o pequeno lugar dado a estes em seus programas de pesquisa, o que se explica pela atenção concedida às culturas mais do que às sociedades, também, pela preocupação (mais ou menos consciente) de não questionar os próprios fundamentos (e a ideologia) da sociedade colonial da qual participam." (Balandier, 1951:54)

Ao final, Balandier (1951) argumenta que a sociedade colonizada é fragmentada, dividida por etnias, religiões e classes sociais, criando um sistema de relações tensas e conflitantes. A noção de "crise" é central para compreender a situação colonial, pois ela expõe as fragilidades das estruturas tradicionais e as reações dos povos colonizados.

1.7. A Crença na Sociedade Estruturada por Grupos Distintos: conflito, ator social e campo

Com base nas contribuições de Max Gluckman (1987) e Georges Balandier (1951), consideramos que um dos pilares da teoria do conflito é a crença de que a sociedade é estruturada em torno de grupos com diferentes níveis de poder, riqueza e status. Essa disparidade cria uma competição constante por recursos escassos e influência, alimentando conflitos entre grupos que buscam ascensão social, reconhecimento e controle sobre os meios de produção. A luta por justiça, direitos e igualdade, característica de movimentos sociais que desafiam as estruturas de poder, é um exemplo claro dessa dinâmica.

Esta perspectiva, ao invés de idealizar a harmonia social, reconhece as desigualdades de poder, recursos e valores como forças motrizes que geram tensões e conflitos (Gluckman, 1987). Para a análise dos conflitos socioambientais, serão utilizados os seguintes elementos fundamentais:

- **Conflito**: Será abordado não como um desvio, mas como a própria força motriz da transformação social, expondo tensões, desmascarando desigualdades e desafiando estruturas de poder (Gluckman, 1987:317).
- **Ator Social**: Inspirado na Antropologia Política (Soares, 1995; Kuschnir, 2007), será concebido como um ser ativo, capaz de interpretar e reagir ao seu entorno, participando da construção e transformação das estruturas sociais. A investigação de suas experiências, percepções e ações será

central, considerando a heterogeneidade e as redes sociais que sustentam múltiplas percepções da realidade.

- **Campo**: Conforme Pierre Bourdieu (2003), será utilizado como um espaço social de disputa, onde diferentes atores, dotados de capitais (econômico, cultural, social e simbólico) distintos, lutam pela imposição de suas visões de mundo e pelo domínio. A análise do campo permitirá compreender as relações de poder, as lógicas de ação e as disputas simbólicas nos territórios tradicionais, incluindo o "capital territorial".

Dessa maneira, a interdependência entre conflito, ator social e campo será a chave para decifrar a dinâmica dos conflitos socioambientais. O conflito será visto como um processo que se desenvolve dentro de um campo específico, considerando a diversidade de atores e seus interesses, revelando desigualdades históricas e mecanismos de exclusão. A contribuição de Gluckman (1987) e Balandier (1951) será fundamental para contextualizar a persistência da "situação colonial" nos conflitos contemporâneos.

Gluckman, com sua análise de situações sociais, permite entender como a estrutura social e o ambiente influenciam o comportamento individual e coletivo, e como conflitos não resolvidos impulsionam a mudança. Balandier, ao analisar a "situação colonial" como um sistema de relações de poder e dominação, fornece um modelo para entender a repetição de padrões de desigualdade em contextos atuais.

A pesquisa etnográfica, com sua imersão e sensibilidade, será valorizada, reconhecendo os desafios éticos (Krause, 2021) e a importância da identidade do pesquisador na navegação em ambientes de conflito. A análise também incorporará a "ideologia" como um conjunto de ideias e crenças que justificam as desigualdades e a dominação, sendo a luta ideológica uma dimensão crucial na disputa por poder.

No início do século XXI, Kuschnir (2007) discute a abordagem da política pela antropologia, focando em como os atores sociais compreendem e experimentam a política, ou seja, como atribuem significado aos objetos e práticas relacionadas ao mundo político. Nesse sentido, a antropologia passa a atuar em uma perspectiva ampla ao afirmar que:

> "A abordagem antropológica privilegia técnicas de pesquisa qualitativas, voltadas para a realização de trabalho de campo com observação participante e entrevistas em profundidade, frequentemente produzindo “estudos de casos". No entanto, o antropólogo não ignora que as práticas e as representações observadas estão inseridas numa sociedade maior, num sistema político formal, com instituições de larga escala." (KUSCHNIR, 2007:166)

Kuschnir (2007), com a citação acima, responde a uma provocação de críticas à antropologia política formulada no final do século XX pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares (1995), ao considerar o "ator social" um conceito que possui diferentes abordagens na antropologia e na ciência política. Soares argumenta que, para a ciência política, o "ator social" é frequentemente modelado de forma axiomática, com base em pressupostos do individualismo moderno, como o agente racional utilitário. Em contrapartida, a antropologia tende a ver o "ator social" como parte do objeto de estudo, um enigma a ser investigado em sua complexidade cultural. Ele destaca ainda os riscos de relativização absoluta que a abordagem antropológica do "ator social" pode acarretar, ao adotar uma perspectiva totalmente relativista e adaptar as racionalidades às pautas culturais estudadas.

Assim, Kuschnir (2007:163) justifica que o interesse da antropologia pela política existe desde os primórdios da disciplina, uma vez que o estudo de sociedades e relações sociais é estreitamente ligado à temática das relações de poder. Entretanto, ressalta que entre o final do século XIX e o início da década de 1920, a grande maioria dos estudos antropológicos não tinha a política como tema central de interesse, nem a antropologia política era pensada ou formalizada como uma subárea de estudos.

A política é entendida, aqui, principalmente como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Esse fluxo de trocas é regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, o que o antropólogo Marcel Mauss ([1924] 1974) chamou de "lógica da dádiva”, e cujo princípio fundamental está no

comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas. (KUSCHNIR, 2007:164)

Essa perspectiva contrasta com visões mais tradicionais da política, que tendem a tratar os indivíduos como meros receptores de normas e estruturas pré-definidas.

Para a antropologia, é preciso investigar tais trocas dentro do contexto etnográfico em que ocorrem, buscando a compreensão das relações sociais envolvidas. Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangente, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, como família e religião, mas considerados ilegítimos quando operados na esfera política. Isso não quer dizer, obviamente, que se queira justificar nem defender essas práticas – cumpre, antes de tudo, compreendê-las. (KUSCHNIR, 2007:165)

Em resumo, a metodologia proposta busca uma análise integrada e contextualizada, utilizando ferramentas conceituais robustas das ciências sociais para investigar os conflitos socioambientais em territórios tradicionais, com foco na interseção entre racismo ambiental, necropolítica e a luta por justiça ambiental.

1.8. O Conflito Socioambiental no Século XXI: A Persistência da Situação Colonial

> "*_Já está bom. Estas pessoas não têm coroa, não são cidadãos de primeira classe. 400 mil nativos não podem nos dizer, 28 milhões de peruanos: vocês não têm o direito de vir aqui. De de jeito nenhum, isso é um erro gravíssimo e quem pensa assim quer nos levar à realidade irracional e ao retiro primitivo ao passado*[1]

[1] Declarações do Presidente Peruano, Alan García, em 2009, sobre o conflito de Bagua). A manifestação, contra leis que os indígenas consideram como "prejudiciais" a suas comunidades, aconteceu na Província de Bagua, que fica na região amazônica. De acordo com a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESEP), que representa os indígenas, pelo menos 22 manifestantes da etnia awajún morreram nos confrontos com a polícia

A citação acima está no texto "Situações Coloniais, Pluralismo Étnico e Desafios da Autonomia Indígena na América Latina" de Cristhian Teófilo da Silva (2015) que analisa a persistência da noção de raça na estruturação das relações de poder entre o Estado e os povos indígenas na América Latina, mesmo após a adoção do multiculturalismo constitucional. O autor argumenta que o multiculturalismo, apesar de reconhecer os direitos dos povos indígenas, não conseguiu superar o padrão de dominação colonial herdado, que se manifesta através do indigenismo e da "colonialidade do poder".

O discurso do presidente peruano mostra, de maneira inequívoca, que a questão étnico-racial é fundamental para pensarmos o desenvolvimento além do discurso político; é perceber que a construção de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento, de forma geral, ainda tem muito de uma herança colonial, na América Latina e, especificamente, no Brasil,

No século XXI as proposições de Gluckman e Balandier encontram eco em diversas análises. Como exemplo, temos o texto “The ethics of ethnographic methods in conflict zones” de Jana Krause (2021). Essa autora analisa as questões éticas do uso de métodos etnográficos em zonas de conflito contemporâneas. A pesquisa etnográfica, com sua imersão no local de pesquisa e a sensibilidade para compreender como as pessoas interpretam o mundo, é valiosa para estudiosos de conflitos e construção da paz que pesquisam populações vulneráveis. No entanto, a imersão também levanta dilemas éticos, não só pelo contexto específico da pesquisa, mas também pela identidade do pesquisador e como ele navega em ambientes violentos e muitas vezes misóginos.

> Para que a pesquisa etnográfica seja ética, a duração e a extensão da observação precisam variar necessariamente de acordo com o contexto. Dilemas éticos dizem respeito aos perigos físicos e emocionais associados a um determinado local de campo e ao impacto do pesquisador no ambiente, mas também às dinâmicas de acesso e navegação, conforme moldadas pelo gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade, idade e histórico do pesquisador individual. Porque a pesquisa etnográfica é uma prática de pesquisa incorporada, os dilemas surgem não apenas do

> ambiente de conflito específico, mas fundamentalmente de quem o pesquisador é e pode ser dentro desse ambiente. (Krause, 2021: 330)

Os desafios éticos podem levar os pesquisadores a adotarem uma imersão limitada e/ou desigual no local de pesquisa, não como uma etnografia fracassada ou falha, mas como uma estratégia de pesquisa ética que incorpora a sensibilidade etnográfica em graus variados. A autora, destaca a importância de categorias como o gênero, a raça, a etnia, a nacionalidade, a classe e outros fatores de fundo que influenciam a prática de pesquisa, desafiando a imagem do pesquisador intrépido com olhar neutro.

O estudo do conflito, como apresentado pelas contribuições de Gluckman e Balandier, evidencia a importância de analisar as relações de poder e dominação existentes nas sociedades, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. O conceito de “ator social” se torna crucial para entender como grupos com diferentes níveis de poder, riqueza e status interagem e competem por recursos e influência. O “campo”, neste contexto, representa o espaço onde essas disputas se desenrolam, permeado por normas, valores e hierarquias que moldam as relações de poder e as estratégias de ação dos atores sociais. A compreensão do conflito como um motor de transformação social e a análise das disputas por justiça, direitos e igualdade nos permite identificar as tensões e desigualdades que permeiam as relações sociais e, consequentemente, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa

1.9. Atores, Conflitos e Ativismo: Uma Relação Intrincada

O cenário contemporâneo é marcado por intensos conflitos socioambientais, impulsionados por modelos de desenvolvimento insustentáveis e pela crescente desigualdade social. Neste contexto, o papel dos atores sociais, especialmente aqueles engajados no ativismo socioambiental, torna-se crucial para a construção de soluções e a defesa de um futuro mais equilibrado.

O conceito de "ator social" abarca indivíduos, grupos e organizações que, movidos por interesses e valores específicos, exercem influência e protagonismo em diferentes esferas da vida social. Nesse sentido, os atores sociais podem ser considerados como os agentes que impulsionam e reagem às transformações sociais, sejam elas de natureza econômica, política, cultural ou

ambiental. A diversidade de atores sociais, com suas diferentes perspectivas, necessidades e formas de organização, é fundamental para a dinâmica e o desenvolvimento da sociedade.

Os conflitos socioambientais, por sua vez, emergem da disputa por recursos naturais, espaços geográficos e modelos de desenvolvimento, envolvendo diferentes atores sociais com interesses divergentes. A exploração de recursos naturais, a instalação de grandes projetos de infraestrutura, a expansão do agronegócio e a urbanização desenfreada são exemplos de fatores que geram tensões e confrontos entre grupos sociais com diferentes visões sobre o uso e a gestão do ambiente. A complexidade desses conflitos reside na interconexão entre aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, tornando-os desafiadores de serem resolvidos de forma justa e sustentável.

O ativismo socioambiental surge como uma resposta organizada e mobilizada às injustiças e aos impactos socioambientais gerados por diferentes atividades humanas. Movimentos sociais, ONGs, organizações comunitárias, indígenas e quilombolas, entre outros, se mobilizam para defender a justiça ambiental, a preservação da biodiversidade, a proteção dos recursos naturais e a garantia dos direitos de populações tradicionais. O ativismo socioambiental se caracteriza pela busca por justiça social e ambiental, por meio de ações de denúncia, mobilização social, proposição de políticas públicas e práticas de resistência.

Em suma, atores sociais, conflitos socioambientais e ativismo socioambiental formam um triângulo interdependente e dinâmico. Os conflitos socioambientais, muitas vezes resultado de modelos de desenvolvimento insustentáveis, mobilizam atores sociais e impulsionam a ação do ativismo socioambiental. Este, por sua vez, atua como um importante catalisador de mudanças sociais e de pressão política, buscando garantir a justiça ambiental e a proteção dos recursos naturais. A compreensão dessa relação complexa é essencial para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

Para entender a dinâmica do conflito, é crucial analisar a “ideologia" - o conjunto de ideias, valores e crenças que justificam as desigualdades e a dominação. Grupos dominantes utilizam a ideologia para controlar as

consciências dos dominados justificando sua posição de poder e perpetuando as desigualdades. A luta ideológica, portanto, é uma dimensão crucial na disputa por poder, onde diferentes grupos disputam a construção da narrativa social e a interpretação da realidade.

A conexão entre a teoria do conflito e a prática do ativismo socioambiental se materializa quando os conceitos abstratos colocados nesse capitulo iluminam as lutas concretas descritas no próximo capítulo.

As ferramentas analíticas de "conflito", "ator social" e "campo" deixam de ser meras abstrações teóricas e se tornam a chave para decifrar a dinâmica da transição energética no Nordeste. O conflito, teorizado por Marx, Weber e Gluckman, é exatamente a disputa narrada no segundo texto: de um lado, empresas e um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro; de outro, comunidades tradicionais e ativistas que defendem seus territórios e modos de vida. Os atores sociais ganham rosto e voz: são os representantes do Conselho Pastoral dos Pescadores, do Fórum de Mudanças Climáticas e do Seridó Vivo, que, com suas estratégias e discursos, confrontam o poder de corporações como a ABEEÓLICA. O "campo", conceituado por Bourdieu, é a própria arena da transição energética, onde se disputa não apenas o controle de recursos naturais, mas também o capital simbólico de narrativas como "desenvolvimento sustentável". Finalmente, a "situação colonial" de Balandier, discutida no primeiro texto, encontra um eco direto na denúncia de que a transição energética atual reproduz uma lógica extrativista, transformando o Nordeste em um "celeiro de energia para o Norte Global" e perpetuando desigualdades históricas.

CAPÍTULO 2: O ATIVISMO SOCIOAMBIENTAL E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA RESPONSÁVEL (do sertão ao litoral do Nordeste)

> Defendemos uma transição energética justa e popular que considere processos politicamente democráticos, economicamente solidários, culturalmente dialógicos e ecologicamente sustentáveis, na qual todos os saberes tenham chances iguais de expressarem as visões e práticas; que proteja nossas águas e terras, o nosso território, que respeitem a nossa biodiversidade, nossa cultura e modo de vida; que valoriza as mulheres, as juventudes, as crianças e os idosos; que utiliza princípios agroecológicos, desenvolve alternativas sustentáveis de convivência com o semiárido e nos biomas da Caatinga e Costeiro; que considera o direito à produção de alimentos e à cultura alimentar, às nossas tradições e ancestralidades, contrapondo-se às estruturas que promovem o racismo ambiental e social estruturado no sistema capitalista, colonial e patriarcal. (SAR, 2023:01)

Introdução

A transição energética, essencial para combater as mudanças climáticas, exige uma abordagem justa e inclusiva que assegure direitos humanos e proteja populações vulneráveis. A Agenda 2030 da ONU, com seus 17[1] Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destaca a importância da transição energética para um futuro sustentável, incluindo metas específicas para energia renovável, infraestrutura sustentável, produção e consumo responsáveis e ação climática (E+, 2020: 42-46).

A dimensão da crise ambiental mundial provocada pelo uso dos combustíveis fósseis pode ser medida pela inclusão da transição energética como um dos 17 ODS a serem alcançados até o ano 2030. Entretanto, *a crescente expansão de renováveis, da forma como tem sido feita, tem intensificado conflitos territoriais, gerando ameaças à biodiversidade, agravado injustiças e danos socioambientais aos povos do campo, da floresta, das águas e aos seus ecossistemas.* (PNP, 2024:07). Ou seja, a prioridade da transição energética e os agravos às populações e territórios impactados, impõe um olhar

[1] O 18º Objetivo, combate ao racismo é, ainda, uma proposição do Brasil (Presidente Lula) que vem sendo apoiada por vários países membros da Organização das Nações Unidas.

sobre esse processo; de forma a garantir os direitos fundamentais dessas populações. É facilmente perceptível que

> O Brasil tem condições de dar uma imensa contribuição para à descarbonização mundial. Mas isso não pode ser feito às custas de povos e de populações historicamente exploradas, marginalizadas e vulnerabilizadas. A necessidade de realizar a transição energética global é inquestionável. Os efeitos já severos da crise climática nos lembram que a descarbonização do setor energético é imperativa para a estabilização do aquecimento global. No entanto, se for somente energética, esta transição dificilmente tornará a vida melhor. (PNP, 2024:07)

O papel do ativismo socioambiental na promoção da justiça ambiental e social, e sua importância na construção de uma transição energética mais justa é estrutural nesse processo. Não existe mudança social, de fato, sem a participação da sociedade civil organizada. Ressalto a atuação paralela de cientistas comprometidos com questões socioambientais, trazendo à cena a categoria do ativismo científico que

> contribui para a sensibilização da sociedade nas questões de violação de direitos, desigualdades sociais e ambientais, dando um passo importante que é trazer o debate a público, gerar instabilidade no conformismo social, trazer reflexões e holofotes para uma questão, no caso do racismo ambiental, é demonstrar a existência de questão estruturada do racismo, é mostrar que o meio ambiente é constantemente vilipendiado ilegalmente, é denunciar que existe agressões ao meio ambiente e que pessoas são flageladas baseados na estrutura social historicamente desigual. (Ferreira et al, 2021:11)

Este capítulo pretende responder: de que forma o ativismo socioambiental contribui para a construção de uma transição energética socialmente responsável? Assim, o objetivo aqui e analisar o papel desse ativismo na elaboração, promoção e implementação de políticas públicas que resultem em justiça social e a equidade na transição energética. Aqui mostramos um momento da pesquisa (de forma participante) na assessoria e colaboração em momentos de ativismo socioambiental. Nesse aspecto mostramos etnogêneses de movimentos socioambientais (decorrentes de impactos socioambientais das energias renováveis em comunidades tradicionais localizadas do sertão ao litoral), atividades propositivas (audiências, encontros e seminários), documentos técnicos e entrevistas com **seis representantes** de movimentos

sociais. Assim mostramos o campo no qual o conflito gera o ativismo como forma de resistência ampliada aos impactos socioambientais.

A justificativa para a relevância da pesquisa e sua contribuição para o debate sobre a transição energética e o ativismo socioambiental é, principalmente, por proporcionar visibilidade e voz à sociedade civil articulada em propósitos definidos e, também, somar resultados em forma de leis e decretos que beneficiam os territórios e populações sob impactos de empreendimentos de energias renováveis. Igualmente importante é destacar a importância do momento com o representante do Conselho Pastoral da Pesca - CPP na articulação com as lideranças de pescadores artesanais no Delta do Parnaíba.

Mostramos, enquanto dinâmica do campo na disputa de poder, a trajetória do ativismo no conflito com energias renováveis no RN, no período 2020-2025 em territórios tradicionais localizados entre o sertão e o litoral. Serão expostos três momentos de construção do ativismo socioambiental: no sertão, a *Audiência Pública sobre Impactos na Comunidade Quilombola de Queimadas;* no litoral a visita técnica à *Reserva Ambiental da Ponta do Tubarão* e a entrevista com o representante do Conselho Pastoral da Pesca - CPP*;* e, ainda, a participação no seminário de formação do *Movimento dos Atingidos por Renováveis*.

Diante da complexidade dos desafios apresentados pela transição energética e da urgência em garantir que esse processo seja justo e equitativo, este estudo se aprofunda na análise do papel fundamental do ativismo socioambiental. Para tanto, nas seções subsequentes, serão primeiramente explorados os **Fundamentos Teóricos** que sustentam esta investigação, utilizando a Ecologia Política como principal referencial para compreender as dinâmicas de poder e os conflitos socioambientais inerentes à expansão das energias renováveis. Em seguida, será detalhada a **Metodologia da Pesquisa**, que delineará as abordagens e técnicas empregadas para investigar a atuação do ativismo no contexto do Rio Grande do Norte, entre os anos de 2020 e 2025, evidenciando as estratégias de resistência e as contribuições desses movimentos para a construção de uma transição energética socialmente responsável.

2.1. Fundamentos Teóricos e Metodologia da Pesquisa

2.1.1 A Ecologia Política como referencial.

A Ecologia Política, enquanto ciência de caráter propositivo tem sua gênese sustentada na crítica ao capitalismo e à modernidade, apontando-os como responsáveis pela crise ambiental. Por esse motivo, defende a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender as complexas relações entre sociedade, natureza e poder, reconhecendo a importância dos movimentos sociais e das comunidades tradicionais na luta por justiça social e ambiental.

A literatura aqui abordada, referente à ecologia política, está apoiada nos textos: "*Diálogos Contemporâneos da Ecologia Política: Contribuições desde a América Latina*" (Iamamoto et al, 2020); o artigo "*Ecologia Política e Movimentos Sociais Contemporâneos: Reapropriação Social da Terra, dos Territórios e da Natureza*", de Lucas Ramos de Matos (2023); e, um contraponto com o olhar crítico do antropólogo Arturo Escobar, "*O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* (2005).

Autores como Iamamoto, Lamas, Empinotti (2020) e Matos (2023) convergem na defesa de uma transição ecossocial, descolonização do saber, ética política da diferença e valorização da diversidade cultural. Eles também enfatizam a interseccionalidade das opressões, destacando o feminismo[2] e outras lutas sociais como elementos essenciais na construção de uma ecologia política mais justa e inclusiva.

Para Iamamoto et al (2020) a ecologia política é uma construção interdisciplinar em resposta aos silenciamentos das teorias sociais e políticas frente à crise ambiental. Essa crise é caracterizada pela apropriação violenta da natureza e pela concentração de capital, que acentuam as desigualdades sociais.

[2] O papel das Marisqueiras e das Pescadoras Artesanais (algumas líderes nas Colônias de Pescadores) na luta e conquistas de seus direitos tem sido fundamental para os resultados alcançados nos territórios tradicionais e na visibilidade dos conflitos, relacionados às energias renováveis e grilagem de terras, principalmente.

Por sua natureza interdisciplinar, a ecologia política incorpora perspectivas da Antropologia e Geografia (dentre outras) para analisar as relações de poder que se manifestam na intersecção entre meio ambiente e sociedade. Essa abordagem permite análises transversais, englobando os diversos aspectos da problemática ambiental e social. *Assim, a ecologia política se posiciona de maneira crítica a essas desigualdades, assim como defende forma de entendimento da natureza que enfrentem a tendência capitalista de contínua degradação ecológica.* (Iamamoto et al, 2020: 15)

De forma complementar, o artigo "Ecologia Política e Movimentos Sociais Contemporâneos: Reapropriação Social da Terra, dos Territórios e da Natureza", de Lucas Ramos de Matos (2023), critica o modelo de desenvolvimento capitalista, argumentando que *para além da simples dimensão econômica, o capitalismo é um regime cultural e civilizador fragmentador das espacialidades humanas, porque destrói coerências endógenas, modos de vidas, comportamentos humanos e sociais prescritos pelas leis naturais da vida.* (Matos, 2023:274)

Para Matos (2023) a Ecologia Política oferece um caminho para a desconstrução dessa racionalidade, valorizando a diversidade cultural, os saberes e direitos dos povos e comunidades tradicionais, buscando a construção de uma ética política da diferença. Para o autor, a crise ambiental também revela a falácia do "desenvolvimento sustentável", que se apresenta como um discurso de dominação e exploração dos países do Sul Global, ricos em recursos naturais.

Matos (2023) ainda ressalta o papel crucial dos movimentos sociais latino-americanos na construção de alternativas, com a territorialização de uma racionalidade ambiental que busca a transição ecossocial. *Os movimentos sociais latino-americanos têm territorializado uma racionalidade ambiental baseada na construção dos caminhos da transição ecossocietária*. (Matos, 2023:283)

Em relação aos movimentos feministas, em particular, são destacados por suas reivindicações de interseccionalidade, que reconhecem as múltiplas e simultâneas opressões de gênero e buscam integrar a perspectiva de gênero à luta por justiça social e ambiental, o autor ressalta que

> a narrativa construída pelos movimentos feministas garante o estabelecimento de agendas pautadas nas reinvindicações das interseccionalidades construídas pelos movimentos feministas pós-modernos, hoje introduzindo as múltiplas dimensões identitárias e os desafios das múltiplas e simultâneas opressões de gênero como debate urgente de construção de pautas feministas no seio do Movimento. (Matos, 2023:284)

Matos, ainda especifica sobre aspectos do desenvolvimento sustentável e suas contradições quando escreveu que

> O desenvolvimento sustentável remonta a uma série de contradições. Uma delas está no fato de que a possibilidade da sustentabilidade da vida, sem uma mudança estrutural radical (o acesso à terra, sobretudo), faz/fará com que os grupos menos favorecidos que praticam a conservação de seus ecossistemas locais, a partir de saberes fazeres populares e cosmologias, das pautas de resistência contra a degradação imposta pelo capital, e utilizam os recursos naturais para o seu sustento e em outras racionalidades alternativas, não estarão na mesma posição que as outras classes sociais que não praticam essa construção de vertentes sustentáveis. (Matos, 2023:281)

Enfim, a ecologia política se apresenta como um campo de estudos fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável. A interdisciplinaridade, a crítica social, a valorização da diversidade cultural e a luta por justiça social e ambiental são elementos essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos, e os movimentos sociais desempenham um papel crucial nesse processo, buscando alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante e construindo caminhos para a transição justa e equitativa.

Por outro lado, em relação ao ativismo ambiental, o antropólogo colombiano, Arturo Escobar (2005) desenvolveu uma crítica profunda argumentando que ele é frequentemente reduzido a um conjunto de estratégias de gerenciamento e controle que reproduzem e reforçam as estruturas de poder existentes, em vez de desafiá-las. Para ele

> Está claro que a ecologia política criada por estes movimentos sociais é portadora de uma defesa da identidade, do lugar e da região que não dá por estáticos nem o lugar nem a identidade, mesmo se estiver formulada como a defesa destes. Uma construção coletiva da identidade é, logicamente, crucial neste aspecto. De fato, chegou-se a esta política ecológica no encontro com as

> forças e discursos nacionais e transnacionais –desde as novas formas do capital mineiro, madeireiro e agroindustrial que se estabelece na região, até as estratégias de conservação da biodiversidade originalmente concebidas por ONGs ambientalistas do Norte e organizações internacionais– e no contexto de um "espaço" nacional que começa a fazer água por todos os lados, que provoca lamentáveis decomposições e recomposições de identidade e regiões. (Escobar, 2005:78)

Sua tese central pode ser resumida em três pontos principais:

1º. O ativismo ambiental é frequentemente cooptado por instituições internacionais e governos: a lógica do desenvolvimento sustentável, por exemplo, muitas vezes serve para justificar a exploração contínua dos recursos naturais, com um foco em soluções tecnológicas e de mercado em vez de mudanças sociais profundas. Essa cooptação limita a capacidade do ativismo ambiental de desafiar as raízes estruturais da crise ambiental.

2º. A natureza é frequentemente romantizada e essencializada: o foco em proteger a natureza "prístina" e "intacta" ignora a maneira como as comunidades que ocupam territórios tradicionais têm interagido com o meio ambiente de maneiras sustentáveis por séculos. Essa visão romantizada da natureza contribui para a marginalização dessas comunidades impede o desenvolvimento de soluções ambientalmente justas.

3º. A noção de "desenvolvimento sustentável" é profundamente problemática: o conceito de "desenvolvimento sustentável" assume um crescimento econômico infinito em um planeta finito, o que é intrinsecamente insustentável. Ele também tende a privilegiar soluções tecnocráticas e de mercado, em vez de abordar as causas profundas da crise ambiental, como o consumismo excessivo, a desigualdade e o sistema global de produção e consumo.

Em suma, Escobar argumenta que o ativismo ambiental deve se mover além de suas formas atuais, desconstruindo as noções de natureza, desenvolvimento e progresso que o sustentam. Em vez de focar em soluções tecnológicas e de mercado, o ativismo ambiental deve se concentrar em desafiar as estruturas de poder que impulsionam a crise ambiental, promovendo a justiça

social e ambiental, e reconstruindo as relações entre humanos e natureza. Na opinião dele,

> A maioria destes movimentos é concebida explicitamente em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que esta significa. Estes não são movimentos para o desenvolvimento nem para a satisfação de necessidades, apesar de que, logicamente, as melhoras econômicas e materiais são importantes para eles. São movimentos originados numa vinculação cultural e ecológica a um território. Para eles, o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica. Estão obrigatoriamente abertos a certas formas de bens, comércio, e às tecnociências (por exemplo, através de uma relação com as estratégias de conservação da biodiversidade), ao mesmo tempo em que resistem à completa valorização capitalista e científica da natureza. Dessa maneira pode-se considerar que adiantam, por meio de sua estratégia política, umas táticas de racionalidade do pós-desenvolvimento e de uma alternativa ecológica, na medida em que eles expressam com força e defendem discursos e práticas das diferenças cultural, ecológica e econômica (Escobar, 2005:77)

Enfim, cabe ressaltar que a crítica de Escobar não significa que o ativismo ambiental seja inútil ou que não tenha um papel importante a desempenhar na luta contra a crise ambiental. Ele argumenta que o ativismo ambiental precisa ser transformado, criticado e repensado, para que possa realmente contribuir para um futuro sustentável e justo.

2.1.2. Proposta Metodológica e Epistemológica para Análise de Conflitos Socioambientais

Aqui se propõe uma articulação metodológica que se fundamenta na análise documental e na produção epistemológica derivada da práxis da assessoria antropológica em comunidades quilombolas; especificamente em processos de reconhecimento territorial (certificação oficial), elaboração de diagnósticos socioambientais e, mais recentemente, na construção de Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI).

A práxis da assessoria/participação antropológica aqui empregada não se restringe ao compromisso profissional normatizado pela disciplina antropológica, mas se estende a um engajamento político com as lutas das comunidades quilombolas, indígenas, povos de matriz africana (e afrobrasileira), pescadores

artesanais e agricultores familiares já com mais de quatro décadas. Em todos esses contextos a pesquisa (enquanto busca pelo conhecimento) se aliou com atividades de extensão (enquanto busca por transformações sociais).

Desse modo, esta práxis não apenas orienta a ação, mas também estrutura epistemologicamente a produção do trabalho, ao oferecer um instrumental analítico para interpretar as formas de conflitos sociais e ativismo socioambiental, a partir de uma lente que valoriza a experiência e o conhecimento local. (Pereira, 2020). A trajetória da pesquisa e o engajamento em diferentes esferas de ativismo socioambiental fornecem a base empírica para esta investigação que será abordada a seguir através de entrevistas semiestruturadas.

Assim, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes organizações e setores que atuam ou se relacionam com o ativismo socioambiental na transição energética no Nordeste. Os critérios de seleção dos entrevistados buscaram diversidade de perspectivas, incluindo:

- Representantes de movimentos sociais de base/atingidos (Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, Grupo Seridó Vivo).
- Representantes de articulações e fóruns (Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS, com duas entrevistas para captar diferentes funções: pesquisa/ativismo e articulação/ativismo).
- Representantes do poder público (Promotoria de Justiça com atuação na área ambiental).
- Representantes de ONGs com trabalho relevante na interface socioambiental (Oceânica/Rede MangueMar).

As entrevistas ocorreram entre agosto de 2023 a janeiro fevereiro de 2024, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as percepções, estratégias, desafios e impactos do ativismo, bem como a dinâmica das relações entre os diferentes atores (Estado, empresas, comunidades, terceiro setor). Foi utilizado um roteiro semiestruturado, permitindo flexibilidade para explorar temas

emergentes. As entrevistas foram gravadas mediante consentimento e posteriormente transcritas na íntegra para análise.

As entrevistas realizadas, portanto, se revelaram um pilar fundamental para a compreensão das dinâmicas socioambientais e dos conflitos emergentes no contexto da transição energética. Através dos relatos e perspectivas dos atores envolvidos, foi possível captar a complexidade das relações entre comunidades, empreendimentos e políticas públicas, fornecendo dados qualitativos essenciais para a análise aprofundada dos casos estudados. Com essa base empírica, passaremos agora a explorar as nuances do ativismo socioambiental no Rio Grande do Norte.

2.2. Entre o Sertão e o Litoral: Etnogêneses do Ativismo Socioambiental em Conflitos da Transição Energética no RN.

A complexidade da transição energética no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, revela-se em tensões socioambientais que emergem em comunidades diversas. Este estudo abordará três momentos distintos e emblemáticos da emergência do ativismo socioambiental potiguar, cada um representando uma faceta da resistência e da luta por direitos em face da expansão das energias renováveis. O primeiro foco recai sobre a **Audiência Pública sobre Impactos das Energias Renováveis na Comunidade Quilombola de Queimadas, em Currais Novos**. Este caso ilustra como o diagnóstico socioambiental e o apoio à certificação de comunidades tradicionais podem se desdobrar em ações diretas de contestação, impulsionando o debate público sobre os efeitos de parques eólicos e linhas de transmissão em territórios quilombolas. A experiência de Queimadas sublinha a importância da assessoria e do engajamento em processos formais para amplificar as vozes das comunidades afetadas.

Adicionalmente, será analisada a **Visita Técnica à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão - RDSPT** (doravante mencionada como “Ponta do Tubarão”) um cenário litorâneo onde a intersecção de múltiplos conflitos – desde a presença de óleos no litoral até a regulamentação de áreas de pesca artesanal – culminou em uma articulação fundamental para o ativismo. A atuação do Conselho Pastoral da Pesca neste

contexto é um testemunho da capacidade de organizações da sociedade civil em mobilizar e proteger os direitos de comunidades pesqueiras e indígenas, cujos territórios e meios de subsistência são crescentemente ameaçados por empreendimentos de energias renováveis. A reunião na Ponta do Tubarão, que congregou diversas comunidades impactadas, destaca a formação de redes de apoio e resistência, mostrando a força da união de diferentes grupos em prol de causas comuns. Ressalte-se, ainda, desse momento ser um facilitados no acesso aos grupos e lideranças de pescadores artesanais do Delta do Parnaíba.

Finalmente, o estudo culminará na análise da **Etnogênese do Movimento dos Atingidos por Renováveis (MAR)**. Este movimento representa a articulação e a consolidação das diversas experiências de luta e resistência, transformando a indignação local em uma pauta coletiva e organizada. A formação do MAR sinaliza um passo importante na capacidade dos atingidos por projetos de energia renovável de se autodefinirem e de reivindicarem seus direitos de forma mais estruturada, influenciando políticas públicas e promovendo a justiça socioambiental. Através desses três momentos, busca-se traçar um panorama da evolução do ativismo socioambiental no RN, evidenciando as estratégias, os desafios e as conquistas das comunidades em sua busca por uma transição energética verdadeiramente justa e inclusiva.

2.2.1. A Audiência Pública Sobre Impactos das Energias Renováveis na Comunidade Quilombola de Queimadas em Currais Novos, RN.

A assessoria prestada à comunidade quilombola (no apoio à certificação) se estendeu através de um diagnóstico socioambiental no qual se constatou que à comunidade era impactada por um parque de energia eólica e pela linha de Transmissão de alta energia no território da comunidade. Essa situação levou à articulação com vereadores e demais atores sociais na realização de uma audiência pública em Currais Novos, Rio Grande do Norte, realizada em 2023, com foco nos impactos socioambientais decorrentes da implantação de torres eólicas e na reivindicação dos direitos da Comunidade Quilombola de Queimadas. O estudo baseia-se na transcrição de trechos do processo n.º 1.28.200.000123/2023-52, instaurado no Ministério Público Federal (MPF) e em trâmite na Procuradoria da República em Caicó-RN.

2.2.1.1. Contextualização e Demandas da Comunidade Quilombola

A petição inicial, elaborada pelo escritório de advocacia popular Mutirão, presente na audiência pública (TV Câmara Currais Novos-RN, 2023), detalha os graves impactos sofridos pela Comunidade Quilombola de Queimadas. Conforme o documento, a comunidade foi submetida a "intenso impacto ambiental e deixou de ser consultada livre e previamente, conforme determina a Convenção 169 da OIT, para implantação de torres eólicas no Município de Currais Novos" (p. 1). Os danos relatados incluem "casas... rachadas, nuvens de poeira tomaram os ares da comunidade" e a construção de uma linha de transmissão "sem que nenhum quilombola ou mesmo a associação representativa tivessem sidos consultados", configurando "danos... consolidados, porém, a compensação não ocorreu" (p. 1). A petição ressalta, ainda, que o parque eólico "atingiu a serra do Piauí" e que há "falhas grosseiras no processo de licenciamento ambiental" (p. 2).

Diante deste cenário, a comunidade formulou quatro requerimentos fundamentais ao Ministério Público:

1. Efetivar o direito de consulta livre previsto na Convenção 169, da OIT;

2. Verificar a possível existência de erros grosseiros no processo de licenciamento ambiental a cargo do IDEMA, visto a inexistência de compensações ambientais;

3. Nomear peritos com objetivo de mensurar numericamente, o custo ambiental para implantação do parque eólico... para que se possa construir os valores devidos a título de compensação ambiental;

4. Intermediar, com apoio de tradução cultural a cargo desse procurador, um acordo de compensação ambiental entre a empresa proprietária do parque eólico e o Quilombo de Queimadas (p. 1);

2.2.1.2. Resposta do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA-RN)

Em resposta à demanda encaminhada pelo MPF, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN), responsável pelo licenciamento ambiental, informou sobre a mobilização da

CPLI (Comissão de Proteção e Licenciamento Integrado) em 29/09/2023, nos autos do Processo n° 2023-198721/TEC/LO-0227. A Subcoordenadoria de Licenciamento Ambiental do IDEMA (SLCA) protocolou um "Relatório de visita à Comunidade Quilombola Queimadas" em atendimento a um encaminhamento gerado na Audiência Pública de 08 de agosto de 2023, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Currais Novos (p. 2).

O IDEMA concluiu que a *ocorrência da comunidade quilombola no entorno da área de influência do empreendimento foi identificada pelo IDEMA e as tratativas estão sendo devidamente conduzidas por este Instituto*. Adicionalmente, destacou que *o principal encaminhamento ao empreendedor é o Plano de Apoio a Comunidade Quilombola*, considerado um *documento imprescindível para continuidade do licenciamento de operação requerido* (p. 2).

As considerações e encaminhamentos da Comunidade Quilombola de Queimadas incluem:

a) A reivindicação do direito de construção do Protocolo de Consulta da Comunidade Queimadas para a efetivação da Consulta Livre, Prévia e Informada - CPLI, conforme a Convenção nº 169 da OIT.
b) A solicitação de fiscalização das estruturas existentes e demais instalações, particularmente da linha de transmissão próxima ao Açude Grande.
c) A recomendação para análise das características físicas, químicas e biológicas da água dos reservatórios, que apresentaram alterações após a instalação do empreendimento.
d) A recomendação para que sejam dados os devidos encaminhamentos para a efetivação das tratativas relacionadas à construção de uma associação com cozinha industrial (p. 3).
e) A comunidade reforçou a reivindicação por negociações com a empresa para "respectivas compensações, de modo que sejam adequadamente reparados" (p. 3).

Enquanto resultados, dois aspectos contraditórios se ressaltam no ano de 2025: o arquivamento do processo pelo Judiciário e a elaboração do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada - CPLI pela assessoria antropológica. A Intervenção do órgão ambiental (após a criação de uma Câmara de

Compensação socioambiental) junto à empresa responsável pela Linha de Transmissão de Alta Energia proporcionou um aporte financeiro (ainda não efetivado) como compensação pelos impactos no território.

O próximo passo será investigar a Reserva Ambiental Ponta do Tubarão, um local que exemplifica a articulação positiva entre esses elementos, bem como as perspectivas do Conselho Pastoral da Pesca sobre os impactos das energias renováveis nas comunidades pesqueiras.

2.2.2. A Visita Técnica à Ponta do Tubarão

A visita técnica à Ponta do Tubarão evidenciou a resolução de conflitos envolvendo a presença de parques eólicos em áreas de preservação ambiental. O autor se viu inicialmente envolvido em discussões sobre derramamento de óleo no litoral, regulamentação de ranchos de pescadores artesanais e a criação do MAR, destacando a importância da reunião na Reserva para abordar conflitos de comunidades quilombolas com projetos de energia renovável. A principal constatação foi o sucesso do planejamento e os resultados positivos na gestão do conflito entre a energia eólica e a preservação ambiental na área.

A Reserva criada na Ponta do Tubarão é um exemplo de articulação e construção coletiva, promovendo um espaço de pesquisa, organização associativa e convivência harmoniosa entre as energias renováveis e a comunidade de pescadores artesanais. Este sucesso é resultado de uma luta contínua da população local para proteger seu território e garantir um desenvolvimento sustentável.

O processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual da Ponta do Tubarão (RDSPT) foi impulsionado por mobilizações comunitárias. Em 2000, após a empresa Participações e Administração LTDA tentar aforar uma grande área da restinga e realizar ações predatórias, os moradores organizaram um abaixo-assinado que resultou na solicitação ao IDEMA para instituir o local como unidade de conservação. Em 2003, essa mobilização culminou na sanção da Lei Estadual nº 8.349, que oficializou a criação da RDSPT, garantindo a proteção do território e dos meios de vida locais.

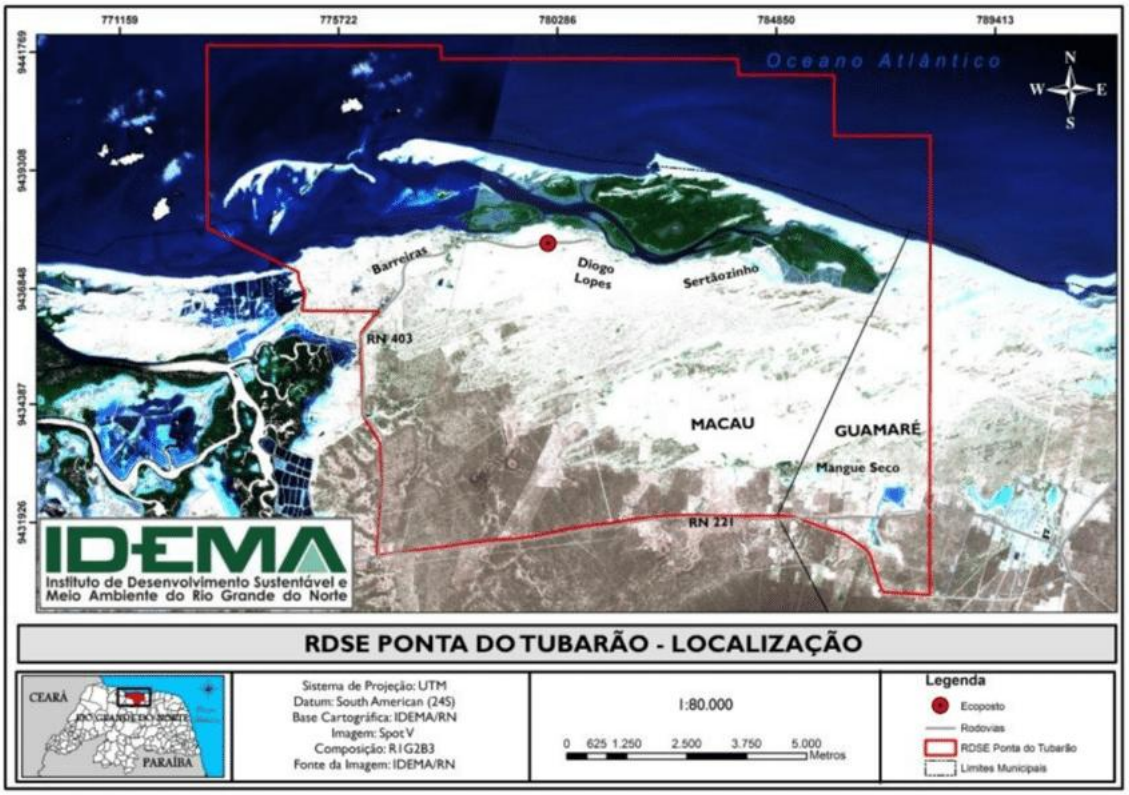


Figura 1. Localização da Ponta do Tubarão, Macau/Diogo Lopes, RN



Figura 2. Aerogeradores dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (GUIMARÃES, Mai/2017).



Figura 3. A organização da comunidade levou a um projeto de turismo sustentável com o apoio dos pescadores artesanais.



Figura 4. RDSEPT -Ponta do Tubarão.



Figura 5. Reunião de articulação do Movimento dos Atingidos por Renováveis – MAR



Figura 6. Estrutura - sede da RDSEPT.



Figura 7. Base de apoio (alojamento) para pesquisadores.

As imagens acima mostram os parques eólicos Miassaba II e Alegria II, do uso do turismo sustentável na restinga, a estrutura da Reserva Ambiental Ponta do Tubarão (que mantém pesquisas com o peixe-boi) incluindo a Associação de Moradores de Ponta do Tubarão (na reunião) que conta com uma estrutura de apoio aos pescadores artesanais e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A seguir mostramos parte da entrevista com o ativista do Conselho Pastoral da Pesca – que mora e milita na região.

2.2.3. A entrevista do Conselho Pastoral da Pesca - CPP

Sobre o Conselho Pastoral da Pesca, seu histórico é relatado por *Itá,* morador da Ponta do Tubarão e integrante do CPP.

> *_O CPP foi criado em 68 pelo Frei Alfredo, um frade alemão, que veio para o Brasil, se fixou em Olinda e começou um trabalho de base com os pescadores. E aí, ele foi puxando outros bispos como Dom Hélder Câmara, e aqueles mais da mais da linha social e criou o CPP. De lá para cá, o CPP ele foi se expandindo. Hoje, está em sete regionais: Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina,*

> *Minas Gerais e Espírito Santo. No Nordeste existe o Nordeste-Dois, englobando Alagoas, Pernambuco e Paraíba. O RN e o Piauí estão ligados a regional em Olinda, Pernambuco.*

A entrevista com o representante do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) expõe a gritante disparidade de poder entre o Estado, o capital internacional, as populações impactadas e o terceiro setor. Empresas, com seu vasto poder econômico, impõem seus projetos, enquanto as comunidades, desprovidas de poder e voz, sofrem os impactos negativos. O Estado, embora muitas vezes atue como mediador, falha em garantir a justiça e a participação popular, servindo como um facilitador para a exploração. Por outro lado, as articulações entre as comunidades impactadas e os movimentos de ativismo socioambiental são componentes da arena de disputas nos conflitos socioambientais.

Essa dinâmica colonial de exploração e dominação evidencia a vulnerabilidade das comunidades tradicionais, como quilombolas e pescadores, demonstrando como a região continua a ser explorada e privada de seus frutos.

> *_Os parques chegaram aqui, e aí, a gente começou a ter os conflitos com desmatamento, numa área de Caatinga e derrubavam vários hectares de vegetação que já era escassa, né? Então, houve, teve desmonte de dunas. E a área degradada, a questão da fauna, e, o próprio lençol freático. A gente identificou que teve lagoas que foram exauridas porque eles retiravam tod a água disponível (inclusive, tinha dias de 20 carradas de caminhões, carro pipa de água para fazer para fazer lá os aterros e tudo mais). E também, o acesso à praia [...]. O parque chegou a se instalar nessa rota dos pescadores. Então, a gente começou a discutir esses impactos que estavam sendo impostos na comunidade, tanto na questão ambiental como também econômica e social.*

A exploração dos recursos naturais do Nordeste e a concentração de lucros nas mãos de empresas estrangeiras são provas cabais da persistência de práticas coloniais. A exploração de terras e recursos de comunidades tradicionais, aliada à falta de acesso à informação e participação nas tomadas de decisões, evidencia práticas de racismo ambiental que persistem em nossa sociedade. O modelo de desenvolvimento de energia renovável, pautado na lógica do lucro e da concentração de poder, perpetua a dominação de certos

grupos sociais, excluindo as comunidades impactadas do processo de decisão e, o que é mais grave, dos benefícios da geração de energia.

> *_E a comunidade começou a ser proibida de transitar naqueles locais de procurar um animal ou isso ou aquilo. Determinado trecho, a comunidade não podia mais chegar ao mar, porque foi construída uma estrada com cerca de 2m. de altura que separou a parte do braço de mar da parte do mar. Dentro de uma faixa de terra que a gente chama de restinga, né? Então, se colocaram lá nove aerogeradores de maré até o município de Macau, onde está a reserva*.

Sobre a compensação socioambiental que resultou na Reserva do Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão – RDSPT.

> *_Eu sou contra, mas tiram os aerogeradores? não tiram. Então vamos ter que receber. Recebemos, mas ainda hoje dá trabalho. O recurso tá numa conta de uma associação. O Idema pedia uma prestação de contas. Essa prestação de contas foi feita desde do ano passado. O Idema não dá o retorno, dizendo que tá aprovado ou não tá aprovado e as coisas empancadas, né? Aí, depois, agora mais recente, né? Acho que por volta de outubro, meados do ano, então, o Idema chegou também que tem lá o Núcleo da Unidade de Conservação, e numa reunião do Conselho Gestor também falou que iria ser destinado para a reserva 1 milhão (em Reais) de compensação.*

A entrevista revela uma situação comum na implantação de parques eólicos e solares no Nordeste; que nos convida a questionar o modelo atual de desenvolvimento, a exigir maior participação popular e a lutar incansavelmente por uma transição energética justa e sustentável que leve em consideração as necessidades e os direitos inalienáveis das comunidades impactadas. Nesse sentido, a etnogênese do Movimento dos Atingidos por Renováveis – MAR tem sua formação a colaboração de militantes ligados à Igreja Católica, em especial *o Fórum de Mudanças Climáticas – FMCJS;* que no Rio Grande do Norte se materializa com a colaboração do Serviço de Assistência Rural – SAR). O resultado desse contexto é a formação do Movimento dos Atingidos por Renováveis (que tem uma atuação regional (Nordeste do Brasil).

2.2.4. O Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

De acordo com a entrevista com uma ativista do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, tem sua etnogênese em 2009, no contexto

da Carta da Terra; e ganha fôlego em 2015 com a publicação da *Laudato Si*[3] do Papa Francisco. Segundo a ativista

> *_O fórum é uma iniciativa da Comissão Justiça e Paz da CNBB. Então, ele reúne pastorais, movimentos, pessoas e, enfim, quem se interessa pela temática. O fórum é uma articulação horizontal. Não é uma coisa fechada, estruturada. E tá presente nos diversos estados do Brasil, fazendo essa discussão. [...] Nessas articulações que o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental faz tem várias pessoas da Cáritas, de diversos estados que participam. Então, foi interessante por que nós conseguimos reunir (2020) pessoas da Cáritas aqui do, chama Regional Nordeste 2, da CNBB, que é Pernambuco, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte.*

Após esse momento, a Cáritas resolveu fazer um documentário sobre os impactos. E aí resultou numa **web série de seis episódios** *"Para Quem Sopra os Ventos"* (produzida no contexto da pandemia no Rio Grande do Norte foi feita em maio de 2022)**.**

Com a repercussão desse momento, dois parlamentares (da base do Governo do Estado do RN) articularam um momento no qual a Governadora recebeu o movimento *concordando em criar um grupo de trabalho com três secretarias (IDEMA, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Desenvolvimento Econômico) e três indicados do movimento. O movimento, então, tentou formatar o grupo com o IDEMA, incluindo pesquisadores, e conseguiu encaminhar algumas pautas, como a Unidade de Conservação, mas sem sucesso na discussão sobre os impactos dos parques eólicos.*

O FMCJS critica os impactos negativos dos parques eólicos, como a poluição visual, degradação de ecossistemas costeiros, perda de biodiversidade e contaminação do solo. O Fórum aponta falhas nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMAs) e a falta de planejamento territorial que considere as necessidades e o conhecimento das comunidades locais, defendendo

[3] A encíclica "Laudato Si'" do Papa Francisco propõe uma ecologia integral, unindo as crises ambiental e social. O documento critica a tecnocracia e a exploração, alertando para o impacto desproporcional da degradação nos mais pobres. A encíclica conclama a uma conversão ecológica, incentivando estilos de vida sóbrios, solidários e de gratuidade. Destaca a responsabilidade universal no cuidado com a criação, defendendo o diálogo e a educação como pilares para um futuro mais justo e sustentável.

Zoneamentos Ecológico Econômico e Marinho Costeiro para garantir a sustentabilidade e os direitos das populações tradicionais.

O FMCJS enfatiza a importância de um diálogo transparente entre empresas, governo e comunidades, assegurando a participação popular nas decisões sobre projetos eólicos. O Fórum exige políticas públicas que garantam a segurança da posse da terra, o uso tradicional dos recursos naturais, a criação de empregos locais e a proteção do patrimônio socioambiental das comunidades.

Em suma, o FMCJS defende que a exploração de recursos eólicos seja justa e sustentável, promovendo o bem-estar das comunidades e a proteção ambiental. O Fórum expressa preocupação com os futuros parques eólicos offshore e seus impactos na pesca artesanal, ressaltando a urgência de um planejamento territorial marinho que priorize a sustentabilidade socioambiental da atividade pesqueira. No RN, o Fórum se faz representar pelo Serviço de Assistência Rural – SAR (estruturado na Igreja Católica).

2.2.5. A participação do Serviço de Assistência Rural – SAR no ativismo socioambiental.

Nesse processo, a atuação do SAR pode ser descrita pelo documento *Manifesto das Vozes dos Territórios,* em 2020 (que serviu de documento base na construção do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis). De forma resumida, consta os aspectos elencados a seguir.

A instalação de parques eólicos no litoral potiguar (RN) acarreta diversos impactos ambientais, principalmente a "intrusão visual" que descaracteriza a paisagem praiana-dunar, um ecossistema único. As vias de acesso e infraestruturas dos parques interrompem o fluxo sedimentar, soterrando lagoas interdunares e alterando o lençol freático. A população local diverge sobre essas mudanças, com alguns vendo potencial turístico e outros lamentando o impacto negativo no turismo de sol e praia e na paisagem bucólica, agora dominada por torres e cataventos.

Além da alteração paisagística, a implantação dos parques eólicos provoca erosão do solo devido ao desmatamento e uso de materiais para compactação, o que impermeabiliza o solo e eleva o risco de contaminação do

aquífero costeiro. Isso resulta na redução dos serviços ecossistêmicos essenciais para o turismo e ecoturismo. A destruição da vegetação nativa para dar lugar às instalações afeta a fauna (aves, morcegos, tartarugas marinhas) e a flora, comprometendo rotas migratórias e alterando o comportamento de espécies como as arribaçãs, que, apesar de ameaçadas, são abatidas por comunidades locais para alimentação, gerando uma disparidade na aplicação da lei.

Outros impactos incluem a impermeabilização de superfícies, que modifica a drenagem e reduz a infiltração de água, impactando os lençóis freáticos e o habitat natural de animais, e a geração de resíduos sólidos e líquidos dos canteiros de obras. Questiona-se também o que acontecerá com toda a estrutura dos parques após sua vida útil, dada a complexidade do descarte de toneladas de materiais como concreto, fibras e metais. A minimização desses impactos requer EIA-RIMAs mais sérios, Zoneamento Ecológico Econômico e Planejamento Territorial, além de um diálogo transparente com as comunidades para que decidam sobre o arrendamento de terras e a inclusão das perspectivas dos pescadores e agricultores familiares. Uma das consequências do SAR foi o impulso à criação do Movimento dos Atingidos por Renováveis – MAR.

2.2.6. A articulação e criação do Movimento dos Atingidos por Renováveis - MAR.

Em 2023, após anos de discussões e articulações, uma reunião virtual formalizou o movimento, que hoje representa um núcleo de resistência, aglutinando comunidades impactadas e grupos de apoio em diversos estados do Nordeste. Sobre a etnogênese do MAR, recorremos a ativista do Fórum que, também, está agregada a esse movimento; que aconteceu de forma remota (devido à pandemia), segundo a mesma

> *_A primeira reunião, em forma remota, foi no mês de setembro de 2023. compareceram 70 pessoas da Bahia ao Piauí, da Bahia ao Maranhão, né? Tinha gente do Maranhão também, por que tem o pessoal da Frente por uma Nova Matriz Energética que estava, da Bahia ao Maranhão. Então, depois disso não teve, a gente não teve*

> *como recuar. [...] O MAR, esse movimento, ele se, propõe a ser essa interligação entre os diversos territórios, as diversas comunidades afetadas e as diversas iniciativas de luta que a gente tem assistido.*

Em agosto de 2023 ocorreu o "II Encontro da Rede MangueMar: Estuário e Litoral: renovando práticas e reinventando estratégias de luta", realizado em Macau-RN, ampliou o debate sobre os impactos das energias renováveis nas comunidades de pescadores artesanais, consolidando a atuação do MAR e seus parceiros de luta. A partir daí, o Mar se estrutura, consolida e da visibilidade aos impactos com a colaboração de ativistas (estudante de pós-graduação) e jornalistas na Europa. E no Nordeste do Brasil ocorrem vários encontros virtuais, presenciais e híbridos. As reuniões virtuais criaram uma rede que comunica com mais celeridade e, sempre atualizada, os conflitos e conquistas obtidos. Essas informações são compartilhadas de forma muito mais rápida através das redes sociais que têm pertinência com os objetivos do grupo. Nesse contexto foi lançado o *Manifesto das Vozes dos Territórios por uma Transição Energética Justa e Popular*[4]. Em paralelo e com igual teor, em 2023, é lançada a *Nota técnica do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis* (MAR), inicia criticando a fala da presidente da ABEEÓLICA, Elbia Gannoum, sobre a expansão da energia eólica no Rio Grande do Norte.

> A reflexão feita por Elbia Gannoum, sugere obviamente dois objetivos: o primeiro de mostrar caminhos para ampliar a margem de exploração aliada à atração de capitais; e o segundo, de cobrar mais segurança para os investidores. Com essa exposição ela mobiliza a opinião pública para exigir do Estado maiores garantias para atrair o investidor. O que Gannoum não cita é de onde vem esse capital e para onde ele vai. Também não expõe e nem se coloca na liderança para solucionar os diversos impactos socioambientais que essa atividade provoca no Rio Grande do Norte e em todo Nordeste. (pp.03)

O MAR argumenta que a ABEEÓLICA se preocupa apenas com a lucratividade da indústria eólica, desconsiderando os impactos socioambientais

[4] Chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sars.cdn.prismic.io/sars/15475644-acd5-45c4-8eddcc3620ea79756_MANISFESTO+DAS+VOZES+DOS+TERRITO%CC%81RIOS+POR+UMA+TRANSIC%CC%A7A%CC%83O+ENERGE%CC%81TICA+JUSTA+E+POPULAR_docx.pdf

que a atividade causa no estado. A nota destaca: Desmatamento da Caatinga: a instalação de parques eólicos desmata a Caatinga, contribuindo para a desertificação e a perda de biodiversidade; Impactos sociais: a mão de obra nos parques eólicos é sazonal e pouco qualificada, gerando problemas como prostituição infantil e gravidez precoce; Ausência de consulta às comunidades, violando a Convenção 169 da OIT; a fragilidade da legislação ambiental do RN tem uma legislação ambiental permissiva, que não garante a proteção dos territórios e das comunidades; a falta de transparência das empresas, que não divulgam dados sobre os impactos socioambientais e financeiros dos projetos; a falta de investimento social, já que os recursos gerados pela indústria eólica não são reinvestidos no estado de forma justa e equitativa.

Enfim, a nota oficial do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) critica a postura da ABEEÓLICA, que prioriza a lucratividade da indústria eólica no RN em detrimento dos impactos socioambientais, como desmatamento da Caatinga, precarização do trabalho e ausência de consulta às comunidades. O MAR defende uma regulamentação mais rigorosa, com participação popular.

Um outro documento, a *Memória da Reunião do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) de 13 de junho de 2024*, realizada no RN, reúne informações sobre as ações e os próximos passos da organização. O documento relata a participação do MAR em eventos recentes, como a visita da Mesa de Diálogo da Secretaria Geral da Presidência da República a comunidades afetadas por empreendimentos eólicos e fotovoltaicos, e a Audiência Pública "Vozes dos Atingidos sobre as Energia Renováveis no Rio Grande do Norte", realizada na UFRN, que contou com a participação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e representantes do governo.

> Nas três regiões visitadas há mobilização local com representação do Movimentos dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), sistematização e pesquisas dos efeitos negativos pelas organizações e denúncias públicas registradas
>
> No dia 06.06.2024 tivemos a Audiência Pública Popular Vozes dos atingidos sobre as Energia Renováveis no Rio Grande do Norte, na UFRN, que contou com a participação do MAR, Seridó Vivo, SAR, MST, MLST, MMM, dentre outros movimentos. Também participaram pesquisadores, discentes, representantes dos ministérios, mandatos

> legislativos estaduais e municipais, representantes das comunidades, sociedade em geral.
>
> A Audiência tratou dos temas: Trabalho, Luta pela Terra e Reforma Agrária; Mudanças Climáticas, Transição Energética e Cidades; Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional familiar; Povos e Comunidades Tradicionais face ao Racismo Ambiental; Paisagens e Patrimônios; Políticas, Fragilidades Jurídicas, Violação de Direitos e Legislação. (pp.03)

Uma das conquistas notáveis do MAR em 2023 foi a recomendação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para o cancelamento da licença de instalação de um parque eólico na Serra do Feiticeiro. Essa ação foi articulada, diretamente, com o Grupo Seridó Vivo - que é composto por ativistas, lideranças e técnicos que são moradores da região do Seridó; que trataremos a seguir. As articulações e expansões são modos de operar e do ativismo conferindo um composição plural e os resultados somados em coletivo.

2.2.7. O Movimento Seridó Vivo

O Movimento Seridó Vivo formado em setembro de 2021, em um contexto de pandemia, emergiu da confluência de pesquisadores, estudantes, ativistas sociais e comunidades. Seu objetivo primordial é a salvaguarda dos modos de vida e dos patrimônios natural e cultural do Seridó Potiguar e Paraibano em territórios/comunidades impactados por projetos de energias renováveis. Inicialmente, foi o patrimônio arqueológico que mobilizou o grupo. Nas palavras de um ativista

> *_O primeiro impacto observado é positivo. Devido aos estudos de Arqueologia preventiva que acontecem no escopo do licenciamento ambiental obrigatório nesses empreendimentos são identificados e estudados um contingente expressivo de bens arqueológicos, os quais, de outra forma, dificilmente seriam pesquisados. No entanto, a legislação é branda em relação à participação popular e ao retorno social nesse processo, fazendo com que os bens arqueológicos resgatados de locais impactados pelas obras vão parar em instituições de guarda nas capitais ou outras cidades distantes dos locais de origem dos bens, quando na verdade eram para serem criadas instituições para que esses bens ficassem nos municípios ou comunidades de onde foram retirados, como constam alguns exemplos.*

Nesse sentido, o grupo criou um Museu regional na região do Seridó para guarda do patrimônio local. Mas, o objetivo central é *advocating* por modelos de geração energética que não ameacem o bioma da Caatinga, as populações tradicionais e seus legados culturais. Através de um acompanhamento rigoroso e análise crítica dos processos de licenciamento ambiental, o grupo busca mitigar os impactos negativos cumulativos desses empreendimentos na região do Seridó, que abrange os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Como exemplo de sua atuação mostramos a *Nota Técnica referente ao Complexo Eólico Currais Novos Expansão*, elaborada pelo grupo, com a colaboração de especialistas em diversas áreas, revela graves falhas nos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) apresentados para o empreendimento. A principal crítica reside na baixa qualidade dos estudos, com um esforço amostral insuficiente e concentração das pesquisas em um único período do ano, prejudicando a análise dos impactos sobre a biodiversidade local. A falta de profundidade nas pesquisas antropológicas e arqueológicas, especialmente em relação às comunidades quilombolas e sítios históricos da região, também é apontada como um grave problema. Por isso, solicitam

> providências quanto à baixa qualidade dos estudos ambientais (EIA/RIMA), a ausência de pesquisas antropológicas e esclarecimentos acerca dos estudos arqueológicos, do Complexo Eólico Currais Novos Expansão, apresentado na audiência pública que aconteceu no dia 21 de fevereiro de 2022 através do canal do IDEMA no Youtube. Ficou claro para os profissionais de diferentes áreas relacionadas às Ciências Biológicas e Humanas que assinam esta Nota Técnica, que o estudo não é compatível com o porte do empreendimento e as exigências de um EIA/RIMA. (pp.01)

A nota técnica argumenta que a audiência pública inicial foi realizada de forma inadequada, com tempo insuficiente para análise dos estudos e participação da comunidade. A falta de transparência e de comunicação com a população local, especialmente em relação aos possíveis impactos negativos do empreendimento, é criticada pelos autores.

Além da necessidade de estudos complementares e de uma nova audiência pública, a nota técnica defende a criação de unidades de conservação

na região para proteger a Caatinga, que vem sendo fragmentada por diversos empreendimentos eólicos.

Em novembro de 2023, uma nova notícia mostra uma mudança nas tratativas de licenciamento de parques eólicos na região do semiárido.

> Na recomendação publicada em 26 de outubro de 2023, o Ministério Publico reconheceu a importância ambiental e cultural da Serra do Feiticeiro e recomendou o cancelamento imediato da licença emitida pelo Idema, além de solicitar a criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral na área da serra e suas adjacências. Agora, cabe ao Idema acatar ou não a recomendação. O caso deverá ser judicializado (Carneiro, 2023, s/p).

Ressalta-se, que esta decisão foi embasada pela nota técnica emitida por um grupo de pesquisadores. Percebe-se, assim, a confluência de atores sociais que relativizam a categorização de energia limpa para as energias renováveis. O meio físico ganha a salvaguarda de seu patrimônio arqueológico e biológico, além do antrópico. Ou seja, é um pensamento mais interdisciplinar e transdisciplinar sobre a questão dos impactos socioambientais.

Os autores argumentam que a expansão do projeto eólico na região, sem uma análise aprofundada dos impactos e sem a participação efetiva da comunidade, representa uma ameaça à biodiversidade, à cultura e à qualidade de vida da população local. A nota técnica visa sensibilizar o IDEMA e demais órgãos competentes para que tomem medidas que garantam uma transição energética justa e sustentável, respeitando os direitos humanos e a natureza.

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos e das entrevistas revelou um panorama complexo e crítico sobre a transição energética no Nordeste, destacando o papel central do ativismo socioambiental. Os resultados são apresentados e discutidos a seguir, organizados em eixos temáticos que emergiram da análise integrada dos dados.

2.3.1. Crítica Contundente ao Modelo de Transição Energética Vigente

Um consenso entre os documentos e entrevistados é a forte crítica ao modelo atual de expansão das energias renováveis, percebido como uma nova forma de exploração neocolonial e extrativista. O "Manifesto das Vozes dos Territórios" (SAR, 2023: 01) denuncia a "apropriação de bens naturais estratégicos", a "geração de empregos precários" e a "violação de direitos históricos". As entrevistas reforçam essa visão, apontando a priorização do lucro de empresas (muitas vezes estrangeiras) sobre o bem-estar das comunidades e a integridade ambiental.

> "*O que a gente vê é um modelo que chega de cima para baixo, sem diálogo, impondo projetos que desmatam, que secam nossas fontes de água, que expulsam as pessoas de suas terras. Isso não é transição justa, é repetição da exploração de sempre*" (Representante CPP).

Essa crítica dialoga diretamente com a análise de Escobar (2005) sobre como discursos de desenvolvimento e modernização, mesmo sob a roupagem "verde", podem perpetuar relações de poder e marginalização. A falta de consulta prévia, livre e informada (CPLI), violando a Convenção 169 da OIT, foi um ponto recorrente tanto nas notas técnicas (MAR, 2024; Grupo de Especialistas, 2022) quanto nas falas dos entrevistados, especialmente da Promotoria de Justiça e do CPP, evidenciando o "racismo ambiental" (Fereira et al., 2021) e a exclusão das comunidades dos processos decisórios.

2.3.2. Denúncia de Impactos Socioambientais e Falhas no Licenciamento

Os documentos e entrevistas detalham uma miríade de impactos negativos: desmatamento da Caatinga, perda de biodiversidade, problemas de saúde (ruído, sombra de pás eólicas), contaminação do solo e água, precarização do trabalho, conflitos fundiários, e impactos culturais e arqueológicos. A Nota Técnica sobre Currais Novos (Grupo de Especialistas, 2022: 01) critica a "baixa qualidade dos estudos ambientais (EIA/RIMA)" e a "ausência de pesquisas antropológicas e arqueológicas" adequadas.

A representante da Promotoria de Justiça destacou a fragilidade da legislação e fiscalização, e a dificuldade em garantir compensações socioambientais efetivas. A crítica se estende ao uso de Relatórios Ambientais

Simplificados (RAS) em detrimento de EIAs/RIMAs mais completos, o que foi apontado na discussão final do artigo original e mantido aqui como uma implicação crucial (ver seção 4.5). "*O licenciamento muitas vezes é falho, apressado. As empresas apresentam estudos insuficientes, e o poder público não tem estrutura ou vontade política para fiscalizar direito. Quem paga o preço são as comunidades*" (Pesquisadora FMCJS-1).

2.3.3. Demandas por Justiça Social, Participação Popular e Controle Social

Em contraposição ao modelo criticado, o ativismo socioambiental defende uma transição energética "justa e popular" (SAR, 2023: 01). As demandas centrais incluem:

- **Participação Efetiva:** Garantia de CPLI e participação das comunidades em todas as fases dos projetos e no planejamento energético regional.
- **Controle Social:** Mecanismos transparentes de monitoramento e fiscalização dos empreendimentos e da aplicação de recursos de compensação.
- **Proteção Territorial e de Direitos:** Respeito aos territórios tradicionais, modos de vida, direitos humanos (moradia, saúde, trabalho digno) e legislação ambiental.
- **Modelo Descentralizado e Democrático:** Fomento a modelos de geração distribuída e cooperativismo energético, com benefícios locais.

O documento de "Salvaguardas Socioambientais" (PNP, 2024) e o Relatório do Seminário do RN (Mandatos Deputados RN, 2024) sistematizam muitas dessas propostas, visando subsidiar a criação de políticas públicas e marcos legais mais robustos.

2.3.4. Estratégias do Ativismo: Mobilização, Incidência e Produção de Conhecimento

A pesquisa revelou diversas estratégias utilizadas pelo ativismo:

- **Mobilização Social:** Organização de comunidades, protestos, audiências públicas populares (como a relatada na Memória do MAR, 2024: 03).

- **Incidência Política e Jurídica:** Diálogo (ou tentativa de) com poder público, elaboração de propostas legislativas, denúncias ao Ministério Público e outros órgãos, ações judiciais.
- **Produção e Disseminação de Conhecimento:** Elaboração de notas técnicas, relatórios, cartilhas, vídeos (web série mencionada pela Articuladora FMCJS-2), buscando contrapor o discurso hegemônico das empresas e do governo com dados e análises críticas – o "ativismo científico" (Ferreira et al., 2021). A colaboração entre movimentos sociais, ONGs e pesquisadores (ativismo acadêmico, na linha de Routledge & Derickson, 2015) é fundamental nessa estratégia.

- Articulação em Redes**:** Formação de fóruns, redes e articulações (como o próprio MAR, FMCJS, Rede MangueMar) para fortalecer a luta e ampliar o alcance das ações. *Nossa estratégia é juntar a força da comunidade com o conhecimento técnico e jurídico. A gente produz nossos relatórios, faz denúncia, vai pra rua, pressiona os políticos. É uma luta em várias frentes* (Representante Seridó Vivo).

2.3.5. O Ativismo como Força Propositiva e de Resistência na Interface com Políticas Públicas.

Respondendo à questão central, a pesquisa demonstra que o ativismo socioambiental não apenas critica e resiste, mas atua como força propositiva crucial na construção de uma transição energética socialmente responsável. Ele contribui ao:

- **Dar Visibilidade às Injustiças:** Trazendo a público os impactos negativos e as violações de direitos frequentemente ocultados nos discursos oficiais e empresariais.
- **Contestar a Hegemonia:** Desafiando a narrativa dominante da transição como puramente tecnológica e benéfica, introduzindo as dimensões social, cultural e política, alinhado à crítica de Escobar (2005).

- **Produzir Conhecimento Contra-Hegemônico:** Fornecendo dados e análises que subsidiam a contestação de licenciamentos falhos e a formulação de alternativas.
- **Pressionar por Mudanças em Políticas Públicas:** Influenciando (ou buscando influenciar) a criação de leis mais protetivas (como a iniciativa no RN), a implementação de salvaguardas (como as propostas pelo PNP), a revisão de processos de licenciamento (exigindo EIA/RIMA em vez de RAS) e a garantia de participação popular (via CPLI e outros mecanismos).

Embora o impacto direto na alteração de políticas específicas possa ser um processo lento e desafiador, a atuação do ativismo é fundamental para manter a pauta da justiça socioambiental no debate público e pressionar por avanços. A pesquisa corrobora a visão de que sem essa pressão e proposição da sociedade civil organizada, a transição energética tende a reproduzir e aprofundar as desigualdades existentes.

Em relação às alterações nas políticas públicas, vale ressaltar como uma das conquistas do ativismo socioambiental no RN, um marco legislativo para os povos e comunidades tradicionais: a promulgação da Lei Estadual nº 11.228, de 3 de agosto de 2022 que estabelece a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável desses grupos, reconhecendo formalmente sua existência e importância no território potiguar, que abrange quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e ciganos, entre outros. A lei não apenas "traduz" e aplica os preceitos da política nacional (Decreto 6.040/07) à realidade estadual, mas também se fundamenta em princípios como o reconhecimento da autonomia, o respeito à identidade cultural, a garantia de direitos territoriais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Tal iniciativa reflete a crescente conscientização sobre a necessidade de proteger esses grupos e seus modos de vida, que desempenham um papel vital na conservação ambiental e na promoção da diversidade cultural.

Entre os objetivos concretos delineados pela Lei nº 11.228/2022, destacam-se a promoção da regularização fundiária de territórios tradicionais, a garantia de acesso a políticas públicas de saúde, educação e saneamento de

forma culturalmente adequada, e o apoio a atividades econômicas sustentáveis. Contudo, a conquista mais emblemática reside na obrigatoriedade da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), assegurando que esses povos sejam consultados sobre quaisquer medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-los. Essa diretriz empodera as comunidades ao lhes conferir o direito de definir os termos de sua interação com o Estado e empreendimentos, fortalecendo sua autodeterminação e capacidade de proteger seus interesses e recursos naturais. A lei, portanto, não apenas formaliza direitos, mas estabelece mecanismos para sua efetivação.

A legislação estadual estabelece uma relação intrínseca e de fortalecimento com os Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada. Ao conceder legitimidade estadual a esses instrumentos, a Lei nº 11.228/2022 eleva o status dos Protocolos, tornando-os obrigatoriamente reconhecidos e seguidos por órgãos estaduais e empresas que dependem de licenciamento no Rio Grande do Norte. Tal disposição assegura que o Governo do RN e todas as suas entidades, bem como o setor privado, têm o dever legal de realizar a CPLI antes de qualquer intervenção que possa impactar comunidades tradicionais. Essa medida, ao reconhecer a autonomia das comunidades para definir "como" a consulta deve ser conduzida, confere segurança jurídica inestimável, permitindo que as comunidades contestem violações diretas da legislação estadual, solidificando sua posição em processos de negociação e disputas.

Em síntese, a Lei Estadual nº 11.228/2022 representa um avanço significativo na política socioambiental do Rio Grande do Norte, consolidando os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Esta legislação, fruto de um engajamento contínuo e da resiliência do ativismo socioambiental, não apenas formaliza o reconhecimento e a proteção desses grupos, mas também institui mecanismos efetivos para a garantia de sua autonomia, cultura e territórios, por meio da obrigatoriedade da Consulta Prévia, Livre e Informada. O êxito dessa política, no entanto, dependerá de sua implementação rigorosa e da vigilância constante da sociedade civil e dos movimentos sociais, assegurando que os princípios e diretrizes estabelecidos se traduzam em melhorias concretas na vida dessas comunidades e na sustentabilidade do ambiente.

A pesquisa demonstrou que o ativismo socioambiental desempenha um papel crucial e multifacetado na construção de uma transição energética socialmente responsável no Nordeste brasileiro. A análise integrada de documentos técnicos e entrevistas com representantes do movimento e instituições parceiras revelou uma crítica contundente ao modelo atual de desenvolvimento, que prioriza a exploração dos recursos naturais e a concentração de lucros em detrimento dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental.

Evidenciou-se a necessidade urgente de uma transição energética justa, com participação popular efetiva, controle social robusto e a implementação de salvaguardas socioambientais que protejam as comunidades e os ecossistemas. O ativismo socioambiental, incluindo sua vertente científica e acadêmica, ao questionar a lógica do "desenvolvimento sustentável" hegemônico (Escobar, 2005) e defender a participação popular, emerge como um pilar fundamental na construção de um futuro energético mais sustentável e socialmente justo.

Este estudo contribui para o debate ao sistematizar as críticas, demandas e estratégias desse ativismo, destacando como ele busca ativamente influenciar políticas públicas e marcos regulatórios. Aponta-se para a necessidade de uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento, rompendo com práticas neocoloniais e racistas, e valorizando a diversidade cultural e socioambiental. O papel do ativismo socioambiental nesse processo de transformação é, portanto, indispensável.

CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ETNOGÊNESE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.

Introdução

Nos capítulos anteriores desta tese, foram estabelecidas as bases teóricas que fundamentam a análise, articulando os conceitos de desenvolvimento, racismo ambiental, conflito e ativismo socioambiental, exemplificados através do estudo de caso sobre a transição energética no semiárido brasileiro. Agora, o foco se desloca para o estado do Piauí, território onde essas dinâmicas se manifestam de forma particularmente aguda. A análise dos planos governamentais de desenvolvimento servirá como ponto de partida para desvendar como a invisibilidade histórica das populações tradicionais é perpetuada nas políticas públicas, estabelecendo o cenário para a investigação central desta tese: os conflitos e as resistências no Delta do Parnaíba.

O desenvolvimento de um estado, na contemporaneidade, é um tema que demanda atenção e análise minuciosa, especialmente no que concerne à inclusão social e à preservação ambiental. No Brasil, a busca por um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades da sociedade de forma sustentável e justa é um desafio constante, permeado por contradições e desigualdades históricas. Neste contexto, o presente estudo investiga a presença e o tratamento dado às populações tradicionais nos Planos de Desenvolvimento do Piauí, buscando desvendar a invisibilidade histórica que permeia a formulação de políticas públicas e as consequências para esses grupos.

A pesquisa se concentra na análise de documentos cruciais para a compreensão do planejamento do desenvolvimento do estado: o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (PDES/PI - 2050), o Plano Piauí 2030, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para o Delta do Parnaíba e o Plano de Marketing Turístico do Piauí. A investigação busca desvendar como esses planos, apesar de apresentarem um discurso alinhado com a sustentabilidade e a inclusão, demonstram uma

omissão significativa em relação às populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

A análise dos planos revela uma falta de atenção à realidade e às necessidades desses grupos e seus direitos, demonstrando uma visão incompleta do desenvolvimento sustentável que prioriza interesses econômicos e a expansão de setores como o agronegócio e o turismo sem considerar os impactos socioambientais e culturais sobre as comunidades tradicionais. A expansão do agronegócio no cerrado é incentivada sem considerar os conflitos com a agricultura familiar e o desmatamento, enquanto a instalação de parques eólicos no litoral ignora os impactos sobre os modos de vida dessas comunidades. O modelo de turismo impulsionado pelos planos também se mostra desconectado da realidade local, priorizando o turismo de massa em detrimento do turismo de base comunitária, que poderia promover o desenvolvimento local e a valorização da cultura dessas comunidades.

O presente estudo defende a necessidade de uma mudança paradigmática na forma como o desenvolvimento do Piauí é pensado e implementado. É crucial superar a visão eurocêntrica e colonial que permeia os planos de desenvolvimento, reconhecendo a importância dos saberes tradicionais e da participação ativa das populações tradicionais na gestão de seus territórios. A inclusão desses grupos nas decisões políticas e na formulação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento sustentável é fundamental para garantir a justiça social e a preservação da diversidade cultural e ambiental do estado.

3.1. Os Planos de Desenvolvimento do Piauí e as populações tradicionais: racismo estrutural e ambiental em evidência.

Os Planos de Desenvolvimento do Piauí, como o PDES/PI - 2050, o Plano Piauí 2030 e os planos de turismo para o Delta do Parnaíba, revelam uma marcante invisibilidade das populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Essa omissão é uma contradição com os esforços nacionais e internacionais por um desenvolvimento inclusivo, como a Agenda 2030 da ONU e a proposição do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial pelo Brasil. A falta de políticas públicas específicas e a ausência de reconhecimento

desses grupos nos documentos estaduais indicam uma falha estrutural que perpetua o racismo ambiental, negligenciando a proteção de seus territórios e a garantia de sua participação social.

3.1.1. O Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí - PDES/PI - 2050

> O povoamento não recebeu nenhum apoio da metrópole. Quem o promoveu foram os particulares, sesmeiros e posseiros, durante quase oito décadas transcorridas entre o registro do primeiro povoado (1682) e a instalação da Capitania de São José do Piauí (1759). A ocupação era constituída, em ordem decrescente, por: a) imigrantes (basicamente mão de obra excedente do litoral, onde declinava a atividade açucareira; letrados portugueses; além de foragidos da justiça, degredados); b) remanescentes e descendentes dos 605 moradores das 129 fazendas originalmente cadastradas em 1698; c) negros; e d) indígenas incorporados. Nesses grupos havia três tipos étnicos definidos na origem do povoamento do Piauí: o índio, natural da terra; o português, de procedência europeia; e o negro, vindo da África. **A miscigenação prosseguiu, formando gerações sobre gerações de mestiços em quatro séculos de história**. (Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí -PIAUÍ 2050. (outubro, 2013)

A citação ao descrever o povoamento do Piauí culminando na ideia de uma população miscigenada perpetua o mito da democracia racial ao invisibilizar a presença de indígenas, quilombolas, pescadores artesanais (que representa uma significativa população da periferia de Teresina, por exemplo). Essa ausência de um olhar plural na base demográfica do plano resulta na não efetivação de políticas públicas verdadeiramente inclusivas, comprometendo a construção de um desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

Apesar das intenções de prosperidade, o PDES/PI - 2050 ignora os potenciais conflitos socioambientais decorrentes de suas propostas. A expansão do agronegócio no cerrado, por exemplo, é incentivada sem considerar os impactos sobre a agricultura familiar e o desmatamento, enquanto a instalação de parques eólicos no litoral não contempla as comunidades tradicionais que ali residem. A ausência de um foco no turismo de base comunitária e a desvalorização dos saberes tradicionais reforçam uma visão de desenvolvimento

incompleta, que privilegia o crescimento econômico em detrimento da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

Para que o PDES/PI - 2050 alcance seus objetivos de forma verdadeiramente eficaz e sustentável, é imperativo que o plano incorpore um olhar inclusivo e decolonial. Isso significa reconhecer ativamente e integrar as populações tradicionais nas tomadas de decisão, gerenciar proativamente os conflitos socioambientais e valorizar os saberes ancestrais como parte intrínseca do desenvolvimento. Somente assim o Piauí poderá construir um futuro mais justo e equitativo, onde o progresso beneficie todas as suas comunidades, respeitando sua diversidade cultural e o rico patrimônio ambiental do estado.

3.1.2. O Plano Piauí 2030: Um Avanço Tímido e Suas Lacunas

Esse plano, embora demonstre um avanço ao alinhar-se com os ODS e mencionar a importância de combater desigualdades, ainda apresenta lacunas significativas na inclusão das populações tradicionais. Mesmo havendo menção às "mulheres quebradeiras de coco babaçu" e comunidades tradicionais, o plano não detalha ações concretas para fortalecer a participação desses grupos na gestão de seus territórios e recursos. Similarmente, os planos de turismo, focados em destinos de sol e praia, desconsideram o vasto potencial do turismo de base comunitária e a importância dessas populações para um desenvolvimento turístico mais sustentável e equitativo, limitando as oportunidades e o reconhecimento de outras áreas e culturas no estado.

O Plano Piauí 2030, alinhado com a Agenda 2030 da ONU e seus ODS, traça um caminho para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do estado, reconhecendo a necessidade de ações urgentes para superar desafios como a mudança climática e a desigualdade social. O plano foi elaborado através de um processo participativo, identificando cinco barreiras estruturais que impedem o desenvolvimento do Piauí: qualidade da energia, acesso à água, regulamentação do uso do solo, adensamento das cadeias produtivas e ausência de ferramentas de gestão.

Para superar essas barreiras, o Plano Piauí 2030 define quatro eixos estratégicos, com foco em Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Trabalho e

Renda, Infraestrutura e Redução das Desigualdades. O Eixo 1, "Meio Ambiente e Mudanças Climáticas", visa proteger os recursos naturais e o clima, com ações para garantir o acesso à energia de qualidade, ampliar a disponibilidade de água e regularizar o uso do solo. O plano reconhece a importância de proteger o meio ambiente e promover a sustentabilidade, mas deixa uma lacuna importante em relação à participação e ao fortalecimento das populações tradicionais.

Apesar de mencionar as "mulheres quebradeiras de coco babaçu" e comunidades tradicionais, o Plano Piauí 2030 não detalha ações para a participação e o fortalecimento desses grupos na gestão de seus territórios e recursos. A falta de menção específica a "populações tradicionais", "quilombolas" e "indígenas" demonstra a necessidade de um olhar mais abrangente e inclusivo para garantir que o desenvolvimento do Piauí seja verdadeiramente sustentável e beneficie a todos, incluindo as comunidades tradicionais que são fundamentais para a preservação da cultura e do meio ambiente do estado.

O Plano Piauí 2030 destaca o turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento do estado, mas não detalha ações específicas para Parnaíba. O plano menciona o turismo como um dos seis vetores econômicos estratégicos e inclui um programa para o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo; mas não menciona explicitamente o turismo de base comunitária – que é fundamental para promover a participação das comunidades locais, incentivando o turismo de base comunitária para garantir que os benefícios do turismo cheguem a todos.

3.1.3. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS): Foco no Mercado, Esquecimento das Comunidades.

O Ministério do Turismo (MTur) reconhece o Piauí como um destino com potencial em ecoturismo, turismo de aventura, de negócios e cultural, destacando São Raimundo Nonato, Teresina e Parnaíba como polos principais. O ecoturismo, focado na sustentabilidade e na conservação ambiental, encontra no Piauí uma rica fauna, flora e patrimônio histórico, enquanto o turismo de aventura, com suas atividades recreativas e não competitivas, tem em Lençóis (BA) um modelo de referência. O turismo de negócios, que inclui eventos e encontros profissionais, também é visto como promissor para o estado, e o

turismo cultural, com foco na experiência e valorização do patrimônio histórico e cultural, encontra no Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, um exemplo de destaque reconhecido pela UNESCO.

O MTur também inclui Parnaíba, São Raimundo Nonato e Teresina no programa dos 65 destinos indutores de turismo, com o objetivo de capacitar os atores locais para a gestão turística. O PRODETUR, por sua vez, estrutura o Piauí em sete polos, dos quais apenas o Costa do Delta e Origens possuem planos de desenvolvimento integrados do turismo sustentável (PDITS). Apesar do reconhecimento do potencial turístico, o Piauí ainda enfrenta desafios na estruturação da atividade. A falta de planos integrados para os demais polos e a concentração de investimentos em poucos destinos limitam o desenvolvimento do turismo no estado. É necessário que o estado desenvolva uma estratégia mais abrangente e integrada para explorar todo o seu potencial turístico de forma sustentável e inclusiva, beneficiando a população local e consolidando o Piauí como um destino turístico competitivo

O Ministério do Turismo (MTur) reconhece o potencial do Piauí para quatro segmentos turísticos: ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios e turismo cultural. Destinos como São Raimundo Nonato (com a Serra da Capivara), Teresina e Parnaíba se destacam, com o Parque Nacional Serra da Capivara sendo reconhecido pela UNESCO. Apesar do potencial, a estruturação do turismo no Piauí ainda apresenta fragilidades, como a falta de planos de desenvolvimento integrados para a maioria dos polos turísticos e a concentração de investimentos em apenas três destinos.

3.1.3.1. A Presença do Estado no Delta do Parnaíba Através do Plano de Marketing Turístico do Piauí.

Aqui vamos analisar o Plano de Marketing do Turismo do Governo do Piauí (2024) enquanto marca do estado em relação ao Desenvolvimento na região do delta do Parnaíba. Como forma de responder a ausência de dados sobre pescadores artesanais nesse plano, mostramos uma análise da produção científica sobre turismo produzida na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Em uma listagem de mais de 70 monografias produzidas no curso de turismo (2019-2024). Corroborando com a informação produzida pela UFDPar,

mostramos dois diagnósticos realizados sobre o turismo (Pelo Estado) e sobre conflitos socioambientais (Pelo Conselho Pastoral da Pesca). Ao final, chegamos às narrativas do universo dos pescadores artesanais (pescadores, marisqueira, filho e filha de pescador que são empreendedores)

A avaliação dos impactos socioambientais constitui etapa fundamental no planejamento estratégico do turismo, visando assegurar a sustentabilidade da atividade e a mitigação de externalidades negativas nos meios físico, biótico e antrópico. Este estudo analisa, com base exclusiva no rol de referências bibliográficas (pp. 547-555) do Plano Estratégico de Marketing Turístico do Piauí, a existência de evidências documentais que apontem para uma abordagem desses impactos, com particular atenção àqueles potencialmente incidentes sobre as comunidades de pescadores artesanais, especialmente no contexto do Polo Costa do Delta.

Aqui é analisada a bibliografia em relação aos impactos nos meios físico, biótico e antrópico, bem como a abordagem sobre comunidades pesqueiras artesanais, no contexto de documentos de planejamento turístico, como o Plano Estratégico de Marketing Turístico do Piauí (PEMTP).

A bibliografia demonstra preocupação com os componentes físico e biótico do ambiente. Há referências à gestão de recursos hídricos e segurança de barragens (ANA, 2024; ANA; IPEA, 2020; DNOCS, 2024), e gestão de Unidades de Conservação (UCs), com destaque para o Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba (BRASIL, 1996), que estabelece um regime jurídico para o uso sustentável. A disponibilidade de ferramentas de monitoramento é indicada por dados geoespaciais do ICMBio (ICMBIO, 2023a). A conservação da fauna marinha é abordada pelo Instituto Tartarugas do Delta (2023) e a legislação sobre atividades off-road (PIAUÍ, 2021) reforça a atenção a impactos sobre a biodiversidade e o meio físico. Estudos sobre ecoturismo (Barbosa; Geisa; e Perinotto, 2010) e recursos naturais como a carnaúba (Braga et al., 2022) exigem análise de sustentabilidade da exploração turística.

Diversas referências abordam impactos sociais, econômicos e culturais. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa do Delta (PDITS COSTA DO DELTA, 2012a) é central para a análise

integrada dos efeitos do turismo. Ferramentas como o Atlas da Vulnerabilidade Social (IPEA, 2023a) fornecem subsídios para diagnósticos sociais. Debates sobre instrumentos de gestão, como a taxa de visitação em Cajueiro da Praia (AMARAL, 2022), refletem preocupações com o manejo dos fluxos. O Ecomuseu Delta do Parnaíba (SILVA, B., 2023) articula patrimônio, ambiente e comunidade. Leis como a do Sistema Estadual de Turismo (PIAUÍ, 2023) e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí (PDES-PI) (2015) contêm diretrizes de desenvolvimento sustentável. Relatórios sobre tendências de viagem sustentável (BOOKING.COM, 2022) também demonstram conhecimento sobre o tema.

Embora o PEMTP não mencione explicitamente as comunidades pesqueiras artesanais em seus títulos, a bibliografia aponta para uma possível abordagem. O PDITS Costa do Delta (2012a), o Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba (BRASIL, 1996), o conceito de Ecomuseu (SILVA, B., 2023), as iniciativas do Instituto Tartarugas do Delta (2023) e os estudos sobre Barra Grande (BARBOSA; GEISA; PERINOTTO, 2010) possuem escopo que sugere a consideração dessas comunidades.

No entanto, o PEMTP é criticado pela invisibilidade das populações tradicionais, como os pescadores artesanais, que estão ausentes do planejamento participativo, consultas e visitas técnicas. Adicionalmente, é apontada a invisibilidade da produção acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

3.1.3.2. A Produção Científica sobre Turismo produzida na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

A produção acadêmica, com mais de 70 títulos, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do curso de Turismo no período de 2019 a 2024, enquanto conjunto de pesquisas, configura um importante acervo de conhecimento aplicado, refletindo tanto as preocupações acadêmicas contemporâneas quanto as demandas práticas do setor turístico local. A análise desses trabalhos revela uma importante contribuição para o entendimento e desenvolvimento do turismo regional.

Um eixo significativo da produção concentra-se nas dimensões socioculturais e comunitárias do turismo, com ênfase na sustentabilidade. Estudos investigam o potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) como vetor de transformação socioeconômica e preservação ambiental e cultural em localidades específicas, como a Ilha das Canárias (Viana, 2024) e a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (Mota, 2024). Complementarmente, a relação entre turismo, identidade local e patrimônio cultural é explorada através da análise do legado arquitetônico (Silva, J. P., 2024), da gastronomia litorânea (Oliveira Filho, 2024), do turismo étnico junto a comunidades indígenas (Pereira, 2024) e da aplicação de metodologias participativas, como o mapeamento cultural (Silva, L., 2024), visando o fortalecimento do senso de pertencimento comunitário.

Outro conjunto expressivo de trabalhos aborda dinâmicas de mercado, inovação e segmentos turísticos emergentes, analisando as potencialidades e desafios de modalidades como o turismo de aventura (kitesurf) (Nogueira, 2024), dark tourism (Lima, R., 2024), turismo de saúde (Silva, S., 2024), turismo urbano vinculado à arte (Lima, A. D., 2024), turismo educacional (Araújo, L. S., 2022) e a nova tendência dos eventos de e-sports (Passos, 2023). A incorporação de tecnologia na gestão e marketing turístico como o uso de Inteligência Artificial (IA) por agências locais (Lopes, 2024) e a aplicação de ferramentas de marketing digital (Google Analytics e Google Ads) no setor hoteleiro (Leite, 2024), refletindo a adaptação do setor às transformações digitais.

A contribuição dessas monografias transcende o âmbito acadêmico, fornecendo subsídios relevantes para o planejamento e a gestão do turismo na região do Delta do Parnaíba. Os trabalhos funcionam como diagnósticos situacionais, identificando potencialidades (novos produtos, atrativos culturais e naturais, TBC), desafios (condições do mercado de trabalho (Costa, R., 2024; Anjos, 2024), infraestrutura para acessibilidade, gestão de projetos de conservação) e as percepções dos diferentes atores envolvidos (turistas, comunidade, empresários). Essas informações são cruciais para a formulação de políticas públicas mais eficazes, o desenvolvimento de estratégias de marketing direcionadas, a criação de produtos turísticos sustentáveis e a promoção de práticas de gestão mais conscientes e participativas. Por exemplo,

os estudos sobre TBC (Mota, 2024; Viana, 2024), Kitesurf (Nogueira, 2024), a relação do turismo com projetos de conservação como o do Peixe-Boi (Sousa, G., 2024) e o Patrimônio Histórico (Silva, J. P., 2024) podem subsidiar diretamente ações de planejamento.

Em síntese, a produção discente do curso de Turismo, ao abordar desde questões socioambientais e culturais até inovações tecnológicas e de mercado, passando por análises do mercado de trabalho e da formação profissional, oferece uma visão multifacetada do turismo no Delta do Parnaíba. Sua relevância reside na capacidade de gerar conhecimento contextualizado que pode informar tanto futuras investigações acadêmicas quanto, fundamentalmente, ações concretas voltadas ao desenvolvimento sustentável e qualificado da atividade turística neste importante território brasileiro.

3.2. As populações tradicionais do Piauí: invisibilidade, etnogênese e ativismo como resistência aos conflitos socioambientais

A invisibilidade histórica das populações tradicionais no Piauí é um fenômeno que se estende há séculos. Desde a colonização portuguesa, a ocupação do território foi marcada por conflitos, exploração de recursos naturais e desrespeito às culturas indígenas. A expansão da pecuária, a criação de latifúndios e a escravidão foram fatores que moldaram a estrutura social e econômica do estado, consolidando um sistema hierarquizado e marcado por desigualdades. A presença de grupos indígenas e quilombolas no Piauí é historicamente reconhecida, mas a invisibilidade desses grupos nos planos de desenvolvimento demonstra uma falta de reconhecimento de seus direitos e de sua contribuição para a construção da história e da cultura do estado.

A invisibilidade, enquanto ferramenta de operar o racismo é um fato. A superação dessa omissão e a construção de um modelo de desenvolvimento justo e equitativo para todos os habitantes do estado dependem da inclusão real e efetiva desses grupos na gestão dos recursos naturais e na tomada de decisões que afetam seus territórios e seus modos de vida. O Piauí possui um potencial enorme para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, mas para que esse potencial se realize, é necessário que os planos de desenvolvimento se tornem verdadeiramente democráticos e justos, reconhecendo a importância

das populações tradicionais e sua contribuição para a construção de um futuro melhor para todos.

Na história do Piauí, é consenso o ponto de vista em comum entre os autores, Silva (2016), Costa e Martins Filho (2023), Nepomuceno (2020) e Rufo e Araújo Sobrinho (2015) em relação à história regional, no qual se ressalta a importância da colonização e da expansão territorial na formação do Estado, desde a sua primeira ocupação até os dias de hoje. Esses autores analisam o processo de colonização e seus impactos no Piauí, destacando diferentes aspectos: Silva (2016) foca na expansão portuguesa e nas dinâmicas da administração colonial, incluindo a exploração da mão de obra indígena, o tráfico de escravos e a influência dos missionários jesuítas; Costa e Martins Filho (2023) abordam as regionalizações do estado e como o processo de regionalização, desde 1940, impactou o desenvolvimento socioeconômico do Piauí; Nepomuceno (2020) analisa a inserção dos escravizados no processo de colonização do Piauí, desde o século XVI até o início do século XIX, mostrando a importância do trabalho escravo na formação da sociedade piauiense; Rufo e Araújo Sobrinho (2015) discutem a formação territorial do Piauí, desde a ocupação inicial pelos vaqueiros e pequenos agricultores até a expansão da fronteira agrícola no sudoeste do estado, com a chegada de grandes agricultores sulistas, e as consequentes mudanças na rede urbana e no desenvolvimento econômico. Apesar de suas diferentes abordagens, todos os autores concordam que a colonização, a expansão territorial e as diferentes fases de ocupação do território foram cruciais para a formação histórica, social e econômica do Piauí.

O texto de Valfrido Viana de Sousa, "*PIAUÍ: apossamento, integração e desenvolvimento (1684-1877)*", resgata a história socioeconômica do Piauí, desmistificando a ideia de que a região era isolada e atrasada. Sousa argumenta que, desde a colonização, o Piauí foi integrado à economia nacional, porém de maneira subordinada, com foco na produção para o mercado externo e a exploração de recursos. Essa dinâmica, centrada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, resultou em uma concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e na perpetuação da pobreza e da desigualdade social. (Sousa, mimeo, S/D)

Essa estrutura de poder, baseada na expropriação e na dominação, não se materializou no vazio. Ela foi construída sobre a invisibilização e a subjugação de populações que já habitavam ou foram trazidas à força para o território. Para compreender a profundidade dessa formação social, é crucial desvelar as trajetórias dos grupos que estiveram na base dessa pirâmide de poder, notadamente os povos indígenas e a população negra escravizada. A seguir, analisaremos a história dessas populações, iniciando pela dinâmica da invisibilidade colonial imposta aos povos originários e sua posterior emergência identitária.

3.2.1. Indígenas: Da Invisibilidade Colonial à Emergência Identitária

O processo de povoamento do Piauí durante o período colonial foi marcado por uma série de fatores complexos e interligados. A presença indígena pré-colonial, com seus diversos grupos e modos de vida, moldou o cenário inicial da região. A chegada dos europeus, inicialmente motivada pela busca por mão de obra indígena, deu lugar à exploração de recursos naturais e à criação de gado. Esse processo foi impulsionado por figuras como Domingos Jorge Velho e Afonso Mafrense, que lideraram expedições (para apreensão e escravização de indígenas), estabelecendo fazendas e intensificando a presença portuguesa no território. (Castro, 2006)

A disputa por terras entre sesmeiros e posseiros, além dos conflitos com os indígenas, gerou instabilidade e violência. A busca por terras e a imposição de uma ordem colonial desigual levaram à exploração de mão de obra indígena e, posteriormente, à escravidão de africanos. A expansão da pecuária e o desenvolvimento de latifúndios moldaram a estrutura fundiária do Piauí, consolidando um sistema social hierarquizado e marcado por desigualdades sociais

> Devido as características climáticas e geográficas da região, o território piauiense funcionava como um corredor de migração de várias tribos indígenas nômades, que se deslocavam da Bacia do São Francisco e do litoral nordestino para a Bacia do Amazonas e vice-versa. No entanto, existiam tribos que, apesar de nômades, se fixavam por muito tempo em determinados lugares. Estudos indicam que o Piauí foi palco de encontro, de abrigo e de moradia dos três grupos mais importantes de

> índios que habitaram o Brasil: Tupis, Tapuias e Caraíbas. (Castro, 2006:07).

A Casa da Torre, um centro de poder na Bahia, desempenhou papel fundamental na expansão da pecuária para o Piauí. As expedições comandadas por Domingos Afonso Sertão, em nome da Casa da Torre, marcaram o início da colonização do interior piauiense, com suas consequências para os indígenas locais. Os conflitos por terras e a busca por mão de obra escrava caracterizaram os primeiros anos da colonização piauiense, deixando marcas profundas na formação social e econômica da região.

> A primeira expedição penetrou no interior piauiense no ano de 1674, travando-se violentos combates com os índios Guegues que povoaram os vales do rio Gurgueia. Os índios, derrotados, foram feitos prisioneiros ou assassinados; as mulheres e crianças, escravizadas. ... Domingos Jorge Velho estabeleceu-se no Piauí entre os anos de 1662 a 1663, implantando cerca de 50 fazendas, fixando residência por quase vinte e cinco anos. Em 1687, foi chamado pelo governador de Pernambuco para comandar a destruição do Quilombo de Palmares. (Castro, 2006:08)

A colonização do Piauí foi um processo violento e desigual, que resultou na destruição da cultura indígena, na exploração de mão de obra e na criação de um sistema social hierarquizado. As disputas por terras, a expansão da pecuária e a imposição da ordem colonial moldaram a paisagem social e econômica do Piauí, deixando marcas profundas na sua história.

No momento contemporâneo a população indígena no Piauí está assim identificada de acordo com o Censo de 2023, no Piauí todo há 7.198 indígenas em uma população de 3.269.200 milhões de habitantes. No município de Lagoa de São Francisco possui 6.331 habitantes, 681 se declararam indígenas, o que equivale percentualmente a 10,76% dos moradores. Em números absolutos, Piripiri, também no Norte do estado, é a cidade com maior número de indígenas.

No Censo de 2010, um total de 2.944 pessoas haviam de autodeclarado indígenas e agora, essa autodeclaração afirmada por 7.198 pessoas, o que representa um incremento de 4.254 pessoas a mais em relação ao registrado no ano de 2010, um aumento de 144%. Outras cidades do Piauí com mais indígenas percentualmente em sua população são: Currais com 6,69%; Paulistana com

2,98%; Baixa Grande do Ribeiro com 2,19%; Piripiri com 2,09%; queimada Nova com 1,99%; Bom Jesus com 1,11%; e, Uruçuí com 1,04%.

Embora a quantidade de autodeclarados tenha aumentado 144% em 10 anos, o Piauí tem o 5º menor percentual de indígenas do país, totalizando 0,22%. O estado que mais possui indígenas é Roraima com 15,29%, com 97.320 indígenas. Porém, em números absolutos o Amazonas é que tem mais pessoas dos povos indígenas com 490.854 pessoas. O Brasil tem 1,7 milhão de pessoas indígenas, o que representa 0,83 da população total do país.

Paralelamente à história de violência e resistência dos povos indígenas, a formação socioeconômica do Piauí foi indelevelmente marcada pela presença e pela força de trabalho da população negra, trazida ao continente sob o regime da escravidão. Assim como os povos originários, os negros e seus descendentes enfrentaram um processo sistemático de invisibilização histórica, mas também construíram complexas estratégias de sobrevivência, resistência e afirmação cultural. A seguir, passamos a analisar a trajetória das populações negras no estado, desde o período da escravidão até a luta contemporânea dos quilombolas por território e reconhecimento.

3.2.2. Populações Negras: De Escravizados a Quilombolas e a Luta por Território

Em contrapartida à invisibilidade das populações negras no Piauí, existe uma literatura científica que mostra uma diversidade étnico-racial complexa no Piauí. Nesse sentido, o texto do historiador Maírton Celestino da Silva, *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX,* (2008) mostra uma Teresina na qual a visão da elite do Império, baseada em princípios europeus, considerava a cultura africana e escrava como inferior, relegando-a à categoria de "barbárie". As práticas culturais e sociais dos escravos, como as festas de carnaval e os rituais religiosos, eram vistas com suspeita pelas elites, que os classificavam como "classes perigosas".

> Isso se deve ao fato de que durante o século XIX, o entendimento de nação legitimado pelas elites do Império era aquele oriundo de um modelo de sociedade baseada em princípios europeus, ficando as manifestações africanas e escravas, portanto, relegadas a um status de inferioridade cultural, daí o binômio “civilização e barbárie”

> aparecerem reiteradamente nas falas e escritas de políticos literatos e eclesiásticos da capital. (Silva, 2008:12-13).

Apesar dessa visão negativa, os escravos e libertos desempenhavam diversas funções na cidade, tanto em atividades como barbeiros, carregadores de água e trabalhadores braçais, quanto em atividades domésticas, como domésticas, lavadeiras e mucamas. As mulheres também eram ativas em atividades como tabuleiras, quituteiras e prostitutas. A festa negra, um momento de expressão cultural e resistência, era vista pelas elites como um perigo à ordem social, sendo reprimida por vezes pelas autoridades. Apesar da repressão, os escravos conseguiam encontrar maneiras de celebrar suas tradições, desafiando os limites impostos pela sociedade. (Silva, 2008). Assim,

> A cultura festiva escrava [...] é o lócus da ação coletiva, espaço este marcado por rituais de subversão, de descanso e do protesto, mas, ao mesmo tempo, um formador de identidades sociais, identidades essas entendidas aqui como sendo múltiplas e conflitantes. ... Uma unidade cultural negra e escrava – não necessariamente homogênea e consensual – expressa nos batuques, folguedos negros, sambas e calojis que cercavam a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. (Silva, 2008:99)

O autor, ressalta detalhes de como era vista a festa dos negros em Teresina enquanto política de segurança pública. Assim

> O caráter subversivo que a festa negra adquiria variava de acordo com o momento. Em tempos de crise, alguns a percebiam como um perigo a ordem instituída, um espaço propício para reuniões e conspirações nas cidades do Império. Em épocas de tranquilidade pública, um mecanismo de contenção das insubordinações negras, visto que o direito a folga podia, em contrapartida, aliviar as agruras do cativeiro. Outros a consideravam um entrave ao projeto de “civilizar” a população, daí a perseguição àquelas comunidades que conseguiam reunir pessoas de condição livre e de cor branca. (Silva, 2008:99-100).

Uma outra situação peculiar era a posse de terras pelos escravos em Teresina, tanto para o cultivo de alimentos como para a criação de gado, que representava uma oportunidade de reinventar suas relações sociais e econômicas. A terra proporcionava a possibilidade de conquistar a liberdade, passando da condição de escravo para a de senhor (sendo inclusive proprietário

de escravos, também). Através da posse da terra, os escravos conseguiam construir uma vida própria, desafiando a ordem social vigente e a visão da elite sobre sua cultura. (Silva, 2008)

O estudo do cotidiano dos escravos em Teresina revela a complexidade da vida desses indivíduos e suas estratégias de resistência. Apesar da repressão e da visão negativa da elite, os escravos conseguiam encontrar formas de expressar sua cultura, preservar suas tradições e construir uma vida própria dentro do sistema escravista. Através de suas práticas culturais, suas atividades profissionais e sua luta pela posse de terras, os escravos de Teresina deixaram marcas significativas na história da cidade. (Silva, 2008)

A população negra escravizada e liberta tinha, também, nas comunidades negras rurais uma possibilidade de construir sociabilidades. As fugas tinham destino certo: os quilombos.

Atualmente, em relação à população quilombola, vale ressaltar que, de acordo com o IBGE (2023), o Piauí tem 31.786 pessoas quilombolas, sendo o sétimo estado com maior população. Os dados do “Censo Demográfico 2022” apontam que o estado tem 308 localidades quilombolas, sendo que 71% de pessoas alfabetizadas e 99% morando em casas. IBGE revelou que 73% da população quilombola vivem fora do território e 26% vivem em território com certificação de autodefinição. Segundo o Instituto, o Nordeste possui a maior população quilombola com 906.337 pessoas, representando 68,14%.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, no ano de 2024 existem 104 comunidades quilombolas no Piauí. Estas já são reconhecidas (certificadas como *Comunidade de Remanescentes de Quilombos*) pelo Estado. Entretanto, existem pessoas quilombolas residentes fora de seu território: nas cidades e em outros estados da Federação. As duas primeiras comunidades reconhecidas foram no ano de 2004. Nesse processo, merece destaques os anos de 2006 (com 22 comunidades certificadas), 2012 (também com 22 comunidades certificadas) e o ano de 2014 (com 10 comunidades certificadas. Nesse ano de 2024 foram certificadas 04 comunidades quilombolas.

Enquanto os dados contemporâneos revelam a presença e a luta por reconhecimento das comunidades quilombolas em todo o estado, é fundamental

compreender as raízes históricas que moldaram essa realidade. Para aprofundar a análise, esta tese se debruça sobre a região do Delta do Parnaíba, um território onde a dinâmica da escravidão e a subsequente invisibilização da população negra assumiram contornos específicos. A seguir, investigaremos a história da população negra em Parnaíba, desvelando uma trajetória que, embora frequentemente silenciada pela historiografia oficial, é crucial para entender a composição étnico-racial e os conflitos contemporâneos da região.

3.2.2.1. A população negra em Parnaíba: uma história invisível

Entretanto, não é difícil, na contramão de uma historiografia que privilegiava a história dos dominadores, encontrar a história da população negra escravizada na região do Delta do Parnaíba, que em um contínuo histórico, se revela como parte constituinte do mosaico étnico-racial das populações de pescadores artesanais da atualidade. Assim, justifica-se aqui, percorrer uma trajetória histórica que vai revelar que

> Correlacionado à expansão territorial, a opção pelo trabalho do escravo negro se fez na banda oriental do Parnaíba pelo fato da escravidão ser vista e aceita, no imaginário do homem livre, como intrinsecamente representativo, porque o escravismo, do âmbito econômico, estendeu seus tentáculos ao aspecto social e cultural concedendo ao proprietário de escravo a imagem de pessoa de projeção e prestígio, vinculando-o necessariamente ao poder político e econômico local, transcendendo às nuanças da esfera pública e privada já que a escravatura no Piauí extrapolou a condição de uma instituição econômica, onde a posse de escravos, além de lucrativa, era também um indicador do nível do proprietário. (Machado, 2011:31)

Esse texto retoma a discussão sobre o papel da escravidão (e dos escravizados) como parte constituinte da formação do Estado do Piauí; bem como suas consequências no momento contemporâneo.

Ao longo da história da região do Delta do Parnaíba, é fácil perceber que não houve uma alteração representativa na estrutura de poder desde o período colonial nessa região. A história revela, ainda, articulações políticas das mais diversas entre dois grupos específicos: os pescadores artesanais e uma elite econômica representante das famílias - originalmente – brancas, que disputam suas demandas em um campo - enquanto espaço social estruturado por relações

de força, onde grupos sociais competem por recursos e reconhecimento. (Bourdieu, 2008)

O campo do desenvolvimento é um espaço complexo formado por diversos atores, desde representantes de diferentes segmentos da população local (como elites e líderes de movimentos sociais) até empresários, políticos e funcionários de todos os níveis de governo, além de profissionais de corporações nacionais e internacionais, e de organizações internacionais de desenvolvimento. A este cenário se somam instituições com grande influência no campo, como organizações governamentais e não governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais e entidades industriais e financeiras. Essa diversidade de atores, com suas diferentes visões e interesses, contribui para as dinâmicas de poder e as disputas por recursos e influência nesse espaço, impactando diretamente as ações e políticas de desenvolvimento em todo o mundo. (Ribeiro, 2012).

> Aqui chegamos à relação desenvolvimento e meio ambiente: na prática, as políticas públicas e empreendimentos privados concebem desenvolvimento numa esfera de atuação que desconsidera a contribuição e o conhecimento destas populações sobre o ambiente em que vivem – a visão sobre estas populações é racista, intolerante e bélica (sob certos aspectos). Trava-se uma guerra contra estas populações como se estas fossem a negação do desenvolvimento em si (Oliveira Junior, 2022).

A invisibilidade na história das populações tradicionais, é sabido, é o mecanismo primeiro de operar do racismo (Leite, 1996). Da mesma forma que ocorreu com as populações de escravizados, ex-escravizados, quilombolas e indígenas, ocorre com os pescadores artesanais na contemporaneidade. Assim, iniciamos *tirando* a *toalha* que cobre uma parte dessa história: a importância da escravidão no Delta do Parnaíba – e o papel dos escravizados nesse processo.

Os textos de Machado (2011) e Silva e Lima (2015), em referência aos seus aspectos socioeconômicos e suas implicações na formação da sociedade local, se dedicam a desvendar a história da escravidão em Parnaíba (PI). Ambos os autores demonstram a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da região, especialmente na produção de charque e no comércio, além de explorarem a complexidade do sistema escravista, incluindo

o contrabando, as formas de resistência e a busca por alforrias. A convergência entre os trabalhos reside na crítica à visão tradicional que minimiza o papel da escravidão na economia piauiense e na necessidade de se analisar a escravidão em Parnaíba considerando suas especificidades e impactos, especialmente a invisibilização histórica da população negra e a manutenção de estruturas excludentes no presente. Temos sim, um racismo estruturado que, na atualidade, se estende às outras populações tradicionais (negros, indígenas, pescadores artesanais e moradores da periferia) e se manifesta em políticas públicas que ignoram a existência dessas populações como parte constituinte da realidade local.

De acordo com Machado (2011), a partir da segunda metade do século XVIII, a região, do Parnaíba, se consolidou como importante entreposto comercial exportador, impulsionada pela criação de gado e pela produção de charque, o que gerou um intenso comércio com outras regiões do Brasil e até com a Europa. Neste contexto, o trabalho escravo se tornou essencial, moldando a vida social e econômica da região e desafiando a visão tradicional de que a economia pecuarista não necessitava de grande contingente de mão de obra.

> Desta feita, o escravo negro e o escravismo, aqui empregados, não se configuraram apenas como uma mera relação de produção ou uma mera instância jurídica, mas se concretizou e se constituiu de personalidade própria, moldando-se e adaptando-se ao ambiente existente, forjando um sincretismo particular na vida de homens livres e cativos, criando e recriando conceitos e ideias, permitindo relativizar as convenções sociais, culturais e humanas implícitas ao norte da província. (Machado, 2011:25)

Nesse sentido, Machado (2011) argumenta que a mão de obra escrava foi crucial para a produção de charque, agricultura de subsistência, e para atividades domésticas. A exploração da mão de obra escrava em Parnaíba, com o abate de bois e a produção de charque, gerou riqueza para a região, impulsionando o crescimento da cidade e sua importância como centro comercial. O texto demonstra que a escravidão não se limitava a uma mera relação de produção, mas se inseria na vida social, cultural e política da região, influenciando a formação de identidades e gerando resistências e formas de luta por parte dos escravos.

> Nas atividades econômicas extrativistas ou manufatureiras exercidas no território piauiense do final dos oitocentos e no primeiro quartel dos novecentos, a aplicação do trabalho do negro escravizado esteve relacionada tendenciosamente à autossuficiência das fazendas e para a provisão dos primeiros núcleos urbanos que extrapolava, inclusive, o âmbito alimentar, ligando este apêndice econômico diretamente ao trato da terra, pois as distâncias que separavam uma unidade produtora da outra e também dos grandes centros provocavam uma variante de funções para os cativos. (Machado, 2011:31)

O autor destaca a importância de se reconhecer a resistência dos escravos, tanto individualmente, através de práticas culturais e de sabedoria popular, quanto coletivamente, através da formação de quilombos. Machado (2011) ressalta que a escravidão não foi um sistema passivo, mas gerou conflitos, revoltas e estratégias de resistência, desafiando a visão romantizada de um sistema brando. Ao mesmo tempo, o texto demonstra como a escravidão moldou a sociedade piauiense, influenciando a estrutura social, a economia e a política, mesmo após a abolição da escravidão. A história da escravidão em Parnaíba, portanto, é um exemplo complexo e multifacetado, que nos permite compreender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do período colonial e as suas implicações para a formação da sociedade local.

De forma complementar, o texto "Relações escravistas em Parnaíba (PI): séculos XVIII-XIX", de Rodrigo Caetano Silva e Solimar Oliveira Lima (2015), analisa o sistema escravista na cidade de Parnaíba entre o final do século XVIII e o ano de 1888. A pesquisa aborda as condições de vida e trabalho dos escravizados no ambiente urbano, focando nas especificidades do sistema escravista local. Os autores exploram aspectos como o contrabando de escravizados, a presença negra em diversos ofícios e labutas, e o processo de aquisição de alforrias.

> Se o documento do final da escravatura aponta apenas três atividades laborais, documentos do século XVIII e início do século XIX apontam que nas ruas da Parnaíba podiam ser encontrados escravizados realizando os mais variados trabalhos; havia escravizados exercendo funções de pedreiro, roceiro, fiandeiro, sapateiro, marinheiro e ferreiro. Nas casas senhoriais, os(as) escravizados(as) trabalhavam como domésticos, lavadeiras e cozinheiros. (Silva e Lima, 2015:03)

Além disso, o trabalho destaca o rigor do Estado no controle e punição dos trabalhadores escravizados nos últimos anos da escravidão.

> As últimas décadas da escravidão encontraram uma reduzida população cativa em Parnaíba, o que provavelmente contribuía para o elevado preço dos trabalhadores. Contudo, em que pesem vultosas somas, os escravizados pareciam não medir esforços para obter a alforria através da compra. Às vésperas da abolição, e com poucos cativos, o município mantinha com o mesmo rigor o sistema de controle e punição dos escravizados. (Silva e Lima, 2015:04).

O Parnaíba constitui-se como um importante centro comercial de escravizados durante o período colonial, devido à sua localização estratégica, próxima ao litoral e ao delta do rio Parnaíba, o que favorecia o contrabando de escravizados para outras regiões do país. Além disso, a presença de charqueadas na cidade demandava mão de obra escrava, contribuindo para a manutenção da escravidão em Parnaíba. A cidade se desenvolveu com base na exploração do trabalho escravo, com um sistema que se perpetuou até os últimos anos da escravidão, apesar de iniciativas individuais de alforria por parte dos próprios escravizados (Silva e Lima, 2015).

A complexidade do sistema escravista em Parnaíba revelou um conflito estabelecido pela manutenção desse sistema, em oposição às formas de resistência por parte dos próprios escravizados, que buscavam a liberdade através da compra de suas cartas de alforria (aos quais eram impostos inúmeros obstáculos com a manipulação de seus senhores e o poder estatal[1]). A pesquisa evidencia a necessidade de aprofundar o estudo da escravidão no Piauí, considerando a especificidade regional do sistema escravista e o papel que desempenhou na história e no desenvolvimento da região. (Silva e Lima, 2015).

> Pelo exposto, conclui-se que o comércio em Parnaíba tornou-se, progressivamente, ao longo do século XIX, a principal atividade econômica. Nele, constatou-se a regularidade do contrabando de mercadorias, incluindo o de escravizados. A entrada no porto de Parnaíba desses trabalhadores destinava-se, sobretudo, ao abastecimento do mercado de outras regiões, embora alguns fossem destinados aos sertões da própria província. Os que permaneceram na cidade desempenharam os mais

[1] Os autores usam como referência a pesquisa do Monsenhor Joaquim Chaves

> variados ofícios e serviços, nas casas senhoriais e nas ruas. (Silva e Lima, 2015:04).

Enquanto isso, a história geopolítica da cidade de Parnaíba exibe um mosaico étnico-racial com elementos de referência à negritude local, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, dois bairros com uma população negra expressiva (São José e Mendonça Clark), a história de um homem negro que foi o grande construtor de barcos na região e a presença da organização do carnaval em blocos com expressiva presença de pessoas negras e de descendência indígena. (Quixadá, 2022).

A Igreja do Rosário dos Pretos, foi construída por um proprietário de escravos atendendo a uma demanda das elites locais que não queriam dividir o espaço sagrado com pessoas negras (mesmo que livres). Por outro lado, historicamente, as irmandades negras católicas serviram como ponto de apoio à libertação de escravos (compra de alforria e financiamento de fugas). Destaque para o fato da importância cultural (o status) desse proprietário de escravos que criou uma orquestra (famosa na região) formada com todos os músicos negros (escravizados) que tiveram formação musical em Lisboa e no Rio de Janeiro. Quixadá (2022) chama a atenção ao fato de se romantizar a escravidão local com a *orquestra negra* ao lembrar que em documentos históricos tem o registro de festas nas quais a orquestra tocava por 3 dias seguidos sem parar. As questões colocadas sobre a escravidão no Parnaíba servem como reflexão inicial. A seguir fotos da Igreja do Rosário dos Pretos.



Figura 1. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fachada.. Fonte: Elaborada pelo autor (2024)



Figura 2. Altar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

Com base no que foi citado, acima, é inegável a necessidade de um olhar que veja na historiografia local elementos que, como consequência de um racismo estrutural, forjaram uma narrativa histórica que deixou invisível essas populações (particularmente indígenas, negros escravizados, quilombolas e pescadores artesanais) do Parnaíba desde o período colonial.

> como uma das causas das mudanças culturais [...] todo estudo atual sobre as sociedades colonizadas, que visa a um conhecimento da realidade presente e não a uma reconstituição de caráter histórico, que não sacrifica a especificidade em prol da comodidade de uma esquematização dogmática, só pode ser feito pela referência a este complexo que nomeamos situação colonial (Balandier, 1951:34)

Frequentemente, fizemos alusão à importância das relações raciais, ao fundamento racial dos grupos, à coloração racial tomada pelos fatos econômicos e políticos no âmbito da situação colonial.

Para além da questão histórica é preciso refletir sobre os conflitos étnico-raciais que se perpetuam no cotidiano de pessoas e territórios das populações, hoje adjetivadas, de tradicionais. No caso do Parnaíba, a historiografia local é base (ou pelo menos deveria) para a construção de planos de desenvolvimento regional; ou seja, as políticas públicas contemporâneas são, em muitos aspectos, uma continuidade dos planos de desenvolvimento concebidos sob uma ótica pretérita (ou ainda, colonial). O resultado é uma manutenção dos mesmos grupos familiares-econômicos-políticos (e suas articulações), desde a formação da cidade de Parnaíba, como fator determinante na construção das políticas públicas que tratem do desenvolvimento local. Nesse sentido, a ausência de referências às populações tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores artesanais) é um exemplo cabal dessa política excludente.

3.2.2.2. A Etnogênese dos Territórios Tradicionais dos Pescadores Artesanais no Delta do Parnaíba.

Uma possibilidade de caminho para pensar nessa nova história é ver que a população negra, no Parnaíba, foi abandonando à área urbana em função de sua alforria e do ambiente pouco amistoso na cidade para os libertos; nesse

contexto, se incluem também os indígenas e brancos pobres, que foram em busca de refúgio e vida nas diversas ilhas da região (como também no litoral) tendo seu sustento baseado na pesca artesanal (principalmente nas lagoas e no mangue), na agricultura e pecuária (de menor porte) e na coleta das frutas nativas enquanto atividades que moldaram a ocupação e constituição das comunidades de pescadores artesanais da região do delta do Parnaíba.

Ante à qualificação diversificada dessa mão-de-obra que agregou as profissões praticadas na cidade nessa forma de viver mais rural. Aliado a essas condicionantes humanas existe a abundância de recursos naturais; que foi um importante fator na segurança alimentar dessas populações.

Corroborando com o pensamento anterior, o texto "Casimiro Pedral e a história da Pedra do Sal: recortes e memórias" retrata a história da comunidade da Pedra do Sal, através de relatos de moradores, destaca a origem multifacetada da comunidade, com raízes quilombolas e indígenas (Rocha et al, 2014).

Os moradores da Pedra do Sal trazem consigo o legado de seus ancestrais quilombolas e indígenas, que se refugiaram na região em busca de liberdade. A família Severo, descendentes de quilombos, e a comunidade indígena de Alvim, nas dunas, compõem o mosaico étnico-racial da Pedra do Sal (Rocha et ali, 2014). Dessa forma, percebemos um a importância da história das populações negras e indígenas como parte constituinte da história dos pescadores artesanais do desta do Parnaíba; abordados a seguir.

O convite aqui é para olharmos as comunidades de pescadores artesanais, como um dos locais de estabelecimento dessas famílias que migram da área urbana de Parnaíba em busca de liberdade e autonomia em um território de ocupação tradicional. Suas origens de negros e indígenas são perceptíveis no rosto das pessoas.

3.2.2.3. Pescadores Artesanais: O Histórico de Conflitos e Ativismo no Litoral

A organização social da pesca artesanal, historicamente dependente de relações familiares e comunitárias, é hoje confrontada por um novo e poderoso vetor de transformação territorial: a expansão dos projetos de energia eólica.

Para visualizar a magnitude e a localização precisa deste fenômeno, a seguir, apresenta um mapeamento detalhado dos aerogeradores instalados no litoral do Piauí. O mapa evidencia a concentração dos empreendimentos nos municípios de Ilha Grande, Parnaíba e Luís Correia, no coração do Delta do Parnaíba, revelando a sobreposição direta entre os complexos eólicos e os territórios de vida e trabalho das comunidades pesqueiras. Esta representação cartográfica fornece o contexto geográfico fundamental para a compreensão dos conflitos socioambientais e das narrativas de resistência que serão analisadas a seguir.

Os pescadores se baseiam em uma rica história de experiência acumulada e transmitida através de gerações: pais/mães, avós, filhos e netos, cujo conhecimento é disseminado na comunidade, dos mais experientes aos mais jovens. A produção da pesca artesanal é tipicamente dividida: uma parte serve ao mercado e a outra é para consumo familiar, construindo a solidariedade com base na atividade pesqueira.

> Além da aquisição de alimentos e da renda, a pesca tem muitos outros resultados positivos. Neste trabalho, adotamos o conceito de "benefícios da natureza para as pessoas" [...]. Isso leva em consideração diferentes formas de beneficiar-se dos bens e serviços da natureza, incluindo o ar que respiramos, os alimentos que consumimos, os medicamentos de plantas medicinais e o conhecimento tradicional, entre outros. Nesse contexto, a pesca artesanal gera diversos valores instrumentais e relacionais para aqueles que a praticam, e esses benefícios são fundamentais para o bem-estar social. (Gamarra et al, 2023:10).

Ainda de acordo com Gamarra (2023) a compreensão contemporânea do bem-estar humano inclui três dimensões: material, subjetiva e relacional, influenciada por particularidades como o contexto social, político e cultural de cada local. Assim, uma avaliação robusta do bem-estar precisa abordar múltiplas características, incluindo renda, riqueza, qualidade ambiental, qualidade de vida, saúde física e emocional, identidades sociais, políticas e culturais, boas relações sociais, níveis de satisfação, organização social, aspirações compartilhadas,

confiança, segurança alimentar, equidade de gênero, direitos sociais, segurança social, meios de subsistência adequados e estado de vulnerabilidade social.

Estudos com o objetivo de compreender o bem-estar da pesca artesanal também precisam abordar a governança pesqueira e os fatores ecológicos, como as flutuações nos estoques pesqueiros, que podem afetar o bem-estar das comunidades pesqueiras. Em resposta à sobre-exploração dos recursos naturais e ao reconhecimento de que a sustentabilidade ambiental é essencial para garantir o bem-estar humano, governos e formuladores de políticas ambientais adotaram uma série de políticas que podem impactar significativamente as comunidades de pesca artesanal. A mais proeminente dessas políticas é a criação de áreas marinhas protegidas (AMP) e a gestão dos recursos naturais através de mecanismos como licenças de pesca, regulamentos e restrições ao uso de equipamentos de pesca, e limitação da captura máxima (Gamarra, 2023).

Essa lógica ambiental é parte da realidade dos pescadores artesanais por estarem em área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. A gestão territorial local é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio. Entretanto, essa geografia é constantemente antropizada por ações humanas relacionadas ao desenvolvimento regional; mais intensamente

> A partir dos anos 2000, projetos econômicos diversos aportaram no Litoral do Piauí, alterando o ordenamento territorial construído ao longo do tempo pela população da região. Localizada nessa porção, está a Pedra do Sal, povoado habitado há pelo menos 190 anos por uma gente que construiu uma forma de vida através da ocupação da terra e da formação de famílias pelo estabelecimento de relações de parentesco entre pessoas do lugar e de povoados vizinhos. Por meio da pesca no mar e em lagoa, do extrativismo na mata e no mangue e da agricultura e criação de animais, construíram uma territorialidade específica, configurada pela organização do território através dos usos e significados da terra e do terreno. (Maurício, 2018:24)

3.3. Os impactos socioambientais nas comunidades de pescadores artesanais do delta do Parnaíba

Os pescadores artesanais do Delta do Parnaíba vêm enfrentando um cenário complexo de transformações socioambientais e a intensificação de conflitos em seus territórios tradicionais; afetando diretamente os modos de vida

e sua reprodução social. Aqui será examinada a expansão de modelos turísticos, com seus impactos multifacetados na paisagem, nas condições de acesso aos recursos, na especulação imobiliária e nas relações sociais preexistentes; aliada à implantação de projetos de energia eólica, que suscitam debates sobre o uso e controle do território e que frequentemente criam um hiato entre as expectativas de desenvolvimento e a realidade vivenciada; e, por fim, a intensificação dos conflitos fundiários, manifestada na disputa por terra e água, na ocorrência de grilagem, nos desafios da regularização possessória e na crescente pressão exercida por outros setores econômicos sobre áreas historicamente ocupadas pelos pescadores artesanais. Compreender esses fatores é fundamental para analisar as pressões e as estratégias de resistência desenvolvidas por essas comunidades.

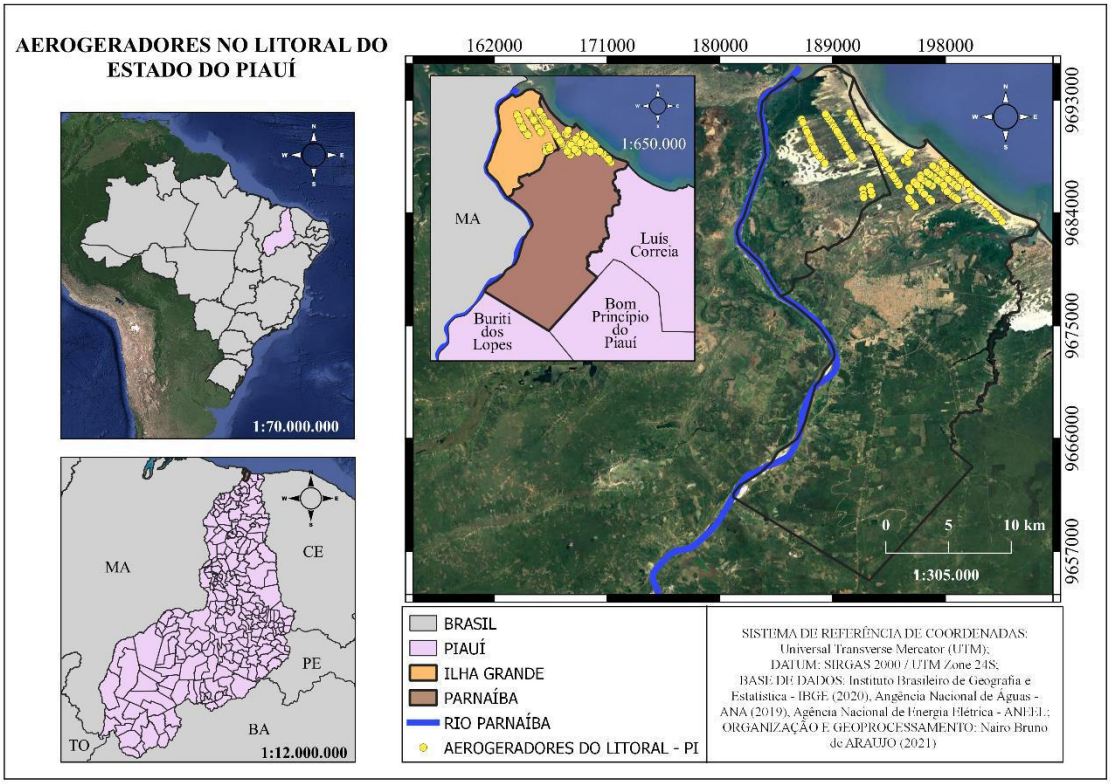


Figura 10. Aerogeradores do litoral do Pauí

O Conselho Pastoral da Pesca - CPP, publicou em seus últimos diagnósticos sobre conflitos em comunidades de pescadores artesanais (Barros, Medeiros e Gomes 2021) e (Melo 2025) uma atualização os conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras tradicionais no Delta do Parnaíba, Piauí. Barros et al (2021) focando nas disputas fundiárias históricas e nas

pressões de grandes empreendimentos, como complexos eólicos, sobre as comunidades de Pedra do Sal, Labino, Rancharia e Tatus. Em Melo (2025) é atualizado o cenário nessas localidades, evidenciando a continuidade e reconfiguração das tensões, e incorporou a análise de um novo e grave conflito em Porto da Lama, Cajueiro da Praia, envolvendo especulação imobiliária, aquicultura e violações de direitos.

Barros et al (2021) retratam os principais conflitos relacionados às disputas fundiárias com famílias poderosas e à pressão de grandes empreendimentos, com acompanhamento do CPP e, em alguns casos, do Ministério Público Federal (MPF) e da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) em processos de regularização.

Melo (2025) destacou a contínua pressão sobre as comunidades pesqueiras tradicionais, atualizando a situação em Labino, Pedra do Sal, Tatus e Rancharia, e identificou um novo caso de conflito na comunidade Porto da Lama (Cajueiro da Praia). Neste último, o conflito envolve cerca de 80 famílias que enfrentam pressões da aquicultura e carcinicultura, especulação imobiliária intensa, negligência estatal e privatização de territórios. Os impactos ambientais incluem desmatamento de mangues, destruição de habitats e redução do pescado, enquanto os efeitos socioeconômicos compreendem perda de renda, erosão cultural e restrição de acesso, além de graves violações de direitos como ameaças e despejos, apesar da conquista de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em 2021.

Em relação às alterações nos conflitos identificados em 2021, Melo (2025) observa variações: Labino apresentou avanço na regularização fundiária; Pedra do Sal mantém pressões internas e externas, com apoio do MPF; Tatus enfrenta uma redução preocupante de territórios pelo avanço do turismo e falta de consulta; e Rancharia recontextualiza seus conflitos devido ao assoreamento de um braço de rio, focando na recuperação ambiental. Os diagnósticos fornecem um quadro contextual robusto que dialoga com as narrativas dos pescadores, as quais serão examinadas pela Análise do Discurso Crítica (ADC) para mostrar relações de poder e ideologias.

Enquanto impactos destacam-se: destruição de habitats, diminuição do pescado, poluição, perda de renda, insegurança alimentar, êxodo, problemas de

saúde física e psíquica, criminalização e restrição de acesso ao território. Por outro lado, a resistência das comunidades se dá através de ações judiciais, articulação com entidades parceiras, denúncias a órgãos ambientais e ao Ministério Público (Federal e Estadual), buscando o reconhecimento de seus direitos territoriais e a mitigação dos danos causados pelos empreendimentos e pela especulação fundiária (Barros, Medeiros e Gomes, 2021) e atividades pessoais. Essa resistência é mostrada tanto na literatura como nas narrativas dos pescadores que trataremos a seguir.

Iremos percorrer, inicialmente, o último diagnóstico elaborado pelo Conselho Pastoral da Pesca sobre os conflitos no litoral brasileiro (Barros et al, 2021). Será objetivo, uma *atualização* desse diagnóstico nas narrativas de três colaboradores representantes das famílias de pescadores (um pescador que é uma das lideranças locais e duas mulheres: uma empreendedora e uma pescadora, também de famílias de pescadores, que é empreendedora de uma pousada de turismo de base comunitária).

Serão ressaltadas as narrativas ou discursos dos representantes das populações *nativas* sobre como foram os primeiros conflitos, como as famílias foram impactadas e como estão sendo as formas de resistência. Como se percebe a relação da comunidade com a chegada da energia eólica e do turismo. De forma geral, as perguntas foram direcionadas numa relação com os objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS 2030.

O objetivo é a construção, não de um novo diagnóstico, mas de uma narrativa que mostre os conflitos de Pedra do Sal envolvendo os pescadores artesanais e sua luta pelo reconhecimento de seu território de ocupação tradicional e pela manutenção de suas tradições.

> Este reordenamento do território apresenta-se no cotidiano através de cercas e guardas em terras entendidas pelo morador como da natureza, cujo o princípio que organiza o acesso é o uso comum. Na situação em que audiências públicas e reuniões com o governo não ofereceram condições favoráveis de participação e decisão sobre o controle jurídico da terra tradicionalmente ocupada, as incursões a área do empreendimento garantem o acesso a matas com animais de caça, madeira, frutos, plantas de uso terapêutico e lagoas de água doce, lugar de pesca e entretenimento dos moradores. Essas ações não produzem manchetes de jornal, nem são reivindicadas

> publicamente em panfletos, mas garantem o acesso a recursos naturais num contexto de desapropriação de terras. (Maurício, 2018:26-27)

Diante da complexidade da situação as principais estratégias adotadas para lidar com os conflitos incluem ações judiciais, articulação com entidades e organizações parceiras, denúncias ao Ministério Público Estadual e Federal, e registros de Boletim de Ocorrência; como também, ações oportunas de caráter individual, mas que reveladoras de uma ação política de resistência. (Barros et al, 2021)

A resistência cotidiana, muitas vezes invisível aos estudos socioambientais, que se concentram em ações públicas e coletivas, revela-se na prática da pesca e da coleta de madeira em áreas do empreendimento. Essa "batalha palmo a palmo" pelo acesso e uso do território, representada por um "discurso oculto" do conflito ambiental, demonstra a existência de uma dimensão infrapolítica na luta por território, onde práticas cotidianas como a pesca e a coleta de madeira se transformam em mecanismos de resistência contra a expropriação de terras. (Maurício, 2018)

Embora as comunidades estejam buscando soluções, a situação exige a criação de políticas públicas eficazes que garantam a proteção dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável da região e a justiça social às comunidades de pescadores artesanais do delta do Parnaíba.

3.3.1. Os impactos das energias renováveis

Ao se questionar aos colaboradores entrevistados sobre o maior impacto, a resposta foi unânime: a *usina*, ou seja, o parque eólico instalado dentro da comunidade e o turismo.

O parque eólico traz consigo uma série de alterações na vida e no uso de espaço pelos pescadores artesanais. Os esportes náuticos demandam pelo espaço laboral dos pescadores e impõe regras de uso da praia (nesse aspecto as construções rústicas dos pescadores para apoio à sua atividade – os ranchos – são destruídos). Aliado à extensão de um projeto de desenvolvimento (urbanização e adequação da orla para o turismo

A instalação de parques eólicos em Pedra do Sal, embora representando um avanço em termos de energia renovável, traz impactos sociais e culturais complexos. A chegada de trabalhadores de fora, em sua maioria homens, para a construção dos parques, gerou um aumento na população local, pressionando os recursos e alterando a dinâmica social da comunidade. O trabalho braçal, muitas vezes em condições precárias, também impactou a vida dos moradores, principalmente os que viviam da pesca artesanal, que viram suas áreas de pesca impactadas. Além disso, o deslocamento de populações para dar lugar aos empreendimentos gerou um sentimento de perda de controle sobre o território e de desvalorização da cultura local.

As diferentes percepções sobre os benefícios da energia eólica, variando de acordo com a escala de análise (benefícios globais versus impactos locais), geram conflitos. Essa disparidade de visões impacta a própria noção de "consciência ecológica" e "sustentabilidade", dependendo se a pessoa reside dentro ou fora do território afetado pela instalação eólica (Gorayeb e Brannstrom, 2019). Nesse sentido, vale considerar

> O fato de que o conceito de '*território'* pode ser aplicado em terra ou em mar, rechaçando um dos principais argumentos políticos de defesa à abertura das fronteiras marinhas que seria o de, supostamente, conservar as áreas terrestres agricultáveis (Gorayeb e Brannstrom: 2019:28).

Enquanto território de ocupação tradicional, a comunidade da Pedra do Sal enfrenta diversos problemas decorrentes da instalação do parque eólico, incluindo a poluição sonora, o desaparecimento de aves, peixes e outras insatisfações de caráter geral da população. O ruído das turbinas, principalmente à noite, causa grande incômodo aos moradores, que se sentem prejudicados pela proximidade das torres às casas dos pescadores. A fauna local também sofreu impactos, com o desaparecimento de espécies antes comuns. Além disso, a comunidade reclama da falta de oportunidades de trabalho qualificadas, com a maioria dos empregos oferecidos na construção do parque eólico sendo temporários e mal remunerados, contribuindo à migração dos jovens para os centros urbanos.

Para os pescadores artesanais, a percepção de que a parque eólico não trouxe benefícios reais para a comunidade, aliada aos impactos negativos como a poluição sonora e o desaparecimento da fauna, geram grande insatisfação entre os moradores. A falta de oportunidades de trabalho e o deslocamento dos jovens, somados aos outros problemas, demonstram como a comunidade da Pedra do Sal se torna vítima de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental (Nascimento, 2018). Assim

> Observa-se que, na comunidade da Pedra do Sal todos os problemas identificados estão estreitamente ligados mais à população do que à natureza em si, haja vista que os depoimentos e relatos críticos dizem respeito à privatização de um território natural antes usufruído com fins medicinais, econômicos e de sobrevivência. Isto é, na região onde está localizada a comunidade da Pedra do Sal há a predominância dos impactos sociais sobre os ambientais. (Nascimento, 2018:13-14)

A população de Pedra do Sal não assiste passivamente ao conflito instalado em seu território. Articulações com movimento socioambientais e instituições (públicas e civis) resultam em visibilidade do conflito e conquistas políticas. Consideramos, também, as ações de resistência de caráter individual como ações políticas com fins específicos. A dinâmica socioambiental e demográfica em Pedra do Sal impõe uma lógica de luta contínua para os pescadores tradicionais na defesa de seus territórios e de suas tradições.

3.3.2. O Turismo como vetor de impactos socioambientais

O turismo, encarado como uma política de Estado e um motor de impactos socioambientais, é frequentemente identificado na literatura como um vetor de conflitos, especialmente em comunidades de pescadores artesanais. Nessas localidades, a expansão turística está frequentemente associada a deslocamentos involuntários, ao acirramento da competição por recursos – o que afeta a segurança alimentar – e à premente necessidade de desenvolver estratégias de gestão e resiliência que sejam contextualmente adaptadas. Exemplos internacionais corroboram essa perspectiva, como a vulnerabilidade dos pescadores em Galle, Sri Lanka, após o tsunami, evidenciando a necessidade de uma gestão costeira integrada para mitigar conflitos com o

turismo (De Silva et al., 2023; Clark, 2018; De Silva e Yamao, 2007). Em contraste, no Alasca, o turismo de pequena escala tem sido percebido como um catalisador da resiliência comunitária, desde que gerenciado com base nas perspectivas locais (Naylor et al., 2021). Contudo, estudos na Indonésia (Praptiwi et al., 2021) e no Sudeste Asiático (Fabinyi et al., 2022) alertam que, mesmo promovido como sustentável, o turismo muitas vezes falha em distribuir benefícios equitativamente, marginalizando comunidades dependentes de recursos e exacerbando pressões ambientais. A pesquisa na Colômbia (Miller, 2022) e a análise sobre o Sul Global (Neef, 2019) reforçam a complexidade dos efeitos do turismo na pressão pesqueira, na expropriação de terras e no deslocamento multifacetado, destacando as dinâmicas de poder desfavoráveis às populações locais.

No contexto brasileiro, a pesquisa também revela essa dualidade inerente aos impactos do turismo, apontando tanto benefícios quanto malefícios para os destinos e suas comunidades, em diversos cenários como Guarapari (Abreu, 2021), Cocalinho (Brito et al., 2021), Monte Roraima (Albuquerque e Ferko, 2023), Litoral Norte do RS (Barros e Rambo, 2023) e Ouro Preto (Knupp et al., 2021). Embora haja um reconhecimento dos impactos econômicos positivos, como a geração de emprego e renda (Brito et al., 2021; Knupp et al., 2021; Albuquerque e Ferko, 2023; Barros e Rambo, 2023), Abreu (2021) destaca a instabilidade das fontes de renda informais para pescadores que atuam como guias turísticos. A dimensão ambiental é igualmente preocupante, com relatos de poluição, depredação e impactos na fauna e flora (Brito et al., 2021; Albuquerque e Ferko, 2023), além do conflito socioambiental resultante da competição por recursos pesqueiros (Abreu, 2021). Socialmente, enquanto a interação sociocultural é por vezes positiva (Brito et al., 2021), observa-se também uma sobrecarga de serviços, desordem e impactos negativos na qualidade de vida dos residentes (Barros e Rambo, 2023; Abreu, 2021).

A compreensão das percepções dos diversos atores envolvidos (pescadores, comunidade local, turistas, guias, empresários) é crucial, uma vez que elas frequentemente divergem, influenciando a interpretação e vivência dos benefícios e conflitos (Abreu, 2021; Brito et al., 2021; Albuquerque e Ferko, 2023; Barros e Rambo, 2023; Knupp et al., 2021). Consequentemente, todos os

estudos convergem para a necessidade premente de uma gestão e planejamento turístico sustentáveis, que considerem as especificidades e os limites locais. A implementação de estratégias de cogestão, de gestão focada na sustentabilidade e de abordagens integradas, como o Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC), alinhadas às aspirações locais, é fundamental para equilibrar objetivos econômicos, preservação ambiental e bem-estar comunitário (Abreu, 2021; Brito et al., 2021; Albuquerque e Ferko, 2023; Barros e Rambo, 2023; Knupp et al., 2021).

Na perspectiva dos pescadores artesanais, o turismo tem amplificado conflitos socioambientais existentes e gerado novos, incluindo o aumento da grilagem de terras, criminalidade, insegurança hídrico-alimentar, interdição de áreas de pesca e a desagregação da identidade social e cultural (Anjos, 2024; Araripe, 2006; Araújo, 2022; Costa, 2024; Leite, 2024; Lima, 2024; Lopes, 2024; Mota, 2024; Nogueira, 2024; Oliveira Filho, 2024; Passos, 2023; Rocha et al., 2019; Silva, 2013, 2024; Sousa, 2024; Viana, 2024). No Delta do Parnaíba, por exemplo, o planejamento turístico estadual, embora formalizado no Plano de Turismo do Polo das Dunas, atua como catalisador de impactos negativos nas comunidades de pescadores artesanais. O discurso desses pescadores, habitantes seculares de seus territórios, revela um movimento de resistência em torno de uma identidade coletiva, que fortalece os saberes locais e preserva modos de vida (Santos, Cutrim e Feitosa, 2024:08-09). A história oral emerge como uma ferramenta essencial para dar voz a essas comunidades, superando estereótipos e valorizando suas memórias e conhecimentos (Fernandes, 2025).

As comunidades tradicionais não são adequadamente contempladas nos programas de desenvolvimento regional, comprometendo sua sustentabilidade (Araripe et al., 2006), e a redução de áreas de mangue, exacerbada pela carcinicultura, representa um impacto significativo (Farias e Andrade, 2010).

A análise dos planos e políticas de gestão do turismo revela uma fragmentação territorial que resulta em "territórios usados e negligenciados" (Cruz, 2005) e uma deficiência na articulação entre os âmbitos estadual e municipal, especialmente em Parnaíba (Rocha et al., 2019). A sazonalidade acentuada, notadamente em Luís Correia, contribui para a precarização dos serviços e a incompatibilidade de preços fora da alta temporada (Silva, 2013). A

ausência de estudos de impacto ambiental prévios, a negligência com áreas de preservação, a falta de integração entre conservação e desenvolvimento econômico, a descontinuidade de políticas e a baixa participação social nos processos decisórios são falhas que comprometem a sustentabilidade do turismo. A investigação aponta que os impactos do turismo na região do Delta são mais severos do que inicialmente presumido, conforme corroborado pelas narrativas dos moradores locais, o que exige uma reflexão aprofundada sobre as consequências do turismo em comunidades de pescadores artesanais.

3.4. Do Silêncio nos Planos ao Direito na Lei: A Materialização da Luta por Territórios Pesqueiros.

O conflito socioambiental sendo identificado e o ativismo socioambiental deflagrado, resulta na implementação e monitoramento das políticas públicas. Isso, entretanto, não implica na solução dos conflitos socioambientais; mas, demonstra, cabalmente, que a influência do ativismo socioambiental tem a capacidade de mobilizar o Estado a cumprir decisões amparadas por uma jurisprudência internacional (Convenção Nº 169 da OIT) até a elaboração de EIA/RIMA nos estudos de impactos em territórios de populações tradicionais e a criação de decretos e leis que fortalecem os direitos das populações tradicionais em relação aos seus territórios.

Três momentos atuais mostram a força do ativismo socioambiental em sobre os territórios dos pescadores artesanais: A Lei nº 8383/2024 do Estado do Piauí, sancionada em 20 de maio de 2024, visa proteger e garantir o reconhecimento de comunidades tradicionais pesqueiras e seus territórios; a ação movida pelo Ministério Público Federal - MPF que em julho de 2024 conseguiu uma decisão judicial que suspende a instalação de um parque eólico na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, no Maranhão; e uma exposição sobre uma articulação entre ativistas socioambientais e os pescadores artesanais de Pedra do Sal mostrando a importância da categoria jurídica “populações tradicionais” e suas implicações nas políticas públicas e disputas judiciais.

Em relação à Lei nº 8383/2024, esta define "comunidades tradicionais pesqueiras" como grupos que usam a pesca artesanal como base de seu modo

de vida, com relações territoriais específicas para a pesca e outras atividades comunitárias e familiares. O objetivo da lei é garantir a essas comunidades a efetivação de seus direitos individuais e coletivos; incluindo a salvaguarda e promoção de seus modos de criar, fazer e viver. A lei define comunidades tradicionais pesqueiras e territórios tradicionais pesqueiros, que assim se expressa:

> Parágrafo único. Para efeito desta Lei considera-se:
>
> I - comunidades tradicionais pesqueiras: grupos sociais, segundo critérios de autoidentificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.
>
> II - territórios tradicionais pesqueiros: extensões, em superfícies de terra ou corpos d´água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.

Esta Lei prevê a criação de um Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Piauí para reconhecer formalmente as comunidades e seus territórios. Também busca garantir a regularização fundiária das áreas ocupadas por essas comunidades, com o objetivo de proteger a função social e a identidade cultural. A lei prevê assistência técnica e linhas de crédito para as comunidades, bem como a criação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento sustentável, com foco no reconhecimento, promoção e proteção dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

A Lei enfatiza a importância da participação das comunidades na formulação e execução das políticas públicas, garantindo que suas necessidades e direitos sejam atendidos. A lei também destaca a proteção de ecossistemas como manguezais, apicuns e matas ciliares, garantindo o acesso das comunidades a esses recursos. A lei busca promover o ordenamento da

pesca por bacia hidrográfica e região costeira, com ampla participação das comunidades na definição de regras de proteção e estratégias de recuperação dos estoques, levando em consideração o conhecimento tradicional. Em suma, o decreto busca assegurar a proteção dos territórios pesqueiros e dos pescadores artesanais do Piauí através do reconhecimento, regularização, assistência, políticas públicas específicas, participação social e proteção ambiental, garantindo o desenvolvimento sustentável dessas comunidades e a preservação de seus modos de vida tradicionais.

Em relação à ação do Ministério Público Federal MPF, a decisão se baseia no fato de que o empreendimento, com 40 aerogeradores e capacidade de produção de 240 MW, está localizado em uma zona destinada ao uso comunitário, onde atividades industriais de grande porte não são permitidas. A instalação dos aerogeradores impacta significativamente os recursos naturais e as comunidades locais, que dependem da pesca artesanal e da agricultura de subsistência.

A Justiça considerou a concessão das licenças ambientais como ilegal, pois não houve a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), como exigido para empreendimentos de grande porte em áreas ecologicamente sensíveis. Além disso, a instalação do parque eólico não obteve a autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A decisão judicial, portanto, visa proteger os ecossistemas frágeis da APA Delta do Parnaíba e as comunidades tradicionais que dependem desses recursos, garantindo a suspensão das licenças e a paralisação das obras do parque eólico.

O terceiro exemplo, aqui colocado, mostra como a articulação entre ativistas socioambientais e pescadores artesanais resulta em melhor capacidade de organização e resistência ante a luta contra os impactos, está no texto *Tradição e pessoa tradicional no litoral do Piauí*, (Maurício, 2020). O texto é o relados dos vários momentos da capacitação sobre a categoria jurídica “população tradicional” na comunidade de Pedra do Sal. Neste processo

> Os moradores da Pedra do Sal recorreram a memória, ao parentesco e as práticas extrativistas para identificar-se com a categoria jurídica “população tradicional”, dessa forma, não só o território foi objeto de disputa, mas também as categorias de classificação e as práticas de

> (auto)classificação social engendrada nessa luta. Nesse sentido, existe uma dimensão simbólica da luta por território, que a organiza e a sustenta, e que é preciso levar em consideração para a compreensão de processo de dominação e resistência em que são participantes as populações tradicionais. (Maurício, 2020:35)

A luta por território dos moradores da Pedra do Sal, no Piauí, é analisada como um processo de resistência e autoafirmação, no qual a categoria jurídica "povos e comunidades tradicionais" é apropriada e reinterpretada a partir da memória, do parentesco e das práticas extrativistas do grupo. Ao se identificarem com essa categoria, os moradores da Pedra do Sal reivindicam seus direitos e lutam por reconhecimento, demonstrando a importância da dimensão simbólica na organização e sustentação da luta por território e na resistência contra a dominação do Estado-Nação.

Portanto, a sanção da Lei nº 8383/2024 e as recentes vitórias judiciais, como a suspensão do parque eólico na APA do Delta, não representam o fim do conflito, mas sim a sua materialização no campo jurídico. Elas são a prova cabal de que a omissão e a hostilidade nos planos de desenvolvimento não são forças passivas, mas sim gatilhos que geram uma potente reação organizada.

Este processo de luta pela demarcação de um "território pesqueiro" é, em sua essência, um ato de autoafirmação e construção identitária. A conquista de uma lei é a formalização de uma identidade coletiva forjada na resistência. É a partir dessa premissa que se torna fundamental mergulhar nas raízes históricas dessas lutas, compreendendo as trajetórias que moldaram as Populações Tradicionais do Piauí, suas histórias de resistência e seus processos de etnogênese, tema que aprofundaremos nas narrativas dos pescadores do Delta do Parnaíba.

Diante dessa análise, é crucial que o Piauí adote uma nova abordagem de desenvolvimento, priorizando a i superação da invisibilidade histórica desses grupos exige a implementação de políticas públicas específicas e a promoção de sua participação efetiva na tomada de decisões que afetam seus territórios e modos de vida. Incorporar uma visão decolonial, valorizando os saberes tradicionais, é fundamental para construir um futuro mais justo, sustentável e que respeite a diversidade cultural e ambiental do estado, garantindo que o desenvolvimento beneficie a todos os seus habitantes.

CAPÍTULO 4 - “SOMOS COMUNIDADE TRADICIONAL [...] TEM O LAUDO ANTROPOLÓGICO COMPROVANDO”: as narrativas dos pescadores artesanais do delta do Parnaíba frente às pressões socioambientais.

Introdução

A análise dos marcos regulatórios e planos governamentais realizada no capítulo anterior evidenciou uma invisibilização programática das comunidades tradicionais no planejamento estatal do Delta do Parnaíba. Neste capítulo, buscamos dar materialidade a essa ausência por meio das narrativas dos próprios pescadores artesanais. Demonstra-se aqui que a omissão do Estado nos planos de desenvolvimento não é neutra; ela se converte em conflitos concretos, violência territorial e processos de desterritorialização. Ao confrontar o silêncio dos documentos oficiais com a vivacidade dos relatos locais, validamos empiricamente a crítica teórica estabelecida anteriormente, revelando o abismo entre o 'progresso' planejado e a realidade vivida nos territórios.

Dessa forma, mostraremos os impactos socioambientais da expansão turística e das energias renováveis sobre as comunidades de pescadores artesanais do Delta do Parnaíba, Piauí, a partir da perspectiva dos próprios pescadores. Baseado em pesquisa de campo, que incluiu desde conversas por redes sociais e as entrevistas *in loco*, o estudo revelou o turismo e as energias renováveis como os principais vetores de conflitos na região. As narrativas coletadas são examinadas sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD), com especial atenção à abordagem de Ruth Wodak (2001), e correlacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Os pescadores artesanais reportam que esses “novos conflitos” intensificaram conflitos preexistentes e gerou novos, como grilagem de terras, aumento da criminalidade, insegurança hídrico-alimentar, restrição de acesso a áreas de pesca e desagregação da identidade sociocultural. O discurso dessas comunidades, enquanto habitantes e dependentes seculares de seus territórios, evidencia um movimento de resistência e a construção de uma identidade coletiva na disputa pelo poder sobre seus modos de vidas. O poder se configura

aqui pela disputa desse *campo,* enquanto território, - espaço socialmente construído e embutido de significados, onde ocorrem interações e disputas culturais, econômicas e políticas entre indivíduos ou grupos. (Santos, Cutrim e Feitosa, 2024:05).

O sociólogo Pierre Bourdieu (1996) formulou o conceito de campo para descrever espaços sociais relativamente autônomos onde indivíduos e grupos, munidos de diversos tipos de capital (econômico, cultural, social, simbólico), se engajam em disputas por poder e reconhecimento. Cada campo opera sob um conjunto particular de regras, hierarquias e lógicas internas que orientam as ações dos participantes, sendo estas ações influenciadas pelo habitus – um sistema de disposições adquirido socialmente que permite aos agentes navegar e estrategicamente atuar dentro do campo. A autonomia relativa dos campos implica que, embora interligados ao campo de poder mais amplo, eles mantêm critérios de valorização e formas de prestígio específicas, tornando a busca pelo capital inerente a cada campo um motor central. A "illusio", ou a crença compartilhada na relevância das apostas, é fundamental para a existência do campo, que é um palco de lutas contínuas para redefinir suas regras, hierarquias e critérios de valor, revelando uma constante dinâmica de contestação e transformação. Em essência, a teoria dos campos de Bourdieu oferece uma estrutura para analisar a sociedade como uma rede de microssomos interconectados, onde o poder se manifesta e é contestado através da distribuição e da busca por diferentes formas de capital, evidenciando as intrincadas relações de dominação e subversão que moldam a experiência social.

Então, em relação ao campo de disputas que envolve pescadores artesanais e os agentes do desenvolvimento no Delta do Parnaíba compreendemos, aqui, que as narrativas dos pescadores artesanais são expressões e vetores de um sofisticado conhecimento ecológico tradicional. Assim, nossa compreensão é que

> A oralidade é o instrumento ancestral de preservação das sabedorias. Por meio dela se torna possível manter toda a cultura de um povo, é a tradição viva que permeia de um para um. Historicamente, em povos e comunidades tradicionais, ela vem sendo o principal processo educativo

> para integrar as pessoas que ali constituem família e seus costumes. (Santos, Cutrim e Feitosa, 2024:02)

Esse conhecimento é divulgado em inúmeros trabalhos acadêmicos e sistematizados pelo Conselho Pastoral da Pesca – CPP através da divulgação de seus diagnósticos sobre impactos socioambientais em territórios de pescadores artesanais (Barros, Medeiros e Gomes, 2021) e (Melo, 2025).

No caso das comunidades de pescadores de Pedra do Sal, Tatus e Barra Grande, cujos modos de vida estão ameaçados, suas narrativas constituem um modelo de resistência epistêmica face às pressões do capitalismo em forma de desenvolvimento predatório e à dinâmica do racismo ambiental, que expõem não só para a compreensão aprofundada da realidade local, mas sobretudo para a construção de estratégias de combate ao modelo de desenvolvimento exógeno e predatório.

Argumenta-se que as ações relacionadas ao *desenvolvimento local* são desproporcionalmente, direcionadas às comunidades tradicionais; colocando em riscos à sua existência enquanto detentoras de um etnoconhecimento sobre a realidade de seus territórios. De forma complementar e instrumental, nega-se a sua participação na construção desse modelo de desenvolvimento. Assim, restam às comunidades estratégias de resistência e articulações com distintos atores sociais na busca pela garantia de futuros mais justos, centralidade e validade de suas narrativas sobre o desenvolvimento.

Enquanto reação endógena, temos os escritos de Ailton Krenak e Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos) que, embora distintos em suas origens e focos, convergem em uma crítica profunda às estruturas de poder hegemônicas e em uma valorização das epistemologias e modos de vida tradicionais. Krenak, em "Futuro Ancestral" e "O amanhã não está à venda", nos alerta para os perigos do antropocentrismo e do capitalismo, que nos desconectaram da natureza e nos levaram a uma crise civilizatória. Ele propõe um retorno à ancestralidade e a uma relação mais respeitosa com o mundo natural. Nêgo Bispo, por sua vez, em "Colonização", oferece uma perspectiva contracolonial, defendendo a construção de autonomias culturais, sociais e econômicas a partir das experiências dos povos negros e quilombolas. Ambas as obras se encontram na

urgência de repensar nosso lugar no mundo, questionando a lógica de progresso imposta e buscando caminhos alternativos para a existência humana.

Ailton Krenak e Nêgo Bispo são vozes cruciais para a discussão dos impactos socioambientais enfrentados pelos pescadores do Delta do Parnaíba. Krenak, com sua defesa incisiva da relação intrínseca entre o ser humano e a natureza, e sua crítica à exploração predatória dos recursos naturais, oferece um arcabouço teórico para entender como a desconexão com os territórios ocupados por populações tradicionais e a busca incessante por lucro afetam diretamente as comunidades pesqueiras. Ele nos ajuda a compreender a perda de saberes ancestrais e a degradação dos ecossistemas fluviais e marinhos, que são o sustento desses pescadores. Nêgo Bispo, com sua perspectiva contracolonial e a valorização das comunidades tradicionais e suas práticas de autossustentabilidade, é fundamental para analisar a resistência e as estratégias de sobrevivência dos pescadores. Ele mostra como a lógica colonial e capitalista tem historicamente marginalizado essas comunidades, desconsiderando seus modos de vida e seus conhecimentos sobre o manejo dos recursos. Ambos os autores, ao denunciarem a "banalização da vida" e a priorização da economia sobre a existência humana, fornecem lentes potentes para examinar os desafios e as lutas dos pescadores do Delta do Parnaíba na salvaguarda de seu território e de sua cultura. Assim, defendemos que

> Quem possui o conhecimento geracional está inserido dentro da lógica contracolonial. A lógica mercadológica ensina que apenas uma forma de aprendizagem é correta e que todas as outras devem ser anuladas, enquanto a
>
> transmissão oral é uma projeção de libertação das armadilhas coloniais. Quando o conhecimento é circular, ele gira para todos e não para, ele vem e volta, é imersivo e presente. (Santos, Cutrim e Feitosa, 2024:03)

Assim, esse texto fundamenta-se no arcabouço crítico de Ailton Krenak (2020, 2022) e Antônio Bispo dos Santos – *Nego Bispo* (2015), pensadores que desconstroem a lógica desenvolvimentista. Portanto, para esses pensadores os saberes diversos, alinhados aos "modos e significações" são, também, testemunhos da violência sistêmica, especificamente do racismo ambiental. Para Bispo, a validação e amplificação dessas vozes são passos cruciais não só para

compreender a realidade do Delta, mas para construir estratégias de resistência e próprias comunidades.

> Com efeito, desenvolver carrega o prefixo "des", em outras palavras, retirar o envolvimento, condição primária para uma vida em aterramento. Neste sentido e, ao retornar à cosmologia enquanto aliança, observamos um diálogo direto entre Bispo e Ailton Krenak, ambos pensadores brasileiros contemporâneos contracoloniais, especialmente ao pautarem a questão do desenvolvimento. (Santos, Cutrim e Feitosa, 2024:08).

4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

4.1.1. O Trabalho de Campo e os Desafios da Pesquisa Etnográfica.

O trabalho de campo, permeado por desafios, nos convida a uma profunda reavaliação da relação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. É fundamental considerar as expectativas de ambos, tanto do pesquisador quanto do grupo pesquisado. As situações sociais inesperadas, que surgem como dados cruciais para a pesquisa, revelam que os obstáculos do trabalho de campo não devem ser simplesmente superados, mas sim cuidadosamente pensados. Em vez de tentar eliminá-los, devemos nos deixar levar por uma reflexão profunda sobre os desafios do trabalho de campo e sobre o objeto em questão. Essa talvez seja a maior dificuldade e, ao mesmo tempo, a maior riqueza da pesquisa etnográfica: compreender que os imprevistos, as dificuldades e as situações inesperadas não são obstáculos a serem superados, mas sim oportunidades para uma análise mais profunda e abrangente do objeto de estudo. (Cossa, 2020)

Ante à impossibilidade de realização de uma pesquisa etnográfica e participante, por não dispor de recursos para um tempo prolongado na região, ficou acordado com representantes das comunidades a manutenção das conversas por celular e em momentos no de articulação do *Mar*; e o campo foi uma visita técnica à Pedra do Sal, Cajueiro e Tatus para conhecer os territórios e à realização de entrevistas informais, parcialmente direcionadas com fins de obtenção de uma narrativa que trate dos impactos socioambientais - e, ainda, a relação que o desenvolvimento e seus impactos têm com os objetivos do Desenvolvimento Sustentável ODS 2030. Assim, colocamos a seguir nossa

análise sobre as narrativas. Foram realizadas entrevistas com 06 representes dos pescadores e filhos de pescadores – que são empreendedores do turismo (pousada e Lancha).

4.1.2. A Ética em Pesquisa e a Garantia do Anonimato

A decisão de garantir o anonimato em pesquisas sobre impactos socioambientais é crucial para a integridade e a ética da investigação, especialmente em contextos onde a participação pode trazer riscos aos entrevistados. O anonimato garante que as pessoas se sintam livres para expressar suas experiências e opiniões sem medo de retaliação, promovendo a autonomia e a liberdade de expressão (Borda, 1985). Em pesquisas sobre conflitos socioambientais, a identificação dos participantes pode resultar em perseguição, intimidação ou violência por parte de empresas, governos ou grupos de interesse (Svampa, 2005). Essa vulnerabilidade social, especialmente em comunidades marginalizadas, pode resultar em silenciamento e omissão de informações relevantes para a pesquisa.

Além da proteção individual, o anonimato contribui para a qualidade da pesquisa, incentivando a participação de indivíduos que, de outra forma, poderiam hesitar em se manifestar (Bourdieu, 1990). A garantia de confidencialidade aumenta a confiança dos participantes, resultando em informações mais completas e honestas. A pesquisa sobre impactos socioambientais frequentemente envolve temas delicados, como violações de direitos humanos, corrupção e crimes ambientais, tornando o anonimato essencial para a proteção da privacidade e da segurança dos entrevistados (Santos, 2010).

A decisão de garantir o anonimato deve ser justificada e comunicada de forma clara aos participantes, garantindo que eles compreendam os riscos e benefícios envolvidos. O anonimato, quando aplicado de forma ética e transparente, contribui para a produção de dados confiáveis, relevantes e relevantes para a compreensão de questões socioambientais complexas, promovendo a justiça social e a proteção do meio ambiente (Leff, 2001).

4.2. AS VOZES DO TERRITÓRIO: NARRATIVAS DE PEDRA DO SAL, TATUS E BARRA GRANDE.

As narrativas dos pescadores artesanais afirmam uma identidade coletiva em oposição a atores externos que detêm ou buscam poder. Essa demarcação identitária, estratégia discursiva central, reflete e reforça a percepção de assimetrias de poder e a disputa por recursos e legitimidade em relações sociais desiguais no contexto histórico local.

Nesse sentido, iremos realizar a Análise Crítica do Discurso como *lente* às *narrativas pesqueiras* com foco nas mudanças e impactos socioambientais com as lideranças e representações dos pescadores artesanais de Pedra do Sal (Parnaíba), Tatus (Ilha Grande) e Barra Grande (Cajueiro).

Na opinião dos pescadores, o turismo ampliou os conflitos socioambientais existentes e criou outros. Do aumento da grilagem de terras e da criminalidade, da insegurança hídrico-alimentar, à interdição de acesso às áreas de pesca em lagoas, desagregação da identidade social e cultural do pescador artesanal, dentre outros prejuízos, conforme vasta literatura: Anjos (2024), Araripe (2006), Araújo (2022), Costa (2024), Leite (2024), Lima, (2024), Lopes (2024), Mota (2024), Nogueira (2024), Oliveira Filho, (2024), Passos (2023), Rocha et al (2019), Silva (2013, 2024), Sousa (2024) e Viana (2024).

O planejamento e a gestão desse modelo de desenvolvimento no Delta do Parnaíba representam, de forma geral, a inserção do Estado explicitada no Plano de Turismo do Polo das Dunas — cujas lacunas de representatividade e omissões em relação às populações tradicionais foram detalhadas no Capítulo 3 — atua como catalisador de impactos socioambientais. Ao mesmo tempo, o discurso dos pescadores artesanais, enquanto habitantes e dependentes de seus territórios de ocupação secular, é revelador de um movimento de resistência que se organiza em torno de uma identidade coletiva, pescadores artesanais.

Aqui, propositalmente, a história oral, através das narrativas dos pescadores artesanais se justifica pela capacidade do método em dar voz ao *outro*; possibilitando ir além de estereótipos, como o de apenas *pescador*

artesanal, mas reconhecendo-o como sujeito histórico, pensante e produtor de conhecimento, valorizando suas perspectivas e memórias. (Fernandes, 2025)

As comunidades tradicionais de pescadores artesanais, não estão contempladas nos programas de desenvolvimento da região do Delta do Parnaíba, em especial ao Programa de Turismo. Essa situação dificulta a sustentabilidade dessas populações (Araripe et al, 2006). Some-se, ainda, a redução das áreas de mangue, associada a ações antrópicas como a carcinicultura, ressaltada por Farias e Andrade (2010) como um impacto relevante.

4.2.1. Pedra do Sal: as narrativas do conflito como etnografia da história de lutas.

A análise das narrativas coletadas na Pedra do Sal pauta-se na identificação de estratégias discursivas de referenciação e predicação, fundamentais na ACD. Busca-se observar como os pescadores constroem um 'nós' comunitário — ancorado na ancestralidade e no direito histórico ao território — em oposição direta a um 'eles' externo e predatório, representado por famílias forâneas e grandes empresas. Essa polarização linguística não apenas relata o conflito, mas denuncia as assimetrias de poder latentes na região, onde a fala da comunidade atua como um contraponto à hegemonia do discurso desenvolvimentista que busca legitimar a expropriação de terras tradicionais.

4.2.1.1. O relato do pescador artesanal: memória, usurpação e conflito

O pescador articula uma narrativa diacrônica, contrastando a fundação da comunidade e seus saberes tradicionais com a chegada disruptiva da família Silva e, posteriormente, dos empreendimentos eólicos, que se *apossou da situação* e vendeu terras comunitárias. Similarmente, a empreendedora situa os desafios atuais (turismo, pesca predatória, eólicas) como transformações recentes que impactam a dinâmica local. As narrativas são, aqui, legitimadas como história oral e se colocam como referência ao hiato dessa invisibilidade.

A narrativa oferece um panorama histórico e social, traçando a trajetória da comunidade desde sua fundação até os dias atuais. Se inicia com a descrição das quatro famílias que deram origem à comunidade: Coringas, Carraca, Severo

e Martins de Oliveira. A comunidade, inicialmente pequena e com forte ligação à natureza, se caracterizava por uso de seu conhecimento tradicional sobre seu território. Esse quadro se alterou significativamente com a chegada da família Silva, egressa do Rio de Janeiro, que se apoderou do território, gerando desavenças com os moradores locais. Esse conflito se intensificou com a venda de terras para instalação de empreendimentos diversos (turismo e eólicas), que foram implementados sem consulta às comunidades de pescadores artesanais. Nas palavras do pescador

> *_Os Silva: Meus avós, contavam que essa família, ela chegou aqui do Rio de Janeiro. Só que eles tinham uns conhecimentos, mais do que as próprias pessoas daqui que era tudo leigo.... então essa família fez uma análise da comunidade. [...] eles começaram a ter olho grande. Né? A ter ambição pelas terras. Aí, começaram a ir nas casas dos velhos, e dizer que eles eram, o dono das terras, ou seja, se apossou da situação. E, aí ficou nisso, todo mundo leigo, né? E aí, a situação ficou desagradável. Enfim, resumindo: depois que eles se apossaram disso, eles venderam uma parte das terras, pra esses empreendimentos.*

Com a chegada das eólicas diversos impactos socioambientais foram desencadeados, como a invasão de pessoas de fora e o aumento de problemas com drogas, criminalidade e assédio às mulheres. A comunidade enfrenta uma situação considerada perigosa, o que a coloca em constante luta para preservar sua identidade e seus valores.

> *_De conflito. E a empresa fez esse papel. Ela primeiro chamou uma parte da comunidade, né? Que na nossa linguagem se chama aquela questão de puxar saco, né? Eu vou te dar isso aqui para tu estar no nosso lado, e a favor da gente. E assim, até hoje, nós estamos nessas dificuldades, através disso. Certo? Aí a empresa chegou, ela, ela desmatou uma parte da nossa região.*

Apesar das dificuldades, a comunidade da Pedra do Sal preserva tradições e costumes que refletem sua história e sua identidade. A liberdade ampla, a união em momentos de necessidade, e a realização de atividades tradicionais como o boi, a quadrilha e a pesca do *camurupim* são elementos que caracterizam a comunidade, em sua identidade coletiva, representando a força de seus laços.

A comunidade enfrenta desafios relacionados à desigualdade social, à falta de acesso a serviços básicos e à perda de suas terras. A dependência de atividades tradicionais como a pesca, (junto com agricultura familiar em roças e quintais somado ao extrativismo) com a invasão de pessoas de fora tendem a perpetuar e ampliar a vulnerabilidade social dessas famílias.

A chegada das eólicas expõe uma prática comum na implementação de projetos de energia renovável em territórios de comunidades tradicionais: a falta de planejamento e o diálogo insuficiente. As denúncias são sobre subemprego, assédio às mulheres, ocupação desordenada do território e aumento da criminalidade que resultam em desigualdades e impactos negativos nesses territórios,

4.2.1.2. A narrativa feminina: turismo, assédio e a resiliência da base comunitária

Nosso segundo relato é a empreendedora familiar (filha de pescador) que mantém uma pousada de base comunitária e aponta para os ODSs 1. (erradicação da pobreza), 3 (saúde e bem-estar), 5 (igualdade de gênero), 7 (energia limpa e acessível), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

A entrevista retratou a realidade da comunidade marcada por transformações decorrentes do turismo, da pesca predatória e a chegada das eólicas. O temor de que grandes empreendimentos turísticos desfavoreçam a comunidade local, a especulação imobiliária que dificulta o acesso à moradia e à terra, e as tensões em torno da pesca artesanal, impactada por práticas predatórias e outros fatores, evidenciam as complexas dinâmicas sociais e os conflitos que se entrelaçam na região.

A presença massiva de trabalhadores de fora, em sua maioria homens, gerou um clima de insegurança para as mulheres da comunidade, que foram expostas a situações de assédio. A falta de planejamento em relação ao acolhimento e à integração dos trabalhadores, e a cultura de machismo presente, contribuíram para a proliferação desses casos. Essa situação destaca a vulnerabilidade das mulheres das comunidades frente a esses projetos de desenvolvimento.

Sobre a pousada familiar, com seu turismo de base comunitária, demonstra uma iniciativa frente às dificuldades relacionadas ao modo de viver enquanto pescadores artesanais; e. impulsionada pelo turismo que, paradoxalmente, ameaça essa tradicionalidade.

> *-Essa pousada era uma casa de moradia do papai (que já faleceu), da mamãe e seis filhos. O papai trabalhava na pousada, numa pousada ali na praia. E, ele saiu de lá da, da pousada. E aí, ele teve a ideia, né? Aí, quando foi o final do ano, aí veio uns amigos dele, aí alugou. Então, ele viu que dava certo, o ramo de pousada. E no primeiro ano que ele alugou veio muita gente mesmo. Aí, ele teve a ideia de fazer essa casa pequenininha. Aí ficou como pousada. Na temporada tem mais hospedes, nas férias, em julho e final de ano.*

A chegada dos parques eólicos gerou impactos socioambientais, como o deslocamento de populações e a perda de áreas de pesca, agricultura e extrativismo. Acrescente o assédio às mulheres, o subemprego aos moradores locais e a pesca predatória pelos *de fora*.

> *_Hoje aqui, nossa Praia do Sal, é uma praia muito linda. [...] Tá mudando, uma mudança muito grande. Eu, espero que continue melhorando. Mas, a meu ver não é com esses projetos dos caçambeiros[1]; se continuar para frente, vai atrapalhar os pescadores, e a comunidade inteira*.
>
> *Porque aqui para cima foi barrado nosso acesso às lagoas e às matas onde coletamos frutas. Os pescadores que pescavam nas lagoas muriçocas e cajuí. Ninguém foi mais. Muitas pessoas têm medo de entrar lá porque foi proibido. [...] E tem os que pescam com arrastões. Esses arrastões destroem muito. No começo, eles até falavam que era para proibir, porque se eles não pescassem o peixe estaria garantido. Mas, é que o pessoal faz o arrastão vem de fora.*

O assédio às mulheres pelos trabalhadores das eólicas se agrava e se evidencia pelo abandono das crianças chamadas de *filhos dos caçambeiros* - nascidas de relações com trabalhadores que depois partem. A cultura de machismo presente na comunidade contribui com esse quadro de abandono. Por outro lado, em relação aos homens que buscam trabalhos nas eólicas, somente

[11] Como se referem aos projetos de energia eólica.

alcançam trabalhos sem possibilidades de crescimento econômico e estabilidade.

> *_Porque, o pessoal chegou para trabalhar, a, as mulheres se envolvem, engravidam, eles vão embora. [...] para nós aqui é o filho dos caçambeiros. Tem muitos, tem uns perdidos aqui na comunidade que, quando começaram a fazer a aí a usina (referente à eólica), né? Aí, veio muita gente de fora. A gente daqui se separou... engravidou. [...] Aqui, nós chama eles de caçambeiros. Os caçambeiros, estão por aí arranjando novinha, mulher casadinha.*
>
> *_O pessoal daqui tá, trabalha também nessas empresas essa primeira etapa, foi muita gente trabalhando, mas trabalho só três, quatro meses, a fundação, né? Trabalho, né, trabalho, mas braçal mesmo, né. eles prometem que pegar o pessoal da comunidade. Só que tem mais gente de fora do que da comunidade.*

As narrativas da comunidade de Pedra do Sal revelam uma complexa relação entre o desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030, evidenciando que avanços como a energia eólica e o turismo, embora benéficos em certas esferas, frequentemente resultam em impactos socioambientais negativos que ameaçam a identidade cultural e a sustentabilidade das comunidades tradicionais, uma situação agravada pela ausência de planejamento participativo e diálogo com os moradores. Conforme demonstrado por Wodak (2001), essas vozes locais articulam identidades, conflitos históricos e contemporâneos, e desafiam relações de poder desiguais impostas por modelos de desenvolvimento externos, materializando os obstáculos para o alcance dos ODS ao expor como a pobreza, a desigualdade de gênero, a degradação ambiental e a exclusão participativa são vivenciadas e construídas discursivamente no cotidiano, sublinhando a necessidade imperativa de integrar essas narrativas na formulação de políticas e ações de desenvolvimento que sejam verdadeiramente inclusivas e alinhadas às aspirações das comunidades afetadas.

A comunidade da Pedra do Sal demonstra sua resiliência com a busca pela preservação da identidade cultural, apesar dos desafios da invasão de pessoas de fora e da perda de terras, evidencia a necessidade de ações para promover o desenvolvimento sustentável da região, com foco na proteção ambiental e na valorização da cultura local e sustentabilidade das comunidades.

Para ancorar esta análise, foi realizada uma visita técnica à comunidade. O registro fotográfico resultante, apresentado a seguir se constitui como parte da memória etnográfica desta pesquisa. As imagens buscam capturar o território e as práticas cotidianas que corporificam a complexa teia de desafios e a luta pela permanência da comunidade da Pedra do Sal, oferecendo um vislumbre visual do universo aqui discutido.



Figura. 11 Entrada de Pedra do Sal. Fonte: elaborada pelo autor. 2024



Figura 11. Casa de pescador em ÁREA DIRETAMENTE IMPACTADA pela torre eólica.
Fonte: Elaborada pelo autor. 2024.



Figura 12. Praia de Pedra do Sal. visão geral. Fonte: Elaborada pelo autor. 2024.



Figura 13. Projeto de urbanização da orla de Pedra do Sal. Foto autor, outubro, 2024.



Figura 14. Detalhe da orla urbanizada. projeto em fase de conclusão. Fonte: Elaborada pelo aiutor. 2024.



Figura1 5. Pousada de turismo de base comunitária.

4.2.2. Tatus: o porto, a superexploração e a resistência das marisqueiras.

Nesta seção, o enquadramento metodológico foca na disputa pela hegemonia discursiva sobre o uso dos espaços produtivos, como o Porto dos Tatus. Sob a lente da ACD, as narrativas de barqueiros e marisqueiras são analisadas como ferramentas de resistência que expõem a violência simbólica da 'tomada de conta' do porto por interesses empresariais. A análise debruça-se sobre como a linguagem dessas comunidades articula a 'narrativa da perda' e da exclusão, transformando a denúncia do racismo ambiental em uma estratégia de agência política. Aqui, o discurso revela o choque entre o valor de uso do território para a vida e o valor de troca imposto pelo turismo de massa.

As narrativas do barqueiro, das marisqueiras e dos pescadores, constituem o cerne deste estudo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), com ênfase na abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak (2001). Esses discursos revelam relações de poder, estratégias de resistência e questionamento a esse modelo de desenvolvimento sobre seus modos de vida. Esta análise quando articulada com a Agenda 2030 se manifesta através de ODS que emergem das vivências narradas: ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A segurança alimentar (ODS 2 – Fome Zero) e a saúde dos ecossistemas aquáticos (ODS 14 – Vida na Água) são temas centrais, perpassando as preocupações com o defeso, a salinização e os impactos da pesca e de empreendimentos como parques eólicos. As dinâmicas de poder e desigualdade no acesso a recursos e territórios, denunciadas por marisqueiras e pescadores, refletem desafios relacionados ao ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), enquanto a centralidade das mulheres na organização comunitária e a busca por justiça e participação efetiva nas decisões (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes) sublinham a relevância do ODS 5 (Igualdade de Gênero) e a necessidade de instituições mais responsivas. Assim, passamos às narrativas.

4.2.2.1. O olhar do barqueiro: a dinâmica econômica e ambiental do Delta

Filho de pescador e casado com uma professora, ambos proprietários de duas embarcações (lancha com capacidade de até 08 pessoas) para atividades

turísticas. Um passeio no delta do Parnaíba revelou além das belezas naturais, informações sobre o manejo do delta pelos barqueiros, pescadores e catadores de caranguejo, dentre outras. Sua fala revela o delta em sua plenitude, quando disse:

> *_O Porto dos Tatus, situado em Ilha Grande como um dos braços do Rio Parnaíba, funciona como o ponto nevrálgico para as atividades relacionadas ao Delta do Parnaíba. É deste local que partem todas as embarcações turísticas destinadas à exploração do delta, e também onde ocorre o desembarque da produção pesqueira artesanal da região. A área concentra a chegada de diversos produtos extrativistas aquáticos, incluindo peixe, caranguejo, camarão, siri e ostra, evidenciando sua importância tanto para o turismo quanto para a economia local baseada nos recursos naturais.*

Segundo o barqueiro, a cadeia produtiva do caranguejo se destaca economicamente, com aproximadamente 90% da captura destinada ao estado do Ceará, suprindo a demanda de estabelecimentos como o mencionado "Chico do Caranguejo" em Fortaleza, sendo esta atividade sustentada por cerca de mil catadores locais (sem vínculo trabalhista) em Tatus. A produção mantém uma relativa constância anual, interrompida apenas pelo período de defeso, que vigora de dezembro a março, proibindo a captura de caranguejo, camarão e marisco para assegurar a reprodução das espécies. Durante este período, os pescadores e catadores têm direito ao seguro defeso, um auxílio governamental mensal equivalente a um salário mínimo. Adicionalmente, informa-se que a comercialização do marisco ocorre predominantemente através de atravessadores.

4.2.2.2. A voz das marisqueiras: identidade coletiva e a luta pelo espaço

As marisqueiras são as protagonistas das ações de denúncia sobre racismo ambiental e impactos decorrentes do turismo em seus modos de vida. Das diversas conversas com as marisqueiras, *elas* decidiram que a narrativa de Maria seria a fala que representa o pensamento de todas.

Maria em sua narrativa constrói, sustenta e desafia relações de poder e desigualdades sociais inseridas em contextos históricos específicos. Seu discurso, mostra uma identidade coletiva (*nós*, as marisqueiras) em contraposição a grupos detentores de maior poder econômico e social (*eles*, os

empresários). O conflito se manifesta na disputa pelo acesso a recursos vitais, como o espaço no porto, onde estratégias de nomeação (*empresários*) e predicação (*pegou o lugar tudo, tomou de conta*) demarcam um conflito por espaço e legitimidade.

> *_O pessoal maior que eu falo é os empresários, sim. Os empresários que tomou de conta lá do nosso porto todinho. Aí então quando a gente chega, fica esperando pra poder sair pra nós poder botar numa vaguinha lá, poder botar nossas canoas". Maria marisqueira.*

A fala de Maria, em consonância com a ênfase da ADC, historiciza a experiência comunitária, contrastando um passado de maior autonomia territorial com o presente de crescentes restrições e conflitos. Identifica-se que o turismo vem intensificando a especulação imobiliária e trazendo uma mudança socioeconômica e ambiental que geram insegurança e alteração no modo de vida. Contudo, o discurso não se limita à descrição das adversidades, expressando também estratégias de resistência e agência coletiva, como a luta pela permanência no porto, a valorização da organização associativa e o apelo à união

> *_E agora com esse pessoal chegando, não vai ser certo. Muita gente comprando casa lá, né? É, muita gente. Não é nem comprando casa, é muita gente se mudando pra aquele pedaço de duna. Sim. Tem aquelas casas lá que já tão desocupadas, já alugadas e ficou lá dentro. Aí a gente tem medo de fazer as festas, quando é uma hora, ninguém pode sair de cá cedo, a gente já tá trancando as portas, é assim. Você sabe que todo lugar tá acontecendo isso, né? A cidade tá crescendo.*

Os temas centrais que emergem da narrativa – luta pelo território e meios de subsistência, precariedade laboral por fatores ambientais, ameaça de atores externos, desenvolvimento desordenado e importância da coesão comunitária – articulam-se diretamente com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A dependência de recursos naturais e a dificuldade de subsistência conectam-se aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), enquanto a segurança alimentar (ODS 2 – Fome Zero) é ameaçada pela degradação ambiental. A centralidade feminina e a organização comunitária evidenciam a relevância do ODS 5 (Igualdade de Gênero), e as desigualdades no acesso a recursos e no

impacto da especulação imobiliária refletem o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Adicionalmente, a preocupação com o crescimento desordenado e a pressão sobre espaços comuns dialogam com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a questão da salinização e a dependência de recursos marinhos remetem ao ODS 14 (Vida na Água), e a percepção de injustiça e o papel da associação na defesa de direitos se relacionam com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), demonstrando como experiências locais refletem desafios globais da Agenda 2030.

4.2.2.3. A narrativa dos pescadores artesanais: história, ativismo e resiliência.

Como representação dos pescadores de Tatus, foi definido pelos pescadores que a narrativa de dirigentes da Colônia de Pesca de Ilha Grande (que congrega pescadores de Ilha Grande (Tatus) e Parnaíba (Pedra do Sal); que são comunidades vizinhas.

Com base nas narrativas de liderança local de pescadores da região de Ilha Grande, e sob a ótica da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Ruth Wodak (2001), emergem conflitos socioambientais significativos, interligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. Os pescadores articulam um "discurso da perda", no qual, a chegada de grandes empreendimentos, como parques eólicos e o turismo intensivo, é construída como uma usurpação de seus territórios e modos de vida tradicionais. Esta narrativa contesta o discurso desenvolvimentista hegemônico que frequentemente legitima tais projetos em nome do "progresso", sem considerar os impactos locais.

A instalação de parques eólicos associada à energia limpa (ODS 7, 13), é narrada pelos pescadores como uma fonte de exclusão e dano. Eles relatam a perda de acesso a áreas de pesca (nas lagoas) devido à infraestrutura e ao barulho das turbinas, que afugentam os peixes, além de mencionarem contaminação por óleo, comprometendo diretamente a saúde dos ecossistemas aquáticos (ODS 14) e terrestres (ODS 15), e consequentemente sua subsistência (ODS 1, 2). A falta de consulta prévia (ODS 16) é um tema recorrente, evidenciando uma desigualdade do poder no qual suas vozes são marginalizadas.

> *_O impacto é grandiosíssimo. A gente tem essa, a gente já teve várias reuniões, como você citou aí o a CPP? CPP, ANP, MPP, que é o movimento dos pescadores todinho, e a Universidade (UFDPar) junto com essa montagem do parque eólico aqui na Pedra do Sal.*

O desenvolvimento turístico, especialmente a expansão portuária para atender a esse setor, é outro ponto de tensão. O discurso oficial pode prometer desenvolvimento econômico (ODS 8), mas os pescadores o vivenciam como uma competição desigual pelo espaço costeiro e marítimo. Eles se sentem o porto priorizado para o turismo em detrimento da pesca artesanal; o que agrava as desigualdades (ODS 10) e ameaça a sustentabilidade de suas comunidades (ODS 11).

> *_Com a chegada do turismo também, como isso vai invadir a área do pescador. Aí o pescador tá ficando sem espaço, tá espremendo. Hoje a gente vê o pescador só, eh, eh, em comparação, espremido ali sem poder se movimentar. Então, o pescador em si, o artesanal, ele tá, ele tá sufocado pelo, a área do turismo em dividir espaço. O espaço é tão pequeno que, que não tem liberação para os dois lados.*

A perda de acesso a lagoas e áreas de pesca tradicionais é uma constante. A narrativa dos pescadores enfatiza como esses espaços, cruciais para sua segurança alimentar e renda (ODS 1, 2), são progressivamente invadidos ou tornados inacessíveis. Essa "desterritorialização" não é apenas física, mas também simbólica, afetando a identidade cultural e o conhecimento tradicional associado à pesca (relevante para ODS 4, na valorização de saberes locais).

> *_Bom, energia limpa e tudo, mas só que tomou o espaço do pescador todinho. Lagoas e tudo, aonde o pescador convive do da área nativa, é foi proibido que ele não pode, até mesmo não pode entrar depois que passar por entre uma torre e outra, não pode. Então tem várias lagoas que o pescador deixou de pescar e isso aí foi prejudicial muitíssimo para o pescador.*

Essa ausência de consulta prévia, denunciada pelos pescadores, é a materialização da invisibilidade institucional discutida anteriormente no Capítulo 3, onde o planejamento de infraestrutura ignora sistematicamente a existência de territórios pesqueiros ocupados de forma secular. Os pescadores afirmam que as decisões sobre os empreendimentos são tomadas sem sua participação

efetiva, o que viola princípios de justiça e governança participativa (ODS 16). Suas tentativas de diálogo e reivindicação de espaços e compensações muitas vezes resultam em promessas não cumpridas, gerando desconfiança e frustração.

> _*Quando foi formado esse, esse planejamento para eles construir essas eólicas, foi só com a prefeitura e fizeram as coisas sem a comunidade saber. Quando a comunidade veio saber, já estava, já tinha acontecido as coisas. Com grande, a grande perda. E o que eu acho que cada vez a, os pescadores estão perdendo, né, os seus territórios*. É muito triste, né?

> _*A gente, como o Z17 [...] compareceu no porto, na construção de um, de um prédio que tem no Porto dos Morrinhos, Porto de Tatus. Já tinha um trapiche. De um passou dois, já tem, hoje tem três para barquito, né, barquito de turismo. E a gente foi lá durante a construção, que a empresa estava, estava lá ainda. A gente chegou até a discutir com a engenheira que tomava conta da obra lá, eh, solicitando e exigindo um espaço para o pescador lá, né? E ela prometeu pra gente que antes de terminar a obra, esse espaço do pescador seria diferenciado. O turista seria separado do pescador. E até hoje não aconteceu isso ainda. Não tem área reservada para o pescador de formas alguma ainda, reservada. Ele tá junto com o turista ali, imprensado.*

O discurso dos "racismos ambientais parciais" e a marginalização das comunidades ribeirinhas e pesqueiras são explicitamente mencionados. Os pescadores percebem que os ônus ambientais e sociais dos projetos de desenvolvimento recaem desproporcionalmente sobre eles, enquanto os benefícios são concentrados em outros setores, exacerbando desigualdades preexistentes (ODS 10).

Os impactos socioeconômicos são profundos, com a redução da pesca levando à precarização do trabalho e à insegurança de renda (ODS 1, 8). A dificuldade de manter o modo de vida tradicional força muitos a buscar alternativas, muitas vezes em condições desfavoráveis, ou a abandonar a atividade, o que representa uma perda de patrimônio cultural imaterial.

Apesar do cenário adverso, os pescadores demonstram agência através da mobilização e da busca por parcerias com universidades e outras entidades. Esse discurso de resistência e busca por apoio (ODS 17) visa fortalecer suas

reivindicações por direitos, justiça ambiental e um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A preocupação com as futuras gerações de pescadores também é evidente. A falta de perspectivas e a contínua degradação dos recursos ameaçam a continuidade da pesca artesanal, um modo de vida transmitido por gerações, colocando em risco a herança cultural e a sustentabilidade de longo prazo dessas comunidades.

> *_Hoje aqui na nossa região, tem vários pescadores que, mais ou menos, com sacrifício, estão fazendo universidade, tem engenharia de pesca, advogado, direito, professor. Formou muito filho de pescador lá (na UFDPar e IFPI). mas tem uns que estão mesmo na pesca.*

A análise das narrativas das comunidades tradicionais do Delta do Parnaíba mostra as profundas tensões entre os modelos de desenvolvimento hegemônicos e a sustentabilidade socioambiental e cultural local. As vozes dos barqueiros, marisqueiras e pescadores articulam experiências de perda, exclusão e resistência, refletindo diretamente os desafios e as aspirações contidos em diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Conclui-se que a compreensão crítica desses discursos é fundamental para fomentar abordagens de desenvolvimento mais justas, especialmente ao considerar a expansão de tais investigações para outras comunidades costeiras impactadas.

As narrativas dos representantes de Tatus, como os de Pedra do Sal revelam uma incompatibilidade entre o modelo de desenvolvimento implementado e a sustentabilidade das comunidades de pescadores artesanais. Este cenário serve à análise dos impactos socioambientais enfrentados pelos pescadores artesanais, em particular o turismo, que afeta essa comunidade. Seguindo a mesma lógica do parágrafo anterior, iremos exibir imagens, agora, da visita técnica em Tatus (incluindo o delta do Parnaíba).



Figura 16. Paisagem do Delta do Parnaíba com embarcação turística ao fundo.



Figura 17. Parque eólico visto a partir do leito do rio em Ilha Grande, Piauí.



Figura 18. Vista do Porto dos Tatus, Ilha Grande (PI).



Figura20. Píer de embarque para passeios turísticos no Porto dos Tatus.

4.2.3. Barra Grande em Cajueiro da Praia: o kitesurf como elemento de transformação socioambiental.

Para a compreensão do conflito em Barra Grande, a análise orienta-se pela tensão entre as categorias de 'desenvolvimento' e 'envolvimento'. Utilizando a abordagem histórico-discursiva da ACD, busca-se desvelar como o discurso oficial, que vende o turismo e as energias renováveis como 'progresso' (hegemonia), é confrontado por uma estratégia de predicação negativa por parte dos pescadores, que qualificam tais projetos como 'predatórios' e 'destruidores'. Este enquadramento destaca a luta intergeracional para reafirmar a identidade tradicional frente à invisibilização institucional, utilizando o 'envolvimento comunitário' como uma contra-estratégia discursiva para validar novos modelos de existência sustentável.

Aqui vamos reproduzir a história do conflito a partir de duas narrativas: um pescador e ativista jovem e um pescador idoso. Ambos, costumam falar juntos e mostram, dessa forma, o conhecimento tradicional e a memória com a capacidade de questionar o modelo desenvolvimentista e socialmente excludente. Essas narrativas, sob a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme a abordagem de Ruth Wodak, para expor a complexidade dos conflitos socioambientais e culturais desencadeados pela expansão de empreendimentos externos, como o turismo de massa. As narrativas são consideradas como fontes da história oral desses conflitos; que, ao articularem suas identidades, perdas e resistências, dialogam criticamente com os preceitos e desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, corroborando sua visão.

A degradação ambiental, causada pela especulação imobiliária, motivada pelo turismo, e a instalação de parques eólicos, afeta diretamente os ecossistemas (ODS 14 e 15) e a luta pela manutenção do modo de vida, proteção cultural, moradia e segurança alimentar (ODS 11, 1 e 2). Além disso, são evidenciadas questões como a negação de direitos e a falta de consulta prévia (ODS 16), a perpetuação de desigualdades (ODS 10), a exclusão de trabalho decente e educação de qualidade (ODS 8 e 4), e a necessidade de parcerias para o desenvolvimento (ODS 17).

4.2.3.1. O conflito intergeracional: as vozes do jovem ativista e do pescador idoso.

As narrativas dos pescadores de Barra Grande (um jovem ativista socioambiental e um pescador idoso), ao serem relacionadas à ADC (Wodak, (2001) e às ODS 2030 revelam um conflito central entre a comunidade, cuja identidade e subsistência estão atreladas à pesca e agricultura familiar, e a expansão de empreendimentos externos (turismo de massa, parques eólicos, especulação imobiliária), gerando profundos impactos socioambientais e culturais.

A entrevista com *João*, membro da comunidade tradicional pesqueira de Barra Grande (Piauí), expõe os profundos impactos socioambientais decorrentes da expansão de empreendimentos como parques eólicos, turismo de massa e especulação imobiliária em territórios tradicionalmente utilizados para a pesca e agricultura. João relata a massa e especulação imobiliária em territórios tradicionalmente utilizados para a pesca e agricultura. João relata a e a pressão econômica sobre a comunidade, evidenciando um conflito direto com os ODS 14 (Vida na Água), que visa a conservação e uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, e ODS 15 (Vida Terrestre), relacionado à proteção de ecossistemas terrestres e uso sustentável da terra. A descaracterização cultural e a perda da identidade comunitária, causadas pelo turismo predatório e pela especulação, ferem os princípios do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que busca tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, protegendo o patrimônio cultural e natural.

Em relação à ADC as categorias de autodefinição da comunidade como *tradicional, nativos, pescadores, agricultores,* ancorada em uma historicidade (*meus avós, vida toda*), contrastando com a nomeação dos agentes externos como *empresários, grileiros, o Estado*, ou através de suas ações predatórias reflete e reforça a assimetria de poder, onde a identidade local é afirmada em oposição a forças externas dialogando com a necessidade de proteger o patrimônio cultural e natural (ODS 11). Essas narrativas são, também, reveladoras da percepção de injustiça e os danos causados, que violam diretamente a conservação da vida aquática e terrestre (ODS 14 e 15) e a sustentabilidade das comunidades (ODS 11).

> *_Porque é fato e é verdade, existe uma comunidade tradicional aqui. Só que existe um posicionamento ao contrário da prefeitura. Tanto que em juízo, você vai ver, nas nossas discussões, a prefeitura se posicionando dizendo que não tem comunidade tradicional em Cajueiro da Praia. Aí isso, acarreta situações que prejudica a comunidade. Aí o que nós fizemos? Fomos atrás da Defensoria Pública (da União – DPU) para ela nos ajudar judicialmente, porque administrativamente a prefeitura já se posicionou ao contrário. Então é através da justiça que nós estamos conseguindo alguma situação que traga benefício para a comunidade. Porque a prefeitura se manifesta ao contrário, contra a comunidade, e o juiz, a gente consegue provar. Tanto que agora, o Ministério Público encaminhou uma antropóloga em Barra Grande para fazer um estudo e aí agora saiu o laudo.*

As estratégias de predicação são evidentes na atribuição de qualidades negativas aos empreendimentos e ao modelo de desenvolvimento imposto: *muito predatório, destrói, descaracteriza, agressora, opressora, destruidora.* Em contrapartida, a comunidade, embora por vezes descrita por atores externos como *pobre e sem conhecimento*, se autoafirma como detentora de história, cultura e resiliência. A narrativa a seguir é exemplar.

> *_Eu sou filho de comunidade tradicional, meu pai é pescador, agricultor, meus avós, agricultores e pescadores por pai e mãe. Igual eu, somos todos os nativos de Barra Grande. Ou ele é agricultor ou pescador, ou é descendente de agricultor e pescador (Jovem).*
>
> *_E com a crescente do turismo, no município de Cajueiro da Praia e aqui em Barra Grande, a gente tem sofrido uma situação muito complicada, porque ao mesmo tempo que, por um lado movimenta a economia, encontra do outro lado a questão dos impactos ambientais. E como aqui é uma ilha fica muito difícil da comunidade sobreviver. Até mesmo nós, os pescadores, não encontramos o pescado como antigamente, por conta exatamente da prática de algumas atividades que o turismo traz. (Jovem)*

O pescador idoso, ao detalhar a destruição de roças, casas e pesqueiras, intensifica a narrativa do sofrimento e da perda, exemplificando a violência simbólica e material exercida sobre o território e seus habitantes, um atentado contra a segurança e os meios de subsistência (ODS 1, ODS 11). Sua fala revela sua visão da *ameaça* do desenvolvimento sobre seu modo de vida e sobre a existência da comunidade e seu território.

> *_Isso começou desde que nós começamos a brigar pela essa área para da comunidade. Desde, 2008 Na verdade,*

> *2019 já começou a polêmica. De 2020 para cá eles não deixaram mais que nós respirasse. Nós vai pra roça, nós vai plantar, nós vai trabalhar na nossa área de roça. Quando chega o momento da colheita, sempre assim, por três anos seguidos. Chegou o período da colheita, eles vinham com as máquinas... Acabavam tudo. Tudo, destruíam tudo.*
>
> *Roças de pessoas onde já tinha pé de manga já florando, pé de caju, plantação de mandioca inteira ... aonde eles chegaram... Você vê o tamanho de uma roça de 3 hectares... Para dentro de uma noite, esses 3 hectares de roça - em uma noite só- para você ver a quantidade de pessoas, qual foi mobilizada por esses grileiros para fazer isso. Em uma noite esses camaradas arrancaram toda essa roça, cerca e plantação. Usaram motor-serra, cortaram todos os pés de, de árvore, de caju, de manga. Tudo que eles podiam destruir, que eles não conseguiram arrancar, eles cortaram de motor serra. Quando o camarada sai no final do dia, a roça dele tá lá intacta. Quando ele chega de manhã que ele procura a roça, cadê a roça? Cadê a casa? Cadê os animais que ele criava? Cadê a plantação dele? Os pés de mandioca todos arrancados, não tiraram uma raiz, só arrancavam e viravam o pé, só para humilhar o camarada.*
>
> *A gente, nós como comunidade, nós defendemos a nossa história. Com quê? Com a nossa própria vida. Defendemos a nossa cultura, a nossa arte, o nosso modo de viver. Nós não queremos que o turismo aqui se acabe ou regrida, não. Nós só queremos que a nossa comunidade seja incluída no turismo. (Idoso)*
>
> *_Agora imagine a mente dessa pessoa de 67 anos, a vida toda trabalhando naquilo ali, cuidando daquilo ali, aí chega lá de repente... tá lá a destruição. Agora imagina o psicológico desse senhor, desse pai, dessa mãe, desses filhos, a revolta da população, da comunidade, porque nós não tem com quem contar. Nós não pode pedir socorro na prefeitura, nós não podia pedir socorro na justiça. Então, era nós se abraçar e chorar junto. Chorar, porque...*
>
> *_Quando eu cheguei, na minha situação, quando eu cheguei com meu filho, ele com uns três aninhos... Quando eu cheguei lá, que ele olhou pra mim e disse assim: "Papai, cadê a nossa casa?". Derrubaram a casa. Cadê os nossos cavalos?", "Cadê os nossos porcos? Cadê nossas galinhas?". Os bichos tudo? Destruíram, tudo. Aquela máquina chegou arrancando...*

O resultado foi uma depressão que durou por quase um ano. Mas, como ele afirmou: *_a luta é necessária para deixar um exemplo para os que vem depois da gente*. A narrativa sobre a destruição sistemática de bens e meios de produção – roças, casas, pesqueiras, animais – por grileiros associados a

interesses econômicos externos, serve como um doloroso testemunho da vulnerabilidade da comunidade. Este relato pungente não descreve apenas uma perda material, mas ilustra a própria operação da necropolítica, conforme descrita por Mbembe (2018). A aniquilação sistemática dos meios de subsistência — a roça, a casa, os animais — representa uma forma de governança que decide quem pode viver e qual modo de vida deve morrer para dar lugar à acumulação de capital. A descrição da humilhação e do impacto psicológico evidencia a dimensão humana da tragédia e a violação de direitos básicos, incluindo o direito à moradia e à alimentação (ODS 1, ODS 2, ODS 11).

a seguir mostramos imagens da visita técnica em Cajueiro da Praia e Barra Grande.



Figura 9. Entrada de Cajueiro da Praia. Fonte: Elaborada pelo autor, (2024).



Figura 22. Ações ambientais de relevância. Fonte: Elaborada pelo autor (2024)



Figura 10. Kitesurfistas e embarcação tradicional de pesca em Cajueiro da Praia. pelo autor (2024)



Figura 24. Estrutura de restaurante na praia de Barra Grande, Piauí.



Figura 25. Pescado em declínio. Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

4.3. Do laudo antropológico à luta jurídica: a comunidade contra o "desenvolvimento" imposto

Como contradiscurso e estratégia de resistência, retomamos ao entrevistado que recorre a uma fala de *Nego* Bispo no qual fica proposta a concepção de *envolvimento* comunitário em oposição ao *desenvolvimento* imposto, defendendo o *turismo de base comunitária* como alternativa sustentável. A busca por apoio em instâncias como a Defensoria Pública da União - necessidade de judicialização da causa por meio de laudos antropológicos - surge como uma estratégia de resistência face à ausência de reconhecimento nos planos de desenvolvimento local analisados no terceiro capítulo, forçando o Estado a enxergar sujeitos que ele optou por omitir em seus projetos de expansão turística e energética. A atuação se estende ao Ministério Público Federal e ONGs parceiras (Comissão Ilha Ativa, Ocorre Diário) e demonstra a agência da comunidade na luta por seus direitos e por um modelo econômico mais justo e inclusivo (ODS 8, ODS 16, ODS 17).

> *_Na verdade, eu não conheci o Nego... Não conheci ele pessoalmente, mas, eu ouvi uma frase dele e eu uso ela em todos as minhas reuniões, em todos os meus discursos. Ele disse assim: _nós temos que acabar com o desenvolvimento e trabalhar o envolvimento. O envolvimento da comunidade.*

O discurso também aborda a desvalorização do conhecimento tradicional e a falta de oportunidades para os jovens locais se qualificarem para além do trabalho *braçal* (servente de pedreiro), enquanto os empregos mais qualificados nos novos empreendimentos são ocupados por pessoas de fora. Essa dinâmica perpetua a exclusão econômica e social, evidenciando a necessidade de investimentos em educação e capacitação local (ODS 4, ODS 8) para que a comunidade possa se beneficiar do desenvolvimento de forma equitativa.

A menção à Convenção 169 da OIT e ao direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) insere a luta local em um quadro de direitos reconhecidos internacionalmente. Contudo, a dificuldade em efetivar esse direito na prática, dependendo da mobilização de procuradores ou da própria comunidade para judicializar a questão, expõe a lacuna entre o arcabouço legal e sua

implementação, reforçando a crítica às instituições e à persistência de estruturas de poder desiguais (ODS 16, ODS 10).

As entrevistas com os pescadores, analisadas revelam um discurso de resistência contra um modelo de desenvolvimento excludente e predatório que ameaça seu modo de vida como comunidade tradicional. A luta pelo território, pela identidade cultural, pela participação política e por um futuro sustentável está intrinsecamente ligada à realização de múltiplos ODS.

As narrativas dos Pescadores artesanais revelam que as estratégias discursivas empregadas não apenas constroem a identidade da comunidade e denunciam as injustiças, mas também articulam uma luta intrinsecamente ligada à concretização de múltiplos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A aspiração por um *envolvimento* comunitário, em detrimento de um *desenvolvimento* imposto, e a visão de uma comunidade capaz de autodeterminar seu futuro com dignidade, justiça ambiental e inclusão das populações tradicionais nesse processo.

O discurso dos pescadores artesanais do Delta do Parnaíba revela profundas tensões entre os modelos de desenvolvimento hegemônicos, impulsionados principalmente pelo turismo e por grandes empreendimentos energéticos, e a sustentabilidade socioambiental e cultural local. As vozes das comunidades de Pedra do Sal, Tatus e Barra Grande articulam experiências de perda, exclusão, desterritorialização e resistência. Suas narrativas demonstram uma incompatibilidade entre o modelo de desenvolvimento implementado e a manutenção de seus modos de vida tradicionais e territórios.

A pesquisa evidencia a urgência de se considerar as percepções e o conhecimento tradicional dessas comunidades na formulação de políticas e ações de desenvolvimento. A invisibilidade e a falta de participação efetiva nos processos decisórios, aliadas à desconsideração da produção científica local, perpetuam um quadro de injustiça socioambiental. Os discursos analisados não apenas constroem identidades comunitárias e denunciam injustiças, mas também articulam uma aspiração por um "envolvimento comunitário", em detrimento de um desenvolvimento imposto; e, apontam para a necessidade de modelos alternativos que permitam às populações tradicionais autodeterminar seu futuro com dignidade, justiça ambiental e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta jornada investigativa, que percorreu desde os fundamentos teóricos do desenvolvimento e do conflito até as narrativas vivas das comunidades tradicionais do Delta do Parnaíba, esta tese confirma sua hipótese central: o modelo de desenvolvimento hegemônico, impulsionado pela expansão do turismo e das energias renováveis no Piauí, opera como um dispositivo de perpetuação de injustiças históricas, manifestando-se como uma forma contemporânea de racismo ambiental e necropolítica. A análise crítica dos planos governamentais e dos discursos de poder revelou uma lógica excludente que sistematicamente invisibiliza os saberes, os direitos e a própria existência das populações indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais.

A pesquisa demonstrou que o discurso da "sustentabilidade" e do "progresso", frequentemente mobilizado por agentes estatais e corporativos, funciona como uma ferramenta de legitimação para a apropriação de territórios e recursos. Sob essa retórica, as comunidades tradicionais são despojadas de seus meios de subsistência, sua cultura é desvalorizada e seus territórios são transformados em "zonas de sacrifício" para o capital. Os impactos socioambientais analisados — que vão da expropriação de terras e da precarização do trabalho à degradação de ecossistemas e à violação de direitos fundamentais, como a consulta prévia, livre e informada — não são efeitos colaterais indesejados, mas consequências estruturais de um paradigma que prioriza o lucro em detrimento da vida.

Contudo, o achado mais significativo desta tese não reside apenas na denúncia dessa estrutura de opressão, mas na documentação e análise da potência da resistência. As comunidades do Delta do Parnaíba, longe de serem vítimas passivas, emergem como sujeitos políticos ativos que contestam, negociam e constroem alternativas. A luta por direitos, materializada na mobilização em torno da Convenção Nº 169 da OIT e dos Protocolos de Consulta, a articulação em redes de ativismo socioambiental como o Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR), e a própria persistência em seus modos de vida tradicionais constituem um robusto contradiscurso. Este não apenas se opõe ao desenvolvimento imposto, mas propõe uma visão alternativa de futuro,

pautada no conceito de "envolvimento" comunitário, na justiça social e na harmonia com a natureza.

As narrativas coletadas, analisadas através da Análise Crítica do Discurso, revelaram-se um campo fértil para compreender a dimensão simbólica e epistêmica do conflito. Elas demonstram que a disputa não é apenas por terra ou recursos, mas pela própria definição de realidade, pela legitimidade de diferentes saberes e pela capacidade de autodeterminar o próprio destino. Ao dar centralidade a essas vozes, a tese contribui para o campo dos estudos socioambientais ao conectar de forma explícita a teoria crítica — incluindo o racismo ambiental e a necropolítica — com a realidade empírica de um contexto regional específico, evidenciando a urgência de uma descolonização do pensamento e das práticas de desenvolvimento.

Apesar de seus achados, esta pesquisa possui limitações. O escopo geográfico, embora aprofundado, concentra-se em comunidades específicas, e a generalização dos resultados para outras regiões deve ser feita com cautela. Ademais, o caráter qualitativo da investigação, embora essencial para a profundidade da análise, poderia ser complementado por estudos quantitativos que mensurem de forma mais ampla os impactos econômicos e de saúde nas populações afetadas.

Diante disso, abrem-se novas agendas de pesquisa. Sugere-se a realização de estudos comparativos entre diferentes contextos de implantação de energias renováveis no Brasil, a fim de identificar padrões e particularidades nos conflitos e nas formas de resistência. Investigações longitudinais que acompanhem a trajetória das comunidades e dos movimentos de ativismo ao longo do tempo também seriam de grande valia. Por fim, é fundamental aprofundar a pesquisa sobre a eficácia dos instrumentos jurídicos e das políticas públicas destinadas a proteger os direitos das populações tradicionais, avaliando as lacunas entre a lei e sua implementação prática.

Este estudo aprofundou-se nas complexas intersecções entre racismo ambiental, conflito e justiça socioambiental, especialmente no contexto dos territórios tradicionais brasileiros do Nordeste, com foco particular nos estados do Rio Grande do Norte e Piauí. A análise revelou que o racismo estrutural, enraizado em uma herança colonial, perpetua desigualdades que marginalizam

comunidades, expondo-as à degradação ambiental e a uma "necropolítica" que desvaloriza suas vidas. Em um cenário de transição energética e um modelo de desenvolvimento extrativista, que invariavelmente prioriza o lucro em detrimento dos direitos humanos e da sustentabilidade, as comunidades tradicionais e os ativistas emergem como forças de resistência. Utilizando os conceitos de "campo" e "ator social", foi possível desvendar as disputas por recursos e poder que caracterizam esses conflitos. A "situação colonial" de Balandier ressoa nas denúncias de que a transição energética atual, ao reproduzir lógicas extrativistas, transforma o Nordeste em um "celeiro de energia para o Norte Global", aprofundando desigualdades históricas. A invisibilidade das populações tradicionais nos planos governamentais, a desconsideração de seus direitos e a priorização de interesses econômicos no agronegócio e turismo foram destacadas como falhas sistêmicas que perpetuam a injustiça socioambiental.

No entanto, o ativismo socioambiental se manifesta como um catalisador crucial para a mudança, desafiando a hegemonia do discurso desenvolvimentista. Através de mobilização social, incidência política e jurídica, produção de conhecimento contra-hegemônico e articulação em redes, esses movimentos dão visibilidade às injustiças, contestam narrativas dominantes e pressionam por políticas públicas mais protetivas. Exemplos como a sanção da Lei nº 11.228/2022 no Rio Grande do Norte e a suspensão da instalação de parques eólicos na APA do Delta do Parnaíba no Piauí demonstram a capacidade do ativismo em mobilizar o Estado e formalizar a proteção dos direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais. A luta pela demarcação de "territórios pesqueiros" é, em sua essência, um ato de autoafirmação e construção identitária, formalizando uma identidade coletiva forjada na resistência. As narrativas dos pescadores artesanais do Delta do Parnaíba ilustram vividamente os impactos do turismo e dos grandes empreendimentos energéticos, revelando experiências de perda, exclusão, desterritorialização e a incompatibilidade entre o modelo de desenvolvimento imposto e a manutenção de seus modos de vida tradicionais.

Em última análise, as contribuições de pensadores como Ailton Krenak e Nêgo Bispo fundamentam a crítica a uma lógica desenvolvimentista que desconsidera os saberes tradicionais e banaliza a vida. Este estudo reforça a

urgência de uma mudança paradigmática, que priorize a inclusão das populações tradicionais e a garantia de seus direitos, valorizando os saberes ancestrais e promovendo uma participação efetiva na tomada de decisões. É fundamental construir um futuro mais justo, sustentável e equitativo, que respeite a diversidade cultural e ambiental, assegurando que o desenvolvimento beneficie a todos os seus habitantes, e não apenas alguns. A transição energética justa e socialmente responsável, portanto, exige uma profunda transformação do modelo de desenvolvimento, rompendo com as práticas neocoloniais e racistas que perpetuam as desigualdades históricas.

Em suma, os achados desta tese oferecem uma contribuição empírica direta para um dos debates mais urgentes da agenda de desenvolvimento brasileira: a implementação do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial. A análise dos conflitos no Delta do Parnaíba demonstra que, sem a internalização deste objetivo em todas as esferas de governança — especialmente no planejamento regional e no licenciamento de grandes projetos —, a transição energética e o desenvolvimento do turismo continuarão a ser vetores de racismo ambiental e a aprofundar desigualdades históricas. Portanto, a recomendação central que emana desta investigação é que a superação do cenário de injustiça aqui documentado passa, impreterivelmente, pela adoção das metas do ODS 18 como critério vinculante para qualquer política de desenvolvimento no Brasil. Somente ao colocar a igualdade étnico-racial no centro da equação será possível construir um futuro verdadeiramente justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Juliana Silva. de, OLIVEIRA, Rafael Granvila e ZAPPES, Camilah Antunes. **Interferência do turismo na pesca artesanal: uma abordagem da oceanografia socioambiental no sudeste do Brasil**. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 38, n. 1, p. 330–346, 2021.

ACSERALD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirnch Boll, 2004.

ALBUQUERQUE FILHO, Adão Ferreira de, e FERKO, Georgia Patrícia da Silva. **Percepção ambiental dos prestadores de serviços turísticos do Monte Roraima, extremo norte do Brasil: atitudes e valores ambientais**. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 5, n. 2, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24979/v5i2.1340.

ANJOS, Alícia Araújo dos. **Vale a pena ser turismólogo? O mercado de trabalho em turismo no litoral do Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

ARARIPE, Hamilton Gondim de Alencar; LOPES, João Batista; e BASTOS, Maria Eugênia Gonçalves. **Aspectos do licenciamento ambiental da carcinicultura na APA do Delta do Parnaíba**. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 2, 2006.

ARAÚJO, Lucas Santos de. **Coleção zoológica delta do parnaíba, ufdpar: um atrativo turístico educacional**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2022.

BALANDIER, Georges. **A situação colonial: abordagem teórica**. Tradução de Bruno Anselmi Matangrano. *Cadernos Ceru*, v. 25, n. 1, 2014. (Publicado originalmente nos *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. XI, Paris, p. 44-78, 1951).

BARBOSA, Aline Miranda. **Geo-grafias racializadas: comunidades quilombolas e natureza em disputa**. 2022. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2022.

BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; e, GOMES, Erina Batista (org.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil - relatório 2021**. 2. ed. Olinda, PE: Editora Olinda, Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

BARROS, Solange Murta e RAMBO, Anelise Graciele. **Novas interpretações sobre o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento regional**. [Apresentação de trabalho]. In: XX Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR), Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional, Belém, PA, Brasil. 2023.

BEZERRA, Juliano César Petrovich. (2010). **Direito e Etnoconservação:** estudo da participação na gestão ambiental da RDS Estadual Ponta do Tubarão – RN. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

BORDA, Orlando Fals. **Investigacion-accion: para la reconstruccion de sociedades endogénas**. México: Siglo XXI Editores, 1985.

BORGES, H. S., et al. **Working conditions of fishermen concerns the future of artisanal fishing**. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. 17, n. 1, p. 5800-5818, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-346.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

_____. **La misère du monde**. Paris: Editions du Seuil, 1990.

_____ Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Título original em francês: *Raisons Pratiques: Sur la Théorie de l'Action*, 1994).

_____. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Seras Pereira. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BRAGA, Solano de Souza; et al. **Análise da Atratividade Turística do Litoral Piauiense: atualização da avaliação dos atrativos turísticos entre 2010 e 2020**. *Revista Turismo em análise – RTA, ECA-USP*, v. 33, n. 1, jan-abr. 2022.

BRANNSTROM, Christian; GORAYEB, Adryane; SOUZA, Wallason Farias de; LEITE, Nicolly Santos; CHAVES, Leilane Oliveira; GUIMARÃES, Rodrigo; GÊ, Dweynny Rodrigues Filgueira. **Perspectivas geográficas nas transformações do litoral brasileiro pela energia eólica.** Revista Brasileira de Geografia. V. 63, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL, Ministério Público Federal. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília: MPF, 2014.

BRITO, Gleicon Queiroz de, et al. **Turistas e comunidade local possuem a mesma percepção dos impactos do turismo em uma região de praias fluviais?** *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 12, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.26895/geosaberes.v12i0.1133.

BULLARD, Robert D. **Environmental Racism and Invisible Communities**. *West Virginia University: The Research Repository*, v. 96, n. 4, jun. 1994.

_____. **Environmental justice in the 21st century**. *Environmental Justice Resource Center*. Disponível em: http://www.ejrc.cau.edu/ejinthe21century.htm. Acesso em: 15 nov. 2008.

CAMARDELO. Ana Maria Paim; SILVEIRA. Clóvis Eduardo Malinverni da; MACHADO. Vagner Gomes (org.). **Políticas públicas, meio ambiente e novos direitos: desafios contemporâneos frente à crise ambiental**. Lages/SC: Editora Biosfera, 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica**. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017.

CHAVIS, Benjamim Franklin Jr. **Preface**. In: BULLARD, R. D. (ed.). *Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color*. San Francisco, CA: Sierra Club Books, 1994. p. xix-xxii.

CORREIA, Thalita Carolina dos Santos e SILVA, Edvania Gomes de Assis. **Desenvolvimento sustentável e suas contradições: uma análise dos parques eólicos da comunidade Pedra do Sal, Parnaíba, PI**. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 10-15 out. 2021.

COSER, Lewis. **Conflito e Consenso: Uma Reinterpretação da Teoria Social Clássica**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **As Funções Sociais do Conflito**. Tradução de José Albertino Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

COSSA, Dulcídio (Nympini Khosa). **O trabalho etnográfico e a análise situacional: entre a experiência e a teoria**. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

COSTA, João Bosco Araújo da. **Desenvolvimento local e governança democrática: uma avaliação da gestão municipal de Grossos/RN (2001-2004)**. In: COSTA, João Bosco Araújo da; COELHO, Maria Ivonete Soares (Org.). *Desenvolvimento e políticas públicas no Oeste Potiguar: avaliações*. Mossoró, RN: Edições UERN, 2010.

COSTA, João Bosco Araújo da; e, LIMA, Renata Mayara Moreira de (org.). **Reflexões sobre políticas públicas e desenvolvimento**. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

COSTA, Raquel Ferreira. **Trabalho no setor de meios de hospedagens: um estudo no município de Parnaíba, norte do Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

COSTA, Sebastião P. Mendes da; FURTADO, Gabriel Rocha (Orgs.). **Transição energética e sustentabilidade: energia renovável, hidrogênio verde e mineração como fatores de desenvolvimento sustentável do estado do Piauí**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2024.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Florianópolis: UFSC, *Geosul*, v. 20, n. 40, 2005.

DAHRENDORF, Ralf. **Classe e Conflito de Classes na Sociedade Industrial**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Sociologia do Conflito e Mudança Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

DE SILVA, Achini M.; et al. **Displaced Fishermen Off the Coast: Impact of Multiple Hazards on Life Above the Water**. In: HAMZA, M. et al. (Org.). *Rebuilding Communities After Displacement*. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2023. cap. 5, p. 95-120.

E+. Transição Energética. **Manual de termos e conceitos: transição energética**. Rio de Janeiro, 2020.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 133-168.

FABINYI, Michael., et al. **Coastal transitions: Small-scale fisheries, livelihoods, and maritime zone developments in Southeast Asia**. *Journal of Rural Studies*, v. 91, p. 184-194, 2022.

FARIAS, M. F.; e ANDRADE, M. O. **Carcinicultura: impactos ambientais e riscos potenciais à saúde pública**. *Revista do Departamento de Geografia da UFRN*, v. 21, n. 1, 2010.

FELIX-SILVA, Antônio Vladimir; OLIVEIRA, Maylla Maria Souza de; e BEZERRA, Laís Leal da Silva. **Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal**. *Revista Saúde Debate*, v. 44, n. Especial 2, p. 303-315, jul. 2020.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **Saberes das Populações Tradicionais e Periféricas**. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 59–64, 2011.

FERREIRA, Flávio Ubiratan Yokoto; et al. **Reflexões acerca do racismo ambiental sob a ótica ativismo científico: discussões iniciais**. In: 18º Congresso Nacional de Meio Ambiente, Poços de Caldas/MG, 2021. *Justiça Climática no Antropoceno*, v. 13, n. 1, p. 01-12, 2021.

FONSECA, Itamara Lúcia da**. Turismo e participação popular:** uma análise sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão/RN. Associação nacional de Pós-Graduação em Turismo – ANPGT: 21º Seminário ANPGT, 2024, São Paulo, SP.

GAMARRA N.C., et al. **The contribution of fishing to human well-being in Brazilian coastal communities**. *Marine Policy*, v. 150, art. no. 105521, 2023.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Custom and Conflict in Africa**. Oxford: Blackwell, 1995.

_____. **"The Utility of the Equilibrium in the Study of Social Change"**. *American Anthropologist*, v. 70, n. 2, p. 219-237, 1968.

GORAYEB, Adryane e BRANNSTROM, Christian. **Diretrizes para o planejamento socialmente justo com vistas à implantação de parques eólicos no Brasil**. In: GORAYEB, Adryane; et al. (Org.). *Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

GOUVÊA, Evelyn Rebouças. **Conflitos socioambientais em comunidades remanescentes de quilombos sob a perspectiva do território. O caso da comunidade de Carobinho em Campos dos Goytacazes (RJ)**. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales Y Ambientales. São Paulo, 8-12 set. 2014.

GRANADO, Danielli Cristina. **O uso dos recursos hídricos para turismo**. In: RAMIRO, Patrícia Alves. (Org.). *Turismo, cultura e meio ambiente: coletânea franco-brasileira*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GRUPO DE ESPECIALISTAS. **Nota Técnica Referente ao Processo 2021-170133/TEC/LP-0223 - Complexo Eólico Currais Novos Expansão**. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1LwSxgZ6G_Rsk9JrUQI909G15UX7u9631. Acesso em: 17/06/2024.

GUIZARDI, Menara Lube. **Conflicto, equilibrio y cambio social en la obra de Max Gluckman**. *Papeles del CEIC*, n. 88, set. 2012.

HARRRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa:** os valores que definem o progresso humano. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, art. 2, jan./abr. 2008.

HOLIFIELD, Ryan. **Defining environmental justice and environmental racismo**. *Urban Geography*, v. 22, n. 1, p. 78-90, 2001.

HUPFFER, Haide Maria e CORREA, Micaele de Vasconcelos. **Racismo ambiental e crise dos Direitos humanos no cenário de Desigualdades socioambientais**. In: CAMARDELO, A. M. P.; SILVEIRA, C. E. M. da; MACHADO, V. G. (Org.). *Políticas públicas, meio ambiente e novos direitos*. Lages: Editora Biosfera, 2023.

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Ambiental (2014). Mapa de localização da Reserva de Desenvolvimento sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RN. Recuperado em 27 abril 2015 de http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043675.PDF

IAMAMOTO, Sue A. S., LAMAS, Isabella, EMPINOTTI, Vanessa Lucena. **Apresentação do Dossiê: Diálogos contemporâneos da ecologia política, contribuições desde a América Latina**. *Revista das Ciências Sociais*, v. 51, n. 2, p. 13-36, 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **O Brasil na geopolítica Climática dos fósseis e os desafios para uma transição energética com Justiça social**. Brasília: INESC, 2022.

ITABORAHY, N. Z. **Conflitos e Resistências Territoriais na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: Primeiras Impressões**. 2012.

KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves, et al. **Os festivais e seus impactos para os destinos turísticos: O caso do Festival de Inverno de Ouro Preto/MG**. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2021.

KRAUSE, Jana. **The ethics of ethnographic methods in conflict zones**. *Journal of Peace Research*, v. 58, n. 3, 2021.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Futuro ancestral**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia e política**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complejidad y poder**. México: Siglo XXI Editores, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Nicolas Vieira. **“Google Analytics” e o “Google Ads” como ferramenta de marketing para os meios de hospedagem em Parnaíba – PI**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

LIMA, Ana Dagila Ribeiro. **Arte, turismo urbano e urban exploration: interseções em Parnaíba (PI)**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

LIMA, Rosiana Farias de. **Possibilidades para o dark tourism em Parnaíba – Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

LOLOUM, Tristan. **A governamentabilidade ambiental do turismo**. In: RAMIRO, Patrícia Alves. (Org.). *Turismo, cultura e meio ambiente: coletânea franco-brasileira*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

LOPES, Luara Feliciana Ramos. **O uso da inteligência artificial (ia) nas agências de turismo do município de Parnaíba, pi**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

MACHADO, Farlon Araújo. **Escravidão negra: a condição do negro escravizado no Piauí entre o final do século XVIII e o início do século XIX**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2011.

MARTIN, Monique de Saint. **A noção de campo em Pierre Bourdieu**. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 26, p. 222-235, set-dez, 2022.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick. **Manifesto Comunista**. Tradução de Rubens Enderle. 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Lucas Ramos de. **Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza**. *Ambientes*, v. 5, n. 1, p. 265-293, 2023.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. **Sobre a infrapolítica do conflito ambiental: notas a partir de um caso no litoral do Piauí**. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, Parnaíba-PI, ano IV, n. 07, Jul/Dez 2018.

MAUSS, Marcel. LEVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. 2v.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. **Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais.** Confins [Online], 11 | 2011, posto online no dia 26 março 2011, consultado o 18 março 2025. URL: http://journals.openedition.org/confins/6970; DOI: https://doi.org/10.4000/confins.6970

MELO, Ornela Fortes de (Org.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2024**. Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2025.

MEMÓRIA DA REUNIÃO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS RENOVÁVEIS. Natal, RN, 12/06/2024.

MEYER, M. (eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001.

MILLER, Karly Marie. **Disentangling tourism impacts on small-scale fishing pressure**. *Marine Policy*, v. 137, p. 104960, 2022.

MOITA NETO, José Machado; SILVA, Mairton Celestino da; e, OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **Tecnologias energeticamente sustentáveis no semiárido brasileiro: potencialidades físicas e desafios socioambientais para uma transição energética justa e responsável**. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, v. 14, p. 601-616, 2024.

MOTA, João Vitor Monte. **Turismo de base comunitária na RESEX Marinha Delta do Parnaíba: o caso da comunidade Caiçara da Praia**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS RENOVÁVEIS (MAR). **Memória da Reunião Movimento dos Atingidos pelas Renováveis.** Natal, RN, 12/06/2024.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS RENOVÁVEIS (MAR). Nota Oficial do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR). In: Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN). **Seminário Mudanças climáticas no semiárido e no litoral**: impactos e perspectivas para o RN. YouTube, 13/06/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FZ4ngKtx3Ro . Acesso em: 17/06/2024.

NASCIMENTO, Karina Leonardo do; AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de; e, ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. **As múltiplas faces do racismo ambiental do Brasil: uma revisão sistemática**. *Revista Observatório de la economia latino-americana*, v. 21, n. 6, p. 5072-5089, 2023.

NASCIMENTO, Wallisson da Silva. **Identificação dos impactos Socioambientais negativos perceptíveis pela comunidade Adjacente à parque eólico da praia da Pedra do sal, Parnaíba, Piauí, Brasil**. *Caderno de Estudos Geoambientais – CADEGEO*, v. 09, n. 01, p. 06-15, 2018.

NAYLOR, Ryan S.; et al. **Emic Views of Community Resilience and Coastal Tourism Development**. *Societies*, v. 11, n. 3, p. 94, 2021.

NEEF, Andreas. **Tourism, Land Grabs and Displacement: A Study with Particular Focus on the Global South**. Auckland, February 2019.

NOBREGA, André Elias de Oliveira; NARLA Sathler de Oliveira Musse. **Desenvolvimento sustentável no litoral semiárido potiguar**: o processo de consolidação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão em Macau/RN e Guamaré/RN

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente; OSOEGAWA, Diego Ken; e, LISBOA, Gabriel Esperança. **Regulamentação da mineração em terras indígenas: a consulta prévia, livre, informada e de boa-fé (CPLIB) com efeito vinculante para validade do processo legislativo, garantindo direito à**

autodeterminação dos povos indígenas. *Revista Acesso à justiça e direitos nas Américas*, Brasília, DF, v. 6, n. 2, ago/dez 2022.

NOGUEIRA, Ylane Maria Santos. **Nos ventos do kitesurf - turismo de aventura na comunidade de Barra Grande, Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

NOTA OFICIAL DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS RENOVÁVEIS (MAR). In: MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE (MPRN). **Seminário Mudanças climáticas no semiárido e no litoral: impactos e perspectivas para o RN**. YouTube, 13/06/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FZ4n9Ktx3Ro. Acesso em: 17 jun. 2024.

NOTA TÉCNICA REFERENTE AO PROCESSO 2021-170133/TEC/LP-0223-COMPLEXO EÓLICO CURRAIS NOVOS EXPANSÃO. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1LwSxgZ6G_Rsk9JrUQI909G15UX7u963l. Acesso em: 17 jun. 2024.

NUNES, Andréia Castro de Paula; et al. **Percepção ambiental na proposição de indicadores para avaliação de impactos ambientais de parques eólicos**. *Confins* [online], n. 41, 2019.

OLIVEIRA FILHO, Antonio Cesar Ferreira de. **Conexão litoral: turismo, cultura e gastronomia**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **A contribuição da antropologia às questões relacionadas ao binômio meio ambiente-desenvolvimento**. *INTER-LEGERE*, v. 5, n. 33, c25683, 2022.

PACHECO, Tania e FAUSTINO, Cristiane. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa**. In: PORTO, M.F.; et al. (comps.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PASSOS, Rafaela de Sousa. **Eventos de esportes e seu propósito como uma nova tendência para o turismo**. 2023. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2023.

PELLOW, David. N. **Social inequalities and enviromental conflict**. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 15-29, jan./jun. 2006.

PEREIRA, Karine Maria Nunes. **Turismo étnico e valorização cultural na oca da floresta: projeto de intervenção turística na comunidade indígena Tucuns, em Piripiri, Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

PINTO, Márcia Freire; et al. **Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território?** *Gaia Scientia*, Volume Especial Populações Tradicionais, 2014.

Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo. Ilha Grande, Piauí, Ministério do Turismo/Prefeitura Municipal de Ilha Grande, 2022.

PLANO NORDESTE POTÊNCIA (PNP). **Salvaguardas Socioambientais para Energia Renovável**. 2024. Disponível em: https://climaesociedade.org/wp-content/uploads/2024/05/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

PRAPTIWI, Radisti A.; et al. **Tourism-Based Alternative Livelihoods for Small Island Communities Transitioning towards a Blue Economy**. *Sustainability*, Basel, v. 13, n. 12, art. 6655, 2021.

QUIXABA, Ivanilda Sá. **[MEMÓRIA E PATRIMÔNIO] Caminhadas Pelo Patrimônio De Parnaíba**. YouTube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x6nPTUAIIjY.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia dos. **Por mares revoltos: a mediação política do Conselho Pastoral dos Pescadores (1968-2018)**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 1, p. 01-22, 2020.

RAMIRO, Patrícia Alves. (Organizadora). **Turismo, cultura e meio ambiente: coletânea franco-brasileira**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade e desenvolvimento sustentável à prova de trinta anos de história**. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 62, p. 1181-1193, jul./dez. 2023.

REIS, Emmanuel Rocha e COSTA, Sebastião P. Mendes da. **Direito de energia e responsabilidade civil ambiental: análise das repercussões sociojurídicas na implantação da energia eólica no litoral piauiense**. *Revista Arquivo Jurídico*, v. 7, n. 1, Teresina, PI, 2020.

RELATÓRIO FINAL DO SEMINÁRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS E JUSTIÇA SOCIAL: CONSTRUINDO A LEGISLAÇÃO DO RN. 2024. Mandatos dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Norte, Isolda Dantas, Francisco Medeiros e Divaneide Basílio. Natal/RN.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. *Revista Novos Estudos*, CEBRAP, mar. 2008.

_____. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília-DF: ABA, 2012.

RICKLI NETO, Josias et al (Org.). **Volume II –Avaliação ambiental estratégica do PRODETUR NACIONAL no Estado do PIAUÍ, Polo Costa do delta e Polo das origens**. Ministério do Turismo: PRODETUR/Governo do Piauí: Secretaria de Estado do Turismo-SETUR/ Ambiens Sociedade Cooperativa, 2010.

ROCHA, Francinalda Maria Rodrigues da; BRAGA, Osmar Rufino; MELO, Samuel Pires. **Casimiro Pedral e a história da Pedra do Sal: recortes e memórias**. Parnaíba: SIEART, 2014.

ROCHA, L. A.; NASCIMENTO, L. F.; e AMARAL, F. V. **Análise da contribuição do turismo para o desenvolvimento local de Parnaíba-PI**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 12, n. 5, 2019.

ROUTLEDGE, P., & DERICKSON, K. D. **Situated solidarities and the practice of scholar-activism**. Environment and Planning D: Society and Space, 33(3), 391–407, 2015. https://doi.org/10.1177/0263775815594308

SANTANA, Juliana Santos de; e, FARIAS, Úrsula Pinto Lopes de. **Racismo ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais**. *Educação Sem distância*, Rio de Janeiro, n. 4, dez. 2021.

SANTOS, Alice Nataraja Garcia. **Meio ambiente e conflito territorial: uma proposta metodológica de análise de impacto da energia eólica**. Recife: Revista Mutirõ, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília/ DF: INCTI/UNB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Laís Norton Fonseca dos; CUTRIM, Valéria Matos; e, FEITOSA, Márcia Manir Miguel. **Dialéticas de uma ginga contracolonial: linguagem, território e cosmologia na perspectiva de Nêgo Bispo**. In: 20º Enecult: Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador, Ba: UFBA, 19-24 ago. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio e BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, SP, n. 31, v. 1, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. **A invisibilidade da experiência**. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SERVIÇO DE ASSITÊNCIA RURAL E URBANO (SAR). **Manifesto das Vozes dos Territórios: por uma transição energética justa e Popular**. 2023. Disponível em: https://www.sarrn.org.br/cartilhas. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Cristhian Teófilo da. **Situações coloniais, pluralismo étnico e desafios da autonomia indígena na América Latina**. *Revista de estudos em relações interétnicas*, v. 19, n. 1, 2015.

SILVA, João de Paulo Pereira da. **Turismo e identidade local: uma reflexão sobre o patrimônio "pedra e cal" de Parnaíba – PI**. 2024. Monografia

(Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

SILVA, Lays Helena Paes e. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**. *e-Cadernos ces* [online], n. 17, 2012.

SILVA, Luzinete Gaspar da. **Fortalecendo o senso de pertencimento em Ilha Grande – PI: o mapeamento cultural participativo e a cartografia social como espaço de valorização da cultura local**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

SILVA, M. C. L.; et al. **Transformações na rota turística do Delta do Parnaíba (PI/MA): percurso histórico**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, jan. 2021.

SILVA, M. M. M. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Rodrigo Caetano; LIMA, Solimar Oliveira. **Relações escravistas em Parnaíba (PI): séculos XVIII-XIX**. *Informe Econômico*, Teresina, v. 21, n. 2, p. 85-89, dez. 2015.

SILVA, Shayana Sousa. **Turismo de saúde: um estudo no município de Parnaíba, estado do Piauí**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

SOARES, Luiz Eduardo. **Antropologia e ciência política: memória, etnografia e definição do ator social**. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SOUSA, Girlane Gomes. **Projeto peixe-boi marinho e a relação com o turismo no município de Cajueiro da Praia – PI**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

SVAMPA, Mario. **El neoliberalismo y sus máscaras: la colonización del imaginario**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2005.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. **O poder colonial em ação: contribuições de Max Gluckman e Georges Balandier para o estudo do colonialismo**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 6, n. 12, p. 265-280, ago./dez. 2019.

VIANA, Giovana Isaias. **Desenvolvimento sustentável no delta do Parnaíba: turismo de base comunitária como agente de preservação e transformação socioeconômica na comunidade torto da ilha das canárias em Araioses, Maranhão**. 2024. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2024.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª ed. Brasília: Editora de Brasília, 2000.

WODAK, Ruth. **The discourse-historical approach**. In: WODAK, R.; MEYER, M. (eds.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001. p. 63-94.

YANG, Tseming. **Old and new Environmental Racism**. *Utah Law Review*, v. 2024, n. 1. Santa Clara university.

ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília – DF: ABA, 2012.

ZORZO, Felipe Bernardi; et al. **Desenvolvimento sustentável e agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros**. *Revista Gestão e desenvolvimento*, Novo Hamburgo, RS, v. 19, n. 2, jul/dez, 2022.

ANEXOS

1. Entrevistas.
2. Parecer de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

3. LEI Nº 11.228, DE 03 DE AGOSTO DE 2022. ue **Institui a Lei da Cultura Popular no Estado do Rio Grande do Norte.**

4. **LEI Nº 8383, DE 20 DE MAIO DE 2024.** Dispõe sobre o reconhecimento e proteção de comunidades tradicionais pesqueiras, bem como o procedimento para a sua identificação no Estado do Piauí.

ENTREVISTAS COM ATIVISTAS AMBIENTAI E PESCADORES DO DELTA DO PARNAÍBA.

ENTREVISTA – 01 - REPRESENTANTE DO CONSELHO PASTORAL DA PESCA - CPP

ITÁ _Meu nome completo é Luís com "s" Ribeiro da Silva. idade? 60

E seu papel na questão dos impactos dos 00:20 dessa dos impactos socioambientais promovidos pelas energias renováveis, você faz 00:26 parte da CPP é isso? Me fala 00:29 um pouco sobre essa articulação CPP ou essa 00:32 instituição? Certo, né? Assim.

_Primeiro, eu me identifico como como morador da comunidade, né? Sim. Primeiro papel, que eu tô morador, então, eu sou parte afetada. Né? A segunda é que eu venho de um de uma caminhada de pastorais e de movimentos sociais, então, eh, caminhei na pastoral de juventude do meu popular, da igreja Católica. Daí, fui ingressando na nas organizações como comissão de justiça e paz, que é de Macaú. Eh, Aí, também estive em algumas associações comunitárias, em uma associação comunitária que a gente era bastante atuante e era voluntário do CPP, do Conselho Pastoral dos Pescadores por isso que eu disse que eu preferia a gravação, porque eu converso muito. Então, eh, o CPP me convidou para ser agente remunerado. Mas, eu já tinha um papel no CPP como voluntário, certo? Em função dessas dessas articulações e dessa caminhada.

_A CPP ele é foi criado em 68 pelo Frei Alfredo, que era um um que era um frade alemão, que veio para o Brasil. Aí, depois de pouco tempo que estava no Brasil, se fixou em Olinda e foi muito atencioso com a situação dos pescadores, ele via muito a realidade de exploração do atravessador, disso tudo e começou um um trabalho, mesmo de base com os pescadores de conversa na beirinha da praia, né? E aí, ele foi puxando outros bispos como Dom Hélder Câmara, e aqueles mais da mais da linha social, né? E criou o CPP. Uhum. De lá para cá, o CPP ele foi se expandindo. Hoje, está em sete como sete regionais, né? Tem o Pará, tem Bahia, Ceará, eh Rio Grande do Sul. Lá, na região de Santa Catarina. Eh Minas Gerais, principalmente Minas Gerais entrou muito eh nessa como

regional, principalmente nessa questão de Mariana, né? No conflito de Mariana. Eh, do conflito, não, do crime, né? E, então, está ali no Espírito Santo, certo?

E mais, aí, tá no Nordeste, o Nordeste que como classifica que eu faço parte, o CPP Nordeste dois, eh Alagoas, Pernambuco, Paraíba e, englobando, né? Sendo que a gente só tem pessoas remuneradas em dois estados, na no Rio Grande do Norte e Pernambuco. A nossa equipe principal fica a sede fica em Olinda. No espaço que Frei Alfredo construiu. Uhum. Certo? E tem o CPP a nível nacional, que é o que agrega todos os os demais, e que tá com o escritório já alguns anos, acho que cerca de 5 anos, 6 anos em Brasília, né?

_Tem o grosso da papelada tal, está em Olinda, no escritório principal, mas o pessoal tá lá, porque tem muito é centrado muito nessa questão da da da das articulações políticas, das intervenções, etc. E lá é o foco, né? Brasília, eh. É, vamos agora as perguntas.

- *Então, assim, estou entrevistando você enquanto liderança de pescador de uma comunidade impactada, então, são só cinco perguntinhas.*

- *A primeira é, como a implantação de parques eólicos impactou a sua comunidade? no caso geral pode ser que eu me alongue e entre em outra pergunta ou outra, depois você faz um filtro e pronto.*

- *Sem problema. Sem problema. A gente quer isso mesmo, que a gente, qual é o papel? Uma entrevista parcialmente aberta, né? E parcialmente não sei se estou dando só um toque, é aberta para que você possa de fato não ser influenciado por uma pergunta fechada, né? A gente quer dar liberdade para que você que tenha, eu fiz agora um artigo recentemente para uma disciplina que eu peguei para o doutorado, energia e meio ambiente, e usei até um algum um texto do, dois, dois textos de livro que tinha um que eu mesmo escrevi também, né? Peguei o material daquele manifesto final do geoparque e eu quero agora juntar para o capítulo da tese juntar esse artigo com as falas, né? dos atores sociais mais pertinentes, para não ser só a minha visão. Então, assim, o que eu coloquei agora, vem as falas que é a coisa mais importante. A gente quer isso vai pra pra tese de doutorado, que é sobre impactos socioambientais no delta do Parnaíba, né? Desenvolvimento como um todo. Eu avalio lá o turismo. Eu avalio as que vai levar a especulação imobiliária, a ponte Nova que tem lá, o porto de Itaqui, que*

é uma coisa grandiosa, para uma área que é uma APA, né? E as eólicas estão lá, tem 80 torres lá, com uma tendência de aumentar numa região que é muito fragilizada, né? Aquilo é um oásis. O Delta do Parnaíba é uma coisa lindíssima, né?

- *já tem havido lá eh hoje diminuiu um pouco a freada que vários impactos que a própria CPP vem colocando nos seus diagnósticos. Então, o que que eu tô querendo, a minha intenção é atualizar, né? O diagnóstico da CPP sobre esses impactos que envolvem os pescadores artesanais no Delta do Parnaíba. E nesse contexto, a criação do mar é muito importante, o movimento anti-energia renovável, né? Que surge em Natal e consegue capilarizar da Bahia até o Piauí, isso é uma coisa fantástica.*

- *Agora, retomando pra você, né? Como a implantação dos parques eólicos impactou a sua comunidade? Eh, bem, então, assim, a gente tá numa área de pesca, né? E e eu participo do conselho gestor da da da RDS Ponta do Tubarão, que é um outro capítulo, né? Com a primeiro com a especulação imobiliária em 95, que a gente começou a a a a se mobilizar, né? Preocupado em manter a atividade pesqueira como a atividade principal, que depois já no final de 99 para início dos anos 2000, a gente teve o os impactos da carcinicultura, né? E então, a gente foi nesse processo conseguimos criar a unidade de conservação RDS Ponta do Tubarão, né? Bem, então, eu faço parte desse conselho, né? Faço parte desse conselho. Eh, entre outras instituições. Ao todo, são 10 organizações da sociedade civil. E e a gente foi percebendo, né? Dentro dessa discussão do do zoneamento da RDS, né? A assessoria jurídica que estava nos auxiliando, já perguntava se a gente eh iria permitir, né? A instalação de aerogeradores, né? E então, a gente deixou no zoneamento que era possível sim, se instalar aerogeradores, né? Desde que houvesse o zoneamento, identificando as áreas. A discussão sobre a capacidade de de em quantidade, isso e aquilo, isso fosse uma coisa que passasse dentro da das reuniões do Conselho Gestor. Então, foi a primeira coisa que a gente não fez, esse esse início por entender que as energias renováveis, elas eram importantes para essa questão das mudanças climáticas e outras coisas. Bem, só que quando eh eh os parques chegaram aqui, né? Os parques chegaram aqui, eh aí, a gente começou a ter os conflitos. Então, eles foram para áreas que estavam ou atingindo a questão ambiental com*

desmatamento, né? Desmatamento que eles chegavam numa área de Caatinga e derrubavam vários hectares de vegetação que já era escassa, né? Então, houve, teve desmonte de dunas. Eh, a área degradada, a questão da fauna, eh, o o o próprio lençol freático. A gente identificou que teve lagoas que foram exauridas porque eles retiravam, inclusive, tinha dias de 20 carradas de caminhões, carro pipa de água para fazer para fazer lá o os os aterros e tudo mais, né? E também, eh, o acesso à praia, os acessos na verdade, tanto da da população no seu uso tradicional, seja de criação extensiva, fosse de acesso à praia, o parque chegou a se instalar eh nesse nessa rota dos pescadores, né? Então, a gente começou a discutir esses impactos que estavam sendo sendo eh impostos na comunidade, tanto na questão ambiental como também econômica e social.

- *Diga lá. Pronto, passando para a segunda pergunta, desse gancho aí, quais foram os principais impactos socioeconômicos? Pois é, então, eh, aqui a região, por exemplo, eh, da parte de de criação, o pessoal não tem mais o acesso que tinha lá com a criação de de bovinos ou de caprinos, ou mesmo de de ovinos, né? Porque são criados aí extensivamente. E a comunidade começou a ser proibida de transitar naqueles locais de procurar um animal ou isso ou aquilo. Determinado trecho, a comunidade de não podia mais chegar ao mar, porque foi construída uma estrada digamos. Eh, foi construída um uma estrada, né? Com cerca de 2 m de altura que separou a parte do braço de mar da parte do mar, né? Dentro de uma faixa de terra que a gente chama de restinga, né? Então, se colocaram lá nove aerogeradores de maré até o município de Macaú, onde está a reserva. Então, os pescadores, ou eh, por uma questão de logística e e outras outras coisas que que como era que eles faziam? Eles levavam a canoa dentro do braço de mar, que é uma área mais estável, né? Mais segura, mais curta, porque cortava o caminho. Então, atravessavam a canoa pro mar, faziam a pesca do tremaço e tanto traziam os apetrechos de pesca e as canoas com a produção, né? Eh, com a construção dessa estrada, eles ficaram impossibilitados de trazer essa produção no ombro, no balaio, né? Para subir 2 m. Então, isso teve muita discussão dentro do Conselho Gestor, né? Muita briga mesmo. E E a gente teve muito desgaste. E outra coisa, né? Assim, talvez regredindo um pouco, não sei se é uma pergunta lá da frente, viu? Eh, ficou*

vontade É. Eu vou deixar aí porque eu acho que vai entrar lá na na terceira ou na quarta.

- *É, vamos lá, eh,* ***terceira pergunta. Como a comunidade foi informada sobre a implantação dos parques ou do parque, né****? Uhum. Pois é, então, vamos voltar novamente para a discussão do Conselho Gestor. Então, eh, eh, a gente não sabia, né? A gente não sabia desses desses projetos. Era coisa as sete chaves. A comunidade interessada financeiramente, né? Aquelas pessoas que tinham um pedaço de terra, então, não dizia que estavam sendo consultadas, né? Estavam sendo abordadas por esses empreendimentos. Entraram uma coisa que a gente só ouvia um zum zum zum, aquilo lá uma frase solta. Porque eu acredito que essas pessoas achavam que o Conselho Gestor iria interferir nisso, tal e tal. E, eles que queriam mesmo era o dinheiro. 15:26 Né? Então, guardaram as sete chaves. Mas a gente foi sabendo uma coisa aqui, outra coisa por lá. E nenhuma das reuniões do Conselho Gestor, né? A gente tava na construção do do zoneamento, do zoneamento ecológico, econômico da reserva e teve uma oficina em São José de Mipibu, né? Primeira etapa. E a gente teve reunião do Conselho Gestor, acho que em 2009, agosto de 2009 por aí, ou um pouco antes. E a gente questionava, né? O órgão o Idema, que o Idema é o órgão gestor da reserva. Que ela é estadual. E então, a gente questionava, existe projetos de parques eólicos pra área da reserva? E, então, quem presidia o conselho, o Idema disse que não tinha. 16:27 Não tem. O Idema, eh, é conflituoso, né? É o próprio conflito, é o Idema*

- *né? Começa porque você não tem acesso como consultor, fazer parte de uma pasta. Eu tive um um grave 16:41 ver, eu conheço a pessoa da minha filha, né? Mas, no Idema eu sou queimado. 16:45 Né? Eu falei: "Gente, vocês estão brincando, assim". Aí, uma vez eu deto, né? Isso, eu fiz aqui. Eu falei: "Ó, eu fui me colocar num cadastro pra consultores, e meu nome não entrou porque já tinham os próprios consultores que eram para as empresas, não era para o Idema. Havia uma filtragem também lá dentro. Quem é que podia prestar físico para uma empresa que o Idema não tivesse? Então, hoje no Rio Grande do Norte, só quem trabalha com comunidade quilombola, de alguma forma, indígena como antropólogo com essa atuação sou eu. Mas, eu sou muito bocudo, como falam os outros. Então, o nego trava, né? Uma empresa não tem*

problema de aceitar um diagnóstico meu, né? Ou, até quando eu vou atualizar a, o digo: "Olha, vocês esqueceram aqui a comunidade quilombola indígena. Diga, ela não é certificada como indígena, mas é reconhecida, essas pessoas se auto reconhecem. É isso que a OIT preconiza, o auto, a auto afirmação, não é? Enquanto o estado não regulariza essa situação. Então, vale a a a auto afirmação da comunidade. Então, aí você vai discutir isso, não dá certo, né? Eles só vêm, eles não vêm o meio ambiente, o meio antrópico. Só vêem o meio físico, nem vê o meio biótico, animais e plantas, parece que não interessa. Só interessa mesmo o meio físico, né? A terra que vai ser, vai virar um mercado. É muito complicado isso. 17:58 Uhum.

- *Certo. Eh, e vai levar **a outra pergunta, né? A quarta**, né? A comunidade, como é que foi, eh como a comunidade foi consultada sobre a implantação? Porque, a a OIT, a convenção 169 preconiza que você tem que ter a consulta prévia livre, né? Com as comunidades. Se não houve esse processo, ou como foi esse processo então?*

  - *Então, deixa eu concluir a, como foi essa pergunta pro Idema, né? Então, o Idema disse que não tinha nenhum projeto pra área. Na segunda oficina do zoneamento lá em São José de Mipibu, quando uma das conselheiras volta e diz assim: "Eu não fui, né? Você tava numa outra atividade. Quando a conselheira volta, diz assim: "E tá, tem parte, tem tem cinco mapas, não tem um mapa com cinco projetos pra área da reserva. Como é que pode, o negócio desse de uma hora pra outra? A gente não perguntou o mês passado? É, né? Aí, fomos lá, outra confusão, né? Então, esse período foi um período de muito conflito. E eu fui olhar aqui, esse computador tava pedindo carga. Sim. Foi um um uma área de muito um período de muito conflito com o órgão gestor, porque era sempre a favor dos empreendimentos e contra o Conselho, né? Para você ter uma ideia, **a tese de Duane Rodrigues foi sobre os parques eólicos na reserva. Uhum. Ele pesquisou 55 atas, não tem nenhuma menção do Conselho. Fogo, né**? O negócio desse. É impressionante a coisa sai parece que na na madrugada. E nós e nós sempre provocamos o Idema: "Bota em votação". Bota em votação, se a gente perder, a gente se conforma. Claro. Mas, nunca botava em votação. Entendeu? Uhum. Eh, então, tem esses eh eh essas realidades. Então, assim, como foi que o Idema eh trabalhou essa questão da consulta e da informação*

nas comunidades? Eles pegaram, retiraram o EIA-Rima e substituíram pelo RAIS. Maria, isso é um, né? Você sabe o que é o RAIS, né? É, trabalha com isso, é um absurdo, né? Porque o RAIS é uma coisa muito simples, né? Para a complexidade que é o problema, era para ser um EIA-Rima com muita participação popular. Né? Isso. O o próprio EIA-Rima ainda se identifica falhas, né? Porque mais eh seriedade que o pesquisador leve, ele só está ali uns meses e a comunidade tá a vida inteira. Então, às vezes, mesmo ele querendo transcrever tudo, ele não consegue ter as informações eh completas. Então, é possível num EIA-Rima haver falhas, e nós tivemos exemplos. Nós um dos exemplos que eu sempre cito, né? É o exemplo do do do Espere aí, que vem aqui uma uma pessoa aqui. Você pode dar um pausezinho aqui, né? Posso. Tranquilo. Boa tarde. Então, já. 21:58 Então, mesmo que o EIA-Rima, ele ainda tem às vezes falhas, não por intenção do pesquisador, mas porque ele não vive ali naquela comunidade. Então, pode passar uma coisa despercebida, né? Um uma questão da da sonora sonora sonora, questão de época, né? Sim. Entendeu? Uma espécie, pode vir ali determinado a época que o pesquisador não estava. Uhum. E reformo depois que ele sai. Claro. Então, tudo isso é possível.

- *, eu fiz um trabalho participativo com, e mais tempo, né? Para você fazer um estudo de fato mais efetivo, que traga mais a realidade local, né? Isso. Então, o que que acontece no EIA-Rima, apresentando essas falhas que são normais, imagine num RAIS, né? Sai nada. E, então, como é que o o o Idema fez? O Idema não, as empresas fizeram. Eh, eles substituíram as audiências públicas por reuniões técnicas. 23:10 Uhum, né? E aí eh, quando foi na ocasião numa reunião do Conselho Gestor, os benditos mapas que tinham aparecido lá em São José de Mipibu, o Idema chamou as empresas para apresentar na reunião do Conselho Gestor, apresentando como reunião técnica. 23:31 Não. É, fogo, né? E nem como proposta de de de implantação dos parques.*

- *Ou seja, a convenção 169, ela passa completamente, nem passa por aqui, na realidade, nem nem chegou aqui. Ela nem passa, né? Então, ela nem sequer chegou aqui. Então, esse direito das popu- das populações impactadas, e comunidade tradicionais, né? Tá distante do do que teria o que deveria ser.* ***Por outro lado, eu Geraldo, vejo uma coisa muito bonita acontecendo****. É a*

apropriação do termo racismo ambiental, que quando foi criada essa colocação pela própria convenção, a OIT se referia aos povos indígenas, né? Mas, indígena, ele entendeu como indígena, porque tem uma relação que chama de comunidade tradicional. Então, esse termo, que começou nos Estados Unidos com a questão negra, e e a a própria OIT, fala em consulta prévia aos povos indígenas, houve uma articulação muito inteligente da dos movimentos sociais, das populações, que hoje o pescador fala em racismo ambiental, o quilombola fala, o favelado fala, o homem da comunidade urbana, né? O pescador tá falando também, o indígena, o cigano fala, os povos de populações de matriz africana falam sobre isso também. Então, tem uma coisa bonita acontecendo que eu acho que é a a própria quando eu tiver aí com vocês na Ponta do Tubarão, que é que eu vi? Eu não vi só pescadores, né? Pescador, foi o climático, né? Você tava lá, universidade, quilombolas, o pessoal do geoparque. Então, hoje, tem uma confluência de atores sociais que agora a gente consegue bater esse diferente porque era só o estado e empresa, né? E a vítima que era o o impactado. Só que o o mar é o grande exemplo, né? Quando de movimento, né? Dessa capacidade de articulação de hoje eh esse essa visibilidade que é necessária tá acontecendo, né? Antes, a luta era em baixo de uma toalha, né? A era o Idema, em baixo de uma toalha, você tava lutando. No último momento que vem as coisas, vem que surge a tona. E, eu acho que hoje a gente tá conseguindo puxar mais isso com muita mais com muita mais força, né? O estado, até mais agora sendo tivemos quatro anos de trevas aí, né? Que a gente conseguia nem falar nada. Foram quatro anos que o trator passou por cima o tempo todo, por isso eu digo minha gente, a gente pode ter a a minha colocação digo a gente pode tá a gente tem o direito e o dever de questionar os nossos atuais gestores, né? Temos o governo popular em nível regional, em nível nacional. Mas a gente não pode perder eh a consciência que durante quatro anos a gente sequer podia falar, né? Não tinha espaço para ser ouvido, e foram quatro anos que a gente não não te, a gente não dimensionou ainda, né? O prejuízo para todo mundo. Aí, o cara diz assim: "Olha, se foram eh identificaram esse ano, certificaram 23 comunidades quilombolas, mas faltam muita faltam muitas. Mas, nos quatro anos do governo Bolsonaro, não foram em quatro anos, não teve 23 comunidades certificadas. A gente passou quatro anos que não tinha ministério de, nunca teve, nunca se pensou ministério para povos indígenas, né? Igualdade

racial da mulher, era aquele ministério fake, daquela mulher louca lá, que tinha da família que não tinha nem um sentido. A gente agora pode construir junto, né? Que a gente tem o direito de ficar puto com algumas coisas que não acontecem, mas a gente não pode esquecer que vivemos um período de trevas, e faz muito pouco tempo, e o brasileiro tem esse problema. Eu digo: "Gente, eu tenho um, eu não tenho o menor pudor em questionar alguns deputados, né? Digamos, do nosso lado, que eu, eu não concordo com eles, assim, e e isso, e eu até falava para não ficar muito pessoal, mas já falei pro pessoal bocudo, eu falei, mas eu me permito entender que antes era muito pior. Se você tem a gente que é mal cara, gente mal caráter em qualquer canto, né? Mas, você tinha um mal caratismo que é nós vimos na eleição metade do Brasil concordou com o mal caratismo, né? Ganhamos assim no no último grito da maca. Foi um segundo turno mais sofrido da nossa vida. A gente não pode esquecer isso. Quando o cara fala: "Ah, pá, era o governo atual, foi o governo atual, a gente tá construindo, a gente pode construir. Então, o governo atual, a gente não tinha nem espaço, eu eu eu eu me coloco assim que a gente não tinha espaço de falar. Eu entrei aqui no doutorado em Natal com o mesmo projeto que eu tenho, racismo ambiental, aí eu ia trabalhar com a Sibaúma, quilombolas e sagui, os impactos do turismo, especulação imobiliária. Entrei em demografia no doutorado. Com um mês, minha bolsa foi, eu ganhei bolsa, no outro mês ela foi cortada, porque eu tenho uma CNPJ, que que a minha empresa é em Brasília, um é um meio, ah, tem que ser o patrão. Eu disse: "Eu não tenho patrão. A minha empresa sou, sou eu. Eu sou um CPF, não existe patrão. Se eu estou morando em Natal, todo dia, todo dia indo pra aula, como é que eu tenho que ter uma autorização? Sim. Aí, mas a, aí, resumindo, perdi a bolsa, né? E, me desmotivou, larguei o doutorado. Então, você sabe que foi exata, eu disse foi exatamente isso, mexendo com coisas que você tem que tá muito, se eu fosse professor universitário, concursado, podia ser que, que fosse adiante. Mas, não era, era só um aluno no doutorado. Já fui professor, larguei a universidade. E, assim, eu sou barra, né? Quando eu não gosto de uma coisa, digo: "Pá, o senhor não gosta, então sai". Mas, comer vou todo dia, depois que o espinho tá no prato comeu, eu acho absurdo isso, né? O cara passou 20 anos na Marina, faz, a Marina não presta não. Eu falei: "Pô, passou 20 anos lá, porque não saiu antes, né? E tem, ele diz, nós quatro. 28:44 28:45 28:46 28:47 Mas é isso, meu. 28:48

Não, sem problema não. Vamos pra última agora. Pra gente agora dar sossego a você para você trabalhar também, né? 28:54 Na Na, não, mas não temquilo não. Aqui tá tranquilo. Massa. No atual contexto, né? Os parques tão aí na RDS Tubarão, né? Ponta do Tubarão. 29:02 29:03 Conseguiu, alguns acordos, que a a questão de você poder transitar. Eu tava vendo que as pessoas falaram sobre isso, mas tem demandas, evidentemente.

- ***Então, a minha pergunta é, quais são as principais demandas da comunidade para minimizar os impactos dos parques eólicos ainda existentes, ou que vão surgir, como a gente já pode prever em alguns eh algumas circunstâncias?*** *Ô, Geraldo, essa parte aí é uma parte que pra mim é muito ruim de discutir. 29:34 29:36 Primeiro assim, né? Eh, porque eu nunca vejo compensação como se compensa. Uhum. Compensação nunca compensou nada. Não compensou nada, certo? Aí, é tanto que um dos parques desses mais conflituosos, né? Quando veio o assessor no Conselho Gestor, e eles pensam que dinheiro resolve tudo. Aí, de repente, disseram que tinha uma medida eh mitigadora, né? Eles chamam, não quer nem dizer que é compensação, é pra mitigar mesmo. É. Pra pra não dizer que é para mindigar. E aí, eh eh fizeram um acordo para repassar essa medida. Tô exemplificando o que a gente passou e passa, né? Uhum. Eh, eh eh esse recurso para a unidade de conservação. Né? A princípio, disse assim: "Olhe, dentro do Conselho, eu não sou de acordo, eu não sou de acordo porque isso aqui não compensa nada. Onde vocês estão, se o mar invadir porque vocês vão procurar, vão provocar mudança na dinâmica da eólica lá dos ventos, Uhum. da direção dos ventos, e aquela costa vai erodir. Se o mar avançar, qual é a compensação suficiente pro pessoal sair dali da comunidade? A o mar chegar nas casas? Não existe, né? Então, eu não sou de acordo com a compensação. Para mim, tem que tirar os aerogeradores. Aí, foi outra reunião, tal e tal, a compensação, começa, de, se tem que sair, aí deve vir,depois um colega disse: "Mas, você disse que não era contra, e eu sou contra, mas tiram os aerogeradores, você não tira, então, É. vamos ter que receber. Recebemos ainda hoje da trabalho.Ainda hoje da trabalho, certo? Eh, o o recurso tá numa conta de uma associação, certo? Eh, o Idema pedia uma prestação de contas. Essa prestação de contas foi feita desde do ano passado. O Idema não dá o retorno, dizendo que tá aprovado ou não tá aprovado e as coisas*

impancadas, né? Aí, depois, agora mais recente, né? Acho que por volta de outubro, meados do do ano, então, o Idema chegou também que tem lá o Núcleo, né? O Núcleo da unidade de conservação, e numa reunião do Conselho Gestor também falou que iria ser destinado para a reserva 1 milhão 1 milhão de compensação.Novamente, eu fui me pronunciar e digo: "Olha, infelizmente, a gente tá vendo alguém se lascar para um dinheiro ser ofertado para nós. Eu não acho justo se acabar com o meio ambiente lá de outra comunidade, de outra área, e a gente aqui receber esse dinheiro. Infelizmente, a lei é desse jeito. Tem que se investir numa unidade de conservação e desgraçar outro local. Absurdo, né? Eu digo, mesmo que em termos.

- *É. Mas, é terrível isso mesmo. A gente vê isso continuamente. Hoje, para mim, o Parnaíba é muito preocupante e eu vejo, eu digo: "Gente". Aí, eu falei com eles, eu digo: "Olha, tem algo, uma solução pequena, mas que é muito efetivo". E falo muito pra RDS, a RDS conseguiu uma coisa fantástica, né? Que é você criar, já que você não, o povo não vê o problema, vê a beleza daqueles centros, né? De pesquisa, entendeu? Né? E você, e chamou a sua atenção para uma coisa que a gente não sabia, que é o peixe, o peixe-boi que tem ali, né? Uhum. A gente sabia que tinha aqui, só perto aqui da Paraíba, mas não imaginava que tinha lá. Então, de alguma forma, eu acho que a a RDS, ela talvez dê visibilidade, né? Aquele universo muito bonito e fortaleceu mais a luta de vocês. Não sei como é, preciso ver mais disso. Mas, eu acho que, assim, em outros cantos, a gente vê muito mais abandono e muito mais trator, né? O Parnaíba é uma coisa absurda. O pessoal tá sendo expulso das casas, de cara muito mais sutil, né? Hoje, tem pescador lá vivendo de não tem mais pesca. Aí, o cara espera chegar o período de turismo ou final de semana, aí, o pessoal que faz cair de surfe, aquele sufizinho de vela, de prancha. Aí, o cara, a vela cai, o cara não sabe voltar porque tá treinando. Aí, eles vão lá resgatar esse cara, e cobram por isso. O cara vive dizendo: "Não, o pessoal cai e precisa de voltar, a gente vai lá para poder o cara voltar de novo. Então, olha o absurdo, né? Tem um vendedor de coisa na praia, o cara que bota barraca, vendedor ambulante, e esse que é o o resgatador de cair de surfista, né? Que é aquilo para os peixes, é uma desgraça, né? Aquelas vela, o esporte náutico é é é terrível, né? Pra pra fauna, pra fauna marítima, assim, né? E o e o o o próprio plano de*

desenvolvimento do Parnaíba lá, é um coz, engraçado. O plano de desenvolvimento do turismo do Parnaíba, eu peguei o plano todinho. Não tem a palavra pescador artesanal no plano. 35:04 Né? E já tem pescador que criou, o cara lá um pescador, ele criou uma pousada, diz: "Pá, eu tenho que criar uma pousada aqui dentro pro cara vir aqui dentro e poder ver que o meu mundo, ele vem atrás do exótico, e acaba vendo o meu problema". Porque, se eu ficar só reclamando e gritando, ele não me ouve, não me ouve. Mas, se eu chamo o cara pra cá, ele só vai pedia: "Aí, pá, agora vamos, agora, vou te mostrar o outro turismo, né? Que é o turismo lá, que você vê árvores, entendeu? Tá? Aí, hoje se você pensar lá, o turismo de base comunitária, como contraponto, esse turismo que é avassalador, que tá chegando lá. Que o pessoal agora no no no veranêo lá do Parnaíba não tem água na cidade, simplesmente. Porque todo mundo cavou o poço, quem tem dinheiro cavou o poço, né? A a oferta de água da cidade é insuficiente para aquelas pessoas. Aí, o povo que tem, quem tem grana toma água mineral, né? Quem não tem, resta a amarelado, rio, lagoa. E, algumas lagoas secaram também, algumas você nem tem acesso também. Então, assim, é uma mudança muito traumática na vida das pessoas, né? A gente sabe que o desenvolvimento, quando ele chega, ele é avassalador, né?

ENTREVISTA 02 -Representante do fórum de mudança climática (Entrevista Moema Hofstaetter)

- Quais são os principais impactos ambientais da implantação de parques eólicos? _*Vou reproduzir o texto que elaboramos para o Boletim do FMCJS, em 2020. Você acessa o Boletim na página do SAR (www.sarrn.org.br).*

Impactos Ambientais

a) **Intrusão visual: descaracterização da paisagem e interferências visuais**

Podem ser apontadas a degradação do ecossistema composto pelo sistema praia-duna frontal, que são a origem dos campos dunares, pela interrupção no fluxo sedimentar exercida pelas vias de acesso e infraestruturas dos parques eólicos, que intensificam a descaracterização da paisagem litorânea única e identitária do litoral potiguar; interferência nos aquíferos costeiros devido ao soterramento de lagoas interdunares com o grande volume de areia remobilizada para construção das vias de acesso, bases dos aerogeradores e canteiros de obras; obras de engenharia com cortes e aterros das dunas móveis, que modificam a paisagem natural e alteram o nível hidrostático do lençol freático e influenciam no fluxo de água subterrânea e na qualidade das lagoas interdunares[1].

Os parques eólicos alteram as paisagens[2] com suas torres e hélices, como vemos em todo o litoral norte do Rio Grande do Norte. As dunas são cortadas, lagoas dunares são soterradas. Parte da população local defende que essa alteração na paisagem pode atrair turistas, gerando renda, emprego, ou seja, promovendo o desenvolvimento local e regional. Relatos de outros, apontam para o fato de que, localizados nas dunas e na faixa litorânea, os parques abalam as atividades vinculadas ao turismo de sol e praia que é forte no litoral potiguar, a partir da alteração da paisagem antes bucólica, e agora repleta de torres e cataventos, estruturas artificiais, estranhas à paisagem local[3].

b) **Efeitos sobre os solos: como erosão por desmatamento de áreas**

[1] Meireles (2011), Rabelo et al (2019)
[2] Mirasgedis et al (2014)
[3] Hofstaetter (2016)

Observa-se o porte de materiais (p.ex. solos argilosos) proveniente de outras áreas para uso na compactação das obras de engenharia, que promovem a impermeabilização do solo e aumentam o risco de contaminação do aquífero costeiro.

Os impactos negativos sobre a biodiversidade e a geodiversidade reduzem significativamente os serviços ecossistêmicos pertinentes aos atrativos naturais e paisagísticos (turismo comunitário e ecoturismo) únicos desses campos dunares; e tantos outros.

c) **Alterações decorrentes da destruição da vegetação natural, alterando a migração das espécies**

A instalação dos parques eólicos aumenta a pressão sobre a diversidade biológica da região, com impactos diretos sobre a fauna (sobretudo das aves, morcegos[4] e tartarugas marinhas)[5]. A flora também é ameaçada quando da instalação de parques em rotas de migração de espécies nativas. Relatos apontam o comprometimento de algumas vegetações nativas[6] (cajueiros e mangueiras), bem como de mudança no comportamento de aves (arribaçãs). A implantação do parque exige a abertura de novas estradas, o que implica na retirada de vegetação nativa.

No Estado do RN como um todo, muitas vezes as arribaçãs são abatidas para garantir a alimentação das famílias. Quando ocorre o abate das arribaçãs, que é uma espécie em extinção, o Idema multa em R$ 500,00 por animal abatido. Segundo alguns depoimentos, “se um agricultor é pego com arribaçã morta, vem o órgão ambiental e aplica a multa. Mas os cataventos e as linhas de transmissão da eólica matam de sacolada e ninguém é pego”. Então temos que a aplicação da lei tem dois pesos e duas medidas[7].

d) **Efeitos sobre águas superficiais ou subterrâneas provocados pela impermeabilização da superfície, por modificação da drenagem superficial**

[4] Barros, Magalhães, Rui (2015), Ferreira (2019)
[5] Kunz et al (2007), Zoellner et al (2008), Kikuchi (2008), Cowell (2010), Carrete et al (2012), Lucas et al (2012)
[6] Neri et al (2019)
[7] Hofstaetter (2016)

É pertinente destacar que a mata nativa, dos biomas em questão, foi retirada em alguns trechos da área, para dar lugar a largas estradas por onde transitam imensos caminhões, carros, máquinas pesadas com partes das torres. Assim como parte das dunas foi compactada, lagoas foram soterradas, o que acarreta na diminuição da infiltração da água e consequente redução do nível do lençol freático[8]. Em geral, é introduzido um material sedimentar para impermeabilização e compactação do solo, quando da etapa do processo de implantação, visando proporcionar o tráfego de veículos sobre a rede de vias de acesso aos aerogeradores, ao canteiro de obras, ao depósito de materiais, do escritório e do almoxarifado.

Toda essa dinâmica de transportes e pessoas provoca, de maneira indireta, um desequilíbrio no meio ambiente local, no habitat natural onde vivem os animais característicos dessa região, que têm sua rotina alterada, seu silêncio quebrado e seu habitat invadido pela ação antrópica, para dar lugar ao 'progresso'.

Por se tratar da zona do litoral norte potiguar, mais especificamente da faixa litorânea, isso significa o avanço de estradas sobre as dunas, significa asfaltar as dunas, após ter extraído a vegetação original.

Em se tratando de áreas mais interioranas, no mínimo significa isolar parte das terras que antes eram utilizadas para caça e rotas de pessoal local. Além da alteração no nível hidrostático do lenço freático[9].

e) **Resíduos Sólidos e líquidos**

Outro impacto é referente aos resíduos sólidos e líquidos[10] provenientes das atividades do canteiro de obras e das atividades construtivas. Os resíduos sólidos devem ser manejados adequadamente. O risco de contaminação do solo por resíduo líquido devido à operação e manutenção de parques eólicos é reduzido, mas existe, ainda mais em se tratando da instalação sobre as dunas, o que possibilita a contaminação e alteração do nível hidrostático do lençol freático. Além dos acidentes que ocorrem devido à manutenção inadequada.[11]

[8] Santos (2014) Hofstaetter (2016)
[9] Filho (2013), Hofstaetter et al (2015), Hofstaetter (2016), Gorayeb et al (2018)
[10] Hofstaetter et al (2015), Hofstaetter (2016)
[11] Gorayeb et al (2018)

Outro fator que contribui para essa alteração está vinculado à produção de concreto (volume grande de material empregado) para a confecção das fundações das torres eólicas. Ou seja, há também a interferência na disponibilidade hídrica local devido ao elevado consumo de água na sua fabricação.

Por fim, mesmo que ocorra um impacto sobre o solo de forma pontual, na área de instalação da base de concreto, onde a turbina é instalada, ele existe, mesmo que não haja uso de combustíveis fósseis, conforme apontado anteriormente.

Surge aqui uma pergunta não menos importante: o que acontecerá com toda essa estrutura do parque eólico após o tempo médio de vida útil dos aerogeradores (em média 20 anos) quando a ocorrência de um descomissionamento ou repotenciação? A indústria de reciclagem brasileira está preparada para receber esses resíduos? São toneladas de concreto, fibras de carbono, fibras de vidro, aço, ferro fundido, metal, poliéster, resina epóxi, para citar apenas alguns[12].

- Como os impactos ambientais podem ser minimizados?

Em primeiro lugar com a realização de EIA-RIMAs mais sérios. Observamos que estes estudos têm sido realizados de forma apenas a cumprir com o protocolo, sendo que o Instituto Seridó Vivo encaminhou ao MP diversas ressalvas em diversos dos estudos, solicitando complementações. No entanto, o primeiro passo deveria ser o estado realizar um Zoneamento Ecológico Econômico, e um Zoneamento Marinho Costeiro, ou ao menos um Planejamento Territorial, planejando as atividades econômicos, olhando para o meio ambiente e para a continuidade da reprodução da vida das populações que vivem nestas áreas. As cartografias sociais que foram realizadas, tanto em terra, pelo SAR, quanto em Mar, pelo Coletivo Cirandas, demonstram que é possível ouvir as comunidades, planejar o território, considerado aspectos culturais, arqueológicos, sociais, naturais, entre outros.

- Qual é o papel do fórum de mudança climática na defesa dos direitos das populações impactadas?

[12] Hofstaetter et al (2015),

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS) é uma articulação de Entidades, Pastorais e Movimentos Sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria.

Atua em âmbito nacional e se faz presente nos territórios por meio das entidades membros e de outras instituições parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema por meio de práticas que anunciam e vão construindo sociedades de Bem Viver.

Neste sentido se propõe a (i) ampliar o conhecimento e monitorar os impactos sociais e ambientais das mudanças climáticas e dos eventos extremos decorrentes do aquecimento global, averiguar suas causas e suas consequências, tendo prioritariamente como referência a sabedoria dos povos tradicionais e os depoimentos das pessoas que já passam por situações graves relacionadas ao tema, os estudos de cientistas e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (mais conhecido pelo acrônimo IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), (ii) desenvolver ações conjuntas, para enfrentar os problemas decorrentes das mudanças climáticas e buscar alternativas de mitigação e adaptação para as populações, especialmente as mais desfavorecidas, que serão as mais violentamente atingidas e, (iii) subsidiar as organizações populares para que possam interferir nas políticas públicas de seus territórios.

Quais são as principais recomendações do fórum de mudança climática para o governo e as empresas?

Os pontos abaixo relacionados foram extraídos do Boletim do FMCJS – Núcleo RN disponível no site do SAR.

Para garantir pesquisa de qualidade sugere-se que parte dos esforços devem ser orientados para os investidores (PPP) e o Estado, no sentido de definir um percentual de investimentos para que as instituições realizem e aprofundem estudos considerando toda esta gama de ações elencadas. As universidades,

as organizações da sociedade civil organizada, precisam de recursos. Este debate segue ausente junto a estes entes, sem nenhuma discussão. Lembramos que no passado houve esta cobrança das exploradoras de petróleo, que financiaram a pesquisa básica e aplicada em temas ligados à cadeia de processos envolvidos na exploração, na produção e no transporte de hidrocarbonetos e derivados. Sem a concretização efetiva deste debate, dificilmente as ações recomendadas às Universidades e às organizações da sociedade civil se efetivarão.

Empresas:

- A apresentação, de forma transparente, com planilha de recursos, dos projetos que deverão ser realizados para a mitigação de problemas relativos à construção do empreendimento.
- Definição de uma tributação apropriada do empreendimento, gerando divisas locais.
- Implantação de planos e programas ambientais bem estruturados e com responsabilidade, que não se reduzam a cumpridores de condicionantes ambientais, para a obtenção das licenças, mas que sejam efetivos com a consciência cidadã de que está contribuindo com a qualidade de vida das comunidades.
- Contribuir com a implantação de planos e programas ambientais voltados para ações sociais, como Programa de Educação Ambiental e de Comunicação Social, bem fundamentados, quando possível, com a sua estruturação delineada por meio de participação popular. Que disponha de proposta efetiva, de geração de empregos diretos e indiretos, com responsabilidade de instrução técnica de moradores interessados nas comunidades, mesmo que empregos sazonais, mas que os mesmos tenham o registro em carteira de ao menos 1 ano, para que estes trabalhadores estejam protegidos pela previdência.
- Empregar um percentual significativo de pessoas da comunidade e o vigia contratado ser da comunidade do entorno.
- Diálogo amplo, aberto, honesto, com uma linguagem simples e com embasamento científico em relação ao esclarecimento dos benefícios e impactos negativos do empreendimento, em seus vários níveis e nas diversas

comunidades do entorno. Este diálogo deve ser deliberativo e não apenas consultivo, para que as comunidades possam decidir sobre o arrendamento ou não das terras.

- Elaboração de estudos de impacto ambiental imparciais, sérios, bem fundamentados técnica e cientificamente e que tenham como premissa a conscientização pública, informação ampla e estratégias de comunicação acerca dos benefícios e possíveis danos ao ambiente natural, social e à saúde humana.
- Melhorar as condições gerais dos contratos (eliminando multas abusivas, elevando valores irrisórios de arrendamento, reduzindo o tempo muito longo do contrato).

Poder público:

- Garantia da segurança legal da posse da terra pelas comunidades tradicionais e o uso tradicional dos recursos naturais (pesca artesanal, agricultura de subsistência, extrativismo animal e vegetal), para evitar o esvaziamento do campo e garantir que as comunidades continuem a produzir e a realizar as suas atividades, estimulando a segurança alimentar.
- Intermediar e gerenciar os processos entre as empresas e as comunidades, garantindo a legalidade jurídica de todo o processo, interpondo o fim da atividade do atravessador.
- Construir, de forma participativa, dispositivos legais que normatizem a implementação da energia eólica a nível estadual e municipal, a partir da elaboração de leis e planos.
- Construir, de forma participativa, zoneamentos a nível estadual, como o Zoneamento Ecológico Econômico, incluindo o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro e Marinho, enquanto instrumento de planejamento ambiental que visa compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental, delineando assim os usos por parte das eólicas *onshore*. Da mesma forma que se necessita construir instrumentos para o zoneamento do uso do solo em superfície terrestre, desenvolver instrumentos para o zoneamento marítimo como o Planejamento Espacial Marinho, no intuito de

delinear as áreas possivelmente ocupadas por usinas eólicas *offshore*[13].

- Exigir nos Termos de Referência e outros instrumentos importantes para a análise de solicitação de licenciamento ambiental, independentemente de ser adotado EIA/RIMA ou RAS, mecanismos e ações para disseminação e participação efetiva da população, sobre o processo e informações do projeto de forma participativa.
- Utilização, por parte do IBAMA e do IDEMA, dos estudos e das pesquisas técnicas, além das que fundamentam as deliberações referentes às etapas de licenciamento ambiental. Para isso, é relevante a consulta à banco de dados científicos, bem como consulta às universidades dos trabalhos científicos realizados. Importante, inclusive, estabelecer Convênios (ou outro instrumento legal) para formalizar essa troca de informações entre órgãos e instituições.
- Aprimorar os Termos de Referência, afinando a metodologia que os consultores ambientais utilizarão para a realização de estudos detalhados dos impactos das eólicas dentro dos licenciamentos ambientais.
- Garantir a capacitação dos profissionais dos órgãos ambientais, para que os mesmos fiscalizem estes empreendimentos, assim como garantir a estrutura para os seus deslocamentos.
- Aperfeiçoar o licenciamento ambiental para que não seja restrito por projeto, mas que seja definido um processo de planejamento territorial como instrumento de proteção do patrimônio socioambiental do RN, ou seja, que seja capaz de orientar a implantação de usinas eólicas de forma sustentável, promovendo a defesa de interesses do estado do RN (entenda-se a proteção de seus bens socioambientais) junto às empresas, e não o contrário. Para isso, criar estudos que viabilizem essa análise mais ampla como, por exemplo, a Avaliação Ambiental Estratégica;
- Realização de discussões sobre os Serviços Ecossistêmicos e Ambientais como fontes opcionais de recursos financeiros para as

[13] https://mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/item/8961-zoneamento-ecol%C3%B3gico-econ%C3%B4mico-pe.html, http://siaibib01.univali.br/pdf/Fabiana%20Regina%20Gern.pdf

comunidades locais, em substituição ao modelo exploratório baseado no uso e ocupação com Parques Eólicos.

- Estabelecer que nas audiências públicas sejam utilizadas linguagem simples e não técnica, possibilitando a compreensão das comunidades, como previsto na CF88. A linguagem técnica e de difícil compreensão é um fator limitante para a participação, compreensão e questionamentos da população.
- Identificar e combater de forma mais efetiva a grilagem de terras públicas.
- Estabelecimento de mecanismos mais efetivos para a fiscalização das atividades em andamento, bem como exigência de critérios mais sólidos para a avaliação real da efetividade das medidas mitigadoras utilizadas na minimização dos impactos socioambientais gerados.
- Efetivação de políticas municipais e estaduais sólidas, transparentes e imparciais na utilização dos recursos provenientes da arrecadação dos impostos pagos pelos empreendedores. Muitos dos conflitos advindos com a implantação desses empreendimentos **podem e devem** ser administrados pelos órgãos municipais e estadual, deixando de lado interesses individuais e que priorizem pelo bem coletivo da população. **É importante frisar que empreendedores/empreendimentos, por maiores ou menores que sejam, dispõem de funções e objetivos diferentes do poder público.** A chegada desses empreendimentos deve sim ampliar os benefícios sociais, mas cabe ao poder público a responsabilidade de proporcionar à população a dignidade e qualidade de vida com acesso a moradia, saúde e educação. Nessa perspectiva, destacamos Artigo 23 da Constituição Federal de 1988 que apresenta as competências em comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a saber:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Em relação aos empreendimentos eólicos offshore, a competência do licenciamento é do IBAMA, que já vem mobilizando ações no estabelecimento de procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos eólicos offshore.

Foi realizado levantamento dos procedimentos e da experiência internacional em relação ao licenciamento de eólicas offshore que resultou na realização de um Workshop Internacional de Avaliação de Impactos Ambientais para Complexos Eólicos *Offshore* e de um estudo com as práticas e procedimentos adotados em vários países.

Na sequência, o IBAMA estruturou um Termo de Referência a ser seguido para a realização de estudos ambientais e o colocou em consulta pública.

Os próximos passos serão a divulgação desse TR oficial, bem como uma matriz de impactos ambientais com os principais impactos resultantes dessa atividade.

Nas discussões realizadas junto às lideranças locais, muito se abordou sobre a inserção e a chegada de empreendimentos eólicos offshore. É observada uma preocupação enorme por parte, principalmente, dos pescadores que já detém uma percepção negativa em relação a atividade, fruto em grande parte, da experiência com os empreendimentos *onshore*, além da relação da atividade da pesca artesanal e as interfaces com a plataforma da Petrobrás em Guamaré (RN).

Estes pescadores, conforme relatado no encontro virtual, tem diversos receios e medos, que vão desde a perda do território da pesca, passando pela proibição da circulação em zonas utilizadas atualmente para a pesca, até o afugentamento dos peixes, mortalidade de espécies, chegando até a preocupação com a insegurança alimentar das suas famílias e comunidades.

Os pescadores presentes nas reuniões afirmam que querem o mar livre e disponível. “Queremos trabalhar, não queremos esmola e nem compensação. A compensação não compensa 1% do que estraga”.

“Já temos a experiência de compensação. Ela não vem e quando vem, não chega para nós pescadores”. Mas mesmo que chegasse, a compensação, os *royalties*, não substituem a produção do pescado, a renda, o alimento”.

Afirmam ainda que o Estado se omite em relação aos pescadores. Não existe uma política de proteção para os pescadores artesanais, nem estímulo para eles. Além disso afirmam que o seguro defeso não sai, a prorrogação nunca veio. Estão cansados de só perder. E agora percebem que vão perder o mar.

Afirmam que depois da eólica acabou o marisco. “O que vai ser de nós mulheres que vivemos da pesca?”

Relatam ainda que, agricultores familiares e pescadores artesanais perderam seus dois territórios no Rio Grande do Norte, a terra e o mar. E perderam para as empresas eólicas. Se dizem decepcionados com o Estado que acolhe estas empresas, sem acolher antes os pescadores e pescadoras e o seu sustento, sua fonte de renda.

“Ninguém come vento e petróleo: sem agricultura familiar e pesca, vai faltar alimento na mesa do pobre”.

Os pescadores artesanais afirmam que trabalham em prol de um desenvolvimento sustentável e perguntam se “para o Estado crescer precisa pisar no pequeno”.

Surgem algumas perguntas, após saberem, via a imprensa, da assinatura de intenção do licenciamento para o primeiro parque *offshore* no RN:

- Quais serão as rotas no mar que estarão disponíveis aos pescadores artesanais?
- Os pescadores estarão livres de acidentes, em função das torres e do cabeamento colocado no mar?
- Serão implantadas usinas nos arrecifes (berçário da vida marinha)?
- Qual vai ser a área de exclusão da pesca (pesca e tráfego das embarcações)? A curva que as embarcações terão de realizar, será de quantos quilômetros?

Fato é que a narrativa dos pescadores e das pescadoras precisa ser ouvida e incluída, ainda mais nesta década, que é a década do Oceano. Precisamos compreender o mar como bem coletivo e não como recurso financeiro.

Após estes relatos percebe-se que os interesses do mercado se repetem, ele apenas altera a forma da sua ação. “Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico”[14]. E a população originária do local, que tira seu sustento destes territórios, nem sequer é ouvida, a não ser em momentos de chancela.

Resta a luta, a resistência, conscientes de que “sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente”[15].

[14] Acselrad (2002)
[15] Acselrad (2009)

ENTREVISTA 03 – NEVINHA – FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A entrevista com uma das representantes do Fórum de Mudanças Climáticas aborda a trajetória do fórum desde sua criação em 2009, focada em justiça socioambiental, impulsionado pela Carta da Terra e Laudato Si. Nevinha destaca a participação da Comissão Justiça e Paz da CNBB e a abrangência do fórum, reunindo pastorais, movimentos e pessoas interessadas na temática. O Fórum é uma articulação horizontal, com presença em diversos estados do Brasil, incluindo o Rio Grande do Norte.

A entrevista também discute a importância do Fórum em abordar questões socioambientais, especialmente os impactos das energias renováveis sobre as comunidades ao relatar a experiência com as comunidades atingidas por parques eólicos e a importância de se aproximar das comunidades tradicionais nesse contexto. Ela menciona a criação da web série sobre os impactos das energias renováveis e a dificuldade de se comunicar com o governo sobre o tema.

A entrevista destaca a participação do Seridó Vivo, um grupo de jovens que se destaca por sua capacidade de articulação política e social e traz esperança para a luta ambiental. A entrevistada compara as experiências do movimento com as obras da Copa e a criação do movimento de atingidos pela Copa em Natal.

A conversa finaliza com a criação do MAR (Movimento dos Atingidos por Energias Renováveis) e a importância de se ter um movimento que represente os atingidos pelas energias renováveis.

DEPOIMENTO DE NEVINHA

NEVINHA – 01 *- Oi Geraldo, é o seguinte, o fórum, eh, fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental. Ele nasce eh ali na, em 2009 eh, no contexto da Carta da Terra, né? E ganha eh e o fórum ganha ganha fôlego em 2015 com a publicação da Laudato Si do Papa Francisco. Né? Eh, o fórum, ele nasce, é, é uma iniciativa da Comissão Justiça e Paz da CNBB, né? Então, ele eh, reúne pastorais, movimentos, né? E pessoas e, enfim, quem, quem se interessa pela temática, o fórum é uma articulação horizontal, né? Um até, já é um fórum, né? Não, não é uma coisa fechada, estruturada, né? E tá presente*

nos diversos estados do Brasil, fazendo essa discussão. Até tem a questão da da Amazônia, por exemplo, que é uma questão muito forte, faz parte, o fórum faz parte do FOSP, né? O Fórum Socioambiental Panamazônico, né? Eh, inclusive esses dias tá tá envolvido com alguma eh, alguma atividade na Colômbia. PP

NEVINHA – 02 *- O fórum, como eu lhe falei, é uma, é, é uma articulação e as pessoas eh, e as organizações aderiram. Tem, o fórum tem um documento político, né? Então, através da adesão a esse documento político que o fórum vai se constituindo, né? Eh, aqui no, nós, nós temos um núcleo aqui no Rio Grande do Norte eh, que foi uma eh, provocação do SAR, né? Ou, chegou para o SAR, ou seja, as assessorias da ciência rural da nossa arquidiocese, o convite pra participação desse, eh, no seminário nacional desse fórum. E eu eu fui representando fui para lá em nome do SAR, participar do seminário. E, eh, enfim, aí na volta, aí nós, nós realizamos seminários regionais, né? Aqui do Nordeste, né? Pra discutir uma série de questões, e fomos tentando estruturar a discussão, né? O o fórum tem uma, tem uma, ele tem, realiza anualmente uma formação continuada e multiplicadora, né? Então, eh, faz toda essa discussão sobre as questões socioambientais por que por que eh, eh, o que a gente percebe é que são as comunidades mais vulneráveis, né? Os os pobres, os excluídos, o povo das periferias, as são as comunidades mais afetadas pelas questões climáticas, né? Então, eh, eh, o olhar do fórum é para esse, para esse público, né? Tentando buscar, eh, jogar a luz sobre isso e entender, né, os os os fenômenos climáticos que afetam diretamente essas pessoas e lutar por políticas públicas, né? Que que que que busquem dar resposta a esses a esses problemas todos, né? E, voltando, aqui no Rio Grande do Norte eh, nós começamos a participar junto conosco estava o SAR, a Rede Mangue Mar, né? Que é, que a Rede Mangue Mar é uma articulação, né? De de vários das das, além das colunas de pesca, vários outros outras entidades, como a Oceânica, como a CJP, a C- a CJP lá de Macaíba, como a Comissão Justiça e Paz lá de Macaíba, a a pastoral dos pescadores, a articulação nacional das pescadoras, enfim. E várias ONG´s ambientalistas aqui eh, eh, do estado, né? PP*

NEVINHA – 03 *- Mas o que aconteceu é que nós estávamos tentando fazer esse trabalho, né, de, de formação, né? Das pessoas pras questões ambientais. Aquela luta toda, né, de, de as pessoas entenderem os biomas, a importância dos biomas, a questão da preservação, a lutar por políticas, né, públicas de, de, de preservação, né? Enfim, a gente tava nisso, nesse trabalho, e aí nós fomos assim, atropeladas pelas, pelo grito das comunidades atingidas, né? Eh, as comunidades atingidas pelos empreendimentos, empreendimentos de energias. A gente achava até então que aqueles parques de energia eólica era uma coisa linda, né? Mas, através dessa, dessa as as, como dizer, as comunidades atingidas começaram a buscar, né? Seja através da justiça, seja o SAR que tá presente nas comunidades há muitos anos, né? Começaram a buscar. Aí, aí entra pra eh, eh, os pesquisadores também da universidade, em especial, Moeima. Por que Moeima ela faz a pesquisa dela, do mestrado e do doutorado, né? O objeto da pesquisa dela é exatamente essa questão das renováveis e os impactos, né? E nós começamos uma caminhada de escuta dessas pessoas e tentar entender como é que a gente poderia fazer a denúncia desse, do que tá acontecendo, por que é difícil pra caramba, por que os próprios ambientalistas acham que é uma coisa maravilhosa, que tá aqui no Nordeste. O próprio presidente Lula já agora, já em 2022, depois de, de muito, de muito esforço dos movimentos de tentar, especialmente as mulheres da, da, as mulheres da Borborema ali na Paraíba que marcharam, quer dizer, elas chegaram à Brasília, falaram, falaram com o presidente Lula pra mostrar pra eles que não é bem como a história como se tá dizendo, né? Da nossa parte também, aqui do Rio Grande do Norte, houveram alguns esforços nesse sentido de reforçar esse pedido, mas o que foi decisivo, que chegou mesmo ao governo, que fez o governo criar a mesa de diálogo eh, eh, pra escutar essas pessoas, foi foi a, a, as, as mulheres da, da Borborema agroecológica, na Paraíba, né? Mas aqui no Rio Grande do Norte a partir dessa constatação, dos, dos movimentos já de organizados que estavam sofrendo com isso, eh, das pessoas que estavam sofrendo com isso, dos estudos de Moeima. E aí a partir disso a gente vai tentar, inclusive, conversar com o próprio Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, que não que pra eles, pra, por exemplo, pra frente por uma nova matriz energética, né? No Brasil, que, que a frente faz parte do fórum. Eh, eh, era uma, vamos dizer assim, mas como assim, vocês são contra a energia, eh, energia eólica? Mas a*

gente precisa descarbonizar a, a, a economia, a gente precisa parar de consumir combustível fóssil. Como é isso? Como é que você é contra, né? Não, é por que a coisa não é bem assim. A questão é o modelo, né? E, e, e foi, foi trabalhoso, e veio, foi durante toda a pandemia, nós tivemos, eh, reuniões online, muita conversa, né? E trouxemos as pessoas pra mostrar como é que acontecia. E aí a partir das, das, das, das cartografias sociais que foram feitas eh, eh, eh, foi, foi, que chegou à construção daquele seminário, das vozes do território, né? Com a construção do documento. Mas antes disso tem um detalhe. PP

NEVINHA 04

– O detalhe aqui é que como Fórum Mudanças Climáticas, eh, eu me, eu me, eu procurei me aproximar da, da do pessoal do, dos povos e comunidades tradicionais, né? Nessa tentativa de aproximação, eu me vi dentro de um curso de, fui convidada a participar de uma formação de promotores populares, né? E que tava, tinha muito, tinha pescadores, tinha mas assim, tava, tinha muito forte a presença do pessoal de matriz africana. Eh, e aí eu comecei a, eu participei, acho que essa coisa durou, não sei quantos encontros nós tivemos, mas durou 1 ano. E e foi antes da pandemia e e num determinado momento a contradição surge lá dentro, né? É por que como tinha as assessorias dos nós precisávamos construir alguns projetos de lei, né? Pra levar para uma frente parlamentar que estava sendo, eh, que estava sendo constituída. E o nosso grupo precisava preparar uma um projeto de lei pra ninguém menos do que o Senador Jean Paul Prates. Aí eu disse: "Olha, eu tenho muita dificuldade com esse senhor." Aí, as pessoas: "Mas por que tem dificuldade com esse senhor?" Aí, eu expliquei a contradição, né? Eh, eu expliquei a contradição, né? Da, da, dele ter sido a personagem principal nessa história da chegada dos parques eólicos, e que pra mim eu, não tinha como ir fazer um um, a gente discutindo uma coisa e levar um projeto de lei pra, pra essa pe ssoa. Aí, eu não vou ter condições. No que eu, quando eu, eu expus essa contradição, então as pessoas dos, dos desses, dos desses grupos de matriz africana, eles para, para, para tudo. Então é o seguinte, aí nós convidamos Moeima, aí teve um módulo específico pra tratar desse assunto, lá no, nos promotores populares. E a partir daí o coletivo de assessorias Cirandas, tanto ele, ele se, ele se debruça sobre o assunto, e é tanto é que promove e realiza as cartografias eh, eh, sociais do, do litoral, né? Do litoral

afetado por esses parques de energia. Houve, houve esse, essa interação entre o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, e esse segmento que estava trabalhando com eh, eh, essa formação dos promotores populares e dos, dos povos e comunidades tradicionais. Nesse momento, eh, eu acredito que a gente deu um passo nesse sentido, sabe? Foi o, a, a coisa como ela vai se construindo eh, eh, no dia a dia, né? No esforço da, da que a gente vai se conectando e, e, e ampliando a conversa.

NEVINHA 05 *– Amiguinho, eh, você, você depois você me diz se tá se tá nessa linha, eh, se essa linha tem alguma lógica. Aí você me, me faz outras perguntas que eu respondo, tá certo? Por que eu já falei tanto, que não sei mais o que foi que eu disse. PP*

NEVINHA 06 *– Nessas articulações que o fórum, fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental faz, então, tem várias pessoas da Cáritas, de diversos estados que participam dessa, que participam do fórum, né? Então, foi interessante por que nós conseguimos reunir pessoas da Cáritas aqui do, chama Regional Nordeste 2, da CNBB, que é Pernambuco, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte. E aí desse, desse eh, uma das coisas foi que a Cáritas, a partir das conversas conosco, resolveu fazer um documentário sobre os impactos, né? E aí resultou numa web série, né? Aí nós, nós indicamos a uma pessoa que trabalhava com isso, foi uma construção interessante. E, eh, eh, foi ter uma resultou numa web série de seis episódios, né? Eh, essa, essa web série, ela, ela além de ter estar, foi teve muita dificuldade pra fazer, por que foi durante a pandemia, né? Então, era difícil fazer as coisas assim, com, mais de forma mais abrangente, mas de qualquer forma tem bastante eh, tem muitos registros bons, ficou bem interessante. PP*

NEVINHA – 07 *– Teve um momento também, aí, durante a pandemia que foi feito um esforço para que, eh, pra conversar com o governo do estado, chamar a atenção do governo sobre os problemas que as comunidades estavam enfrentando. Esse foi uma, foi uma tarefa muito difícil. Nós tivemos uma conversa online no dia, dia 3 de março de 2021, né? Não tinha como ser, tinha que ser virtual. A secretária, eh, de Gabinete Civil, à época, ela ficou tão sensibilizadas que ela propôs, escutando, por que dessa reunião participaram, acho que, quase 50 pessoas, e pessoas das comunidades e falando os dramas que estavam*

vivendo, né? Que, que essas comunidades tem vivido, desde que essas coisas, esses jeringonças chegaram. E, eh, eh, a secretária ficou extremamente sensibilizadas e propôs, ela mesma, propôs nessa reunião, a criação de um grupo de trabalho, eh, eh, dos movimentos com o governo para se debruçar sobre essas questões e construir saídas, né? Ela pediu aos movimentos para formatar uma proposta, desenhar uma proposta de grupo de trabalho. Quais secretarias seriam, seria importante que estivessem nesse nesse GT, né? E tal. Nós formatamos um, eh, elencamos os problemas e as secretarias afins, né? Pra cuidar desses problemas. E protocolamos no, lá no governo do estado e ficamos aguardando uma resposta. 3 meses depois, nós fomos informados por um, pela assessoria da, da deputada Natália que tentou saber o resultado. Que foi, que também a assessoria da deputada Natália, que tinha, eh, trabalhado essa, essa, essa conversa com o governo do estado, foi quem conseguiu a audiência com a secretária. E, e ela, simplesmente a secretária disse que não tinha tido força política para implementar o grupo de trabalho desse jeito. E, concomitante, foi publicado no Diário Oficial, a criação do Conselho Estadual de Política Energética, isso no dia 17 de junho de 21, que na composição desse conselho só tem eh, os segmentos empresariais. A, a, eh, sociedade civil, lá, só tem eh, federação das indústrias, Federação da Agricultura. Sequer a Federação de Trabalhadores na Agricultura estava. Eh, a essa altura nós fomos obrigados a escrever uma nota de repúdio a, a, a criação desse conselho, com essa, com essa conformação, e protocolamos no governo do estado. Mas, também, não obtivemos mais nem uma aceno, né? Só depois de algumas, bom, enfim, aí a gente fica tentando, conversa com um, conversa com o outro, e algumas houveram algumas articulações, eh, eh, algumas tentativas e, com a, entramos em 2022 sem nenhuma resposta, sem nenhum diálogo. A repercussão da, de uma exposição que foi feita na UFRN para fazer o lançamento da web série, "Para Quem Sopra os Ventos", aqui no Rio Grande do Norte. Então, a repercussão dessa, dessa exposição que foi feita, é, já era maio de 2022.

Eh, e, e a insistência da deputada Natália e do secretário do Minério, à época, os dois juntos, né? Conseguiram fazer com que a governadora recebesse o movimento, né? O movimento se fez presente, lutou, ou, a, a, a, aquele auditório ali da, da governadoria. Mas, ela se, se mostrou vamos dizer assim, quase que

irredutível. Apenas ao final, depois de uma fala ríspida, ela disse que concordava em criar um grupo de trabalho com três secretarias. Ah, eh, não, do governo, seria o Idema, a secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu acho que é, não sei como é o nome direito, da secretaria. Enfim, três, e a gente indicasse três pessoas. Esse foi o final da reunião e de uma forma ríspida, ela se retirou e não quis mais conversar com o movimento. E, nós eh, ficamos conversando com o Idema, que era com, quem tinha o mínimo de interlocução com o movimento. E fomos tentando construir um grupo de trabalho, formatando desenhando esse grupo, como seria, retomamos aquela formação anterior, e também trouxemos os professores e pesquisadores que queriam colaborar nesse meio, eh, campo. Algumas questões vão, algumas questões do movimento, vão sendo encaminhadas através do Idema, coisas, a proposição da Unidade de Conservação, essas coisas que vão sendo, mas discutir sobre os impactos das, dos parques eólicos na vida das pessoas, isso ninguém conseguiu. Eh, quando finalmente o, eh, o, o modelo tava pronto, e foi, foi, foi pra, apresentar à governadora o modelo de grupo de trabalho, tava pronto, foi apresentar à governadora, pra ela publicar no, no, no Diário Oficial, ela, pra ela assinar e ser publicado no Diário Oficial, ela perguntou por que cadê os representantes das empresas que não estavam no grupo de trabalho? Aí, enfim, aí a gente começou a se retirar do, do, a gente se retirou do grupo, que tinha, pelo menos, um grupo de WhatsApp, a gente começou a se retirar, por que não fazia o menor sentido. PP

NEVINHA – 08 *– E pronto, aí, a gente desistiu de tentar conversar com com o governo por que, infelizmente, não tem absolutamente interlocução. Pelo contrário, o que a gente vê é, só anúncio de mais e mais coisas, e uma coisa que, que me deixou com vergonha ali, ficou não sei, não sei se eu, se eu fiquei triste, se eu fiquei com raiva ou se eu fiquei com vergonha ali, de ver a governadora, como presidente do Consórcio Nordeste, ir pra Holanda vender o restinho do que tem ainda de espaço. E, o presidente da CAERN, foi junto pra garantir água de reuso pra, construção das, das estruturas dos portos e não sei mais o quê. Eh, aí eu fico pensando, quantos anos os movimentos, os movimentos ambientalistas daqui, junto com o Ministério Público, lutam por essa água de reuso, pediram inclusive pra, a gente, houve todo aquele movimento*

contra o, o emissário submarino, pra que pudesse a água, pra, primeiro, pra não poluir o mar, depois pra, pra, pra que o tratamento fosse um, tratamento terciário e fosse usado, a água fosse usada, redirecionada pra, pra agricultura, pra outras coisas. Aí não, aí agora, ninguém nunca conseguiu isso, né? Apesar de todos os esforços. Aí agora veio o presidente da CAERN, oferecer ao povo da Europa esse, essa água. Eh, é assim de, de cortar o coração, é de, de sentir, se, eu não sei, é aquela coisa, é um misto de tristeza, raiva e vergonha, sabe? Eu fiquei. PP

***NEVINHA - 09 – Aí**, eh, eh, deixa eu ver o que que me falta mais. Sim. Então, aos trancos e barrancos, no meio dessa caminhada, dessas tentativas de chamar atenção, e aí no, no, no meio dessa, dessa, dessa caminhada, surge o Seridó Vivo, né? Que é um grupo, acho que você já conversou com o Joadson, que foi uma surpresa maravilhosa, desse grupo de jovens, e estudiosos, pesquisadores e, e ao mesmo tempo, com uma capacidade de articulação, política e social, assim, incrível, né? Então, eles reúnem, vamos dizer, eh, eh, eh, reúnem aquela coisa que, que a gente precisava, vamos dizer, aqui, a gente precisa de uma organização como o SAR, ou como o fórum, pra assessorar os movimentos, do, dos pescadores, por exemplo. Não, eles próprios são já fazem todo esse papel. Então, o Seridó Vivo surge como uma coisa assim, com grandes, que nos dá grandes esperanças, né? Com relação a isso, foi uma bela surpresa, né? E aí, eh, eh, bom, é uma das surpresas do caminho. E, nessa construção, nas conversas, eh, eu lembrei de uma, da nossa experiência com, as obras da Copa, né? Que nós criamos um movimento de atingidos, né? Na verdade, é as, a, as obras da Copa, eh, o, o, o, o, o movimento de atingidos das obras, pelas obras da Copa, ele, ele foi uma sugestão de Jean Varella, que, à época, era chefe de gabinete de Jorge Câmara. As pessoas atingidas procuraram o vereador Jorge Câmara, né? Pra conversar. Uma parte das pessoas, uma parte procurou o comitê popular, né? Foi o pessoal que, eh, Luís, o pessoal que morava ali na, perto da Urbana. E, o pessoal que morava na Morro do Veado, procura o gabinete de Jorge Câmara. E, Jean, numa conversa, aí, manda nos procurar, Jean sugere procurar o comitê. E, numa conversa conosco, aí, ele sugere, por que que a gente não faz como MAB, o movimento dos atingidos por barragens e a gente cria uma, um, um, um movimento de atingidos aqui? E foi criada a APAC, Associação Potiguar pelos Atingidos. Aí, a*

Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa. Ela funcionou junto com o comitê popular. E, foi a, Natal foi a única cidade das sedes que não teve nenhuma desapropriação. A gente conseguiu reverter esse, esse, essa questão das desapropriações, dos projetos equivocados que, que tinham da, da, da Copa. Esses, eh, aí o seguinte, eu lembrei que essa é uma experiência muito recente, nossa, e junto com a MAB, eu digo que a gente podia pe, pensar num movimento de atingidos, né? E, Moeima sugere o MAR, Movimento dos Atingidos por Energias Renováveis. O MAR, por causa de, muito daquela questão dos, estar junto com os pescadores, né? Então, o MAR, o MAR, o MAR é uma coisa que, e aí, nós, agora esse ano, depois de todas as cartografias, de todas essas coisas, no, no momento da construção do seminário que iria fechar esse processo das cartografias, a gente tava fazendo as reuniões para construir, aí foi feita uma reunião, nós propusemos o Fórum Mudanças Climáticas propôs uma reunião pra criação do MAR, né? Discutindo a criação do MAR. Meu amigo, em, na primeira reunião, isso foi no mês de setembro de 2023. Com, pareceram 70 pessoas da Bahia ao Piauí, da Bahia ao Maranhão, né? Tinha gente do Maranhão também, por que tem o pessoal da Frente por uma Nova Matriz Energética que estava, da Bahia ao Maranhão. Então, não teve como, depois disso não teve, a gente não, não teve como recuar, apesar de ter uma, as pessoas que estão habituadas com, eh, eh, com as organizações certinhas, com estatuto, com, não sei o quê, essa coisa toda, as pessoas, quando a gente fala em um movimento, as pessoas ficam confusas. Mas, como é isso, mas é isso e aquilo? Aí, eu gosto de dizer o seguinte. PP

NEVINHA 10 – *Eu gosto de dizer assim, olha, um movimento é como uma página em branco que a gente começa a rabiscar. Aqui não tem modelo de estatuto, aqui não tem regimento, aqui não tem coisa. Nós precisamos, o movimento, aí as pessoas: "Mas, isso, mas isso." O movimento de resistência existe nas comunidades. As pessoas estão organizadas em seus locais de trabalho, por exemplo, lá na Serra de Santana. Eles toda hora eles fecham a estrada, né? Pra cobrar providências por parte das empresas. Então, existe, hum, diversas e diversas formas de, de, de, de resistência. Então, o movimento, ele vai conectar essas, essas lutas de resistência e amplificá-las, né? E, e, e, e tentar, e fortalecê-las, né? Então, as pessoas precisam se encontrar. O, o, o MAR, esse*

movimento, ele se, ele, ele se propõe a, a, ser essa interligação entre as diversas, diversos territórios, as diversas comunidades afetadas, as diversas iniciativas de luta que a gente tem assistido. E, então, é isso. Então, o, o, o, os, o documento que foi construído no seminário, ele é o, o documento base do, aquele documento Vozes dos Territórios, é o documento base do MAR, do movimento de atingidos pelas renováveis. Ali tá a fundamentação por que, por que um movimento. Por que que a gente precisa do movimento? E, aí, a gente, agora a gente vai, a gente, nós tivemos, nós não tivemos, eh, nós marcamos duas vezes a criação de um seminário específico pra estruturação mínima do movimento, mas nós precisamos adiar isso, eh, por duas vezes, em razão de outras pautas, pautas importantes, pautas eh, pautas eh, consistentes, e que dialogam diretamente com, com o movimento, e que traba, eh, diversos aspectos, diversos aspectos dessa luta. Então, nós precisamos. Um foi um seminário de Fortaleza, né? Que foi um seminário que as ONGs organizaram em Fortaleza, um seminário importantíssimo. Quando nós rea, reaprazamos o nosso seminário do MAR, pra primeira semana de junho, aí foi marcada a visita da mesa de diálogo da, Secretaria Geral da Presidência da República. Nós precisamos novamente transferir o, o seminário do MAR, mais pra frente. Devera acontecer em Caicó, em agosto. Tá marcado para agosto. A gente vai ver se tem condições de fazer, senão, talvez seja setembro. Mas, enfim, o a gente não abre mão de que seja no Seridó, vai ser no Seridó, isso aí já tá certo. Já tem uma série de questões eh, pré-definidas. A gente vai só fechar e esperar passar as festas de São João e Santana, né? Por que Santana tem, naquela região ali, tem as festas de Santana, no mês de julho. Por isso, que a gente precisa esperar, pra fazer. PP

ENTREVISTA 04 – ONG OCEÂNICA – REDE MANGUEMAR - JOANE

A entrevistada, geógrafa ativista da ONG Oceânica, da Rede MangueMar e, também, do MAR mostra um discurso em favor da proteção ambiental e da justiça social; e, ao mesmo tempo, demonstra, sob uma análise crítica, uma complexa relação entre o discurso de proteção ambiental e a manutenção de estruturas de poder e desigualdade. Nesse caso é fundamental considerar o contexto histórico e social em que o discurso é produzido, reconhecendo as relações de poder, as estruturas sociais e as dinâmicas coloniais que permeiam a sociedade brasileira.

A narrativa inicia pelo histórico de exploração colonial, evidenciado ao se referir à "retirada" da comunidade pesqueira de seus territórios e a chegada de grandes empreendimentos. A ênfase na importância da conservação da biodiversidade marinha se confronta com o passado de descaso com as comunidades tradicionais e a exploração de recursos naturais. Essa contradição revela uma relação complexa entre a defesa do meio ambiente e o reconhecimento dos direitos das comunidades locais.

A Oceânica é uma organização que defende os pescadores e busca a regularização de seus territórios, utilizando linguagem que evoca empatia e justiça social. A entrevista também aponta a necessidade de diálogo, entendimento e planejamento para evitar que empresas e o poder público desconsiderem as comunidades locais. Ressalto o papel da Oceânica na elaboração modelos de gestão de territórios pesqueiros na conquista dos Termo de Autorização do Uso Sustentável – TAUS para os ranchos ou caiçaras dos pescadores. Esse termo garante a permanência legal e o domínio dos pescadores sobre os territórios pesqueiros (identificados pela presença dos ranchos ou caiçaras); mesmo que, juridicamente, esses territórios continuem pertencendo à União (chamadas área de Marinha).

O discurso com ênfase na biodiversidade marinha pode ser interpretado como uma forma de ecologismo que, por vezes, desconsidera as necessidades e os direitos das comunidades tradicionais que, historicamente, dependem do uso sustentável dos recursos naturais. O discurso também se articula com o

conceito de "desenvolvimento sustentável" que, embora seja um ideal, em muitos casos, é usado para justificar a exploração de recursos naturais, ainda que de maneira menos intensiva. Atenta a essas questões, a Oceânica alia a questão da biodiversidade em favor da justiça social, ao identificar ideologias implícitas.

Oi, Geraldo, querido! Então vamos lá, vou tentar aqui responder a às perguntas que você colocou. Eu vejo que elas são norteadoras, não é? Para alguns temas eh que você tá precisando aprofundar na sua tese. Eu vou tentar aqui dar algumas respostas, mas eu tenho certeza que, talvez, a gente tenha que fazer um pingue-pongue, um diálogo entre nós dois para que eu possa me aproximar ao máximo do que você tá precisando.

Então, a Oceânica vem já há 22 anos trabalhando ao longo da nossa costa, né? 400 km de costa. A Oceânica, não é? Tem essa pegada de pesquisa, educação e conservação. Fundada, não é, a partir, não é? Do encontro de amigos, né, biólogos e biólogas, inclusive a fundadora, não é, que é a Liana Mendes, hoje eh é uma professora da Universidade Federal muito conceituada em âmbito nacional.

E a partir, não é, da preocupação que se tinha, muito grande, com os recifes, não é, de corais, mas também os areníticos, esse grupo de amigos, então, fundaram a Oceânica para poder pensar na conservação dessa biodiversidade marinha. E que ela não acontece isoladamente, os biólogos e esse ambiente. Ele acontece de forma sistêmica e dialética também. Porque a relação com a comunidade pesqueira era de extrema relevância. Os os pescadores funcionam como sentinelas pra gente, não é? Eles sabem tudo, eles veem tudo, não é, do que tá acontecendo. E esse diálogo e essa troca de saberes era de extrema relevância para que a gente possa pensar a vida, não é, e o nosso futuro no planeta.

Então, é aí que começa a relação da Oceânica com os pescadores e pescadoras. É aí que, inclusive, eu começo a trabalhar dentro da Oceânica, para poder a gente entender como é que a gente vem se relacionando com esse ambiente. E aí, a gente vai falar dos impactos também. E a comunidade pesqueira, ela vem sendo hoje jogada para debaixo do tapete. Ela vem sendo retirada desses territórios e que, pra gente, é muito danoso porque a retirada de

comunidades tradicionais e a chegada de grandes empreendimentos que não têm uma relação eh de respeito com essa essa biodiversidade marinha, com esse ambiente costeiro marinho, ele é terrível, né? Pro nosso presente e futuro.

Por isso também, eh a gente hoje vem fazendo frente, né? E vem vem fortalecendo a luta dos pescadores para que não chegue os parques eólicos em área marinha. Nós hoje não sabemos nada eh sobre esses impactos, não é? Que possa vir a acontecer com a chegada desses parques eólicos. São muitos parques, a gente tá falando aí de praticamente uma grande parede entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. São mais de 2.000, não é? Torres. E a nossa preocupação, ela vai, realmente, não é? Para esse universo da biodiversidade marinha, mas também pras comunidades tradicionais, mas também para toda a população que tá na faixa litorânea que precisa desse alimento que é o pescado, né? A gente tá falando de segurança alimentar, a gente tá falando da cultura desse povo. E que pode, do dia pra noite, não ter mais nada com a chegada dos parques eólicos que não estão considerando eh essa alimentação, não é? E essa riqueza como uma fonte de vida, não é? Pra população que tá no litoral.

Então, hoje, eh a Oceânica vem participando dos diálogos, vem buscando ter informações, vem buscando dialogar sobre a necessidade de levantar dados, gerar informações, gerar conhecimento para que a gente possa eh tomar decisões eh que possam, de fato, atender a população, não é? Para que queremos, não é? Parques eólicos no mar? Pra quem e para quem? Essa é a pergunta. E quais são os impactos, não é, que isso pode causar se ele não for de uma forma planejada? Se ele não for de uma forma dialogada? Se a gente não tiver entendimento de todas as atividades, não é? Econômicas, culturais, sociais que existem no litoral. Não é? A nossa preocupação é que é (um fenômeno) histórico: os grandes empreendimentos vem sempre se sobrepondo às atividades tradicionais como atividade da pesca... quer seja a carcinicultura, as salineiras, as energias, também a geração de energias, também. Então, hoje essa é a nossa grande preocupação eh de que haja diálogo e que haja informações para que a gente possa tomar decisões, e que não é uma decisão econômica. É uma decisão ética e moral pra que futuro nós queremos para o nosso planeta.

Bom, eh diante disso que eu tô colocando, eu vou também já colocando a questão da necessidade de a gente eh eh lutar pela permanência das comunidades pesqueiras no seu lugar de origem, não é? Nós percebemos essas comunidades como verdadeiros protetores, não é? Do do nosso litoral. Então, a Oceânica vem já há 10 anos aí eh trabalhando na regularização fundiária, não é, dessas comunidades tradicionais. Vem discutindo, vem tratando desse assunto. E aí, então, a gente vem já há um bom tempo fazendo parte da Rede Mangue Mar, que é, não é? Um um grupo, não é, de de de de organizações da sociedade civil, mas sobretudo pescadores e pescadoras que estão ali associados à colônia, à associações de pesca. Então, a gente tá falando aí, eh eu acredito hoje, mais ou menos, umas 12 organizações da pesca, mas também de movimentos sociais, como o MPP que é o Movimento dos Pescadores e Pescadoras, a Articulação Nacional das Pescadoras, temos associações de marisqueiras, todos eles olhando para o seu território, não como uma mercadoria, não como um produto, mas como seu lugar de vida e trabalho.

Então, a Oceânica vem dentro da Rede Mangue Mar, dialogando o o várias possibilidades da gente poder pensar nessa regularização do território, né? Nunca passou na cabeça de pescador de ter que cercar suas terras, né? Porque não existe terra para ser cercada. A terra é de todos, né? De todos, né? E eu tô falando aí dos maretores, né? Então, como é que a gente vem fazendo essa discussão?

E a gente tá falando de um instrumento legal que a gente começou a 10 anos atrás a dialogar eh muito próximo com o Patrimônio da União. Nós temos hoje uma relação muito bacana com o Patrimônio da União que vem dialogando com a gente.

E um deles, inclusive, na Tabatinga, que foi o primeiro que a gente conseguiu, não é? A a a obtenção do TAUS, que é o termo de autorização de uso sustentável. Hoje, a gente já tem um espaço não só regularizado, mas também um espaço eh requalificado. E esse requalificado, não é? Requalificado dentro de uma perspectiva eh eh capitalista de produção. É justamente de uma perspectiva de uma produção artesanal.

Então, nós conseguimos regularizar essa área, sentar com os pescadores e entender como é a dinâmica de trabalho para que a gente pudesse dar qualidade de vida e trabalho nesse seu espaço.

Foi o primeiro, né? Foi um projeto piloto muito bacana que nós conseguimos também recursos, né, eh com instituições financiadoras, né, que buscam justamente apoiar essas comunidades tradicionais. Mas também o próprio Ministério do Trabalho, que reconhece o trabalho da pesca artesanal e conseguiu eh através, né, de recursos destinados para esse fim, eh repassar pros pescadores. E nós construímos, então, ranchos, e trouxemos também eh materiais de trabalho para poder melhorar as condições de vida e do trabalho. Então, a nossa intenção eh junto com os pescadores, associações de pesca, trabalhar nesse nesse projeto de formação, de regularização fundiária, mas também em busca de melhores condições de vida e trabalho a partir da requalificação desses espaços, com manutenção, com construção, e tudo de forma eh compreendendo que, como a gente tá em área de praia, que é uma área sensível, atendendo também aos licenciamentos que são exigidos em âmbito estadual. Então, temos feito isso e tá sendo um trabalho muito importante.

Então, eh esse trabalho, ele hoje a gente pode dizer que já tá concretizado em sete áreas, não é? E a gente tá falando de litoral sul e litoral norte. É uma grande conquista. Para além disso, também, dentro da Rede Mangue Mar, com com os diferentes, né? Então, a gente tem um grupo bem heterogêneo. A gente também vem discutindo outras possibilidades de regularização fundiária. Ah, com a universidade, com o Fórum de Direito da Cidade. A gente vem discutindo os planos diretores, né, nas na nos municípios, né? E tivemos a oportunidade, então, de começar a discutir a entrada do no plano diretor, por exemplo, na cidade de Natal, que foi o nosso piloto, e tivemos êxito de uma de uma área de interesse social para a pesca artesanal. Então, hoje, a gente consegue ter mapeado no plano diretor essa área de interesse para a pesca artesanal. E a gente tem eh a intenção de fazer com que chegue para todos os outros municípios que precisam, né? Ter o seu plano diretor e ter lá esse destaque para essa área de interesse social.

Então, essas duas possibilidades, elas são de extrema relevância. E agora, mais do que nunca, a gente vem discutindo também eh ainda, né, no

âmbito também federal, estadual e municipal, mas em âmbito internacional, a a a Convenção 169, não é? Que vem também pautando para todos nós essa outra possibilidade de regularização fundiária a partir, não é? Da da condição dessas comunidades estarem onde elas estão. Elas se autodeclararem comunidades tradicionais. Então, nós também temos que ir também por esse caminho. E a gente aí vai dialogando, fazendo trabalho de formação junto ao público da pesca artesanal, mas também de todos nós que temos esse interesse, não é, na conservação da biodiversidade marinha, em diálogo com as comunidades tradicionais, pensando no equilíbrio ecológico, no equilíbrio da vida. Eu não sei se eu consegui fechar todas a a as perguntas eh que você me fez, Geraldo. Eu acho que você quis, né, também que a gente falasse um pouco sobre o nosso trabalho eh eh com essa questão da regularização, da questão também das renováveis. Como é que é o nosso trabalho, né? Também de ativismo?

Então, é isso, querido. A gente vai se falando. Qualquer coisa, me passa aqui o que você precisa mais, tá bom?

ENTREVISTA 05 - RACHEL GERMANO – Ministério Público Estadual

A entrevistada discute o papel do Ministério Público (MP) no licenciamento de projetos de energia renovável, especialmente eólica e solar, no Rio Grande do Norte. A palestrante analisa a atuação do MP em relação à legislação ambiental, à consulta livre e prévia informada, à compensação socioambiental e aos contratos de arrendamento de terras.

Ela destaca que o MP atua de forma preventiva nos licenciamentos, buscando garantir a proteção ambiental e os direitos das comunidades.

Em relação à consulta livre e prévia informada, a palestrante reconhece que o MP tem cobrado essa medida nos últimos anos, mas que ainda há desafios em relação à sua efetividade.

Sobre a compensação socioambiental, ela ressalta a importância de garantir que os recursos sejam realmente aplicados e que os órgãos de fiscalização, incluindo o MP, sejam proativos nesse sentido.

Em relação aos contratos de arrendamento de terras, a palestrante aborda a necessidade de garantir a justiça e a segurança jurídica dos arrendatários, especialmente em casos de cláusulas abusivas. Ela destaca a atuação do MPF na Paraíba em relação a esses contratos e defende que o MP, em geral, tem um papel importante na defesa dos direitos das comunidades e na prevenção de danos socioambientais.

Perguntas:

5 Perguntas para uma advogada do Ministério Público que atua junto ao ativismo ambiental sobre o papel da Procuradoria no conflito socioambiental da energia eólica e solar:

1. Considerando os impactos socioambientais e a falta de consulta prévia às comunidades, como o MP atua para garantir a justiça e o respeito aos direitos das comunidades impactadas por projetos de energia eólica e solar?

2. A legislação atual é suficiente para garantir a participação justa das comunidades nos projetos de energia renovável? Quais as principais falhas e como a Procuradoria atua para pressionar por mudanças legislativas?

3. Com base na experiência em casos concretos, quais as principais dificuldades enfrentadas pelo MPF na defesa dos direitos das comunidades e como a Procuradoria busca superar essas dificuldades?

4. A autonomia energética das comunidades e a justa compensação pelos impactos socioambientais são aspectos cruciais. Como o MP busca garantir que a transição energética seja justa e inclusiva, beneficiando as comunidades e não apenas as empresas?

5. A falta de clareza nos contratos e a precarização das condições de vida das comunidades são graves problemas. Como o MP atua para garantir a transparência e a equidade nas negociações entre as empresas de energia e as comunidades?

RESPOSTAS:

Rachel _*Vamos lá,* ***respondendo um.*** *O MP ele atua sobretudo preventivamente nos licenciamentos, né? Acompanhando os licenciamentos para na avaliação desses impactos, né? Socioambientais. E isso é comum conversando tanto com o órgão ambiental como com os movimentos com as informações que movimentos sociais e da academia eh, levam pra instituição em relação ao licenciamento. De maneira menos focada, sem um procedimento, eh, o MP também articula pra ver esse ordenamento que nunca houve, né? Em relação ao território. E quando eu falo que nunca houve, é por parte do estado. Nós sabemos dos esforços, né? Eh, do próprio Maranhão em relação às cartografias sociais, mas o Rio Grande do Norte nunca se articulou pra fazer isso. Existe no macrozoneamento da bacia do Rio Piranhas, mas ele nunca foi transformado em lei, como um um um um um um um ato impositivo, né? E não é observado. Quanto a consulta livre e prévia informada, ela começou a ser exigida, né? Há pouco tempo, embora a resolução a convenção 169 não seja tão nova assim. Mas a partir desse dessa dessa mobilização que aí o MP também passou a a a cobrar nos licenciamentos e no, né, no âmbito dos licenciamentos. Isso faz algum tempo, uns três, quatro anos, não faz muito tempo não. Então, foi algo que já existia, passou a ser adicionado, inclusive pelos órgãos de fiscalização há algum tempo. Olha, existe já a legislação n****a pergunta dois****. É suficiente? Existe a convenção. O ideal é que existissem outros mecanismos de cumprimento da convenção. Eu não sei se uma lei propriamente dita, né? Mas que os órgãos se*

articulem, se programem pra justamente informar esses protocolos de consulta, não é? E tem uma discussão que eu realmente não sei, não tenho opinião formada sobre como para responder quem é que faria a consulta prévia? É o órgão licenciador? É no caso dos arrendamentos do Incra, é o próprio eh, empreendedor? Não sei. Me parece que cabe ao estado pela pela letra da convenção 169.

A pergunta três diz respeito ao MPF, *né? Eu sou MP, Ministério Público Estadual. Eh, eu vejo que o MPF realmente fez algumas recomendações contra a consulta livre prévia informada. Eu não sei como tem sido essa cobrança em relação à realização dessa consulta. Mas vejo que o Idema tá se mobilizando para responder, ainda que o timing seja um tanto lento.*

A pergunta quatro é muito interessante, *né? Que é muito a questão da justiça da compensação. São aspectos cruciais como busca eh, eh, garantir que a transição energética seja justa e inclusiva. Eu acho que os órgãos de fiscalização, incluindo o MP, eles estão, eles podem ser mais proativos nesse sentido, sabe? Minha própria instituição, ela pode ser mais proativa e como é que a gente pode fazer isso? Acompanhando os licenciamentos. Tem condição de acompanhar tudo? Infelizmente, não, não tem. Aqueles que têm eh, eh, a rima e por causa do procedimento, então, se tem estudo de impacto ambiental, tem audiência pública, chega ao nosso conhecimento, mas tem muitos que não tem, e a gente não consegue acompanhar tudo, né? Nós não temos um setor só de acompanhamento de licenciamento de eólica, né? Ou de fotovoltaica. E esses são muito numerosos, né? Os que são maiores a gente tenta nesse licenciamento, prever as medidas, né? Eh, que essas medidas a sejam sejam contempladas no próprio licenciamento como medidas de mitigação e compensação de impactos socioambientais. Temos um trabalho em paralelo, que é um trabalho de articulação. Quando eu falo trabalho de articulação é o trabalho do centro de apoio, porque o centro de apoio não consegue cobrar diretamente por causa das estruturas internas. Não é uma promotoria de justiça, não é um ofício do MPF. Então, o centro de apoio é um órgão de articulação. O promotor pode junto, né? A promotoria pode atuar junto com o centro de apoio. O centro de apoio sozinho, ele pode articular, conversar, tanto que ele não consegue recomendar, entrar com uma ação, fazer um ataque só em conjunto*

com a promotoria e depende da anuência do entendimento daquele promotor. Mas eh, o que nós estamos em paralelo eh, conversando com o Idema e tentando entender, é a questão realmente das compensações socioambientais e da própria compensação do SNUC, das unidades de conservação, né? Porque a gente sabe que tem um fundo, um dinheiro pra isso, mas que não tá sendo aplicado.

Quanto aos contratos, é uma questão muito grave a questão cinco. Eu entendo que o papel do Ministério Público do estado, ele é pequeno porque, além de dizer respeito à ligação, às relações privadas entre, né, o os o contratante e o contratado, que aí eu acho que seria um papel bem de defensoria e advocacia popular, porque vai ter que estudar o caso a caso e nós trabalhamos mais com o viés coletivo. Eu vejo que o MPF na Paraíba tem feito um trabalho interessante em relação aos contratos, por meio de uma recomendação ao Incra. Então então eh, para o Incra fazer uma mediação nesses contratos de arrendamento, né? Então, eu acho que o que o trabalho que tá sendo feito na Paraíba é é muito interessante, mas com o Ministério Público Federal e não estadual, porque a recomendação foi direcionada ao Incra, que é um órgão federal. Então, o MP não está analisando caso a caso, contrato a contrato, porque não é do papel do Ministério Público. Ele atua até nos direitos individuais, homogêneos, mas não é muito esse caso. Então, eh, o o a nossa atuação é nesse nesse viés coletivo, dos direitos difusos e coletivos. O caso a caso é mais caso de defensorio e de advocacia, né? Advocacia popular, advocacia pública, até. Entendo que, mas nesse nessa questão de vamos prevenir, vamos ter um olhar global porque nesse nesse sentido é possível na atuação do Ministério Público eh, o MPF, pelo menos eu conheço o caso da Paraíba, eles têm tentado junto ao Incra essa essa virada de chave, né? Pra que os contratos reflitam minimamente uma justiça, né? Pra tentar minimizar essa assimetria, né? Da paridade de conhecimento, de de de poder econômico, de tudo, né? São contratos que são, justamente, assimétricos e que acabam levando a a um prejuízo muito grande por parte eh, de quem arrenda suas terras, né? Que não tem conhecimento total do das consequências, né? Daquilo, até que as coisas começam acontecer e aí não conseguem mudar. Mas ainda que eh, o MP não tem um papel eh, vamos dizer, de protagonista nessa parte dos contratos, eu

entendo, vou aqui só me deter, eh, dar minha minha minha eh, opinião, né? Eh, como eh, o nosso conhecimento em relação aos contratos é de que existem muitas cláusulas abusivas. Eu entendo que mesmo esses contratos sendo firmados há 2 anos, há 3, há 4, há 10, eles podem ser revistos, porque um contrato com cláusula abusiva ou leonina, ele não pode, não tem o ele não é um ato jurídico perfeito, entendeu? Há falhas que que, vamos dizer, maculam aquele ato. Então, mesmo pra mesmo eh, eh, eh, eh, eh, eh, fornecimento de energia, que é uma questão, né, do utilidade pública e tal, tem a questão da segurança jurídica e quem tá sendo prejudicado? Qual é a segurança jurídica do prejudicado, né? Vai ficar no prejuízo o resto da vida, né? Então, eu acho que é possível a revisão

-

ENTREVISTA 06 – SERIDÓ VIVO -Arqueólogo que trabalhou em parques eólicos

- *Quais foram os principais impactos arqueológicos da implantação de parques eólicos?*

Resposta: O primeiro impacto observado é positivo. Devido aos estudos de Arqueologia preventiva que acontecem no escopo do licenciamento ambiental obrigatório nesses empreendimentos são identificados e estudados um contingente expressivo de bens arqueológicos, os quais, de outra forma, dificilmente seriam pesquisados. No entanto, a legislação é branda em relação à participação popular e ao retorno social nesse processo, fazendo com que os bens arqueológicos resgatados de locais impactados pelas obras vão parar em instituições de guarda nas capitais ou outras cidades distantes dos locais de origem dos bens, quando na verdade eram para serem criadas instituições para que esses bens ficassem nos municípios ou comunidades de onde foram retirados, como constam alguns exemplos nesse sentido.

O retorno social é, geralmente, incipiente, como ações de educação patrimonial, as quais a legislação só obriga que sejam realizadas na fase de instalação dos parques. Assim, o patrimônio arqueológico de um lugar, muitas vezes é levado para os centros maiores, à troco de ações bastante curtas, como palestras e oficinas. Da mesma forma, no caso de sítios arqueológicos não móveis, como em lugares com pinturas e gravuras rupestres, há também severas mudanças em seu entorno, a ambiência, que tanto fazem parte dos sítios, como os ajuda a proteger. Além disso, a proximidade com empreendimentos põe esses locais em risco, pois pode haver poeira que afeta esses bens, trepidação e desmoronamento durante a preparação do solo para o empreendimento, causados por máquinas, veículos e explosivos - que são largamente usados para o desmonte de rochas. Há também, por causa dos parques eólicos, a facilitação do acesso pelos trabalhadores das obras e pode haver por contingentes populacionais há áreas antes isoladas com sítios arqueológicos, os quais também podem causar danos a esses locais, fato que pode levar a ocorrer danos nesses locais tão sensíveis.

É por tudo isso, quem percebi que eu, potiguar do Seridó, não deveria apenas trabalhar em pesquisas relacionadas ao licenciamento ambiental, que minha

obrigação, enquanto cidadão daqui e pesquisador era buscar mais. Daí surgiu o Seridó Vivo, junto com inquietações similares de outros moradores/pesquisadores, e passamos a articular com outros grupos, coletivos, moradores e instituições atuantes, daí que estamos fazendo com os outros estados o Movimento dos Atingidos pelas Renovavéis.

- *Como os impactos arqueológicos podem ser minimizados?*

Resposta: Com complementação da legislação existente por parte dos estados e municípios e efetiva viabilidade para seu cumprimento. Atualmente é muito focado na esfera federal. Da mesma forma, e mais importante ainda, que as populações detentoras desses patrimônios sejam levadas em conta de forma efetiva nos processos de licenciamento e consequentemente nos programas de educação patrimonial dos empreendimentos. É também imprescindível que as ações que envolvem o patrimônio arqueológico não fiquem restritas ao período de instalação dos empreendimentos, mas envolvam todo o período de operação, que é em torno de 20 anos. Como é o caso do citado programa de educação patrimonial, que deveria, ser realizada de forma contínua para a população que mora nas proximidades dos sítios arqueológicos e para os trabalhadores do empreendimento e não somente durante a fase de licença de instalação, como é comum.

Também deve-se proteger áreas com grande quantidade de bens arqueológicos, através de tombamento, unidades de conservação, ou outras formas de proteção. Sendo o uso econômico permitido o turismo sustentável, especialmente iniciativas de base comunitária. Esse é o caso aqui na região do Seridó da área em Carnaúba dos Dantas e que se estende para os municípios vizinhos de Parelhas, Acari e Picuí que possui em torno de 200 sítios arqueológicos, com gravuras, pinturas, habitação e locais de sepultamento, que está sendo tomada por empreendimentos eólicos. Essa área vem sendo estudada a quase cem anos, primeiro por autodidata local, José de Azevêdo Dantas, pioneiro que nos anos 1920, identificou e registrou um manuscrito sobre tais bens, depois pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco, até hoje.

- *Qual é a importância da preservação do patrimônio arqueológico?*

Resposta: Preservar o patrimônio arqueológico é contribuir para a salvaguarda de parte da história do povo brasileiro e mais ainda, das comunidades nas quais os bens arqueológicos estão localizados. Além disso, o patrimônio arqueológico também pode ser utilizado como atrativo turístico, gerando desenvolvimento, desde que realizado de maneira sustentável, levando em conta as comunidades detentoras desses bens.

- *Quais são as principais recomendações para a preservação do patrimônio arqueológico em áreas de implantação de parques eólicos?*

Resposta: Há uma série de instrumentos legais que protegem o patrimônio arqueológico e que se aplicam ao licenciamento arqueológico, a começar pela Constituição Federal brasileira e farta legislação complementar federal, como a Lei 3.924 de 1961. No entanto, o que se observa em áreas com rico patrimônio arqueológico do tipo imóvel, como são os sítios arqueológicos com grafismos rupestres, que essa legislação não é capaz de proteger um entorno suficiente de tais bens, o que afeta a ambiência e por conseguinte, os próprios sítios.

Deve-se, portanto, proteger essas áreas através de tombamento, unidades de conservação, ou outras formas de proteção, como é o caso da área em Carnaúba dos Dantas e municípios vizinhos. Outra recomendação, é alargar o período de vigência dos programas de educação patrimonial para todo o período de operação dos empreendimentos, como forma, por um lado, de proteger o patrimônio arqueológico não resgatado que se encontra na área de impacto do empreendimento, e também como compensação para as comunidades afetadas.

ENTREVISTA 07 – DELTA – PESCADOR-ERINEUDO 01-04

Boa noite, Geraldo. Ó, vou falar aqui sobre sobre a história aqui da Pedra do Sal e no no no no no longo da história vai aparecer esses conflitos que está acontecendo dentro da nossa comunidade. Pois, vamos lá. É o seguinte. A Pedra do Sal, ela ela iniciou com cinco famílias, entendeu? A Pedra do Sal iniciou com cinco famílias. É, é, é, essas famílias que fez crescer aqui na comunidade. São essas famílias, entendeu? E então a Pedra do Sal, ela tinha a família, do chamada Coringas, né? A família dos Coringas, a família dos Caracás, a família dos João Severo, entendeu? Aí vem a família do, do, dos Martins, certo? Que é, eh, Martins de Oliveira, entendeu? E, a última família, que são, a família dos Caracás. Então, são, isso são umas cinco famílias que cresceram e formaram a comunidade de Pedra do Sal. Certo? E, ao lugar do tempo, né? A a a o tempo passando, né? Aqui era uma comunidade, eh, eh, eh, eh, pequena, né? Que todo mundo, eh, eh, eh, eh interagi a tanto com a natureza como com os outros demais porque era uma comunidade pequena. Entendeu? Tava crescendo aos poucos. Naquela época, aqui o o povoado aqui era que era chamado eh, eh, eh, eh, doutorado e mestrado, na linguagem de hoje, que a gente fala, certo? Porque, porque naquele tempo os doutores eram, eram os próprios pessoas da comunidade, né? Tinha a parteira, né? E, e, e as medicinas, eh, que, que são aquelas pessoas que tinham um pouco de conhecimento, mas, eh, eh, eh, eh, o conhecimento chamado dado por dom de Deus, entendeu? Aqui, tinha, tinha, tinha tudo isso, né? Até eh, eh, eh, no, no, no, no, no prolongado do tempo é que começou a, as pessoas se deslocar para cidade de Parnaíba, entendeu? Enfim. Era um tempo muito bom. Graças a Deus, tinha suas dificuldades e tinha, porque nós aqui, da comunidade, nós só temos, eh, duas estações do ano. No caso, são quatro, mas aqui na, na nossa comunidade nós só tem duas, porque é o inverno e verão. Nós não temos primavera, a no, no, na, na nossa linguagem, e nem outono. Certo? Mas, aqui é só inverno e verão. São seis meses de inverno, né? Um inverno bom, chuvoso, né? E tem época que o inverno não é bom. Certo? E, o verão não. O verão é é, é direto. Aqui, os ventos são muito fortes. Certo? São muito fortes mesmo. O vento, a, a, a, a, a salina daqui também é muito forte. A nossa salina é muito forte. Enfim, o que que aconteceu? No passado do tempo, né? No passado do tempo, eh, eh, eh, eh, eh, chegou uma família de Silva, né?

Uma família de Silva. Eh, isso, meu, meu, meu pai, meus avós, contavam que essa família, ela chegou aqui por acaso. Como esse pessoal, eles eram do Rio de Janeiro, isso, isso, quem contava, era meu pai, meu avô, é quem contava. Que eles eram do Rio de Janeiro, porque eles mesmo falavam. Só que eles tinham uns conhecimentos, mais do que as próprias pessoas daqui, que era tudo leigo, né? O pessoal só tinham um, um dom da sabedoria dado por Deus, mas não tinha aquele conhecimento, que hoje, atualmente, eh, eh, eh, eh, eh é chamado de, de sabedoria, eh, eh, eh, eh, praticada, né? Pelo, pelo, pelo o o o o passado do tempo, ou seja, cientificamente. Entendeu? Enfim, Geraldo, então essa família chegou, fez uma análise aqui dentro da comunidade, entendeu? Um, um território, né? Que aqui a nossa comunidade, ela é uma, uma ilha riquíssima. Uma ilha muito rica. Graças a Deus. Ela, ela se divide, essa ilha se divide em dois cantos que é chamado é o Rio Parnaíba e o Rio Garassu. Entendeu? Ela então, ela divide entre Canárias e Luís Correia. Então, fica só uma ilha só. Tá certo? Então, enfim, no passado do tempo, né, como eles chegaram, tinham esse conhecimento, eles começaram a, a, a, a, a ter olho grande. Né? A ter ambição pelas terras. Aí, começaram a ir nas casas dos velhos, né? E nas casas do velho e dizer que eles eram, o dono das terras, ou seja, se apossou da situação. Entendeu? E, aí ficou nisso, a, a, a, eh, todo mundo leigo, né? E aí, a situação ficou desagradável. Enfim, resumindo mais para frente, o que é que aconteceu? Depois que eles se apossaram disso, eles eles eles eles renderam uma parte das terras, pra esses empreendimentos que hoje, você não sei se você chegou a ver aqui. Eles renderam. O que é que aconteceu? Esses empreendimentos, eles fizeram uma análise, eles vieram, fizeram uma análise, dentro da comunidade. Certo? Sabendo as dificuldades que a comunidade eh, eh, eh, tinha, e também os problemas que a comunidade poderia, eh, causar, dentro desse, dessa lógica, entendeu? Dentro dessa lógica do empreendimento. Enfim, eles fizeram esse estudo dentro da comunidade. Aí o que é que aconteceu? Através desses estudos, ele se pôs, se pôs a empresa se pôs, né? De, eh, eh, eh, eh, dentro da comunidade, se pôs a a a a a ter um um um uma desavença eh, junto com a comunidade. Mas, para isso, como eu acabei de falar para você, ele estudou o o o o mérito todo da comunidade para que hoje a comunidade ainda se encontra nessa situação, né? De conflito. Entendeu? E, eles, e ele, e ele fez esse papel, a empresa fez esse papel. Ela

primeiro chamou um, uma parte da comunidade, né? Que na nossa linguagem se chama aquela questão de puxar saco, né? Eu vou, vou, vou te dar isso aqui para tu estar no nosso, a a a favor da gente, e assim. E, até hoje, nós estamos nessas dificuldades, através disso. Certo? Aí a empresa chegou, ela, ela desmatou a, a, uma parte da nossa região,...

ERINEUDO 2-4

Eh, outra coisa também, Geraldo. Geraldo, é a questão que a nossa história, é uma história muito bonita, muito bonita. Eh, aqui, no nosso lugar, aqui nós tinha, nós tinha, nós tinha uma liberdade muito ampla. Muito ampla. Nossa liberdade era muito ampla porque as nossas atividades, as nossas atividades era um pouquíssima, mas, era uma atividade muito feliz, né? Porque, como eu digo, feliz. Porque as casas aqui eram poucas, era poucas as casas, e todo mundo se conhecia. Entendeu? Todo mundo se conhecia. E aí, nós tinha a nossa tradição, a nossa tradição aqui, quando chega no mês de junho, nós tinha o boi, a quadrilha. Mas, era muita animado, tá? Aqui, era muito animado, certo? Sem contar com a, com a, com a nossa tradição que quando chega no verão é a pesca do camurupim. Inclusive, hoje, hoje chegou mais ou menos, acho que uns 10 camurupins hoje, foi pegado. E, aí, dá aquela alegria imensa, quando você pega o camurupim, todos os pescadores se sente alegre, feliz porque se um, no pegou, mas os outros, se sente a felicidade nos olhos de cada um. Entendeu? Porque, isso já vem do, do, do, do, do, do, dos outros que já foram. Entendeu? Então, eh, eh, eh, nós somos nós somos uma comunidade nesse lado tam, também unida. Entendeu? Nesse lado, unida. Tem, a, as exceções que a, essa eólica fez, mas ela não tirou o, o, o lado que que, que bondoso que a comunidade tem. É, a união quando, a união quando chega nessas situações de pescadores, ou alguma pessoas doentes, entendeu? Eles se reúnem para contribuir o pouco que tem para ajudar. Eh, eh, a, a história aqui, a nossa, Geraldo, é muito, muito bonita, muito bonita mesmo. A, a, a grande, grandes situações é porque a, a, a dificuldade agora tá sendo muito grande. Porque, porque através dessas eólicas, meu caro amigo, as invasões começaram aqui na nossa região. Hoje na nossa comunidade, nós temos aproximadamente, eh, 200 casas que não são daqui, familiar, que não são da comunidade. Por quê? Porque, através da, dessas empresas o olhar da, da, da, das pessoas, né? Já é diferente. O olhar das

pessoas da comunidade é diferente, principalmente essa juventude, né? Que, hoje ocorre no mundo geral, né? Na, na questão das drogas, hoje ocorre no mundo geral. E aqui também chegou para nós isso aí. E, ou seja, a, essa juventude, ela, elas começaram a cercar, e vender, entendeu? E vender pros outros. E hoje tá aí a, a Pedra do Sal, eh, cheia de pessoas estranha. Estranha no sentido de dizer que não é daqui, do próprio lugar e, sim, de pessoas que vem de fora. De, pessoas que já vem de Parnaíba, pessoas que já vem de Teresina e, assim, sucessivamente. Entendeu? Então, eh, é, é, é, é, é muito triste. E o que a, a gente, eh, hoje, eh, reclama é porque a nossa situação, eh, eh, é muito rigorosa, tá? Mas, eh, a nossa comunidade, ela é uma comunidade, eh, eh, graças a Deus, por enquanto, é uma comunidade que não é uma comunidade, eh, eh, eh, eh, de briga, entendeu? De destruição, não. É, não. Ainda não, né? Ainda não, não sei se é porque nós temos, temos todos nós aqui da comunidade, temos o sangue, eh, eh, centenário dos nossos avós, entendeu? Dos nossos tios, porque, aqui, ó, como eu falei para você, eram os cinco famílias que, que se contribuiu entre si, ou seja, que foram crescendo. Entendeu? Parente, eh, primo, e assim por diante.

ERINEUDO 03-04

h, Geraldo, meu filho, é o seguinte. Aqui, não sei se você tem um pouco do histórico aqui, eh, da Parnaíba. Porque entre a história da, da, da, da, da fundação da Parnaíba a Pedra do Sal, ela faz parte, entendeu? Ela faz parte um pouco dessa história. Entendeu? Porque, o farol aqui, da Pedra do Sal, se não foge da memória, ele é muito antigo. Muito antigo, antigo, antigo. Nessas pedras que tem que no farol, que essa, essa, essa paisagem de pedras que tem aqui, ela, ela escondia um tesouro. Isso eu tô falando é porque eu, eu fui um menino curioso, eu sempre gostaria, aliás, sempre gostei de perguntar aos avós. Entendeu? Por que, eh, eh, eu perguntava, o vovô, a vovó porque tinha aquelas pedras, para você ver. E minha avó, ela falava a respeito disso. E, quando elas chegaram, chegaram aqui, entendeu? A minha avó, que minha avó, a minha avó não, não era daqui. A minha avó. Mas, casou com a pessoa daqui. A minha avó, quando ela chegou aqui, ela chegou aqui na era ela chegou na era de, de, de, de 1977. Entendeu? A minha avó, quando chegou aqui. Entendeu? E, já tinha, como eu tava falando para você. E aí, ela ela ela era vizinha aqui de Ilha Grande.

A minha avó era vizinha de Ilha Grande. E aí, a vovó, ela sempre falava essas coisas e eu perguntava, ela falava. Eu tô lhe contando isso é porque, graças a Deus, a história é uma coisa que ela nunca se acaba. Isso para quem gosta de história, ela, ela, ela sempre, ela vai ser sempre eh lembrada, ou seja, lembrada. Entendeu? Isso que eu tô dizendo para você. A minha avó contava, eh, Geraldo. A minha avó contava que essa ilha era tão rica, rica, que tinha de um tudo. De, de um tudo essa ilha tinha. Entendeu? Tinha muitos animais, e ninguém era dono já tinha na ilha. Olha que minha avó dizia isso, já tinha nessa ilha. Entendeu? Essa ilha. A minha avó dizia que aqui, nessa ilha, nessa ilha, aqui tinha uma tribo de índio. Mas, também não, não, não não, não, não, não mexia com ninguém. Todo mundo se conhecia. Entendeu? Isso se acabou, mas ainda tem gente, descendência de índio que mora aqui no Labino. Ainda tem, ainda, desse, dessa de índio aqui que mora no Labino. Então, minha avó, ela contava muita coisa e eu gostava de ouvir. De ouvir, porque eu pensava o seguinte, já vai chegar um tempo que eu vou repassar isso para minhas filhas. Da história dessa da nossa Pedra do Sal. Aqui, tem um morro chamado Morro do Urubu, e Morro do Gemedo. Por que que se chama Morro do Urubu? Porque, era aonde o, o, o urubu, eles acasalava e colocava seus filhotes. Entendeu? Era um chamado, "Besário". Certo? E, lá, só era urubu. Não tinha outra espécie de ave lá, nesse local. Por isso que chamaram Morro do, do, do urubu. E por que que chamam o Morro do Gemedo? Aqui, tem um morro do gemedo, por que que se chama? A minha avó contava, que esse Morro do Gemedo, é uma lenda de muito, muitos e muitos anos. Ela contava que, que, que só podia ser eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, escondido algum tesouro, só pode. A vovó conta, eu alcancei, e hoje tá aqui para todo mundo ver porque que se chama Morro do Gemedo? Porque ele geme, ele é diferente dos outros morros. Não é porque ele geme a, você tá lá em cima do morro, não. Ele geme lá embaixo, lá no pezinho dele. Você pisa, e ele dá aquele ruído. Entendeu? É impressionante. É só a pessoa mesmo, eh, ver para crer, entendeu? É, ver para crer. Mas, aqui, a Pedra do Sal como eu tô lhe falando, ela tem, tem suas histórias, tem suas lendas. Entendeu? Aqui, tudo, tudo tem, entendeu? Muito, muito bonito. Muito bonito a nossa história aqui da Pedra do Sal, né? O o, a minha avó, meu avô, e meu pai, também falava sobre a questão da festa, como era a festa aqui, quando chegava o mês de agosto, meu pai disse que as festas, no mês de agosto, era umas festas

tradicional, uma festa bem bem populosa, certo? Vinha gente de todo canto, quando se diz todos os cantos, é que vem gente de Ilha Grande, vem gente do Labino, vem gente da, de, de, de, já do Maranhão, Parnaíba, tudo vinha pra festa aqui na Pedra do Sal. Viu? Pedra do Sal e, e o meu pai, e o meu avô, tudo falava que a festa começava 7:00 da noite e terminava 7:00 da manhã. Viu? Que uma festa era boa, naquela época.

ERINEUDO 4-4

Eh, Geraldo, meu filho, é o seguinte. Aqui, não sei se você tem um pouco do histórico aqui, eh, da Parnaíba. Porque, entre a história da, da, da, da, da, da fundação da Parnaíba, a Pedra do Sal, ela faz parte, entendeu? Ela faz parte um pouco dessa história. Entendeu? Porque, o farol aqui, da Pedra do Sal, se não foge da memória, ele é muito antigo. Muito antigo, antigo, antigo. Nessas pedras que tem, que no farol, que essa, essa, essa paisagem de pedras que tem aqui, ela, ela escondia um tesouro. Isso eu tô falando, é, porque eu, eu fui um menino curioso, eu sempre gostaria, aliás, sempre gostei de perguntar aos avós. Entendeu? Porque, eh, eh, eu perguntava, o vovô, a vovó porque tinha aquelas pedras, para você ver. E, minha avó, ela falava a respeito disso. E, quando elas chegaram, chegaram aqui, entendeu? A minha avó, que minha avó, a minha avó não, não era daqui. A minha avó, mas casou com uma pessoa daqui. A minha avó, quando ela chegou aqui, ela chegou aqui na era ela chegou na era de 1977. Entendeu? A minha avó quando chegou aqui. Entendeu? E, já tinha, como eu tava falando para você. E aí, ela ela ela era vizinha aqui de Ilha Grande. A minha avó era vizinha de Ilha Grande. E aí, a vovó, ela sempre falava essas coisas e eu perguntava, ela falava. Eu tô lhe contando isso é porque, graças a Deus, a história é uma coisa que ela nunca se acaba. Isso para quem gosta de história, ela, ela, ela sempre, ela vai ser sempre, eh, lembrada, ou seja, lembrada. Entendeu? Isso que eu tô dizendo para você. A minha avó contava, eh, Geraldo. A minha avó contava que essa ilha era tão rica, rica, que tinha de um tudo. De, de um tudo essa ilha tinha. Entendeu? Tinha muitos animais, e ninguém era dono, já tinha na ilha. Olha que minha avó dizia isso. Já tinha nessa ilha. Entendeu? Essa ilha. A minha avó dizia que aqui, nessa ilha, nessa ilha, aqui tinha uma tribo de índios. Mas, também não, não, não não, não, não, não mexia com ninguém. Todo mundo se conhecia. Entendeu? Isso se acabou, mas ainda

tem gente, descendência de índios que mora aqui no Labino. Ainda tem, ainda, desse, dessa de índio aqui que mora no Labino. Então, minha avó, ela contava muita coisa e eu gostava de ouvir. De ouvir, porque eu pensava o seguinte, já vai chegar um tempo que eu vou repassar isso para minhas filhas. Da história dessa da nossa Pedra do Sal. Aqui, tem um morro chamado Morro do Urubu, e Morro do Gemedo. Por que que se chama Morro do Urubu? Porque, era aonde o, o, o urubu, eles acasalava e colocava seus filhotes. Entendeu? Era um chamado, "Besário". Certo? E, lá, só era urubu. Não tinha outra espécie de ave lá, nesse local. Por isso que chamaram Morro do, do, do urubu. E por que que chamam o Morro do Gemedo? Aqui, tem um morro do gemedo, por que que se chama? A minha avó contava, que esse Morro do Gemedo, é uma lenda de muito, muitos e muitos anos. Ela contava que, que, que só podia ser, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh, escondido algum tesouro. A vovó conta, eu alcancei, e hoje tá aqui para todo mundo ver porque que se chama Morro do Gemedo? Porque ele geme, ele é diferente dos outros morros. Não é porque ele geme a, você tá lá em cima do morro, não. Ele geme lá embaixo, lá no pezinho dele. Você pisa, e ele dá aquele ruído. Entendeu? É impressionante. É só a pessoa mesmo, eh, ver para crer, entendeu? É, ver para crer. Mas, aqui, a Pedra do Sal como eu tô lhe falando, ela tem, tem suas histórias, tem suas lendas. Entendeu? Aqui, tudo, tudo tem, entendeu? Muito, muito bonito. Muito bonito a nossa história aqui da Pedra do Sal, né? O o, a minha avó, meu avô, e meu pai, também falava sobre a questão da festa, como era a festa aqui, quando chegava o mês de agosto, meu pai disse que as festas, no mês de agosto, era umas festas tradicional, uma festa bem bem populosa, certo? Vinha gente de todo canto, quando se diz todos os cantos, é que vem gente de Ilha Grande, vem gente do Labino, vem gente da, de, de, de, já do Maranhão, Parnaíba, tudo vinha pra festa aqui na Pedra do Sal. Viu? Pedra do Sal e, e o meu pai, e o meu avô, tudo falava que a festa começava 7:00 da noite e terminava 7:00 da manhã. Viu? Que uma festa era boa, naquela época. Outra coisa, Geraldo, depois que esse pessoal chegaram, o pessoal do Silva chegaram aqui, que se apossaram, né? Que se apossaram, da da da área, né? Eles, eles contrataram a, aquelas pessoas, eh, aquelas pessoas que não tinham o conhecimento de nada. E aí, eles enganavam com alguma besteira, né? Ah, besteira, né? E aí, foi o que fizeram, foi que fizeram. Eles começaram a, a, a, a, a destruição. Entendeu?

Matando os animais, era muito porco, eles matavam os, os porcos. Entendeu? Eh, se apossava do, do, do, do de alguns gados, entendeu? A, eh, eh, eh, eh, os outros, os outros animais como cavalo, essas coisas assim, tudo tinha. Entendeu? Tudo tinha. A destruição foi muito grande assim. E, depois disso, foi se acabando, se acabando. E, quando se, isso acabou, aí ficou aquela questão. Todos começaram a criar novamente a criar porcos, entendeu? Galinha, entendeu? Essas coisas, o pessoal começaram a criar novamente. Entendeu? As pessoas começaram também a plantar nos seus quintais. Entendeu? As pessoas começaram a plantar, menino, as casas aqui, e queria que tu visse, o canteiro é a coisa mais linda, né? O canteiro de cebola, com pimentão, tomate, coisa que é mais linda, entendeu? É, ou seja, são, são coisas que que é, é, é, é, é só a gente mesmo para relatar essa, essa maravilhosa história, entendeu? Essa maravilhosa história. A meninada, a meninada, naquela época se encontrava, se encontrava, no dia de, de noite como essa agora, de lua bonita, a gente se encontrava num local e, ia brincar. Entendeu? Os pais da gente deixava, mas tudo pertinho. Ia brincar, brincava, eh, tomava, tomava banho, era na cacimba, entendeu? Que, naquela época, nem poço não tinha, você tomava banho na cacimba, ou então, em lagoa. Depois, as coisas foi melhorando, foi aparecendo, o poço, entendeu? Mas, as casas aqui, tudo era de taipa, mas aquele taipa tão, tão pobre no, nosso, na nossa linguagem. Pobre na nossa linguagem, mas era rico, porque tinha amor. Entendeu, meu amigo? Tinha amor. Aquele amor grande. A nossas casas era, era feito de palha, e as paredes de palha, de coqueiro, ou de carnaúba também, certo? Só para você ver. O piso era o areia, areia. A gente não usava vassoura. A gente usava talo de carnaúba, para limpar a casa. Só para você ter a ideia que, naquela época, era uma situação muito difícil, mas resumindo, nessa situação existe uma coisa que só Deus que dá para nós: é o amor, meu amigo. Então, eu, eu, eu, eu alcancei ainda, entendeu? Eu alcancei ainda essas coisas. Eu só não alcancei foi as outras, as outras dificuldades maior, ainda. Que, meu pai, alcançou, né? Meu pai alcançou. Porque, meu pai falava que tinha inverno que era muito pesado. O inverno aqui era muito pesado, caía temporal de, de chuva com raio, trovão, era, ninguém tinha, eh, proteção nenhuma. Entendeu? Ninguém tinha proteção nenhuma. Já chegou aqui, já aconteceu fatos aqui, do raio matar gente, certo? Já chegou, do raio matar gente, raio matar animal, tudo aqui já chegou, já

aconteceu. Então, então, a, foi, foi épocas, eh, eh, eh, eh, eh, muito, muito difícil, né? Muito difícil, mas graças a Deus, graças a Deus, agora, de certos tempos para cá, na questão de, de ano, de 2000 para cá, mudou, mudou, mudou um pouco, mudou um pouco. Graças a Deus, mudou um pouco, a, na, na questão dos nossos trabalhos. Era muito, muito, muito puxado, né? Que naquela época, na época, antes de, dessa mudança, na época a gente ia pescar, a gente ia pescar, na, no período do inverno. A gente ia, sabia que ia, levava água, o rancho para comer, que no caso era a mamãe, tinha, entendeu? Mas, na hora de voltar para para casa, o sofrimento era grande. Que você vinha contra o vento. Às vezes, nem vento não tinha. Aí você, tinha que remar. Você tinha que remar para poder chegar, chegar em casa. Entendeu? Chegar em casa. E, você remava mais ou menos três horas e meia, remando para poder você chegar em casa. Ou seja, são si, situações muitos difíceis, entendeu? Muito difíceis na, naquele tempo. Agora, como eu falei para você, de 2000 para cá, as coisas mudaram, graças a Deus, que a questão do, do, do, do, do, do, do, do presidente, né? Que, mudou no caso do Lula, né? Não tô aqui puxando o saco não, mas, eu, a, a gente tem que dizer o que é verdade para nós, para nós aqui. E, para muitos aqui da nossa área, entre Barra Grande, de, entre Luís Correia, entre Canárias, entre Ilha Grande. Entendeu? Graças a Deus, mudou muito. Por quê? Porque hoje, todo embarcação pequena tem um, tem uma rabeta. Já, já, já dificultou muito a nossa situação, entendeu? Através de quem? Através do, dele, Lula. Por que? Porque ele abriu as portas para que a gente possa comprar. Mas, naquela época ninguém podia comprar nem no comércio. Não existia isso para nós. Comprar as coisas no comércio. Certo? Só quem comprava, eh, eh, coisas no comércio era aqueles que era contratado pelas empresas privada, ou então, pelo, pelo, pelo município, que, é no caso a prefeitura, ou pelo estado, que eles tinham o contracheque. Entendeu? Então, exigiam, os comércios exigiam para poder você ter acesso a, a algumas compras no comércio. O comércio exigia se tinha contracheque para poder liberar o que você vai comprar, o material, entendeu? Então, ó, meu amigo, eu só tenho, eh, eh, eh, eh, eh, eh, eh que agradecer, né? Quero agradecer, e nós estamos aqui na luta. Nós estamos na luta para ver que a, possamos melhorar mais, a nossa situação. Entendeu? E tá feito o convite para você. Tá feito, o convite para você. Quando você vier de novo, vê se você passa aí um, um, uma semana com a, com a gente aqui, fazer

visita, né? E vem aqui na nossa residência. Comer um peixezinho e tomar água de coco, graças a Deus. Tá bom, meu amigo? Um abraço. Tá? Qualquer coisa, você pode entrar em contato comigo.

ENTREVISTA 08 -POUSADA-O-GAROTO-PEDRA_DO_SAL-PANAÍBA

A Entrevista começa por um tema angustiante; o assédio às mulheres

. Aqui, nós chama eles de caçambeiros. Os caçambeiros, né? É. Aqui, nós, nós tem, nós bota um apelido, a palavra "caçambeiros" estão por aí eh, eh arranjando novinha, mulher casadinha, eh, nós chama eles de caçambeiros. Aqui, os caçambeiros. É. Lá é o, eh, eh, os caçambeiros, lá, lá você tem os criança lá com 15 anos de idade que começou quando começou essa obra lá. Foi o trabalho, não. Os caras foi se embora e eh que pensão os caras deixam é o nome? Filhos do vento. Filhos do vento, que é do pessoal da eólica, né? Aham. E tem muito lá. É, tem uma cidade pequenininha que tem uma cidade, tem 10.000 habitantes. Também aconteceu o de repente chega 4.000, 4.000 pessoas lá. Aham. É besteira. A menina vai estudar, vai sair do, mora no assentamento, 1:00 da noite para escola estudar na cidade. Então você veja. É, né? Nem a besteira cai, né? É. Entendeu? Então, é algo complicado mesmo. Aconteceu a fera. Mas, vamos lá. Agora, eu quero que vocês falem para mim Primeira coisa, eu adorei a pousada de vocês.

A gente sabe que você é Paranaibe, vou fazer umas fotos aqui dentro. Porque estão fazendo turismo de base comunitária, né? Então você estão conseguindo fazer uma coisa que é muito importante nesse cenário todo, né? Porque, você vai chegar um turismo de predatório, naquela pousada grande, com Ilha Grande. Uma coisa absurda, né? É. Eu fiquei assustado com, com, com a Barra Grande, lá em Cajueiro, eu digo, uma praia maior do que o próprio município, né? Do distrito. Só que essa, está muito investimento aqui dentro. Tem muito gringo aqui dentro, muita pousada aqui dentro, tem tudo aqui dentro. A gente que está no Rio grande do Norte também, o litoral é, é, é complicado, né? Além de ter o turismo, você vai ter agora essas energias eólicas, né? De vento. Mas é isso. Queria que, bom, você viu isso aí, né? Aham. Depois eu mando para teu zap, mando para o zap dela e sai um documento. Quero que você me fale aqui dos problemas que você estava falando dessa, eh, energia eólica, né? Que chegou aqui. Falou dos caçambeiros. Eh, eu quero que você me fale sobre tudo isso. Porque eu quero, é isso que eu quero colocar na minha tese, entendeu? Não é o que uma pessoa estudou, é o que vocês estão falando. Não tava fácil ficar um mês aqui e ficar, digo, não, não.

Hoje aqui aqui, nossa Praia do Sal, é uma praia muito linda, muito linda mesmo, né? Foi muito sofrida, mas agora mudou. Tá mudando, né? Foi mudado os bares, tirado do lado da praia, de cima. Foi, uma mudança muito grande. A Praia do Sal está muito linda. E eu, espero que continue melhorando. Mas, o meu a ver é, não, não esses esses projetos do dos caçambeiros, dos caçambeiros não vai, não continuar para frente, vai, vai atrapalhar os pescadores, e a, a comunidade inteira. Porque, até para ir banhista, meu, vai, vai, vai tomar banho, né? Lá, dentro do mar.

E eu acho que aqui para cima foi feito muito foi, foi, foi esbarrado. Os pescadores, pescando nas lagoas, muriçocas, cajuí. Ninguém foi mais. Muitas pessoas têm medo de entrar lá porque foi pro, proibido. Foi isso mesmo. E aí, ela falou: "Não vou buscar sabonete, no, no hora que tá ruim, da mulher, dos outros". Não, que ela, ela falou que lá na, na, na cidade Rio Grande do Norte. Tem gente, tem criança, já de 15 anos que é os filhos do vento. É o filho do vento. Aham. Porque, o pessoal chegaram para trabalhar, a, as mulheres se, se envolvem, engravidam, eles vão embora. Então, fica, fica o filho do vento, e para nós aqui não é filho do vento, é o, é o filho dos, é os caçambeiros. Mas tem criança aqui, filho dos, né? Tem, tem muitos. Muitos, né? Tem, mas tem uns perdidos aqui na comunidade que, quando começaram a fazer a aí a, a usina, né? Aí, veio muita gente de fora. A gente se separou, olha, engravidou. E aí, se foram embora, e ficou. Ficou aí. Entendeu? E o pessoal daqui, tá, trabalha também nessas empresas, consegue trabalhar, né? Alguns, poucos, porque, eles, eles chegaram falando que a prioridade era para Praia do Sal, né? Só que tem mais gente de fora do que da comunidade, né? É, foi quando foi, eh, com da, a, essa primeira etapa, foi muita gente trabalhando, mas trabalho só três, quatro meses, a fundação, né? Trabalho, né, trabalho, mas braçal mesmo, né? Eh, braçal, só faltou morreu trabalhando. Quando terminou, aí veio o pessoal lá de lá de, de São Paulo, Rio de Janeiro que era para fazer o, o desenho, que daqui não sabia, né? Aham. E aí ficou só pegaram bem um Não, o importante é porque tem muito serviço. Só que, na, os, eles, eles prometem que pegar os, os pessoal da, da comunidade. Só que tem mais gente de fora do que da comunidade. Tem pouco empregado lá dentro, né?

E essa pousada aqui de vocês, começou quando? Eu acho que foi em 2000 e é, tudo chegou aqui em 2005, foi, 2008? 2006. Não, não, já, né? Foi, eu acho que foi uns 2000 e 10, por aí. Não era pousada, era uma casa de moradia. Sim. Era uma casa de moradia que era da, do papai que já, já faleceu, a mamãe e seis filhos. Aham, já era. Aí, eles foram se casando e foram, foram saindo de dentro de casa, né? Com, foram saindo, foram saindo, porque já tinha sua casa fora, foram saindo. Então, a casa ficou enorme, vazia. Que legal. É. Aí, aí, o papai pegou e teve a ideia. Como ele trabalhava na pousada, numa pousada ali na praia, né? E aí, ele pegou e viu que o, o ramo é, dava certo, né? Aí ele pegou e teve a ideia de, de, de, de alugar. E aí, daí foi construído, a pousada foi feita a pousada. Vocês tiveram alguma coisa com a Sebrae, capacitação? Já foi feito uns cursos já de, assim, se faz aqui é o turismo de base comunitária, né? Que é o grande turismo que é o mais interessante, né? Aham. Porque você, você vai dizer, ó, tem um peixe que o cara pescou, trouxe aqui, serviu um peixe para o senhor. A gente tem até o pio que a gente tem o suco da fruta que a gente pega aqui. É. Entendeu? Essa é, é, é grande problema, né? Eu acho.

Aí, a gente agora vai fazer novamente, um, os bares agora saiu todo, nós vamos, a gente já está preparar os garçons, eh, ou, os cozinheiros para melhorar cada vez mais, né? Pode melhorar. As redes. Tá bom. Já, já faz tempo. Mas, aqui, aqui, ah, eh, agora eu vi a gente fantástica aqui. É, tem um monte de rede. Quando os, os clientes vem, fica, fica só lá só para dormir, quando, passa o dia aqui mesmo andando com a gente, faz almoço aqui também, faz Aham. Faz redes, faz um almoço, faz janta. Aí, o, eh, só, só compra só o café da manhã, a diária, né? Aham. Aí, mais um almoço, janta é de, eh, por, por, por parte. É. Para Sim. Gente, que mais problemas tem aqui?

O pessoal que falou, energia eólica, fala também da especulação imobiliária, né? As terras começam a ficar valorizadas, né? Aham. A indústria petroquímica, né? Questão mineral tem mineração também aqui? Que eu saiba, não, né? Não, não. É, e essa pesca de industrial, tem aqui, além da pesca do pescador pequeno. É. Tem barco grande também pescando? Não, não tem. É só de canoa mesmo, né? Só pescador artesanal mesmo. É. Não tem, eh, não tem pesca de, de camarão. O que a gente, gente, explora aqui é por lado de fora, de beira. Vocês pescam o quê aqui? Eles pescam só peixe mesmo. Só peixe mesmo. É só peixe,

caçuela. Só o peixe. Não tem marisco também não, né? Não, marisco aqui não viu. Não, marisco aqui, pela praia, por rio. Aham. Não, a parte do inverno é que aparece uns marisquinho, mas não é só mesmo, né? Não. Só para enfeitar a praia. É. A, é tudo, é mais o peixe, diminuiu aqui com esse negócio de, de eólica? Eu acho que sim, né? Porque, eh, logo eles, eh, eles pescam essas arrastões, né? Destrói muito. Aham. Eh, que era no começo, era, eles até falavam que era para proibir, porque se eles não pescassem aqui, não era para a gente, o pessoal de fora, pescar, ou fazer o arrastão. Que o arrastão, eh, destrói tudo. Mas, é que o pessoal faz o arrastão, o pessoal que vem de fora. É de fora. De fora. De ali, escorrer, barra grande, né? Mas, não, porque eles vão lá para o alto mar. Aí eles vão, eh, ficam bem nesse, nesse, nesse espaço, né? Passando, eh, muito longe daqui. Só que a tinda, né? A tinda daqui, né? Claro. Teve agora, pouco, eu acho que já foi nesse ano, eles fizeram um arrastão, eles eles pegaram tanto peixe, que os pequenos eles, eles jogavam fora. Então, a gente ia fazer caminhada, atravessar da praia e tava os baiacu, aqueles baiacus amarelinho, gordinho, um monte de peixinho de porte pequeno, né? Assim jogado morto na beira da praia. Ali era eles que eles pegavam os pequenininho, eles ia desfazendo, né? Ia jogando. Mas, eles continua pescando? Que ele, quando é de noite, fica igual assim, eh, fora, cheio de, de lampadaszinhas acesas, lá fora. Eh, eles já, eh, rasta, fazem o arrastão. Tem que camarão. Aí, ficou bem bonitinho. Aquele, aquele complexo lá é de, de, de chalés, né? Que estão fazendo ali. A, Ali? É os bares.

É os bares que era daqui, da rudiantodinho, aí foi da hora, aí foi desmachatado, foi feito um, uma hora ali. É. É. Como que fica perto de vocês também aqui, né? É, uhum. Porque era tudo aqui a rudianto, ó. Uns baçan. Eu vou fazer umas fotos aqui, tá certo? Tá certo. Era muito lindo. Aí, foi feito aquilo ali. Aí, aí, todo mundo tá, eh, se dando mal, porque cada um tinha, tinha uns barcos pequeno, mas tinha um, uma, um, um, uma área bem grande, mas era muito feia. Era de palha, parecia assim uma favela. E agora, não, tá muito lindo. Noite, tá cheio de bonitinho, né? Mas, só que aquela, não era, não, eh, só que ela assim, uma coisa feinha, né? A situação, aquela chopanha. Aham. De qualquer jeito, né? Aham. Aí, agora eles construíram, eh, vários bares tudo bonitinho. Só que é bem pequenininho. Aí, a pessoa que tinha lá dentro os, os, os, os, os É. do, do bar

velho, tinha 50, tinha 50, eh, buzina de mesa, três frios, geladeira e tudo, aquela, a área boa para trabalhar. Você já foi no quarto aqui? Pois, sim. Aí, ficou apertado, né? Aham. É ventilado, né? Muito ventilado. Ah, você, vocês começaram a sair dessa pousada quanto tempo? Eu acho que, desde 2006. Que eu tava falando para ele, né? Que essa, essa pousada era uma casa de moradia, né? Aham. Da, do papai, a mamãe e os filhos. Sim. Aí a gente, pegaram e foram, vamos come, começamos a casar. E todo mundo foi saindo da suas casas, né? Aham. Eu moro aqui na frente, meu irmão mora aqui do lado, a outra irmã mora ali nos fundo. Aham. Então, ela foi, ela era muito grande e ela, ela foi ficando vazia. Aham. Aí, o papai trabalhava numa pousada dele na praia. E, ele saiu de lá da, da pousada. Aham. E aí, ele teve a ideia, né? Aí, quando foi o final do ano, aí veio um, um uns, uns amigos dele, umas amigas dele, aí alugou. Então, ele viu que, eh, tava, tava dava certo, né? O, o ramo de, de pousada. Sim. Aí ele teve a ideia, de alugar. E aí, no primeiro ano que ele alugou, aí, muita gente mesmo, aí, ele teve a ideia de fazer essa casa pequenininha, porque ficou só três pessoas dentro de casa, né? Ele é uma mãe e, e o meu irmão. Aí ficou como pousada. Legal. Aí na, na temporada, tem uma temporada que tem mais, mais hospedes. Tem. Final de ano, julho, eh, nós fazemos as férias. É. É, férias, em julho, final de ano. Lota, né? Lota. É.

ENTREVISTA 09 - EDNA – MARISQUEIRA – TATUS – ILHA GRANDE

_O que que Qual é o maior impacto de vocês aqui hoje?

RESPOSTA: _O maior impacto, não sei. Aqui, eu nem sei o que que eu lhe digo. É, porque o negócio é complicado, né? Sim, não pode falar. Estamos aqui pra ouvir. É. Porque, eu também acho essa coisa muito assim. É, o impacto do turismo, porque assim, quando a gente tá, a gente tá mariscando, ou vem com uma canoa cheia, assim, muito dos dos pessoal que trabalham, né? Eles, às vezes ele não diminui a velocidade pra passar quando a gente tá entrando, tá com a carga, e, né? E, a gente tá pensando da gente, dependendo e passa. Eu, eu acredito também que aqueles barulho de de lancha pra lá e pra cá, eu também acredito que isso espanta os peixes, né? Eu não sei, não tenho certeza disso, mas eu acho. Isso é só marisqueira, né? É. Não. Pescador também. Pescador também. É. É. A maré tá mais, a gente tem que ir olhar, né? É. A colonização de tudo tem carteira. O peixe aqui diminuiu, a quantidade de peixe aí. É, não sei. Sim. Eu não acredito que não. Assim, diminuiu sim, porque 01:32. Aí tem gente que pesca, pesca muito, pesca o grande, o pequeno e aí, pegando o pequenininho, aí, demora mais a produção, né? Até é desenvolver de novo. Mas, eu acredito que não, né? A renda pra marisqueira aqui é boa? Funciona bem? A marisqueira não. Não. Tem ajuda do governo? Não. Estado, nada? Sebrae e alguma coisa? Curso de capacitação pra melhorar o produto? Aqui já teve alguns, mas das marisqueiras mesmo tá mesmo assim, porque o maior problema das marisqueiras é a venda do marisco. A gente tem Hoje já tem mais alguém assim que compra de vez em quando. Tem uns atravessadores que vendem e faz aquelas encomenda grande de 10.000 kg, 10.000 kg. E naquela temporada a gente vai e depois eles suspendem, somem de novo. E assim, o marisco, ele tem essa dificuldade. A venda mesmo? É. Mas, tem muito mais.

_A associação de vocês como é que funciona, Ednal? Como, vocês tem ajuda de cursos? Quantas marisqueiras são aqui?

RESPOSTA: _Nós, ao todo, são 75. 75? Com marisqueiras, homem também, né? Marisqueira, homem também, né? É. Uhum. E pescador aqui tem também? Tem muito? Tem muito. Tem. Tem a colônia de pesca também aqui? Tem. Não, só lá no Morro, na ilha, lá no centro. Lá no centro, sim. Mas o pessoal daqui tudinho já tá na, na época da, da safra. Que é a época da safra? Que é a época

da safra. 02:58. Que é o, o área da, da, a época da, do, do tempo. Que é época da, da safra. Ah. Aí, a gente tá pouco por 75 minutos que só que reapresenta hoje. É. É. Que que você acha que vai ser as coisas daqui pra frente, Ednal? Como é que você, Como é que você tá vendo? Porque tá crescendo o município, né? Tá crescendo o município, o rio tá secando. Viu que tá secando? Um, cada dia ficando mais seco. Eu não sei se você já foi pra, a gente tá alagado, até a dunas fica lá. Dia e noite vendo o rio. E tem muito banco de areia, é tão tal que a tem lugares que as as embarcações só passa quando a maré tá cheia. Cheia. É. Que o rio tá secando. Eu acho que esse turismo talvez tenha feito isso. Esse movimento demais de lancha. Talvez também, sim, porque o povo sobe na dunas, né? Desce e aí cada vez mais coisa. Mas, aí tem, tem coisa da natureza. É. É. E que que você, pra criança, aqui tem muito jovem estudante fazendo universidade? Tem. Escola técnica, faz onde? Panaíba? É. Universidade, escola técnica também? É. Coisa boa. Aqui, na ilha, só até o ensino fundamental, né? Filho de pescador fazendo curso superior, cursos técnicos? Tem. Uhum. Bom demais. Tem filho de pescador formado. Coisa boa. Esse aí. É. Político também? Vereador? Pescador, pescador. É. É. É. É. É. É. Também tem? Tem, tem. Tem. É. Tem umas uns disputados. É. É. Tem. Tem.

_Que que você enxerga no futuro, com a gente? Como, como é que você enxerga, como é que você enxerga, que você enxerga o futuro aqui da região? Como é que você vê aqui o futuro aqui dessa região?

RESPOSTA: _Tudo que tá acontecendo. Futuro, a gente deseja que seja uma coisa melhor, mas que a gente tá mesmo aí. Uhum. Veja bem, quando o pessoal do conselho pastoral tá aqui, falou. Aqui, você tem que ter um problema de lato e fundo com a fazenda, né? Tomou a terra de vocês. O que que foi? Foi o que? De lato e fundo, o rio aqui. É. É. É. O pessoal que tá lá na área da, da, da, da, da pesca. É. É. É. É. É. E vai fazer um porto aqui também, maior, é isso? Sei lá. Porto de hidrogênio. Tão já falaram aqui pra vocês? Não. Pra fazer hidrogênio? É. E os peixes? 05:01. Opa! Vou fritar agora. Aí é. E deu fogo ali, ó. Ah, sim. Preparar o sol e a pare de, né? É. A qualidade do pescado diminuiu. A quantidade, você acha que diminuiu? E, eu fiz essa pergunta antes. Eu penso que diminuiu o pescado, né? Falta água aqui, tem escassez de água, mortalidade de manguezais, o pescado também. É. Tá, tá. Ele vai, colocando

tudo isso aqui, e fala que aqui, que criou um problema com, com relações comunitárias, né? Da venda da terra? Dificultou a associação. É isso? É. Mais ou menos. E que que vocês tão fazendo pra poder reverter isso? Ednal? A gente tenta, a gente tenta, eh, eh, eh, organizar, organizar o pessoal que faz projetos, as pessoas que não tem como, como, como, eh, o governo, né? Tentando resolver alguma coisa, né? Foi até, aqui foi feito um termo de ajustamento de conduta, tá que foi de que? Esse termo, sabe dizer não? Não. É uma coisa pra que, pra embarcação com tanque coletor de esgoto, coleta de lixo, transporte público, né? Aqui, a população da cidade, você encontra motos modernas e o, e o pessoal aqui, a maioria, o que é da pesca, pescador, pescador, marisco, né? Pescador, pescadores. A maioria dos pescadores, pescadores também tá muito, tudo, né? Um pouco. Um pouco. É. É. Né? Mas, é só os os mais novos, mas os mais velhos, é pesca mesmo? É. Né? Mas, mas todos, todos mantém a família com pesca, né? Mantém, né? Tem gente que vai pegar muito, tem gente que vai pegar pouco, tem gente que vai pegar até nem pra comer, assim. É desse jeito. Pesca no, no, no delta ou no mar? No mar não. Pescador do mar, não. É pescador artesanal. É no rio mesmo, né? O rio mesmo. Não, é, é, eh, específico, e o homem vai, aí entra nos braços. É. É. 06:54. E pesca ali. Pesca, né? Aí, não tá bom, Ednal. Não tá bom, Ednal. Tem que ter muito cuidado, tem que ter cuidado.

ENTREVISTA 13 - DELTA-MARCELO-TURISMO_LANCHA-TATUS

Após o Guia Marcelo começas a falar um texto padrão fui provocando novos questionamentos.

_Você pode repetir de novo aí o que você falou? Pode repetir de novo as informações? Pronto. Tô gravando aqui.

_Bom gente, aqui é a nossa saída do nosso delta do Parnaíba, que é um dos braços do Rio Parnaíba, conhecido como Porto dos Tatus, ok? Todas as embarcações que vai para o Delta do Parnaíba, sai desse local aqui. ***Aqui é a chegada de, de, de toda a pescaria nativo do, do nosso delta. Aqui é a chegada do peixe, caranguejo, camarão, siri e ostra. O 90% do nosso caranguejo abastece o Ceará, Fortaleza. Vai lá pra aquele famoso Chico, Chico do Caranguejo. Ele acaba de ser aqui, do nosso delta. Ok****? _Existem 1000 catadores de caranguejo em Tatus dedicados para fornecer ao comprador do Ceará. O marisco é comprado por atravessador*

_A produção diminuiu ao longo dos anos ou continua a mesma? Como é que tá?

_Continua a mesma. Sempre todo ano. Chega um período de, de dezembro até março, que não pode pescar o camarão, o caranguejo e o marisco. Respeito de defeso, né? É. Que a defesa aí, o governo paga o seguro de defeso para eles, que é cada um mês, um salário mínimo. Legal. É. Só teve um ano aí que nós não recebemos o geral, que foi no tempo que a Dilma tava no, na Presidência. Ela não, até hoje, esse pagamento tá indo aí, atrasado. Mas, os advogados já estão batalhando. Tem uns que já receberam e outros não. Aham. Mas, todo mundo vai receber. Tranquilo. Obrigado, então.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Racismo ambiental: conflitos socioambientais em comunidades do Delta do Parnaíba.

Pesquisador: GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 79226324.4.0000.5214
Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.983.988

Apresentação do Projeto:
Este parecer refere-se a análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/UFPI no parecer número 6.879.394, em 10/06/2024.
Trata-se de projeto de pesquisa intitulado "Racismo ambiental: conflitos socioambientais em comunidades do Delta do Parnaíba", que tem como pesquisador responsável GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR.
Para o desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador apresenta como justificativa: ¿A intenção é mostrar como o racismo ambiental, se sustenta em uma rede de poder que torna invisível essas populações e impede seu acesso às políticas públicas e sociais garantidas às populações tradicionais; e, quando isso ocorre é pouco representativo em termos de melhoria de qualidade de vida. De forma geral, os empreendimentos instalados sob a tutela do desenvolvimento, ao final, mantêm ou ampliam as diferenças socioeconômicas já existentes. Os poucos exemplos de ¿sucesso¿ têm caráter individual e pouco representativo em termos de coletividade¿.
No projeto, é indicada a utilização da seguinte metodologia: ¿Os participantes serão submetidos aos seguintes procedimentos: entrevista individual: Com duração média de 1 hora, utilizando um roteiro de perguntas semiestruturadas. Observação participante: No caso do turismo, o pesquisador irá observar as atividades turísticas durante sua estadia na região". No TCLE: Os procedimentos utilizados serão a entrevista aberta, parcialmente direcionadas, registradas em áudio (desde que permitidas pelo entrevistado) e fotos georreferenciadas que

complementem e/ou comprovem as afirmações. Vamos utilizar três roteirosbásicos: norte para a entrevista. Roteiro 1: Pescadores Artesanais e Terceiro Setor ¿ buscar informações para serem atualizadas no Diagnóstico da Comissão da Pastoral da Pesca ¿ CPP. Roteiro 2: Empresas e empreendimentos ¿ buscar informações sobre as relações com as comunidades quilombolas. Assim abordaremos os estudos de socioeconomia e as ações na área de responsabilidade social corporativa realizadas. Roteiro 3: Poder Público: buscar informações sobre licenciamento ambiental e compensações socioambientais nas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais do Delta do Parnaíba através da existência de planejamento e execução de Programas Básicos Ambientais ¿ PBAs para Comunidades de pescadores artesanais¿.

Para o recrutamento dos informantes, o pesquisador informa: ¿Os participantes serão recrutados através de diferentes estratégias, como: Contato com as comunidades tradicionais: Através de líderes e associações comunitárias. Contato com as instituições: Através de e-mails, telefonemas e visitas às instituições. Bola de neve: Através de indicações de participantes já recrutados¿.

São indicados os seguintes critérios de inclusão: ¿Serão utilizados os seguintes critérios para a seleção da amostra: Comunidades tradicionais: Representantes de cada comunidade, incluindo líderes, membros de associações e outros membros da comunidade. Atores públicos: Representantes de cada instituição, com diferentes níveis de hierarquia e conhecimento sobre os conflitos. Atores privados: Representantes de diferentes empresas e organizações, com diferentes perspectivas sobre os conflitos¿.

Não são indicados os critérios de exclusão de participantes.

Foi estabelecida para a pesquisa uma amostra de 9 participantes.

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador aponta como objetivos da pesquisa:

Objetivo Primário: ¿Avaliar os conflitos socioambientais nas comunidades litorâneas de Pescadores artesanais, na região do Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, no Século XXI¿.

Objetivos Secundários:

"- Mapear os empreendimentos de energia eólica como variáveis do desenvolvimento da região;

- Caracterizar os conflitos socioambientais provocados pelos empreendimentos de energia

eólica e,também, pelo turismo e à ocupação de espaços por empreendimentos relacionados ao desenvolvimento da região;

- Analisar a presença dos indicadores da ODS ¿ 2030: ¿Nº 1. Erradicação da pobreza; Nº 3. Saúde e bemestar; Nº 5. Fim da discriminação contra Mulheres; Nº 7. Energia limpa e acessível; e. Nº 11. Cidades e comunidades sustentáveis¿ nos programas de desenvolvimento elaborados pelos municípios de Parnaíba e Ilha Grande (Piauí);
- Avaliar a percepção dos pescadores artesanais nos indicadores de sustentabilidade nas quatro dimensões: econômica, ambiental, social e cultural;
- Identificar os indicadores de sustentabilidade nas ações da empresa de energia eólica em relação àResponsabilidade Social Corporativa nas tratativas estabelecidas entre as comunidades impactadas e os empreendimentos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador aponta como riscos da pesquisa, retirados do TCLE: ¿Os riscos, serão por conta da identificação de entrevistados envolvidos diretamente em conflitos e questões jurídicas locais. A opção nesse caso é utilizar uma identificação genérica para os grupos entrevistados: comunidade tradicional, militantes, acadêmicos, empresa, poder público".

Retirado do projeto: "Recusa em participar da pesquisa: Alguns atores sociais podem se recusar a participar da pesquisa por diversos motivos. Dificuldade em obter informações: As informações sobre os conflitos podem ser sensíveis e difíceis de obter. Conflitos de interesse: O pesquisador deve estar atento aos conflitos de interesse que podem surgir durante a pesquisa.¿.

São apontados os seguintes benefícios, retirados do TCLE: "Não haverá benefícios imediatos e individuais para quem participar na pesquisa como colaborador nas entrevistas. Entretanto, entende-se que os dados sendo referendados numa Tese podem servir, eventualmente, como instrumento de defesa ou argumento na elaboração de Políticas Públicas. Da mesma forma que dará um melhor entendimento à problemática sobre os conflitos socioambientais nas comunidades tradicionais de pescadores artesanais no delta do Parnaíba".

Retirado do projeto: "Aumento da visibilidade dos conflitos: A pesquisa pode ajudar a aumentar a visibilidade dos conflitos e pressionar por soluções. Empoderamento das comunidades tradicionais: A pesquisa pode ajudar a empoderar as comunidades tradicionais e fortalecer sua capacidade de defender seus direitos. Promoção do desenvolvimento sustentável: A pesquisa pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Delta

do Parnaíba¿.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Percebe-se a atenção do pesquisador no que concerne à situação de vulnerabilidade inerente à condição do participante fazendo-se necessárias, entretanto, alterações para que os informantes sejam respeitados em sua individualidade e tenham protegidas as suas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes documentos:

- Folha de rosto: Encontra-se datada e assinada pelo pesquisador responsável e pelo coordenador doprograma ao qual é vinculado;
- Carta de encaminhamento: Não está presente.
- Projeto de pesquisa completo: Está devidamente anexado ao projeto;
- TCLE: Tanto no título quanto na seção "Convite para participar e identificação do nome do estudo", o nomeda pesquisa está diferente do que foi cadastrado na Plataforma Brasil; não há informação de que serão assinadas duas vias; não há numeração de páginas; está redigido em linguagem clara e acessível; estão presentes os dados do CEP da UFPI, com endereço, telefone, horário de atendimento; está presente o número de telefone, mas não o email do pesquisador responsável; não há campos para assinatura do pesquisador e do participante; apresenta os objetivos da pesquisa, mas há divergência em relação ao que está cadastrado na Plataforma Brasil; a justificativa não está presente no TCLE; os procedimentos metodológicos que se referem especificamente à participação do convidado estão devidamente detalhados; estão informados os riscos para os participantes, mas de maneira pouco detalhada; estão indicadas as formas de contornar os riscos para os participantes, mas de maneira pouco detalhada; os benefícios estão informados, mas não são os mesmos dos demais documentos; os riscos e benefícios não estão redigidos no TCLE da mesma maneira que no Projeto e no documento Informações Básicas; não está informada a garantia de acesso aos resultados; não está
informada a garantia de liberdade de participação; não está informada a garantia da manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes; não está explicitada a garantia do ressarcimento de despesas e de indenização diante de danos.
- Autorização institucional (Carta de Anuência): Foi apresentada justificativa de ausência de autorizaçãoinstitucional. Entretanto, essa justificativa se refere apenas aos dados secundários das instituições e não se refere ao recrutamento com participantes que poderão participar da

pesquisa na condição de representantes institucionais ou comunitários.

- Declaração dos Pesquisadores: Está presente, mas não está devidamente assinada pelo orientador e pelocoorientador.
- Currículo Lattes: Está presente o Currículo do pesquisador responsável, mas não está atualizado;- Instrumento de coleta: Foi apresentado instrumento de coleta de dados adequado.
- Cronograma: Não foi apresentado cronograma em documento separado. O que está presente no projetonão contém idenficação de meses e anos;
- Orçamento: o orçamento está com informações semelhantes nos documentos em que aparece.

Recomendações:

- No TCLE, consta o título "RACISMO AMBIENTAL: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS COM TERRITÓRIOS DE PESCADORES ARTESANAIS NO DELTA DO PARNAÍBA, PIAUÍ, NO SÉCULO XXI". Já na Plataforma Brasil consta o título "Racismo ambiental: conflitos socioambientais em comunidades do Delta do Parnaíba". Corrigir no TCLE.

- É necessário atentar para que a redação dos riscos no TCLE seja em segunda pessoa, assim como todo o documento, já que o pesquisador está se dirigindo ao participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Na versão anterior, existia a seguinte lista de pendências:

1 - No projeto, há indicação de José Machado Moita Neto como orientador e Maírton Celestino da Silva como coorientador. Entretanto, nenhum dos dois está cadastrado como Pesquisador Assistente ou Equipe de Pesquisa na Plataforma Brasil. É necessário incluí-los na plataforma e, por consequência, os Currículos Lattes atualizados dos dois devem ser acrescentados e eles devem assinar a Declaração dos Pesquisadores e o Termo de Confidencialidade.

Análise do CEP: Pendência sanada. Os pesquisadores foram cadastrados na Plataforma Brasil e os documentos referentes a eles foram anexados e assinados.

2 - O currículo Lattes do pesquisador responsável está desatualizado. É necessário anexar no sistema uma versão do currículo atualizada nos últimos seis meses.

Análise do CEP: Pendência sanada. Uma versão atualizada do Currículo foi anexada.

3 - Quais serão os critérios de exclusão de participantes, considerando que pode haver mais de 9 pessoasque se encaixam nos critérios de inclusão?

Análise do CEP: Pendência sanada. O pesquisador agora informa: "Usaremos, no caso dos pescadores artesanais, as pessoas indicadas pelas três comunidades (três de cada) representando (se a comunidade achar pertinente) uma liderança masculina, uma liderança feminina e uma liderança jovem. Caso os pescadores indiquem mais algum ator social, dentre os próprios pescadores, nos ativistas socioambientais, na academia e, até mesmo, na Gestão Pública, acataremos e justificaremos sua inclusão. Mas, de qualquer forma, o máximo aqui considerado é até o dobro do quantitativo aqui já sugerido. Os contatos na UFDPAR e IFPI serão para complementar dados secundários de pesquisa acadêmica (com pesquisadores das duas instituições). No caso da prefeitura, secretarias e empresas não serão realizadas entrevistas; objetiva-se, a coleta de informações de relatórios".

4 - Riscos e benefícios estão diferentes quando se compara os três documentos em que aparecem(Informações Básicas, Projeto e TCLE). No TCLE, os riscos estão restritos aos problemas derivados da identificação dos entrevistados, mas não estão informados os riscos inerentes à própria entrevista, como constrangimento, por exemplo. De forma geral, no TCLE não estão contemplados todos os riscos apontados nos demais documentos e nem a forma de contorná-los. No projeto brochura, são mencionados riscos para a pesquisa e não para os informantes. No documento Informações Básicas, há informação de riscos para o pesquisador. É necessário uniformizar os riscos e benefícios, atentando para a necessidade de que os riscos mencionados devem ser aqueles a que estão sujeitos os participantes da pesquisa.

Análise do CEP: Pendência sanada. Os riscos descritos no TCLE estão informados de forma mais detalhada. É necessário atentar, entretanto, para que a redação dos riscos seja em segunda pessoa, assim como todo o TCLE, já que o pesquisador está se dirigindo ao participante.

5 - O TCLE apresentado não possui diversos itens obrigatórios: justificativa; numeração de páginas;informação de que serão assinadas duas vias; campos para assinatura do pesquisador e do participante; garantia de acesso aos resultados; garantia de liberdade de participação;

garantia da manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes; garantia do ressarcimento de despesas e de indenização diante de danos. Sugere-se seguir o modelo indicado pelo CEP/UFPI, disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/cep/files/Modelo_de__TCLE20200309084508_copy.docx

Análise do CEP: Pendência sanada. Os itens ausentes foram acrescentados no TCLE.

6 - Ainda no TCLE, estão presentes os objetivos da pesquisa, mas há divergência em relação ao que está cadastrado na Plataforma Brasil.

Análise do CEP: Pendência sanada. O objetivo está uniformizado.

7 - A Carta de Encaminhamento não está presente;

Análise do CEP: Pendência sanada. O documento foi anexado.

8 - No TCLE, é dito que "Os áudios e as transcrições das entrevistas serão arquivados por, no mínimo cincoanos pelo pesquisador responsável (Geraldo Barboza de Oliveira Junior ¿geraldoantropos@gmail.com). Após esse período ficará a critério do pesquisador o descarte ou outra forma de destinação final das informações em meio digital e meio físico". Essas informações estão inadequadas e devem ser corrigidas, visto que o tempo máximo (e não mínimo) de guarda dos materiais é de 5 anos. Após esse período, os materiais devem ser descartados, ou seja, essa decisão não deve ficar a critério do pesquisador, já que é necessário proteger os dados dos participantes.

Análise do CEP: Pendência sanada. A informação foi retirada.

9 - No TCLE, é apresentado telefone mas não o email do pesquisador responsável. Essa informação deve ser acrescentada para ampliar as formas de contato para o participante.

Análise do CEP: Pendência sanada. O email foi acrescentado.

10 - Foi apresentada justificativa de ausência de autorização institucional. Entretanto, essa justificativa se refere apenas aos dados secundários das instituições e não se refere ao recrutamento de participantes que poderão participar da pesquisa na condição de representantes institucionais ou comunitários. Como há previsão de recrutamento pelo contato "com as comunidades tradicionais: Através de líderes e associações comunitárias" e "contato com as instituições: Através de e-mails, telefonemas e visitas às instituições", é necessário obter autorização para esse recrutamento (e para as entrevistas, caso aconteçam nas dependências institucionais) de todas as instituições implicadas.

Análise do CEP: Pendência sanada. Na justificativa de ausência de autorização institucional agora anexada, é informado que os dados das insituições que serão utilizados são secundários e que será solicitada uma declaração institucional dos entrevistados para anexar no TCLE.

11 - Não foi apresentado cronograma em documento separado. O que está presente no projeto não contém identificação de meses e anos. O cronograma deve ser corrigido e uniformizado.
Análise do CEP: O cronograma foi corrigido.

Realizada a análise da documentação anexada e não tendo sido constatadas outras inadequações, o protocolo de pesquisa encontra-se apto para aprovação.

Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/UFPI (https://www.ufpi.br/orientacoes-cep).
Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões.
Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade

intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	RESUMO_PENDENCIAS_PROJETO_CEP_UFPI.doc	05/07/2024 07:44:28	DAIANA DE SOUSA PINTO	Aceito
Cronograma	Curriculos_Lattes_Jose_Moita_Neto.pdf	03/07/2024 10:12:01	DAIANA DE SOUSA PINTO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2291647.pdf	03/07/2024 09:50:31		Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	LATTES_MAIRTON.pdf	03/07/2024 09:48:09	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2291647.pdf	03/07/2024 09:33:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_CEP_2024.doc	03/07/2024 09:30:29	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_CEP_2024.doc	03/07/2024 09:30:29	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE_assinado_assinado_assinado.pdf	03/07/2024 09:28:08	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE_assinado_assinado_assinado.pdf	03/07/2024 09:28:08	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Declaração de Pesquisadores	carta_encaminhamento_assinada_assinado.pdf	03/07/2024 09:26:45	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_encaminhamento_assinada_assinado.pdf	03/07/2024 09:26:45	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ATUALIZADO.doc	03/07/2024 09:26:13	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito

Continuação do Parecer: 6.983.988

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ATUALIZADO.doc	03/07/2024 09:26:13	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Cronograma	CRONOGRAMA_PESQUISA_GERAL_E_DETALHADO_GERALDO_BARBOZA.doc	03/07/2024 09:25:21	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_PESQUISA_GERAL_E_DETALHADO_GERALDO_BARBOZA.doc	03/07/2024 09:25:21	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_JUSTIFICATIVA_DE_AUSENCIA_AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL_assinado.pdf	03/07/2024 09:24:51	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_JUSTIFICATIVA_DE_AUSENCIA_AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL_assinado.pdf	03/07/2024 09:24:51	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES_assinado.pdf	03/07/2024 09:24:30	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADORES_assinado.pdf	03/07/2024 09:24:30	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Outros	Lattes_Geraldo.pdf	03/07/2024 09:18:27	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Outros	Lattes_Geraldo.pdf	03/07/2024 09:18:27	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Postado
Outros	QUESTIONARIO_PARA_PESCADORES_ARTESANAIS.pdf	22/04/2024 14:32:54	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	3_folhaDeRosto_assinado.pdf	22/04/2024 14:32:21	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	RACISMOAMBIENTAL.doc	22/02/2024 12:46:32	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	22/02/2024 12:45:35	GERALDO BARBOZA DE OLIVEIRA JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br

Continuação do Parecer: 6.983.988

TERESINA, 05 de Agosto de 2024

Assinado por:
Emidio Marques de Matos Neto
(Coordenador(a))

Documento assinado digitalmente
gov.br
EMIDIO MARQUES DE MATOS NETO
Data: 05/08/2024 16:53:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br

RIO GRANDE DO NORTE

LEI Nº 11.228, DE 03 DE AGOSTO DE 2022.

Institui a Lei da Cultura Popular no Estado do Rio Grande do Norte.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito estadual, ações para a valorização, preservação e salvaguarda das culturas populares e tradicionais.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - Cultura Popular e Tradicional: conjunto de criações fundadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural, expressas por um grupo ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social, bem como as normas e os valores que são transmitidos oralmente, por imitação ou de outras maneiras;

II - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização social, com ocupação e uso de territórios ou recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

III - Territórios Tradicionais e Culturais: espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e das comunidades tradicionais, e das manifestações das expressões culturais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária;

IV - Cultura das Periferias: manifestações artísticas e culturais provenientes das periferias, geográficas ou simbólicas, não enquadráveis como eruditas.

Parágrafo único. A definição do inciso I compreende como formas da cultura popular e tradicional, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

Art. 3º Esta Lei estabelece ações de salvaguarda e valorização das culturas populares e tradicionais, suas manifestações artísticas, suas festas e seus territórios, com objetivo de assegurar, no âmbito estadual, a continuidade e a preservação do patrimônio cultural imaterial, envolvendo:

I - garantia da liberdade de expressão cultural;

II - proteção contra qualquer forma de censura ou criminalização do exercício das expressões culturais;

III - valorização de mestras, mestres e artistas das culturas tradicionais;

IV - autonomia para determinação de locais e horários tradicionais das festas, brinquedos e ensaios;

V - curricularização da cultura popular tradicional na educação pública da rede estadual;

VI - promoção do repasse intergeracional de saberes e práticas das culturas populares tradicionais, em especial aquelas marcadas pela oralidade ou formas não escritas de registro;

VII - apoio à preservação e ao uso sustentável do patrimônio histórico, cultural, natural e artístico em suas dimensões material e imaterial;

VIII - fomento a grupos locais e de diferentes formações étnicas e populacionais;

IX - incentivo à transversalidade da cultura popular nas políticas públicas de meio ambiente, saúde, direitos humanos, ciência, economia solidária e outras dimensões sociais;

X - preservação e respeito aos espaços de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e indígena e das sedes dos grupos de cultura popular e tradicional;

XI - preservação e valorização da memória de grupos, agremiações e coletivos de cultura popular;

XII - apoio à manutenção das sedes dos grupos e agremiações culturais e grupos similares, fortalecendo a cultura em seu território de criação;

XIII - fomento e promoção das atividades de expressão, permanentes ou temporárias, durante todo o ano, de indivíduos, grupos, mestras e mestres criadores das culturas populares e tradicionais.

Art. 4º Ficam reconhecidos os espaços de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e indígena como entidades culturais e territórios de salvaguarda, preservação e transmissão da cultura popular e das diferentes tradições.

Parágrafo único. O Estado garantirá o reconhecimento dos espaços de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e indígena, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 5º O Poder Executivo, nos termos de decreto regulamentar e conforme critério discricionário, disponibilizará espaços públicos do Governo do Estado para utilização pelos grupos e coletivos das Culturas Populares e Tradicionais.

Parágrafo único. O Poder Público poderá conceder para mestras, mestres, artistas, grupos e projetos de cultura popular e tradicional isenção de taxas e tarifas para utilização de equipamentos culturais mantidos pelo Estado.

Art. 6º O Poder Executivo promoverá a inclusão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais nos conteúdos programáticos da Rede Estadual de Ensino e nos equipamentos de educação e cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º Os saberes e fazeres tratados neste artigo poderão versar sobre conteúdos relativos aos diversos aspectos das Culturas Populares e Tradicionais, suas mestras, seus mestres, seus patrimônios vivos, seus patrimônios imaterial e material, suas características sociais, étnico-raciais, estéticas das diversas áreas das artes.

§ 2º A Administração Pública Estadual disciplinará a observância do disposto neste artigo, preferencialmente através dos seguintes instrumentos:

I - ensino transdisciplinar na matriz curricular estadual, em diálogo com outras disciplinas como Língua Portuguesa, Artes, História, História do Rio Grande do Norte e Geografia;

II - incorporação do conteúdo em disciplinas obrigatórias ou eletivas do ensino regular e das escolas estaduais de tempo integral;

III - realização de atividades extraclasses e aos finais de semana nas unidades de ensino;

IV - realização de atividades extraclasse, com visitação aos Territórios Culturais, Territórios Tradicionais e às mestras e aos mestres.

Art. 7º O Poder Executivo Estadual incluirá conteúdos sobre as Culturas Populares e Tradicionais em todas as modalidades de formação dos profissionais da educação da Rede Pública Estadual de Ensino, especificamente:

I - Formação Continuada;

II - Formação Integrativa; e

III - Formação Complementar.

Art. 8º A programação anual dos equipamentos culturais, sociais e educativos do Estado do Rio Grande do Norte garantirá a oferta de atividades relativas às Culturas Populares e Tradicionais, podendo incluir ações artísticas, ações de formação ou de formação de plateia para o segmento da cultura popular.

Art. 9º (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 10. Garantir-se-á a inclusão de cotas para artistas e grupos das culturas populares e tradicionais, provenientes de povos tradicionais, das periferias, pessoas negras, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, nos editais, programações do calendário cultural do Estado, dos ciclos, eventos, vivências, ações culturais e projetos realizados pelo Poder Público Estadual ou com aporte financeiro do Governo do Estado.

Art. 11. Fica estabelecido que no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos para contratação artística dos eventos realizados pelo Poder Público Estadual ou com aporte financeiro do Governo do Estado sejam destinados ao pagamento de artistas e grupos das culturas populares e tradicionais do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. Compreendem-se também entre artistas e grupos do Rio Grande do Norte os residentes no Estado há, pelo menos, 01 (um) ano.

Art. 12. Nos eventos promovidos ou incentivados pelo Poder Público Estadual, será garantido o pagamento de cachês dignos às mestras, aos mestres, aos artistas e aos grupos das culturas populares.

§ 1º (VETADO):

I - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

d) (VETADO);

e) (VETADO);

f) (VETADO);

II - (VETADO);

IV - (VETADO);

VI - (VETADO);

VII - (VETADO).

§ 2º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

Art. 13. Os eventos culturais promovidos pelo Poder Público Estadual deverão ofertar infraestrutura digna às mestras, aos mestres, aos artistas e aos grupos de

cultura popular e tradicional, bem como aos profissionais da área técnica, assegurados:

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - (VETADO);

V - (VETADO);

VI - (VETADO);

VII - (VETADO);

VIII - (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 14. Nos editais ou chamadas públicas relativos ao calendário cultural do Estado, seus ciclos, eventos, vivências, ações culturais e projetos realizados pelo Poder Público Estadual, será incentivada a participação de representantes dos grupos e segmentos da cultura popular na elaboração de critérios e regulamentos de seleção e contratações artísticas.

Art. 15. Nos editais ou chamadas públicas relativos ao calendário cultural do Estado, seus ciclos, eventos, vivências, ações culturais e projetos realizados pelo Poder Público Estadual, será assegurada a transparência no processo de seleção de comissão julgadora e de apuração de notas em concurso para escolha e premiação de grupos e categorias artísticas da cultura popular.

Art. 16. O Poder Executivo Estadual apoiará a manutenção das sedes, dos grupos e das agremiações culturais ou grupos similares, podendo, para tanto, conceder isenções fiscais e anistias tributárias, abrir linhas de crédito e pagar auxílios financeiros.

§ 1º linhas de crédito abertas para a finalidade descrita no caput terão condições favoráveis aos beneficiários.

§ 2º (VETADO).

Art. 17. As despesas decorrentes da implantação da Lei de Cultura Popular correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 18. (VETADO).

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 03 de agosto de 2022, 201º da Independência e 134º da República.

FÁTIMA BEZERRA
Getúlio Marques Ferreira

LEI Nº 8383, DE 20 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre o reconhecimento e proteção de comunidades tradicionais pesqueiras, bem como o procedimento para a sua identificação no Estado do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei busca promover a proteção do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras e o procedimento para a sua identificação, objetivando garantir a essas comunidades e seus membros a concretização e efetivação de seus direitos individuais, coletivos e difusos de natureza econômica, social, cultural e ambiental, compreendendo a salvaguarda, proteção e promoção de seus modos de criar, fazer e viver.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei considera-se:

I - comunidades tradicionais pesqueiras: grupos sociais, segundo critérios de auto identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.

II - territórios tradicionais pesqueiros: extensões, em superfícies de terra ou corpos d´água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.

Art. 2º O Poder Executivo, através dos órgãos específicos, deverá regulamentar a criação de um Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Piauí.

Art. 3º **VETADO**

Art. 4º O Poder Executivo atuará para promover a regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras, objetivando resguardar sua função social e garantir a preservação da identidade cultural das comunidades tradicionais pesqueiras.

Art. 5º **VETADO**

Art. 6º Para os fins de política agrícola e agrária, de política ambiental e de pesca, as comunidades tradicionais pesqueiras receberão dos órgãos competentes tratamento digno, que inclua assistência técnica e linhas de crédito, destinados à promoção de seus direitos culturais e à realização de suas atividades produtivas, de soberania alimentar e de infraestrutura.

Art. 7º Cabe o Estado, com a coparticipação das comunidades, formular políticas públicas destinadas a garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras e desdobrá-las em planos de ação dotados de estratégias e metas definidas, com ênfase no reconhecimento, promoção, fortalecimento, proteção e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais e com respeito e valorização da identidade, formas de organização e instituições destas comunidades.

Art. 8º As políticas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras serão realizadas de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática e obedecerão às seguintes diretrizes:

I - garantia da visibilidade das comunidades tradicionais pesqueiras;

II - promoção da qualidade de vida das comunidades tradicionais pesqueiras, nas gerações atuais e futuras, respeitando seu modo de vida e tradições, saberes e fazeres materiais e imateriais;

III - reconhecimento, valorização e proteção da diversidade social, cultural e ambiental das comunidades tradicionais pesqueiras, que interagem e vivem de modo integrado com diferentes biomas e ecossistemas, seja em áreas rurais ou urbanas;

IV - atenção para com os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade e ancestralidade;

V - descentralização e transversalidade das ações e ampla participação das comunidades na elaboração, monitoramento e execução das políticas implementadas pelas instâncias governamentais;

VI - promoção dos meios necessários para a efetiva participação das comunidades tradicionais pesqueiras nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados a seus direitos e interesses;

VII - atuação para a oferta regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

VIII - preservação dos direitos culturais e do exercício de práticas comunitárias, da memória cultural e da identidade racial e étnica;

IX - acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados nas políticas públicas a eles destinadas ou que impacte suas vidas;

X - identificação e proteção do patrimônio histórico e cultural material e imaterial desenvolvido pelas comunidades pesqueiras tradicionais incluindo sítios arqueológicos e a diversidade de conhecimentos historicamente produzidos pelas comunidades inclusive seus direitos costumeiros de uso territorial;

XI - informação e ampla participação das comunidades tradicionais pesqueiras nas

discussões públicas sobre processos de licenciamento e definição de implantação de empreendimentos que impactem a vida e a atividade pesqueira;

XII - implementação de medidas para o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes às comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XIII - acesso a programas de inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social das comunidades tradicionais pesqueiras, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais;

XIV - proteção dos manguezais, apicuns, salgados, matas ciliares, lagoas costeiras e marginais, criando diagnósticos para delinear estudos de valorização socioeconômica destes ecossistemas e seus entornos e garantindo o livre acesso às comunidades;

XV - promoção do ordenamento da pesca por bacia hidrográfica e região costeira, garantindo a ampla participação das comunidades na definição de regras e definição de medidas de proteção e estratégias de recuperação dos estoques, levando em consideração o conhecimento tradicional acumulado pelas comunidades tradicionais pesqueiras, inclusive nas suas formas de uso e direitos costumeiros;

XVI - ampla participação das comunidades, nas suas variadas formas de organização, na formulação de políticas relacionadas ao regime fundiário, ordenamento costeiro e gestão dos recursos hídricos.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará as normas complementares necessárias à plena execução desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 20 de maio de 2024.

(a*ssinado eletronicamente*)
RAFAEL TAJRA FONTELES
Governador do Estado do Piauí

(a*ssinado eletronicamente*)
MARCELO NUNES NOLLETO
Secretário de Governo

(*) Lei de autoria do **Deputado Rubens Vieira, PT** (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei 6.857, de 19 de julho de 2016)

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL TAJRA FONTELES**, **Governador do Estado do Piauí**, em 21/05/2024, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NUNES NOLLETO - Matr.0371313-0**, **Secretário de Governo do Estado do Piauí**, em 21/05/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **012611239** e o código CRC **8B2427F3**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 00010.004718/2024-31 SEI nº 012611239